



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em História
Curso de Doutorado

Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

**MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA:
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE
(1855-1860)**

Recife
2014.

Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA:

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE
(1855-1860)**

Tese de doutoramento submetida a aprovação do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de doutor, sob a orientação da professora **Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar**

Recife
2014.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB-4 985

S237m Santos, Waldefrankly Rolim de Almeida.
Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na
província de Sergipe (1855 -1860) / Waldefrankly Rolim de Almeida
Santos. – Recife: O autor, 2014.
206 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
Inclui referências.

1. História do Brasil. 2. Sergipe – Urbanização. 3. Território nacional.
4. Comunidade urbana – Desenvolvimento. 5. Civilização moderna. I.
Aguiar, Sylvana Maria Brandão de. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2014-44)



ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO WALDEFRAANKLY ROLIM DE ALMEIDA SANTOS

Às 14h do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Waldefrankly Rolim de Almeida Santos** intitulada **“MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1855-1860)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Sylvana Maria Brandão de Aguiar (Orientadora), Virgínia Maria Almoêdo de Assis, Carlos Alberto Cunha Miranda, Jenilton Ferreira Santos e Roberto Mauro Cortez Motta. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Profª. Drª. Sylvana Maria Brandão Aguiar

Profª. Drª. Virgínia Maria Almoêdo de Assis

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Jenilton Ferreira Santos

Prof. Dr. Roberto Mauro Cortez Motta

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Sandra Regina Albuquerque

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que estes resultados viessem agora a público, por meio deste trabalho. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e, particularmente, a minha orientadora Sylvana Brandão de Aguiar pelos momentos constantes de paciência e compreensão, de conversa-orientação em que a experiência de quem conhece bem o processo, conseguiu tornar mais leve esta caminhada.

RESUMO

A tese parte da premissa de que a criação da cidade de Aracaju, em 1855, compôs um projeto de ordenamento territorial dos espaços urbanos brasileiros, empreendido pela política administrativa centralizadora do Império, visando à modernização da rede urbana do país. Aracaju representou um processo de modernização conservadora, centralizadora, realizada no período em que o Brasil esteve sob o “domínio” político do Gabinete de Conciliação (1853-1857), o que permitiu a integração das elites regionais em torno de um projeto de modernização nacional. Neste Sentido, a presente tese objetiva visualizar os distintos contornos políticos de Sergipe no contexto de sua participação no Império, à constituição de um ambiente marcado pela idealização de um modo de vida urbano, “civilizado”, capaz de colocar a província nos pontos de convergência de um projeto civilizador nacional, bem como, a centralização e controle territorial por meio da fundação de uma Cidade-Capital e da consolidação da rede urbana em seu entorno. Esta tese contribui para o entendimento das modalidades e dos graus diversos de apropriação e transferência de modelos urbanos no Brasil, ampliando a produção historiografia sobre as cidades brasileiras no império. Utiliza-se, para tanto, do conceito de civilização, de Nobert Elias, assim como, dos conceitos de táticas e estratégias de Michel de Certeau para a análise dos conflitos urbanos decorrentes dos cinco primeiros anos da fundação da cidade (1855-1860). A ideia de modernização conservadora encontra respaldo nos estudos de Raimundo Faoro e de Barrington Moore Júnior. A leitura sobre o papel estratégico da ideologia de uma Cidade-Capital no século XIX, seu peso geopolítico na configuração territorial brasileira foi possível mediante a apropriação do conceito de Cidade-Capital do historiador italiano Giulio Carlo Argan. Para concretização instrumentalização da pesquisa, metodologicamente, os documentos coletados nos arquivos públicos, estadual e nacional, passaram por um processo de pré-análise, diante da opção por uma análise de conteúdo temática, constituída pela escolha dos documentos (relatórios dos presidentes, posturas, infrações, atas, correspondência, legislação provincial), submetidos a uma análise categorial.

Palavras Chaves: História do Brasil; Modernização Urbana; Território; Cidade-Capital; Sergipe.

ABSTRACT

This dissertation builds on the premise that in 1855 the city of Aracaju was part of a project of territorial planning undertaken by the Brazilian Empire's centralized administration aiming for the modernization of urban areas in the country. The foundation of Aracaju was part of a process of modernization from the Gabinete de Conciliação (1853-1857) that was conservative and centralizing in its nature, intending to promote the integration of regional elites towards a project of national modernization. This study aims to firstly analyse the political aspects of the province of Sergipe in the context of its participation in the Brazilian Empire; secondly, understand the creation of an ambience characterized by the idealization of an urban and "civilized" life style capable of inserting Sergipe into the national civilizing project; thirdly, examine the process of centralization and territorial control undertaken through the creation of a capital city as well as an urban network in its surroundings. This dissertation aims to contribute to the understanding of the modalities of urban models of development as well as its different levels of appropriation in Brazil. Also the study intends to extend the historiography on cities during the imperial period. The framework for this study relies on Norbert Elias' concept of *civilization* and Michel de Certeau's *tactics and strategies* in order to analyse the urban conflicts arising during the five years following the foundation of the city (1855-1860). The interpretation of the conservative nature of Brazilian modernization and its conceptualization builds on Raimundo Faoro and the American sociologist Barrington Moore Júnior's works on this issue. The understanding of the strategic role of the ideology of a capital city in the nineteenth century and its geopolitical significance in the Brazilian context lean upon the Italian historian Giulio Carlo Argan's concept of *capital city*. Given the option for a thematic analysis of contents, the documentation collected in the state and national archives (reports of presidents, municipal ordinances, infractions, minutes, correspondences, provincial legislation, etc) passed through a process of classification and was then subject to an analysis of categories.

Words Keys: History of Brazil; Urban modernization; Territory; City-Capital; Sergipe.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJS – Arquivo do Judiciário de Sergipe

AN – Arquivo Nacional

APA – Arquivo Público Cidade de Aracaju

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

BICEN – Biblioteca Central/ UFS

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

MS – Memorial de Sergipe/UNIT

PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/ UFS

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SRH – Superintendência de Recursos Hídricos

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

LISTAS DE FIGURAS

Fig.1	Plano Rebelo, 1838	78
Fig. 2	Plano Moraes, 1869	79
Fig. 3	Bacias hidrográficas e os principais rios de Sergipe	85
Fig. 4	Evolução urbana de Sergipe, 1698	100
Fig .5	Evolução urbana de Sergipe, 1820	100
Fig. 6	Desenvolvimento urbano em Sergipe - século XIX	106
Fig. 7	Aprovação de posturas para os municípios sergipanos (1835-1889)	121
Fig. 8	Mapas de distancias entre a cidade de Aracaju e as demais vilas e cidades, 1860	122
Fig. 9	Mapa de Sergipe no Atlas do Império do Brasil 1868	124
Fig. 10	Planta do sítio do Aracaju em 1855.	133
Fig. 11	Cópia da Planta do Engº Francisco Pereira da Silva	134
Fig. 12	Planta do Plano de Pirro pelo Engº Francisco Pereira da Silva	135
Fig. 13	Fac-simile do Mapa Estatístico de Aracaju em 1856	137
Fig. 14	Vista do Morro do Urubu /Integração Global de Aracaju em 1890	142
Fig. 15	O quadrado Pirro e Alguns edifícios do poder político-administrativo-religioso	143
Fig. 16	Região do Bomfim em 1923	148
Fig. 17	Vala da cidade.	167
Fig. 18	Fac- Simili - relatório do Presidente da Província de Sergipe em 1856	176

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Evolução do Número de Engenhos 1856 – 1881	71
Tabela 2	Divisão da população de Sergipe segundo a cor (1834)	98
Tabela 3	Província de Sergipe - Movimento Portuário na década de 1820	101
Tabela 4	Variação da população livre e escrava de Sergipe	110
Tabela 5	Ocupações dos habitantes de Sergipe em 1854	136
Tabela 6	Estrutura da Postura Municipal de Aracaju de 1856	163

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I – Representações provinciais na Província de Sergipe.....	21
1.1. Civilização, modos de vida e território.....	30
1.2. Trajetórias, anunciações de uma dependência: séc. XVI – XIX...	42
1.3. Representações territoriais e as amarras da modernização.....	63
Capítulo II - Modernização Centralizadora: Rede urbana e identidade provincial em construção	74
2.1. Interesses provinciais e conflitos políticos.....	84
2.2. Formas de territorialização e Rede Urbana.....	97
2.3. “Cabeça de anão em corpo de gigante”: modernização centralizadora	109
Capítulo III – Modernização centralizadora: Cidade-Capital: modernidade em conflito	126
3.1. Transposição de modelos urbanos: progresso e civilização como argumento.....	144
3.2. Conflitos de moradia e usos da cidade.....	151
3.3. Do conceito às práticas.....	158
3.4. Da norma a forma.....	161
3.5. usos ou contra-usos da cidade?.....	171
3.6. Registro de práticas.....	173
Considerações finais.....	179
Fontes históricas (Posturas municipais).....	184
Referências bibliográficas.....	196

INTRODUÇÃO

Os estudos que ora empreendemos nesta tese tem como premissa a afirmativa de que a criação da cidade de Aracaju, em 1855, compôs um projeto de ordenamento territorial dos espaços urbanos brasileiros, baseada na ideologia da Cidade-Capital, empreendido pela política administrativa centralizadora do Império, visando à modernização da rede urbana do país.

Nosso objetivo é visualizar os contornos políticos e distintos de Sergipe no contexto de sua participação no Império; a constituição de um ambiente marcado pela idealização de uma cultura urbana “civilizada”, capaz de colocar a província nos pontos de convergência de um projeto civilizador nacional, bem como, a centralização e controle territorial por meio da fundação de uma cidade-capital e da consolidação da rede urbana em seu entorno.

A condição política aberta pelo Ato Adicional de 1834 possibilitou as elites políticas regionais condições para empreenderem relativas reformas territoriais, sem controle direto das Assembleias Gerais. Assim, a criação de novas vilas, as mudanças e extinção de outras, e a mudança das capitais das províncias encontraram respaldo legal em uma legislação descentralizadora, promovida pelos anos de governo regencial.

Por outro lado, as diversas tentativas de organização espacial com base na centralização político-administrativa da cidade-capital, nessa década, tornou-se uma realidade no país apenas na transferência da vila de Alagoas Velha para Maceió, na província de Alagoas.

Em Sergipe, duas propostas tinham sido lançadas, uma em 1832 e outra em 1835, mas que não chegaram a se realizar. Na década de 1830 se verificou um forte movimento de expansão das vilas e cidades sergipanas, o que se possibilitou a constituição de uma rede urbana, controlada pelas elites políticas provinciais, através do conjunto de posturas e regulamentos lançados a partir de então.

Entendemos por rede urbana, minimamente, como “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”¹, capaz de integrar o território provincial. Desde os clássicos estudos sobre os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889), empreendido por Manoel Fernandes de Souza Neto², podemos entender que esses planos, iniciados ainda no Período Regencial formavam parte dos projetos estudados pelo Império, com o objetivo de integrar os territórios brasileiros e garantir um fluxo econômico e comunicacional (o que envolve controle administrativo e poder político) mais regular e centralizado.

A Cidade-Capital assumiria, portanto, um papel importante na geopolítica do país. Em 1852, no Brasil, a segunda experiência foi à transferência da capital de Oeiras para Teresina, na província do Piauí. Já em 1891, foi o Estado de Minas Gerais, através da fundação de Belo Horizonte.

A reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, colocou-se na necessidade republicana de inserir, já no século XX, o Rio como síntese da experiência territorial brasileira. A cidade construía sua tradição na identidade e experiência de síntese da nação, espécie de termômetro da modernidade nacional. A base da reforma esteve na experiência francesa empreendida no século XIX, pelo prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann, entre 1853 – 1870.

Na França do século XIX, a reforma empreendida por Hauusmann consolidou a hegemonia de Paris na cadeia do território francês. Visava, entre outras coisas, a melhoria da circulação, o acesso rápido a toda a cidade como visão estratégica, estabelecendo uma imagem geral de modernidade. A dimensão mundial que assumiu essa experiência refletiu em outras tentativas de modernização urbana no mundo, a exemplo de São Petersburgo³, na Rússia, ou mesmo no Rio de janeiro de Pereira Passos⁴.

¹ CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana. Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia** (2), p. 107 - 123. abr-jun 1988.

² SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos Para o Império**: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Geografia/USP, 2004. 192p.

³ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a republica que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.; RUIZ, Roberto. **Pereira Passos**: o reformador. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações, 1973; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Na província de Goiás a necessidade de mudança foi apresentada ainda em 1863. Em 1898 e 1918 existiu, em suas constituições, um artigo prevendo essa mudança, somente realizada em 1935 para a cidade de Goiânia.

A experiência nacional mais significativa, contudo, foi à criação de Brasília como Cidade-Capital do Brasil, em 1960, com o objetivo de transferir do Rio de Janeiro as demandas nacionais. A sua consolidação lenta na cadeia do território brasileiro é uma experiência recente. Contudo, representou os esforços de sustentar uma velha ideia republicana prevista ainda no século XIX.

O retorno do tema da mudança da capital em Sergipe, na década de 1850, da colonial cidade de São Cristóvão atraiu as elites políticas sergipanas nos anos de “domínio” político do Gabinete de Conciliação, com Honório Hermeto Carneiro Leão (1853 -1856), o que permitiu a integração delas em torno de um projeto de modernização nacional.

A criação da cidade de Aracaju representou um processo de modernização centralizadora, garantida pelas elites políticas sergipana em razão de suas demandas no território da província. Isso implica reconhecer o que A. Machado Paupérrio denominou de franquia democrática, que consistia em uma descentralização controlada e limitada às Assembleias Provinciais as quais concentravam em seu poder as demandas das vilas e cidades, retirando delas as competências que possuíam no período colonial.

A introdução da análise da influência do modelo hausmanniano, em Paris, sobre a experiência aracajuana, acentua uma perspectiva nova de pensar o território sergipano, uma vez que a necessidade de entendimento das modalidades e dos graus diversos de apropriação e transferência de modelos urbanos caracteriza-se como um tema em evidência na historiografia urbana nacional.

Refuta-se assim uma possível generalização, existente em uma corrente que partilha do pensamento de Pierre Deffontaines⁵, de que as cidades e vilas brasileiras não formaram uma unidade de povoamento, na medida em que a população vivia

⁵ DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**. N. 15, junho de 1944

dispersa no campo, consagrando a vitória dos engenhos na configuração e dispersão das vilas e cidades pelo território brasileiro.

A mudança na análise recai sobre a multiplicidade de projetos territoriais no Brasil, do qual Sergipe representa uma parte. Assim, busca-se nos estudos coordenados por Heliana Angotti Salgueiro: “Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos” (2011), fundamentar e inserir a compreensão da modernização urbana na província de Sergipe, na dimensão geopolítica do pensamento que relê o papel estratégico da ideologia da uma cidade-capital no século XIX, seu peso no território e na mobilidade do capital financeiro do país.

No caso de Sergipe é emblemático. A historiografia local sobre o tema não se dedicou as mudanças na estrutura e vida urbana. Parecia, antes da república, não existir uma ideologia que contemplasse os estudos urbanos. Salvo, é claro, quando atrelada a outras questões de ordem econômica as cidades e vilas foram pouco citadas. A exceção é para a cidade de Aracaju, que compreende a maioria dos estudos. Um diagnóstico da história dos municípios sergipanos foi realizado em 2002, no qual extraímos uma observação importante sobre o assunto:

São melhor conhecidas as informações sobre a zona econômica e politicamente mais importante dos séculos XVIII e XIX, o vale do Cotinguiba – zona açucareira por excelência – enquanto o Baixo São Francisco, a região do rio Real, a região central e a fronteira Oeste com a Bahia são assinaladas por grandes lacunas ou pela falta absoluta de dados históricos⁶.

Contudo, em pesquisa nas instituições arquivísticas de Sergipe a procura da legislação urbana produzida sobre estado, particularmente os códigos de postura, recuamos para o império na busca por referenciais espaços e desordenados. Nossa

⁶ Comunicação apresentada como resultado do trabalho desenvolvido durante três anos (1996/1998) no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC na Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulado “Histórias dos Municípios Sergipanos – uma análise historiográfica”, orientado pela Prof. Dra. Terezinha Alves de Oliva. OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Péricles; SANTOS, Elissandra Silva. Historiografia das cidades sergipanas. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 6. 2000, Natal. **Trabalhos publicados**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. **CD-ROM**.

intenção até então era recolher essa “pequena” legislação fazer sua compilação, somando-a com as do período republicano.

Todavia conseguimos levantar uma documentação bastante significativa sobre o desenvolvimento urbano de Sergipe no período imperial. 236 posturas municipais distribuídas para 30 localidades. Algo que não estava localizado especificamente em Aracaju ou algumas regiões da contigüida. Dessa maneira, conseguimos visualizar um universo diferente de pesquisa e a possibilidade de contribuir para a historiografia do império no sentido de observar a estrutura e condições da vida urbana e a possibilidade de visualizar um projeto civilizador e o desenvolvimento de uma cultura urbana durante o oitocentos sergipano.

Algumas dessas posturas datam do período regencial, porém, época que observamos surgir uma rede urbana em Sergipe. Contudo, a maioria dos documentos remete ao período posterior a Regência. Essa legislação não estava focada na cidade, especificamente. Essa categoria “cidade”, não é, para Sergipe, a expressão plena da vida urbana no XIX. A maioria dessas posturas refere-se às vilas. Não são grandes, tem deficiências de serviços, mas exprimem através de suas câmaras, algumas demandas para sua ordenação e gerenciamento.

Nas primeiras décadas do século XIX o território sergipano contava com uma cidade (São Cristóvão) e sete vilas. Na última década, porém já visualizamos 12 cidades e 25 vilas, sendo que a capital foi transferida em 1855 para as terras do povoado de Santo Antônio de Aracaju, projetada e construída em terra de mangues e dunas para ser cidade-capital. Esse crescimento urbano foi processado entre os anos da regência, as décadas de 1850, 1870, 1880 e completados na república.

Entre 1820 (ano da Emancipação Política da Sergipe da Bahia) e o final do Império (1889) a realidade urbana estava composta por 9 cidades e 18 vilas. Se estendermos esses dados até o ano de centenário da emancipação política de Sergipe (1920), perceberemos que esse quadro sofreu uma pequena ampliação: 15 cidades e 20 vilas. Os 75 municípios de que dispõe na atualidade foram se constituindo ao longo da república. Não se pode, dentro dessa realidade, subestimar o peso que uma particular visão republicana exerceu sobre a compreensão do desenvolvimento das cidades e vila sergipanas, bem como de sua historiografia.

O problema da configuração territorial de Sergipe é um elemento importante do ponto de vista identitário, mas também, do ponto de vista da gestão territorial e política territorial adotados no império. Permite-nos visualizar os momentos em que Sergipe é produzido discursivamente e territorialmente, no que inclui aqui uma dimensão identitária, nos esforços de se definir como província na ordem política nacional.

Ao analisarmos o conteúdo das posturas produzidas pelas Cidades e Vilas, verificamos que a partir dos anos de 1850 os municípios sergipanos apresentarão elementos muito parecidos uns com os outros, sobretudo quanto ao que se espera das atividades de um morador do núcleo urbano. Na dimensão do comportamento. Elementos dos códigos de Aracaju estarão presentes em muitas posturas encontradas no interior da província.

Se a historiografia sobre Aracaju constitui um tópico especial dos estudos sobre os municípios sergipanos, em grande parte, deve-se ao papel que veio exercer anos mais tarde na dinâmica territorial sergipana, como afirmou a historiadora Terezinha Oliva:

Na bibliografia sobre Sergipe, Aracaju constitui um tópico especial. Pode-se dizer que ela é, de longe, a nossa cidade “que mais tem história”. É que o fato da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju foi perturbador da vida da Província, a ponto de marcar indelevelmente a sua história. É, por outro lado, porque a nova capital assumiu desde a sua fundação o caráter de um desafio, de um ponto focal no qual Sergipe empenhou toda a sua energia, até que se transformou num termômetro do Estado – da sua economia, do seu índice de modernidade, da sua projeção, uma marca da sua existência⁷.

Essa energia empenhada, não apenas foi reflexo dos altos custos para a implantação da cidade e capital, mas também, na produção discursiva que a tentou afirmá-la, no século XIX, como síntese da “civilização” que aí se construiu.

Representou a nova capital sergipana, de alguma forma, a necessidade de reorganização do território. Também consolidou uma ideia muito recorrente no

⁷ OLIVA, Terezinha A. de. Aracaju na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n.9, p.113-125, 2002.

pensamento econômico urbano, em voga na Europa: o da capital. Acreditavam que a eficácia econômica de uma capital era decisiva para o Estado. A cidade capital adquiriu um sentido mais amplo e estratégico. Dessa maneira, ela deveria possuir uma geografia e geometria favorável e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições: ao mesmo tempo, sede do poder político, do poder econômico e do saber. Contudo, a consolidação e hegemonia de Aracaju no território sergipano só veio a se concretizar durante a república.

Dentro dessas observações, compreendemos que esses elementos que encontramos, constituem um ótimo momento para entendermos o papel dos municípios e das elites políticas locais na construção do Estado Nacional, na expansão de um programa de governo que incluía uma perspectiva modernizadora e uma ideologia do progresso. Essa construção, embora tivesse como sentido a criação de um Estado centralizado, não deixou de se fazer exatamente no conflito com projetos descentralizadores de nação.

As posturas encontradas e compiladas ajudaram a resolver um problema metodológico de recorte. A partir da legislação encontrada traçamos o recorte espacial do estudo em Sergipe a partir dos municípios levantados. Serviram para entender a dimensão territorial e as estratégias adotadas pelas elites locais de norte a sul da província em relação à vida urbana.

Do ponto de vista temporal o recorte recaiu sobre a segunda metade do século XIX, particularmente entre 1855 e 1860, fase de consolidação da nova capital diante dos problemas representados pela falta de moradia, doenças e conflitos ambientais.

- A) O período da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju e o pensamento sobre a Cidade-Capital, como projeto de modernização. A construção da cidade-capital, projetada, atuaria não apenas como uma atitude centralizadora, modelo ideal do pensamento conservador, mas colocaria Aracaju como síntese da modernidade na cadeia do território sergipano;
- B) A centralização dos serviços públicos em Aracaju e o incentivo do governo para transferir os servidores públicos para a nova capital, dando incentivos para construir suas residências, e para transferir os serviços burocráticos da província;

- C) A existência nos demais municípios de Sergipe de posturas, com elementos de maior vigilância, que datam desse período e que dialogam entre si em vários artigos, apresentando questões semelhantes referentes ao que se espera da vida urbana;
- D) O período do grupo conservador no poder e a indicação de um presidente de província (Inácio Joaquim Barbosa) antenado com as propostas do Gabinete de Conciliação para resolver os conflitos políticos tornando-os, em muitas ações, parceiros de um projeto comum de modernidade.

A opção escolhida para análise do material foi a técnica de Análise de Conteúdo, que permitiu a ampliação do olhar metodológico para a técnica de tratamento de dados em questão. Diante dessa opção foram mapeados os temas-eixos emergentes nos documentos, através da criação de categorias de análise.

O conceito de civilização, de Nóbret Elias, assim como, os de táticas e estratégias de Michel de Certeau foi importante para a análise dos conflitos urbanos decorrentes dos cinco primeiros anos da fundação da cidade (1855-1860). Em Elias, a ideia de civilização se transforma em um instrumento importante para se dedicar a atenção para os detalhes da vida cotidiana numa perspectiva de mudança social.

De Certeau nos ajuda a pensar a ideia de cidade moderna, no sentido que as “atopias/utopias” do saber têm levado durante muito tempo consigo as tentativas de superar as articulações e contradições nascidas das aglomerações urbanas. Nesse sentido, a transformação do “*fato*” urbano em conceito de cidade serviu muito para poder articular a pluralidade do real. Assim, o discurso utópico e urbanístico não só atua no seu sentido técnico-científico enquanto conhecimento, mas como formulador de um conceito estratégico, operatório de cidade.

O caráter conservador da modernização brasileira, bem como, sua conceituação encontra respaldo teórico em um estudo de Raimundo Faoro⁸ e em outro do sociólogo americano Barrington Moore Júnior⁹ sobre a questão. A leitura sobre o

⁸ FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. [online]. 1992, vol.6, n.14, pp. 7-22

⁹ MOORE, Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 532 p.

papel estratégico da ideologia de uma Cidade-Capital¹⁰ no século XIX, seu peso geopolítico na configuração territorial brasileira é possível mediante a apropriação do conceito de Cidade-Capital do historiador italiano Giulio Carlo Argan¹¹.

Utilizou-se como base documental, dentre os documentos mais expressivos, os relatórios dos presidentes de província no século XIX, o Fundo Câmara Municipal e Fundo Governo do Arquivo Público do Estado de Sergipe, referentes ao século XIX, as Atas do Conselho de Província, os autos de infração de postura, bem como toda legislação produzida pela Assembleia Provincial durante os anos de 1835 a 1889, no que inclui os códigos de posturas das vilas e cidade sergipanas nesse período. Para concretização dos resultados, os documentos coletados nos arquivos públicos, estadual e nacional, passaram por um processo de pré-análise, diante da opção por uma análise de conteúdo temática, constituída pela escolha dos documentos (relatórios dos presidentes, posturas, infrações, atas, correspondência, legislação provincial, etc.), submetidos a uma análise categorial.

Optamos para tratar dos autores escolhidos para dialogar, ao longo do texto, de modo que garantisse a fluência da narrativa em razão da exposição dos elementos que compõe os argumentos da tese.

A contribuição a que nos propomos, situa-se na perspectiva de conseguir para preencher um espaço na historiografia das cidades brasileiras, referentes ao enfoque da experiência da cidade-capital, no contexto de desenvolvimento urbano no norte-nordeste do país, no século XIX.

Por outro lado, as diversas formas de uso dos espaços, seu aparelhamento urbano e os processos de socialização permitem que temas, além do que resolvemos tratar, como o da moradia e edificação na cidade, possam ser desenvolvidos.

A perspectiva ambiental, atualmente em voga, através de uma história da natureza ou do uso e transformação dos espaços, as epidemias em espaços urbanos e

¹⁰ Diversos autores já se posicionaram sobre as fragilidades dos aportes teóricos clássicos aplicados aos estudos urbanos. Dentre eles podemos destacar MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos**. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.; Recentemente, Virginia Pontual ; Rosane Piccolo Loretto organizaram uma coleção de estudos intitulado; **“Cidade, território e urbanismo”**. Um campo conceitual em construção. Olinda: CECI, 2009 que visa clarear os campos conceituais ainda abertos para a compreensão do fenômeno urbano.

¹¹ ARGAN, G. Carlo. **La Europa de las Capitales: 1600-1700**. Traducido do italiano por Luis Arana. Barcelona: Skira Carrogio, 1964.

a gestão do território, a territorialização dos espaços sagrados, os conflitos sociais decorrentes da crise de alimentos nas cidades são variações que esta pesquisa pode sofrer e possibilitam novos estudos.

As formas de apropriação de modelos urbanos e alguns problemas sociais, como a moradia, no século XIX precisam ser esmiuçados, assim poderemos entender as formas de interiorização dos projetos de modernidade urbana e conflitos e tensões advindos deles.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *“Representações Territoriais na Construção da Província de Sergipe”* analisamos alguns textos literários que versam sobre a cidade de Sergipe e focamos na análise das representações territoriais que caracterizam Sergipe em sua relação de dependência da Bahia. A ênfase é cruzar algumas fontes com documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e outros existentes nas compilações e identificar o momento em que inicia o interesse urbano como recurso estratégico para interiorização das ações da metrópole no território.

No segundo capítulo, intitulado “Modernização centralizadora: rede urbana e identidade provincial em construção” revelamos que a construção e ampliação do número de cidade e vilas, antes de ser uma ação de disputa de poder político-econômico, correspondeu ao interesse da modernização do Governo Imperial na tentativa de maior integração do território e de ampliação e modernização do Estado. Serão verificadas as estratégias centralizadoras e a concepção de civilização que demanda da experiência de construção de Aracaju do ponto de vista do território Sergipano.

No terceiro capítulo, intitulado “A Cidade-Capital: Modernidade em Conflito” investigamos as dificuldades iniciais para implantação da cidade do ponto de vista de alguns problemas sociais ocasionados pelas dificuldades de moradia e das orientações modernas para a composição e controle dos espaços, no sentido de inserir a cidade dentro dos usos esperados para uma civilização moderna, cuja fundação de Aracaju deveria expressar.

CAPÍTULO I

REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Três dúzias de casebres remendados,
Seis becos de mentrastos entupidos
Quinze soldados rotos e despidos
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades, três letrados
Um juiz com bigodes sem ouvidos
Três presos de piolhos carcomidos
Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapatos de baeta
Palmilha de tamanca como frade
Saia de chita, cinta de raquete.

O feijão que só faz ventosidade
Farinha de pipoca, pão de greta
De Sergipe Del Rei esta é a cidade.¹²

Das imagens construídas sobre o território sergipano no curso de sua história, esta **“Descrição da cidade de Sergipe d’El Rey”**, como foi intitulado este soneto, se configura em um das peças literárias mais conhecidas e citadas. Datado do século XVII e atribuído¹³ a Gregório de Matos, corresponde a uma das poucas expressões da literatura colonial com foco em Sergipe e apresenta por meio da sátira o que seria, até então, sua única cidade: São Cristóvão.

¹² Cf. PEIXOTO, Afrânio. **Gregório de Matos: Obras**. Rio de Janeiro: ABL, 1923 v.5; MOTT, Luiz. Três sonetos seiscentistas sobre São Cristóvão de Sergipe Del Rey. **Sergipe Colonial e Imperial** : religião, família, escravidão e sociedade: 1551 -1882. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 126.

¹³ Existem divergências quanto a autoria desse poema. Aparece pela primeira em Afrânio Peixoto (1923), como parte do conjunto da obra de Gregório de Matos, mas é retirada da edição de AMADO, James. **Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra: Crônica do viver baiano seiscentista**. Salvador: Janaína, 1969, v. 2.

Os aspectos visuais e degradantes de sua conservação marcam essa descrição: casas pequenas e remendadas, becos cobertos de planta (mentrastos), animais criados em espaços públicos, soldados rotos e despidos, dois conventos, três letrados, uma justiça que não ouve, mulheres vestimentas “inadequada”, feijão que só faz “ventosidades” e outras comidas “rústicas”. A composição do soneto é reveladora de uma percepção do poeta sobre o urbano, sobre seus tipos e sobre alguns elementos de sua ordenação enquanto espaço caricaturizado, desenhado em contornos de deformidade. Mas, quanto dessa imagem não encerra um interesse metonímico do poeta de construir uma descrição tomando a parte (a cidade) pelo todo (o território da então Capitania de Sergipe)?

Por outro lado também, o olhar negativado da cidade que a crítica verte ao seu espaço e aos tipos sociais que nele vive, reflete-se numa ação afirmativa: a de que existe um padrão urbano no qual os hábitos expressos e satirizados nos versos se opõem como modelo. Mas onde ela está? Numa representação certamente pautada nos costumes portugueses do uso e consumo das cidades e de outros aglomerados urbanos.

Nas Ordenações Afonsinas, estabelecidas em 1446 para o reino de Portugal, as preocupações com as cidades e vilas formavam parte dos seus dispositivos legais. Essa seria a primeira compilação oficial portuguesa do século XV com reflexos no Brasil. Estabelecia à competência das Câmaras na administração municipal e econômica. Estabelecia também a competências dos juízes e vereadores para tomar providências e fazer posturas sobre as matérias que estavam relacionadas à sua administração¹⁴.

A proibição de animais criados em espaços públicos, ou plantas “entupindo” os seus becos ou ruas, bem como a conservação das edificações das cidades foram alguns dos muitos assuntos tratados por posturas e previstos nas ordenações para as cidades e vilas. Dizia as Ordenações Afonsinas, por exemplo: *“Non consentiron que lancem bestas, nem cães, nem outras cousas çujas, e fedegosas, na Cidade, ou Vilas;*

¹⁴ SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. Recife, 2002. 265 f. Tese (doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco.

e os que a lançarem façam-lhas tirar, poendo-lhes penas se as nom tirarem; e aos negrigentes Dallas logo aa execucom”¹⁵

Seguiram-se a essas ordenações duas outras, com ações reformadoras: as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603). Na primeira, as edificações nas cidades tiveram maior destaque, uma vez que nos seus vários títulos continham disposições acerca do abastecimento público, os ofícios públicos, a limpeza e a saúde pública, as obras públicas e disposições diversas sobre as construções. Aspectos que demonstram uma preocupação sobre a cidade e evidenciam a supremacia do interesse público nas questões relacionadas ao espaço urbano, sendo recorrente a preocupação com a estética das edificações e com a limpeza das ruas.

No tempo em que o soneto foi escrito, eram as Ordenações Filipinas que estavam em vigência. Foram elaboradas durante a fase da união ibérica, época também da fundação da cidade de São Cristóvão, primeira de Sergipe. Se comparadas com as ordenações anteriores, não apresentaram mudanças substanciais em relação às ordenações urbanas, por outro lado consagraram o princípio da soberania pública municipal.

a verdade é que ele [Código Filipino] foi de importância fundamental para a vida jurídica do Brasil, uma vez que rege, a partir do início do século XVII, o processo de urbanização das cidades portuguesas e de suas colônias. Muitos dos preceitos destas Ordenações encontram aplicação até a metade do século XIX, quando da feitura dos Códigos Modernos. No Brasil, especialmente, a vigência das ordenações Filipinas apenas cessou completamente em 1916, ano de publicação do seu Código Civil.¹⁶

A apropriação de mecanismos de controle e consumo dos espaços citadinos consolidados pelo direito consuetudinário, e pelas ordenações e outros instrumentos legais delas derivados, promoveu uma imagem ordenada de cidade que se naturalizou

¹⁵ FUNDAÇÃO CALOSTE GULBENKIAN. **Ordenações Afonsinas**. 2. ed. Lisboa: Fundação Caloste Gulbenkian, 1998, I.1. p. 185, também possível de encontrar em HEITOR, Ivone Susana Cortesão et ali (Org.). **Ordenações Afonsinas**. Disponível em < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>> Acesso em 15 abr. 2012, L. 1, p. 185.

¹⁶ SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. Recife, 2002. 265 f. Tese (doutorado em história), Universidade Federal de Pernambuco. p. 56

na compreensão de um devir urbano, cujos modos de vidas deveriam se pautar. Desse modo, a retórica dos porcos criados em praça pública, das dúzias de casebres remendados ou mesmo das plantas “entupindo” os becos da cidade, apregoadas pelo poeta, criariam um efeito satírico importante, ao formar uma imagem por oposição.

Por outro lado, não é somente o aparelhamento da cidade que define em maior ou menor grau o que torna a vida urbana diferente. No dicionário de Bluteau o termo urbano é definido como “*coisa própria dos que vivem em cidades.*”¹⁷ E urbanidade “*vem a ser o mesmo que o comedimento, & bom modo dos que vivem na Cidade, em diferença da rusticidade, & grosseria dos que vivem nas Aldeas, & no campo.*”¹⁸ Na reforma do dicionário de Bluteau, realizadas por Antônio de Moraes Silva em 1789, urbano passou a ser adjetivo de urbanidade, ou seja, “*cortezia, e bom termo, os estilos da gente civilizada, e polida, civilidade, policia.*”¹⁹

O próprio sentido de cidade nasce, nestes exemplos, em oposição aos modos de vida, ditos rústicos e grosseiros das aldeias, ou seja, ela aparece como portadora de um tipo diferente de sujeito, cujas distinções se estabelecem na concepção de um *ethos* urbano, uma cultura ou estilo de vida particular. Os modos dos que vivem em cidades definem também, portanto, o que é urbano além de acrescentar-lhe um “sentido civilizatório”²⁰.

¹⁷ Urbano (verbetes) Cf.: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v.8, p. 587

¹⁸ Urbanidade (verbetes) In.: BLUTEAU, Op. Cit. 1728 p. 587

¹⁹ Urbanidade (verbetes) In.: SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portuguesa**: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 503

²⁰ O conceito de civilização, de acordo com Norbert Elias (1994, p.23), possui uma larga abrangência, difícil de precisar por sua amplitude e natureza totalizante. O conceito que o antecede no século XIV europeu, e avança nos seguintes até o os séculos XVIII e XIX, é *Civilité*, cujo sentido remete a noção de refinamento dos costumes, dos comportamentos, afabilidade no campo cultural. Os termos *Civilisable* e *Civilisation* (*no francês*), por sua vez são neologismos do século XVIII, que se desdobrarão no século XIX. Nesse sentido, no século XIX o termo *Civilisation* ou *Civilização*, em língua portuguesa, ganhou um uso mais amplo e constante ao assumir um caráter teleológico. Civilização remete seu sentido a um processo temporal, um *devir*, servindo para significar o estado de desenvolvimento (seu apogeu) e adiantamento cultural de um povo. Antônio Houaiss, definiu em quatro modos importantes : 1) ato ou efeito de civilizar(-se) 2) conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, de uma região, de um país ou de uma sociedade 3) condição de adiantamento e de cultura social; progresso 4) tipo de cultura. Ato ou efeito, como diz, assume um sentido estático e dinâmico. Civilização pode significar, desse modo, estado e processo ao mesmo tempo. Para ampliar essa discussão, consultar: ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1; ALVES, Francisco José. **A Rede dos Conceitos**:

É importante considerar que a seleção, que faz o poeta, dos tipos descritos no conteúdo de sua sátira não é isento de sentido. Numa visão conjunta, ele estabelece uma relação com os comportamentos, seja das instituições por meio de seus representantes (o Juiz, o meirinho, o soldado), seja do ambiente físico descuidado (prédio, becos) seja de sua população (dama com sapato de baeta) de modo que além de acrescentar-lhes um sentido de civilização, define seu peso nas configurações espaciais da cidade.

O Juiz, até a última década do século XVII, por exemplo, era o principal cargo da Câmara, acumulando muitas vezes a função de presidente dela. Era um cargo eletivo, cujos ocupantes normalmente não eram 'letrados', não possuíam formação jurídica. Porém, tinha entre as suas funções, aplicar a lei na jurisdição do município, fiscalizar os demais funcionários municipais, como meirinhos, escrivães, almocatacés, dentre outros. Sua posição estratégica no desenho administrativo municipal possibilitava também, que participasse das eleições dos capitães-mores e sargentos-mores das Ordenanças, responsáveis pela militarização do território²¹.

Obviamente a seleção do poeta foi por funções necessárias à cidade, que por sua vez a define e a caracteriza como corpo político, como comunidade política ou mesmo sociedade. As cidades e vilas são marcadas pelo exercício de um poder político, cujos ofícios são responsáveis por estabelecer um intercâmbio contratual, que liga o soberano a cidade, ou melhor, ao poder local representado nas câmaras, pelos "principais da terra", "homens bons" ou "nobreza da terra". A câmara como órgão colegiado, eleito, representava a menor divisão administrativa da colônia, "com funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia"²², por esse intercâmbio contratual implícito, as leis do reino e os atos administrativos da coroa, em outras palavras, o "deslocamento" do rei se operava, pela particular funções atribuídas as instituições locais e aos seus exercentes.

Essas funções também significavam formas de obtenção de elementos que conferiam distinção e privilégios aos indivíduos. Uma concessão Real que, segundo

uma leitura da historiografia de Felisbelo Freire. Aracaju: Ed. UFS, 2010; BEVENISTE, Emile. Civilização: contribuição à história da palavra. In. _____. **Problemas de Linguística Geral**. 3. Ed. São Paulo: Pontes, 1991. p. 371 -381.

²¹ SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil Colonial. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Publicações históricas, 86). p. 75

²² SALGADO, Op cit. p. 69

Bicalho, denota igualmente “um esforço da monarquia em controlar a representação dos indivíduos e das ordens na sociedade, delimitando hierarquias, estruturando uma configuração peculiar da sociedade – assim cortesã como concelhia -, definida pela institucionalização das distinções²³”. Dentre as poucas vias existentes para alcançá-las estava o governo ou administração local, através das câmaras ou ordenanças. Isso porque, continua Bicalho, “as Câmaras constituíram-se em uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégio que permitia nobilitar os colonos; e que, ao transformá-lo em cidadãos, levou-os a participar do governo político do Império.”²⁴

Posto esse entendimento, visualizamos aqui elementos que possibilitam a compreensão das relações de poder na sociedade sergipana em formação, e da construção e gerenciamento dos mecanismos de controle e dominação que se estendem para além de sua redução a uma análise política. Isso implica nas formas que a territorialização do poder assume e não menos, na natureza dos conflitos dela decorrentes.

Uma observação do Sargento-mor Domingos de Campos Moreno²⁵ aponta para o fato de que no todo da Capitania de Sergipe existiriam mais de duzentos brancos separados um dos outros, sendo que alguns moradores chegavam a possuir mais de trinta léguas de sesmarias em partes diferentes. Quando assumiam a governança, logo tratavam “*de levar a cidade aporta do seu curral*”²⁶. A influência dos senhores de terras na vida político-administrativa de Sergipe, agindo de acordo com seus interesses particulares, é percebido por ele.

Não seria menos significativo pensar na figura do juiz, tal como o soneto se refere: um indivíduo de bigodes, “de melhor sorte”²⁷, membro da nobreza da terra, mas sem ouvidos para o funcionamento da justiça, como um cargo existente para o bem

²³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa século XV-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 206

²⁴ BICALHO, Op. Cit . p. 206

²⁵ MORENO, Sargento-Mor Diogo de Campos. Livro que da razão do Estado do Brasil. In. **Revista de Aracaju**. Aracaju, v. 1, n. 2, p. 55-57, 1944

²⁶ Cf. MORENO, Op. Cit. p.55

²⁷ Cf. O termo “bigodes” no dicionário de 1789, pode possuir sentidos figurativos: “*Ter bons bigodes*; famil. Por boas fisionomias. *Pessoas de melhores bigodes que outras*; i. é. melhor sorte.” (Grifo do autor). In. SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 1, 1813. p. 281.

público. De modo caricaturizado, o autor elege personagens que refletem a natureza da sociedade de ordens ou estados, traduzida para o mundo colonial escravista. Importante compreender que esses personagens pertencem a uma cultura, cuja cidade se desponha como território das diferenças. Isso, não obstante, se a situarmos como parte do universo cultural do Antigo Regime²⁸.

O comendador Antônio José da Silva Tavares Bastos, importante Chefe Político sergipano, membro do partido Camodongo (liberal), escreveu em 1860 uma definição do que seria a sociedade de ordens, em uma narrativa de natureza histórica sobre o passado colonial sergipano, dirigida ao imperador D. Pedro II na ocasião de sua visita a Sergipe naquele ano. Ao tratar dos episódios de 1820, em que a Bahia não reconhecendo Sergipe como Capitania independente, obrigou o Governador enviado pela coroa a nova capitania, Carlos Bulamarque, a jurar a constituição ordenada pela Revolução do Porto. Travassos escreveu que ele imediatamente “convocou uma reunião do clero, nobreza e povo”, definindo a sociedade de ordens colonial sergipana nestes termos:

A nobreza nesse tempo era representada pela Câmara e por todas as pessoas que haviam servido os cargos da governança das vilas e cidades, como fossem juízes, vereadores, oficiais das ordenanças e de 2ª linha, e o povo era representado pelos homens bons e abastados, que não pertenciam àquela hierarquia.

Nem mulatos, negros, índios, mulheres se enquadram na definição de Travassos, não os colocou em nenhuma das ordens. Eis a contradição de uma leitura do Antigo Regime na configuração que assume no ultramar. Não abordaremos aqui a natureza de cada ordem, nem mesmo as contradições existentes no interior delas, sobretudo quando lidas em uma sociedade escravista. Importa perceber que essa referência permite pensar a cidade, descrita pelo poeta, como um campo de representações e experiências visuais. A hierarquização dos tipos e os controles dos corpos (sociedade e indivíduo) assumem lugares estratégicos, na composição da cidade, que na realidade sergipana entre o século XVI e o século XIX somente existia

²⁸ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 82

uma: São Cristóvão, a expressão do modo de vida urbana mais referenciada entre os cronistas coloniais e poetas.

Em outra versão existente do mesmo poema, também do século XVII, só que atribuída a Gonçalo Soares²⁹, as “*damas de sapato de baeta*” são descritas como “*mulatas com capote de baeta*”. A presença mestiça marcante na composição étnica brasileira é ressaltada somente nessa versão. Também, ela sofre uma modificação nos números: dez dúzias de casebres e não três dúzias; trinta soldados rotos e despido e não quinze; cinco igrejas e não somente três conventos e no lugar onde estariam três presos, doze. Predomina nessa segunda versão, portanto, uma cidade um pouco mais populosa e, não menos violenta. No penúltimo verso, por exemplo, ao invés de descrever a alimentação: “*Farinha de pipoca, pão de greta*”, priorizou as artimanhas: “*Muito enredo, trapaça, embuste, treta.*”

²⁹ Não se sabe ao certo quem era Gonçalo Soares, o que se especula é que seria um contemporâneo de Gregório de Matos chamado Gonçalo Soares da França (1632-1724?), membro da Academia Brasílica dos Esquecidos, dono de uma grande produção. Mott (2008, p. 127) encontrou na Revista Brasílica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 1942, um soneto publicado atribuído a ele. Estaria registrado no códice n. 29, armário 1 da Biblioteca de Évora, embora ele duvide pertencer a Gonçalo Soares e afirme a autoria de Gregório de Matos pela acidez da crítica, especulando que a obra teria sofrido “atualizações” “quando o poema original foi recompilado alguns anos ou décadas, após sua versão original” (p. 130). De fato, existem semelhanças entre o soneto atribuído a Gregório e este. Para melhor análise, reproduzimos agora a “*Descrição d(e) Sergippe del Rei, do Dor. Gonçalo Soares: “Dez dúzias de casebres remendados,/ Seis becos com mentrastos entupidos,/ Trinta soldados rotos e despídos,/ Cinco Igrejas, dez Frades, três Letrados;// Seis curados sem cura amancebados,/ Um Juiz com bigodes, sem ouvidos,/ Doze presos de piolhos carcomidos/ E dous Meirinhos por comer cansados;//Mulatas com capotes de baeta,/ Palmilhas de tamanca, como Frade{s},/ Saias de chita, cintas de racheta;//Muito feijão, que faz ventosidade,/Muito enredo, trapaça, embuste, treta,/ De Sergipe del Rei é a cidade.”*”(Grifo nosso). Francisco Topa em sua edição crítica da obra poética de Gregório de Matos, v.1 t.1 (1999, p.19-23), expôs as dificuldades existentes na crítica de autoria da obra atribuída a Gregório que se refletem na crítica textual: 1) a inexistência de manuscrito autógrafo ou edição em vida do autor; 2) a quantidade e dispersividade dos manuscritos que reproduzem cópias de poesias a ele atribuídas;3) Os princípios da arte de sua época, que valorizavam a imitação dos modelos. Sobre este soneto em particular, ele o inclui entre os sonetos cujo leque de testemunhos demonstra a impossibilidade da autoria de Gregório de Matos. Diz Topa, referido-se ao soneto e a versão que transcrevemos nesta nota: “Quanto à determinação da autoria efectiva do poema, as informações disponíveis são insuficientes. Admitindo que o “Dr. Gonçalo Soares” corresponda a Gonçalo Soares da Franca, contemporâneo (posto que mais novo) e amigo de Gregório, é possível que seja esse o autor do soneto. Há divergências significativas entre as várias versões do poema, designadamente entre a do manuscrito secundário e as restantes. Optei por tomar a primeira como versão base, pelo facto de se tratar de um documento provavelmente mais antigo e de oferecer uma versão mais coerente do texto.” In.: TOPA, Francisco [José de Jesus]. **Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos**. Porto, 1999. 219f. vol. 2, t. 2, p. 160-161. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira), Universidade do Porto.

Na arte do poeta, a existência de dama com sapatos de baeta, palmilha de tamanca como frade ou saia de chita, cinta de raquete são questões importantes na sátira posto que o vestuário no cenário urbano assumia uma função distintiva e uma forma de expressão. Os modos de vestir, do que vestir e quem vestir ocupou uma série legislativa sobre os trajes que se iniciou no século XV e se estendeu pelas colônias portuguesas no ultramar³⁰. As leis se preocuparam em descrever o que era permitido vestir, de forma que assegurasse que um indivíduo de outra condição usasse trajes, adornos, ou armas destinadas aos nobres, assegurando-lhes a “nobreza” de uma maneira ostensiva.

No ultramar o incômodo com o modo com que, nas cidades e vilas, os negros e mulatos se vestiam ecoaram na legislação. As preocupações com os trajes e com a “decência dos adornos em vestidos”³¹ podem ser visualizadas tanto na pragmática de 25 de janeiro de 1677, de modo mais abrangente e generalizante, quanto na pragmática de 24 de maio de 1749, de modo mais específico em seu capítulo IX, anulado quatro meses depois:

Por ser informado dos grandes inconvenientes; que resultão nas Conquistas da liberdade de trajarem os negros, e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, da mesma sorte que as pessoas brancas, prohibo aos sobreditos, ou sejam de um ou de outro sexo, ainda que se achem forros ou nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de olandas, esguiões, e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão; e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornato de joias, nem de ouro ou prata, por mínimo que seja³².

³⁰ LARA, Silvia Hunold. Diferentes e desiguais. In _____. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p.79-125

³¹ “PRAGMÁTICA em que se estabeleceu a moderação e decência dos adornos em vestidos, funeraes e carruagens; e em que se proibirão os jogos de parar. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes Posteriores a Nova Compilação das Ordenações do Reino Publicadas em 1603**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, v. 5, t. 2, 1819. p. 79-85.

³² PRAGMÁTICA, em que se regula a moderação dos adornos, e se proíbe o luxo e excesso dos trages, carruagens, moveis e lutos, o uso das espadas a pessoas de baixa condição, e outros diversos abusos, que necessitavão de reforma. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes Posteriores a Nova Compilação das Ordenações do Reino Publicadas em 1603**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, v. 5, t. 2, 1819. p. 538.

Essas leis integraram os mecanismos portugueses de controle social³³ preocupados com a segurança (proibição de capuzes e armas), com a proteção das manufaturas portuguesas e com os elementos de diferenciação dos tipos sociais que compunham a sociedade colonial. Como também, constituíram alguns dos mecanismos existentes de controle de regulação de conduta cujo indivíduo se encontra, desde cedo, compelido a praticar, mesmo que não exija dele uma ação inicialmente consciente. O papel que a vida urbana representa, nesse contexto, é conotativo do papel que a cidade ou vila assume como palco dos comportamentos regulados, dos *“estilos da gente civilizada, e polida.”*³⁴

1.1. CIVILIZAÇÃO, MODOS DE VIDA E TERRITÓRIO.

A civilização, segundo Nobert Elias³⁵, implica em mudança de comportamento que se estabelece por meio de um processo. Opera transformações psicológicas significativas nas condutas sociais e individuais e cria, por uma ação educativa de interiorização no indivíduo, aparelhos de controle e auto regulação. Esse mecanismo, explica Elias:

visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social. Mas fosse consciente ou inconsciente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de

³³ Ver ainda a legislação de 9 de agosto de 1686; Alvará de 05 de agosto e 28 de setembro de 1688; 15 de novembro de 1690; 14 de nov. 1698, 21 jul. 1702; 26 de abr.1704. In: **COLLECÇÃO Chronologica de Leis Extravagantes Posteriores a Nova Compilação das Ordenações do Reino Publicadas em 1603**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, v. 5, t. 2, 1819

³⁴ Urbanidade (verbete) In.: SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portuguesa**: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 503.

³⁵ ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.2.

cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados³⁶.

Para Peter Berger e Thomas Luckmann³⁷ esses mecanismos de controle e regulação são comuns em todas as sociedades, no momento em que estão envolvidas em processos de gerar sentidos, mesmo que não exista ou tenham as sociedades, desenvolvido instituições para isso. Elas controlam os elementos de recepção e criam reservas históricas de sentido, para seus membros, conservando as partes essenciais dessa reserva, através de suas instituições. Ao indivíduo essas reservas “determinam o sentido subjetivo em amplas esferas de seu agir, enquanto o sentido objetivo desse agir é ditado pelas grande instituições de poder³⁸”.

Os comportamentos regulados encontram nas cidades ou vilas uma forte referência. São territórios de um tipo específico de modo de vida e de sujeito, como se disse, de “gente civilizada e polida”, “*habitadas de homens que vivem em sociedade & subordinação*”³⁹. Isso implica na constituição de formas territorializadas de poder cuja ação se completa, mais tarde, na formulação de mecanismos de controle dos corpos que se estruturam desde o modo de habitar, morar até os hábitos de se vestir, falar, se comunicar baseadas no direito expresso pela legislação criada ou mesmo pelas práticas reguladas pela tradição e costumes, pelos hábitos ou modos de operar o cotidiano e os seus reservatórios de sentido.⁴⁰

³⁶ Elias, Op. Cit. p. 196 (grifo nosso)

³⁷ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. 2. Ed. Tradução de Edgar Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

³⁸ BERGER, Peter L.; LUCKMANN op cit. p. 40

³⁹ Cidade (verbete) Cf.: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v.2, p. 309

⁴⁰ Nobert Elias (1994, p. 23) revela como o conceito de civilização assumiu uma noção abrangente e totalizante na sociedade ocidental. Seu sentido é o reflexo da auto imagem que o ocidente cunhou de si, refere-se à própria forma de organização do universo social, aos anseios de seus atores e à representação que fazem do mundo na configuração do habitat.: “O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, o tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema jurídico aos modos como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” e “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização”. (p.23)

Se o poeta quando se referiu no soneto as transgressões optou por apresentá-las na cidade de São Cristóvão, sua ação iniciou uma observação, particular, não somente sobre o tipo de sociedade que se formou no território da Capitania de Sergipe, do ponto de vista dos comportamentos e atitudes civilizadas, como conseguiu criar por oposição uma imagem civilizada e subjetiva de uma cidade ideal.

Bluteau define que a cidade, é “uma multidão de casas, distribuídas em ruas, & praças, cercadas de muros, & habitadas de homens que vivem em sociedade & subordinação”⁴¹, isso implica sobre modos específicos de habitar, ordenar os espaços, territorializar os sentidos, como também definir que quem vive nela é um sujeito diferente, que possui urbanidade, ou seja “*o mesmo que o comedimento, & bom modo dos que vivem na Cidade, em diferença da rusticidade, & grosseria dos que vivem nas Aldeas, & no campo.*”⁴²

Apresenta-se, portanto uma conceituação por oposição, através de uma formulação binária: *Campo-cidade, rural-urbano, desenvolvimento- atraso*. Oposição que se percebe desde o dicionário do século XVIII a Gilberto Freire, no século XX, por exemplo, em seus Sobrados e Mocambos a definir o roteiro de sua pesquisa⁴³.

Essa relação urbano-rural serviu de tônica para análise do desenvolvimento da civilização, elaborada por interpretes da formação sergipana quando tentaram aproximar questão urbana colonial ao ritmo e forma do desenvolvimento territorial. Thétis Nunes, Felisbello Freire e Luiz Mot chegaram a afirmar, em ocasiões distintas, que a ausência de vida urbana entre o processo de colonização portuguesa, essencialmente rural, e a holandesa de natureza urbana definiu “o progresso que desfrutou Recife” durante a ocupação holandesa. Tudo isso para interpretar as razões do pouco desenvolvimento da capitania de Sergipe del Rei, “onde, praticamente, a vida urbana não funcionava”⁴⁴.

“Praticamente”, pontua a Thétis, porque desde 1590 já existia a cidade de São Cristóvão, sede dos interesses coloniais no território da capitania. Desenvolveu durante os seus primeiros cem anos uma extensão funcional para além de suas fronteiras

⁴¹ Cidade (verbetes) Cf.: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v.2, p. 309

⁴² Urbanidade (verbetes) In.: BLUTEAU, Op. Cit. 1728 p. 587

⁴³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

⁴⁴ Nunes, 1989, p. 78

físicas, servindo como ponto de partida de uma concentração e de uma centralização política e administrativa, caracterizando um dos seus traços principais, sobretudo, após a invasão holandesa quando da retomada portuguesa do território.

Thétis para tratar do desenvolvimento do espaço urbano de São Cristóvão em seus primórdios, fez inevitavelmente, referências ao soneto atribuído a Gregório de Matos e/ou Gonçalo Soares, posto constituir uma das poucas alusões sobre o passado colonial de uma cidade sergipana. As alegorias da degenerescência tão exploradas no século XVII são enfim, retomadas. Em 1695, em um parecer do Conselho Ultramarino de 06 de fevereiro a descrição cidade concorre para essa representação:

A cidade da invocação de São Cristóvão que é cabeça daquela Capitania terá duzentos vizinhos cujas casas são de taipa em que se conta a Igreja Matriz que se arruinou e por este respeito mudaram o Santíssimo para a Igreja da Misericórdia que é de pedra e cal, porém de telha vã como são as mais das casas, e quase todas térreas, muito cobertas de palha; que tem dois conventos, um do Carmo e outro de São Francisco que é de taipa e pau a pique, com dez ou doze Religiosos⁴⁵.

Não é estranho que no soneto seiscentista apresentado, as transgressões sejam as matérias para composição do poeta. Pela sátira, os modelos civilizatórios representados pelos modos de vida urbanos são expressos por colisões com a realidade social. Isso é possível porque a sátira é um gênero do cômico, e a matéria do cômico, é o torpe ou o feio, seja de ordem física ou feiura moral, simbólica.

Trata-se de uma definição propriamente aristotélica, verificável nas retóricas satíricas do século XVII, onde se destaca a figura de Gregório de Matos. João Hansen⁴⁶ lembra que a sátira versa, enquanto gênero, “das convenções abstrativas e seletivas da fantasia poética, aplicadas a composição de tipos e caracteres referidos a destinatários empíricos.” Desta maneira, fantasia e realidade podem se confundir, embora alguns estudos enxerguem nas imagens e informações poéticas, elementos realistas que possibilitam produzir um (con)texto.

⁴⁵ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1996. p. 172

⁴⁶ HANSEN, João Adolfo. Anatomia da Sátira. In.: VIEIRA, Bruno V. G.; THOMAS, Márcio. **Permanência Clássica**: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana. São Paulo: Escrituras, 2011 (Ensaio Transversais, 39)

Nessa linha de pensamento, duas perspectivas de entendimento da sátira são usuais: 1) aquela que explora a biografia do autor satírico, que poderia se fazer presente no poema; 2) aquela que a compreende apenas como uma crítica dos costumes. Uma espécie de crônica da corrupção e decadência moral e social de grupos e indivíduos, como crítica das condições sociais, políticas e econômicas de uma determinada formação histórica, ou mesmo como uma relação de especularidade verista - realista sobre as temáticas do poeta⁴⁷. Desse último entendimento, partilhou o antropólogo Luiz Mott em republicação recente sobre os poemas em questão, seguido por alguns historiadores locais⁴⁸. Limitou-se a definir termos, situar o autor e comparar os números de conventos, de casas, os funcionários do Estado e números de religiosos com as descrições usuais da cidade existentes em outras fontes. Um exercício válido e usual, porém que cria um lugar comum para se pensar a cidade, sem levar em consideração a natureza da construção do soneto enquanto sátira.

Essa perspectiva reducionista do poema a fonte histórica, em si, revela o ponto importante da retórica do antropólogo. Ao criar um lugar comum para pensar a história de Sergipe e de sua cidade ele não observou a natureza das relações sociais que perpassam o Antigo Regime, nem analisou a natureza e escolha da sátira para expressão da descrição da cidade pelo poeta, além de fazer conclusões de autoria sem conhecer a obra de Gonçalo Soares, figura aparentemente desconhecida, garantindo assim que Sergipe apareça na escrita de Gregório de Matos, um dos mais reconhecidos e expressivos poeta da tradição literária barroca brasileira.

Na sátira, a maledicência e obscenidade, podem conviver com a seriedade, moralidade e gravidade. Isso é possível, se entendida a natureza do gênero como misto (estilisticamente), e de certo modo livre em relação a sua unidade. Por outro lado, a fantasia poética não possibilita muita liberdade, por se encontrar pautada, principalmente, por preceitos retóricos, e esquemas modelizadores de constituição do discurso.

É que a sátira encontra a realidade social não como cópia verista ou realista da empiria, mas nas convenções discursivas

⁴⁷ HANSEN, Op. Cit.

⁴⁸ Ver: NUNES, Maria Thetis. Sergipe Colonial II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. v.2, FRAGATA, Tiago. Barroco em Sergipe: soneto de Gregório de Matos Disponível em < <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/07/barroco-em-sergipe-soneto-de-gregorio-de.html>>

partilhadas pela recepção, pautadas todas pela concordância acerca da imagem caricatural que o discurso efetua, mantendo em circulação o estereótipo de grupos, tipos, vícios e situações criticáveis. A caricatura é aceita pelo destinatário como conveniente, não importa a extrema inconveniência da sua deformação.⁴⁹

A circulação de estereótipos ou mesmo a sua criação e recepção parte da concordância dos elementos envolvidos nessa ação comunicativa. No caso específico de Sergipe do século XVII, é a imagem de um agente externo cuja ação retórica configura certa percepção do que seria, não somente São Cristóvão, mas, o próprio território da então capitania de Sergipe Del Rey. Nesse contexto, a palavra caricatura, apresentada por Hansen, encontraria correspondência no conceito de representação de Chartier⁵⁰ (1990). A imagem satírica da cidade de São Cristóvão configuraria, assim, uma representação territorial importante ajustada no século XVII.

Outras imagens no século XVII também contribuíram para reforçar uma determinada representação das estruturas da sociedade sergipana e da importância de sua comunidade política, assentada sobre a representação da Câmara de São Cristóvão durante a segunda metade do século em questão. Barléu, por exemplo, dedicou um aparte na introdução de sua obra: *“Tu, Sergipe, pões em face de tuas moradas as flamas de Febo, e sozinho queres ser chamado de el-Rei.”*⁵¹

É nessa obra que se encontra exposto a primeira representação gráfica, conhecida do território de Sergipe del Rei: O mapa de Joan Blaeu (1596-1673). Luis da Câmara Cascudo o comparou aos outros mapas existentes na obra, bem como o real conhecimento que os holandeses possuíam de Sergipe. Para Cascudo enquanto nas outras capitanias os mapas eram bastante adornados e mais completos de informação, para esta apenas consta a representação de “uma grinalda de folhas e frutos decorativos, indicando a simples colheita como processo normal de trabalho. Um

⁴⁹ HANSEN, Op. Cit. p. 156

⁵⁰ A relação que Hansen promove entre a sátira e a realidade social, na produção da “caricatura” satírica, lembra a importância que Roger Chartier (1990, p.17) concebe ao estudo das representações sociais. Segundo Chartier: “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados por interesses de grupo que as forjam.

⁵¹ BARLÉU, Op Cit., p. 86 (grifo nosso)

cactos rasteiro, três animais, o porco-do-mato, um maracajá, e uma anta dão a ideia da fauna sergipana”⁵². Não é a imagem da civilização que predomina ali, mas a do sertão.

Essa imagem do sertão em oposição a civilização forma uma compreensão não menos binária, forte e persistente entre as que vêm descrevendo o mosaico cultural brasileiro. Muitas vezes o sertão se apresenta como imagem fronteira que se dilata em territórios sem ordem e disciplina, servindo como antídoto da civilização. No que pondera Oliveira:

O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos⁵³.

Longe das representações holandesas, mas contemporâneo delas, o padre Antônio Vieira já havia se pronunciado sobre o peso dessa Capitania para o domínio atlântico português. Sergipe, Maranhão e Ceará estavam entre os territórios que deveriam ser entregues a Holanda. Pontuando as razões para um acordo, Vieira escreveu: *“porque damos Sergipe, tão célebre n’este tratado, hoje é nada e nunca foi tão grande couza como se imagina (...) bem se pode resgatar facilmente, dando-lhes algum dinheiro ou açúcar, que cessa toda questão.”*⁵⁴

Em contrapartida, alguns anos mais tarde (1728) Rocha Pitta pintou a cidade de São Cristóvão com cores mais alegres, fazendo referência aos seus habitantes. Segundo ele

A cidade de São Cristóvão com sua Suntuosa Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Misericórdia, formosos conventos de N. Sra.

⁵² CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia de Sergipe no domínio colonial holandês**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 16, v. 11, p. 06, 1942.

⁵³ OLIVEIRA, L. LIPPI. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 5 (suplemento), 196-197, julho 1998.

⁵⁴ VIEIRA, Pe. Antônio. Discurso do Padre Antônio Vieira em que persuade a entrega de Pernambuco aos Olandeses. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 56, v.1 p. 18;19. 1893 (grifo nosso)

Do Carmo e S. Francisco e uma devota capela de Nossa Senhora do Rosário. É magnífica a casa do Conselho e a Cadeia; nobres a dos moradores que havendo sido em outros tempos muitos hoje não excedem a quinhentos vizinhos⁵⁵

As armadilhas de uma imagem degenerescente estiveram, de certo modo, reforçadas pela historiografia sergipana ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Sergipano. A tentativa incidiu sobre a construção da imagem de superação, de uma civilização heroica. A busca por encontrar no passado os elementos fundadores e primeiros da sociedade sergipana e do seu território traduz a tentativa de identificar as continuidades históricas (essencialistas) e os obstáculos que dificultam o desenvolvimento sergipano.

Um lugar comum, deste modo, foi construído. O Século XVII é assim, de tal maneira, o período da destruição de Sergipe (sua cidade, seu aparelho administrativo, suas atividades econômicas e seu processo de colonização), e o momento em que uma comunidade política, organizada, representada pela câmara de São Cristóvão se impõe defendendo os interesses dos proprietários de sergipanos. Essa é a tese que se encontra em um clássico estudo de Silvério Leite Fontes intitulado a “Formação do Povo Sergipano”, na qual a ideia de povo tem no conceito de nação seu correspondente e surge nesse contexto histórico de organização política pós retirada holandesa do território sergipano.

As edificações e infraestrutura urbanas sofreram alterações significativas na Cidade de São Cristóvão, bem como as condições de vida após a destruição resultante dos conflitos. Em carta de 1657, o Capitão Mor de Sergipe del Rey Jerônimo de Albuquerque ao Rei comunica ao rei D. Afonso VI, a situação da capitania e as dificuldades financeiras de sua população para arcar com a reconstrução. Ao pedir auxílio para edificação da cadeia, necessária para o cumprimento da justiça ele apresenta um entendimento sobre as condições econômicas da população de São Cristóvão:

⁵⁵ PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1976. P. 32

E a cidade estava ainda muito em seus princípios em sua reedificação depois q' os Holandeses ao cuparam, ficou muy desamparada. E eu meacho co' menos vesinhos nella do que havia, Esses osdemenos cabedal, Eos que menos podem ajudar a conçervalla⁵⁶.

A ausência de recursos para a reedificação da cidade é exposta através das representações dos Oficiais da Câmara de São Cristóvão ao Rei, existentes na documentação do Conselho Histórico Ultramarino. Ao tempo que pediam auxílio, expunham as condições da vida econômica e as dificuldades diante dos impostos que pagavam e do pouco que arrecadavam, incluindo a paz com a Holanda⁵⁷, cobrança que se estenderá pelo século seguinte⁵⁸.

Os conflitos mais significativos ocorreram entre os proprietários e criadores sergipanos e as autoridades metropolitanas de Salvador. Depois do conflito com os holandeses, o território da capitania Sergipe estava devastado, sua cidade destruída. Os holandeses não se apropriaram dela e não desenvolveram a colonização. Por outro lado, com a restauração dos domínios portugueses, a Bahia exigia a cobrança de imposto sobre os produtos produzidos em Sergipe, sobre o gado comercializado e lançava medidas para regular o abastecimento de gêneros alimentícios, afim de garantir o abastecimento do território baiano, dentre outras exigências.

Essa ligação política e social que aproximam a Bahia de Sergipe seria “indiscutível”, na perspectiva de interpretes brasileiros como Sergio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos: *“Na evolução histórica brasileira, Sergipe mais se entrosa com os episódios transcorridos na terra baiana e com as transformações*

⁵⁶ AHU, Cx. 01, Doc. 09 - Carta de 1657 do Capitão Mor de Sergipe del Rey Jerônimo de Albuquerque ao Rei [D. Afonso VI] sobre a situação da Capitania de Sergipe del Rey e as providências necessárias. Pede a construção de um presídio para defesa da capitania.

⁵⁷ Cf.: Representação dos Oficiais da Câmara de São Cristóvão, da Capitania de Sergipe del Rey, datada de 01 de junho de 1686, pedindo auxílio ao Rei [D. Pedro II], para concluir a Igreja Paroquial. AHU: Nº 046, Caixa: 01, Doc. Nº 48.

⁵⁸ “Aos oficiais da Câmara dessa cidade ordeno, cobrem prontamente, sete contos, oitocentos quarenta e um mil duzentos e sessenta réis que essa capitania esta devendo das fintas pertencentes ao Donativo de Dote de Inglaterra e paz de Holanda, que dentro de dous meses mandam a esta cidade a pessoa que é estilo, ajustar as ditas fintas(...)”. Carta para o Capitão-mor da Capitania de Sergipe de El-Rey sobre a cobrança das fintas que se devem naquela Capitania. In. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. V. 51 p. 136

*operadas na capitania de Francisco Pereira Coutinho do que com o Nordeste canavieiro*⁵⁹. Ela dominou as produções historiográficas sergipanas, agenciadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), em suas primeiras décadas e que tiveram circulação pela sua revista (1913)⁶⁰, além de balizar os debates sergipanos sobre dependência e desenvolvimento.

Na ausência de uma produção literária própria que se ocupasse de pensar-se enquanto território ou sociedade, as poucas clivagens imagéticas existentes nos põem a pensar Sergipe no século XVII por meio da deformidade e do isolamento, sem prosperidade da vida colonial, ou mesmo sem nenhuma vida urbana⁶¹, como neste fragmento que retiramos de Gregório de Matos:

A Deus, Tetê, que eu me vou
para Sergipe d’El-Rei,
a viver de me ausentar,
e a morrer de vos não ver. (...)

Até o momento o termo território tem sido utilizado a partir de uma noção jurídico-política. Como “a base geográfica do poder⁶²”, elemento essencial “à existência do Estado” que limita sua jurisdição e que representa a parte do globo que ele ocupa⁶³. Isso porque as referências que fazemos ao passado foram construídas a partir da sua definição atual no território brasileiro.

Território é um espaço delimitado pelo poder, mesmo que em forma de representação. Não se caracteriza somente por uma existência física e não pode ser

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Dir.). **O Brasil Monárquico**: dispersão e unidade. 5. ed. São Paulo: DIFEL, v.2, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2). p. 206-207. (grifo nosso).

⁶⁰ Para melhor entendimento sobre o papel da produção historiográfica sergipana, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ou veiculada por sua revista, conferir FREITAS, Itamar. **A escrita da história na ‘Casa de Sergipe’**: 1912-1999. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2002 (Coleção Nordestina)

⁶¹ Nunes (1989); Freire (1977) e Mott (1986) comparam Sergipe a Pernambuco e Bahia em números populacionais para concluir que a ausência de vida urbana é motivo do seu pouco desenvolvimento.

⁶² BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.. p. 94

⁶³ AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 64

conceituado genericamente como espaço, ele é posterior a esse e se forma por sua apropriação e pelo fluxo de informações e energia nele projetado.

O território se forma pelo espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço.⁶⁴

Existem distintas formas de apropriação dos espaços nos quais as disputas representacionais (territoriais, societárias) se inscrevem. Podem marcar o sentido que o espaço assume, também, na produção do conhecimento histórico, cujos elementos iniciais demarcam a experiência de domínio da natureza e de controle e gestão dos fluxos migratórios e naturais.

A ausência de estudos sobre os modos de vida dos grupos urbanos que se formaram em Sergipe e sua imagem de civilização depõe contra o modo como se tem representado o papel das cidades e vilas no contexto de uma historiografia, preocupada apenas com esses espaços como *locus* abstrato dos eventos históricos.

Além disso, uma farta produção historiográfica se ocupou de pensar o território sergipano inicialmente a partir do viés da dependência da Bahia e da perda de territórios que se processou ao longo da história colonial e imperial de Sergipe. Parecia, antes da república, não existir uma ideologia que contemplasse os estudos urbanos. Salvo, é claro, quando atrelada a outras questões de ordem econômica as cidades e vilas foram pouco citadas. A exceção é para a cidade de Aracaju, que compreende a maioria dos estudos. Um diagnóstico da história dos municípios sergipanos foi realizado em 2002, no qual extraímos uma observação importante sobre o assunto:

São melhor conhecidas as informações sobre a zona econômica e politicamente mais importante dos séculos XVIII e XIX, o vale do Cotinguiba – zona açucareira por excelência – enquanto o Baixo São Francisco, a região do rio Real, a região central e a fronteira

⁶⁴ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143

Oeste com a Bahia são assinaladas por grandes lacunas ou pela falta absoluta de dados históricos⁶⁵.

Por outro lado, em consulta a documentação existente sobre as cidades e vilas sergipanas, no império, conseguimos identificar 236 códigos de posturas municipais aprovados pela Assembleia Provincial para 31 municípios existentes, entre cidades e vilas, nos anos compreendidos entre 1835 e 1888. Desse total, 06 municípios, localizados nos extremos da Província de Sergipe, e que faziam fronteira com as províncias da Bahia e Alagoas são responsáveis por 22,5% da legislação urbana encontrada sobre o período, o que contraria a informação sobre a ausência de dados históricos.

Essa evidência nos alerta sobre a necessidade de não subestimar os níveis de ordenamento urbano desses municípios, que antecedem ao período republicano, nem tão pouco o dinamismo existente e/ou o processo de interiorização da metrópole no território.

As poucas informações existentes sobre os municípios pareceu reproduzirem o par antitético sertão-civilização, dedicando-se ao litoral, economicamente representativo, e abdicando de uma leitura dos modos de vida urbana ou mesmo de interiorização de modos de vida e padrões de comportamentos regulados que se pode esperar de uma cidade ou vila. Isso implica, nas perspectivas teóricas e no quadro ideológico dos historiadores que reproduzem.

Três perspectivas bastante significativas podem ser extraídas dessa leitura: 1) a de que não se entende como processo de civilização as formas que assumiram o ordenamento dos pequenos núcleos populacionais, que se estabeleceram como comunidade política através da criação do município. Nisso pesa a imagem da civilização fortemente moldada em modelos externos e na concepção de sertão como ausência; 2) uma visão que toma como base o materialismo histórico, em que contempla as cidades e vilas a partir somente do lugar ocupado por elas no processo produtivo; 3) ou mesmo de uma historiografia que afirma que sendo o modelo

⁶⁵ OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Pércles; SANTOS, Elissandra Silva. Historiografia das cidades sergipanas. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 6. 2000, Natal. **Trabalhos publicados**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. **CD-ROM**.

português de colonização, essencialmente rural, em detrimento ao holandês e outras nações, partilham da visão predominante de uma corrente historiográfica do final do século XIX e que na década de 1930 interpretara o Brasil a partir da identificação dos obstáculos que dificultam o seu desenvolvimento, identificando “seus males de origem” relacionados, de certo modo, a influência da tradição ibérica na colonização e no império⁶⁶.

1.2. TRAJETÓRIAS, ANUNCIAÇÕES DE UMA DEPENDÊNCIA: SÉC. XVI – XIX

Na ocasião em que os poemas foram compostos, no século XVII, a cidade de São Cristóvão já se localizava as margens do Rio Paramopama, afluente do rio Vaza Barris, terceiro sítio escolhido para hospedá-la em menos de 100 anos.

O senador Candido Mendes de Almeida, autor do “Atlas do Império do Brasil”⁶⁷ publicado em 1868, esquematizou um quadro com a distribuição dos territórios brasileiros descobertos pelos donatários no século XVI e XVII. A posição de Sergipe nele é revelador de sua natureza: Sergipe del Rei era uma capitania real, subordinada a capitania da Bahia e que tinha a coroa portuguesa como seu donatário.

Quando em 1534, no reinado de D. João III, a coroa portuguesa dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias, o território do atual Estado de Sergipe fazia parte da concessão feita a Francisco Pereira Coutinho por Carta de Doação, naquele ano, de um território que se estendia da foz do rio São Francisco até a Ponta do Padrão na Baía de Todos os Santos⁶⁸. Coutinho iniciou as bases da colonização fundando a Vila Velha do Pereira, onde hoje se encontra o farol da barra em Salvador. Entretanto, com a morte de seu donatário, seu filho Manuel Pereira Coutinho, em 1547, cedeu por contrato à Coroa Portuguesa, as terras recebidas de seu pai. Não chegaram a explorar

⁶⁶ Cf.: VERGARA, Moema R. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes Historiográficas da ciência no século XX, **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.22731, 2004. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/49.pdf>

⁶⁷ ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Lithografia do Instituto Philomático, 1868.

⁶⁸ Atual Santo Antônio da Barra em Salvador, conforme esclarece SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memória Histórica, e Política da Província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt, 1835. T. 1, 1835. p. 58

as 50 léguas que formavam a capitania, ficando a região até o rio São Francisco abandonada⁶⁹.

A posse da capitania da Baía de Todos os Santos por D. João III foi importante para o início de uma ação centralizadora no território da colônia. A coroa estabeleceu em 1548 um Governo Geral com sede na Bahia, e submeteu todas as outras capitanias a ele. Entre as pretensões da metrópole estavam a necessidade de garantir o povoamento, de explorar as riquezas e de ampliar e integrar os territórios ao domínio português, evitando assim a invasão de outras nações europeias em suas possessões atlânticas.

A institucionalização do Governo Geral em substituição ao modelo de capitanias hereditárias introduziu a figura do governador geral, cujo primeiro foi Tomé de Souza. Uma autoridade que **tinha a função de representar os interesses do rei de Portugal** em terras brasileiras e que seria auxiliado pelo provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor que com ele vieram para exercer a administração da colônia.

Tomé de Souza concedeu sesmarias como parte da política colonizadora. Entre as obrigações constantes no regimento que recebeu de D. João III, estavam a de encontrar uma localização mais segura para fundar a cidade da Bahia, que serviria de centro administrativo da colônia, sede do Governo Geral e da capitania. Outra determinação real constante no regimento referia-se ao restante do território da capitania, outrora pertencente a Francisco Pereira Coutinho:

Quanto às terras e águas da dita capitania que estão fora do termo que ora ordeno à dita povoação até o Rio de São Francisco por onde parte com a capitania de Duarte Coelho vos informareis que terras que são e que rios e águas há nelas e que disposição têm para se poderem fazer engenho daçucares e outras benfeitorias e se vo-las pedem algumas pessoas e quanta parte cada um pede e que benfeitorias se quer obrigar a fazer nelas e escrever-me-eis tudo muito deciaradamente com vosso parecer de maneira que será mais meu serviço darem-se as ditas terras para se melhor poderem povoar e aproveitar e quanta parte se

⁶⁹ Cf.: FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1989. p. 175

deve de dar a cada pessoa e com que obrigação e jurisdição para vós eu nisso mandar o que houver por bem que façais.⁷⁰

Seriam essas também as que compreenderiam a capitania de Sergipe del Rei, após sua conquista e colonização. De certo modo, as notícias sobre a região já haviam aparecido nos relatos das primeiras expedições exploradoras ao Brasil, comandadas em 1501, por Gaspar de Lemos e que foram narradas pelas cartas do piloto florentino Américo Vespúcio⁷¹. Naquele período alguns rios foram explorados e o contato com a população indígena estabelecido. D. João III quando fez da capitania de Francisco Pereira Coutinho, Capitania Real requisitou maior conhecimento desse território. Essas terras dividiam a Capitania da Baía de Todos os Santos da Capitania de Pernambuco de Duarte Coelho.

Gabriel Soares de Souza em suas “notícias do Brasil”⁷² escreveu sobre esse território e o assinalou como zona de beligerância indígena, expondo com horror os hábitos antropofágicos e de escravização entre os índios em guerra. Em um mapeamento dos conflitos apontou para fato de que os índios situados entre o rio São Francisco e o Rio Real se declaravam inimigos daqueles que estavam estabelecidos entre o Rio Real e a Bahia. No meio desses conflitos os franceses estabeleceram relações com os grupos indígenas e desde 1534 já se tem relatos de sua presença.

A antropóloga Beatriz Goes Dantas⁷³ traçou um mapa de algumas etnias que habitaram o território do atual Estado de Sergipe, entre os séculos XVI e XX. Seu estudo conseguiu evidenciar a existência de uma diversidade étnica e populacional indígena no século XVI. Os tupinambá formavam o maior grupo e eram os que mais estavam espalhados pelo território. De acordo com os relatos dos cronistas da época, 25.000 índios habitavam essas terras, cuja maior concentração demográfica estava

⁷⁰ Item 11 do Regimento recebido por Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548 para que se cumprisse no Brasil em decorrência de nomeação como seu governador geral. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas, e políticas da província da Bahia**. Annotado por dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 266.

⁷¹ NUNES, 1989, p. 17

⁷² SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil**. Brasília: Departamento de Assuntos Culturais do MEC, 1974. p. 25

⁷³ DANTAS, Beatriz Goes. **Os índios em Sergipe**. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) Textos para a história de Sergipe. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Banese, 1991. P. 19-60

localizada entre os rios Real e Sergipe ⁷⁴. Com a destruição da França Antártica em 1565, intensificou - se nessa região a presença dos corsários franceses.

Como pensar o peso desse território na política lusa do século XVI? A historiografia clássica demonstrou a importância estratégica que essa região assumiu no processo de colonização portuguesa. Seu domínio militar seria fundamental para estabelecer a comunicação entre dois polos da colonização no século XVI (Bahia e Pernambuco), garantir a proteção da sede do governo colonial, evitar o avanço da invasão francesa sobre sua colônia, ameaçando seus domínios, obter mão de obra e gado.

Por outro lado, no contexto colonial brasileiro, não existe exclusividade nessa observação sobre Sergipe. João Fragoso e Manolo Florentino, ao estudarem a Capitania do Rio de Janeiro, por exemplo, concluíram que seu destaque no século XVI era muito menos por seu papel econômico e muito mais por sua importância geopolítica. Os vínculos econômicos que a região mantinha com o mercado atlântico eram restritos “à exportação de farinha de mandioca para Angola, Bahia e Pernambuco”⁷⁵, sua população era pequena, com incipiente hierarquização social.

A compreensão da importância geopolítica de Sergipe, no processo de integração do território brasileiro ao sistema atlântico português no século XVI, não garantiu, por sua vez, que figurasse nos relatos históricos e nas crônicas produzidas nesse período, com a mesma importância que as capitanias vizinhas. Observação também realizada por Lílian Fonseca Salomão, quando, ao empreender um estudo sobre as “Sesmarias de Sergipe D’El Rey”⁷⁶ e as propriedades rurais do nordeste no período colonial, identificou que as referências a Sergipe nessas obras são episódicas.

Para o autor do “Livro que Dá Razão do Estado do Brasil 1612”, por exemplo, Sergipe era uma *capitania* “*muy proveitosa ao engenho e fazendas de Pernambuco e da Bahia para os quaes todos os anos vay muito gado, assy para comer, como para serviço, criam-se nestes pastos muitos boes éguas, e bons cavalos, q’ dos do Brasil*

⁷⁴ NUNES, 1989, p. 175

⁷⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 2.ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. p. 33

⁷⁶ SALOMÃO, Lillian da Fonseca. **As Sesmarias de Sergipe d’ El Rey**. 1981. 157 f. Dissertação (Mestrado em Historia) Instituto de Filosofia e Ciencias Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

são os milhores”⁷⁷. Essa observação favorece o entendimento de um *dever* territorial, e nos permite pensar na lógica econômica que movimentou, também, os vários interesses na colonização. Dentre os quais, - e não menos estratégicos - os privados, interessados em investir na conquista e no domínio desse território.

Não obstante, a retórica da dependência sergipana partilhada por algumas fontes alimentou a compreensão de um “sentido” de colonização. Fomentou os debates sobre seu desenvolvimento, dependência e autonomia por muitos anos, além de marcar a historiografia sergipana do século XIX e início do século XX. As tentativas de superação dessa perspectiva, ainda no século XIX, contribuíram para que novas representações territoriais reinventassem Sergipe, tentassem reposicionar sua importância territorial no contexto da história colonial brasileira. Questões essas que nos ocuparemos em outro momento.

Portanto, seguindo as determinações do regimento entregue pela Coroa portuguesa a Tomé de Souza, foi realizada a distribuição de terras destinadas à produção e povoamento por meio de sesmarias. A partir de então grandes latifundiários estenderam seus negócios pelas terras ainda devolutas, da Capitania Real sede do governo nos primeiros anos. Dentre os mais destacados sesmeiros, estava Garcia d’Ávila que veio em companhia de Tomé de Souza. Estabeleceu-se na região do recôncavo baiano e foi um dos primeiros a receber sesmarias. Gabriel Soares de Sousa o definiu como “*um dos principais e mais ricos comerciantes do Salvador. (...) que tem toda sua fazenda em criações de vacas e éguas*”⁷⁸. A forte presença indígena na região alimentava o interesse dos sesmeiros em mão de obra escrava para o trabalho nas grandes fazendas.

O papel de Garcia d’Ávila, sediado na casa da Torre, é significativo. Capistrano de Abreu em seu “*Capítulos de História Colonial*” revelou a força dos seus investimentos na colonização e o interesse que tinha no cativeiro de índios para o trabalho nas fazendas, aos quais em muitos momentos declarou guerra. Sua ação percorreu territórios extensos e contava com o apoio das autoridades coloniais sediadas em Salvador, como Tomé de Souza e mais tarde, o primeiro Governador do

⁷⁷ MORENO, Sargento-Mor Diogo de Campos. Livro que da razão do Estado do Brasil. In. **Revista de Aracaju**. Aracaju, v. 1, n. 2, p. 56, 1944

⁷⁸ SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil**. Brasília: Departamento de Assuntos Culturais do MEC, 1974. p. 25

Norte, Luis de Brito. Capistrano Abreu não deixou de ressaltar a expansão do conhecimento territorial favorecido pelo adentramento da pecuária pelo território ainda não colonizado. A criação de gado, segundo descreve, primeiro iniciou-se nas cercanias de Salvador, percorrendo o território até a margem direita do São Francisco. Menos lenta também foi o movimento na outra margem, partindo de Pernambuco. Sobre a extensão dos investimentos da Casa da Torre, assim descreveu:

Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e cinquenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d'Avila, protegido de Thomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnahiba senhoreava mais setenta léguas. Para adquirir estas propriedades immensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias⁷⁹.

Felisbello Freire, contemporâneo de Capistrano, escreveu em sua história de Sergipe de 1891, que a colonização sergipana foi consequência dessa expansão colonizadora da Bahia para o norte e que o sergipano antes de ser agricultor, foi pastor. Tais compreensões formam um lugar comum das representações historiográficas sobre o que viria a ser o território de Sergipe e sua população.

Nessa história, os interesses da Casa da Torre foram se impondo no processo de conquista e colonização do território da capitania da Baía de Todos os Santos subindo para o norte da colônia. No caminho de sua expansão a conquista dos territórios acontecia pela rendição dos índios, de modo pacífico ou pela Guerra. Havia interesse em estabelecer guerra justa, em abrir precedentes para a escravização indígena. A força política dos d'Ávilas marca o interesse das primeiras tentativas de colonização do território sergipano. Contavam eles com o apoio dos governadores estabelecidos em Salvador.

Visualizamos para Sergipe dois movimentos de conquista e colonização do território, que marcam a historiografia existente sobre a região. Trataremos de sua exposição.

O primeiro movimento teve início na década de 1570. Nessa época os franceses mantinham fortes relações comerciais com os Tupinambás, sobretudo nos rios Real,

⁷⁹ ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800**. Rio de Janeiro: M. Orosco e Cia, 1907. p. 172

Vazabarris e Cotinguiba . No interior da capitania, entre os portugueses, havia o interesse dos criadores de gado em expandir suas criações por essas áreas. A intensificação do processo de colonização portuguesa na região, e a gradual integração da economia colonial ao sistema comercial atlântico produziu uma demanda por mão de obra, reveladora dos conflitos em torno do interesse na participação indígena escrava.

As missões jesuítas tentaram por um caminho diplomático garantir o controle do território para a colonização. É importante destacar que alguns anos antes, ainda durante o Governo de Mem de Sá, foram empreendidas expedições militares na perseguição aos índios do rio Real. O pretexto seria punir os Caetés, escravizando-os, por terem devorado o primeiro Bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha em 1556. Sobre pressão da Companhia de Jesus, a guerra empreendida foi considerada injusta. Maria Thétis Nunes⁸⁰ comenta os problemas dessa ação, afirmando que, além de não reduzir a participação francesa na região, reforçou os laços destes com os Tupinambás e ascendeu o ódio indígena contra os portugueses. A desconfiança indígena será narrada, mais tarde, por Inácio de Tollosa em sua carta, quando da atuação dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio.

Em 1575 a Companhia de Jesus se antecipou na luta pelo controle das populações indígenas. As primeiras tentativas de colonização de Sergipe ocorreram a partir dessa década, com a ação dos jesuítas. O padre Inácio de Tollosa explica, em carta ao seu superior, que a origem da ação inaciana adveio do interesse manifestado por muitos chefes indígenas que o procuraram para “*ensinar-lhes as coisas de sua Salvação*”⁸¹. Nesse documento Tollosa faz um relato minucioso, ao Padre Geral da Ordem, sobre o início e desenvolvimento dos trabalhos delegados aos cuidados do padre Gaspar Lourenço no rio Real e não deixa de destacar as inquietações e desconfianças na região, geradas pela presença dos portugueses, que vieram na companhia dos padres.

Com o início da ação inaciana os jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio percorreram 28 aldeias⁸² e por onde passaram, fundaram as missões e ergueram

⁸⁰ NUNES, Op. Cit. p. 19

⁸¹ FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977. p. 71

⁸² Cf.: TRABALHO dos primeiros jezuítas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 57, v. 1, 1894. p. 236

igrejas dedicadas a São Tomé, nas imediações do rio Piauí, a Santo Inácio nas margens do rio Vaza-Barris e a São Paulo, localizadas em terras dominadas pelos caciques tupinambá Serigi, Surubi, e Aperipê, provavelmente em território que hoje pertence ao município de Aracaju.

O governador Luiz de Brito autorizou que, em companhia dos inacianos, fosse “*um capitão, com alguns homens brancos, com desejo de haver lá alguma povoação*”⁸³. Enquanto estes se estabeleceram no rio real, os padres adentraram o território.

Paralela a atuação dos jesuítas, Luiz de Brito delegara poderes para nas cercanias do rio Real, Garcia d'Ávila fundar uma povoação. Segundo Felisbello Freire, seria ordem de D. Sebastião estabelecer povoações na região, na tentativa de conter o avanço dos franceses que ali estabelecidos pacificamente, comercializavam com os índios.

Logo em seguida o governador chegou a região acompanhado de soldados e de muitos moradores da Bahia animados pelo desejo de capturar os índios para escravização. Luiz de Brito não aprovou o local, escolhido para a povoação. A presença dos portugueses causou a desconfiança dos chefes indígenas que empreenderam a fuga e abandono das missões sob o cuidado dos padres. Luiz de Brito interpretou esse ato como rompimento da paz, e por isso mesmo, iniciou a guerra aos índios e aos franceses. Um cronista, ao tratar dos trabalhos dos primeiros jesuítas, destacou que da guerra empreendida por Luiz de Brito foram capturados mil e duzentos índios, presos na igreja de São Tomé e levados para a Bahia⁸⁴, onde morreram. Esse movimento colonizador, na avaliação de Felisbello Freire, ocorreu sem deixar segura “as bases de uma colonização que [Luiz de Brito] confiou á Garcia d'Avila, a quem não foi dado corresponder aos intuitos do governador.”⁸⁵

A ausência de continuidade do processo colonizador favoreceu o retorno das relações entre os índios Tupinambás e franceses. A ação colonizadora de Luiz de Brito, em 1575, não conseguiu introduzir as bases para a organização política de uma nova capitania. Pouco mais de uma década, durante a união das coroas ibéricas (1580-1640), o interesse pelo domínio efetivo do território além do rio Real foi reaceso. Esse

⁸³ TRABALHOS..., Op cit. p. 236.

⁸⁴ Cf.:FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Perserverança, 1891, p.15; TRABALHOS..., 1894, p. 242

⁸⁵ FREIRE, 1891, p. 15

seria o segundo movimento de que falamos, marcado pelo desempenho militar de Cristóvão de Barros em 1590.

Cristóvão de Barros era filho de Antônio Cardoso de Barros que fora provedor-mor da Fazenda, no tempo de Tomé de Souza. Antônio Cardoso tinha sido donatário da Capitania do Ceará, mas nunca tomou posse. Durante o Governo de Duarte Coelho diversas desavenças envolvendo o governador e outras autoridades coloniais estabeleceram uma forte oposição na colônia. Dentre os opositores estava ele e o bispo D. Pero Fernandes de Souza seguidos por outras autoridades que, descontentes, embarcaram para Portugal com representações contra o governador. Porém, a nau que os conduzia naufragou na foz do rio Coruripe e um pouco mais além desse rio, foram mortos e devorados pelos índios Caetés⁸⁶.

Cristóvão de Barros veio para o Brasil comandando uma armada que o rei de Portugal enviou a Mem de Sá, chegando ao Rio de Janeiro em 1566. Lutou para expulsão dos franceses e contra os ataques indígenas dos tamoios no Rio de Janeiro, saindo vitorioso. Recebeu sesmarias nessa região onde estabeleceu engenho e iniciou os trabalhos de colonização. Com o fim do período de governo do Capitão-mor Salvador Correa de Sá, recebeu em Portugal de D. Sebastião, em 31 de outubro de 1571, as funções de capitão-mor e governador dessa capitania e provedor-mor da fazenda, assumindo-as no ano seguinte.

Sua participação nos eventos em Sergipe ocorreu somente a partir de 1587 durante o governo de Manuel Telles Barreto, o primeiro governador geral da Bahia indicado pelo rei Felipe da Espanha na fase da União Ibérica.

Na descrição realizada por Felisbelo Freire⁸⁷ consta que alguns índios pediram ao governador para receber a moral do evangelho e, para isso, necessitavam garantir sua passagem por entre aldeias inimigas. Solicitaram ao governador, por emissários, soldados que os acompanhassem. A discórdia entre os índios do rio São Francisco ao rio Real e os da Bahia, bem como a presença francesa na região foi um dos motivos para o Governador reunir um conselho de cinco membros, dentre os quais fazia parte Cristóvão de Barros, para definirem o processo de conquista. Embora Cristóvão de Barros fosse contrário ao pedido, o conselho decidiu aprová-lo. Enviou, assim, cento e

⁸⁶ Cf.: STUART, Guilherme (Barão de Stuart). Antonio Cardoso de Barros. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. t. 33, ano. 33, Fortaleza: Typ. Minerva, 1919. p. 294-299

⁸⁷ Cf.: FREIRE, 1891, p. 15

cinquenta soldados acompanhados dos padres jesuítas, que mantinham relações amistosas com os indígenas. Essa seria a segunda missão em Sergipe se não fossem mortos pelos indígenas. Felisbello Freire interpretou o acontecimento como um ato de traição dos índios, mesma linha de exposição que encontramos na História de Brasil de Frei Vicente do Salvador⁸⁸.

Revisitando o episódio, Maria Thetis Nunes⁸⁹ proporciona outro entendimento fundamentado em cartas do padre jesuíta Cristóvão de Gouveia. Para ela os indígenas estavam desconfiados dos colonos e percebiam sua intenção em aprisioná-los, uma vez que a muitos foram prometidas terras em Sergipe, a exemplo dos padres da Ordem de São Bento. Estes juntamente com o Governador e Garcia d'Ávila, foram acusados pelo jesuíta de serem responsáveis pela expedição⁹⁰.

Os interesses na colonização da região do rio Real ao São Francisco movimentou a pauta política d'o império português no Atlântico. Preparando-se para revidar a ação indígena, Manuel Telles Barreto ordenou aos capitães mores de Pernambuco e Itamaracá que se preparassem para a conquista da região, entretanto suspendeu a ação direcionando-a para a Paraíba, onde franceses e índios potiguares estavam unidos.⁹¹

Em março de 1587, contudo, faleceu Manuel Telles Barreto. Formou-se, então, uma junta governativa da qual participava Cristóvão de Barros que seria, interinamente, o Governador e Capitão-general do Estado do Brasil até 1591. Felisbello Freire destacou as dificuldades existentes em concluir sobre as causas reais da conquista do território, mas não deixou de inserir entre as possíveis, o interesse de Cristóvão de Barros em empreender uma vingança aos Caetés, como o fez Mem de Sá, para vingar a morte do seu pai.

A colonização foi motivada por ordem de Felipe I de Portugal. Os colonos estabelecidos entre o rio Real e o rio Itapicuru encaminharam-no requerimento

⁸⁸ Cf. SALVADOR, Frei Vicente do. **História de Brasil**. São Paulo: w e i s z f l o g irmãos, 1918.

⁸⁹ NUNES, 1989. p. 25

⁹⁰ O próprio Felisbello trás cópia transcrita de uma carta de doação de sesmaria de três léguas em quadra no rio Continguiba, datada de 03 de agosto de 1603 aos padres de São Bento. In.: FREIRE, 1977, p. 373.

⁹¹ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memória Histórica, e Política da Província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt , 1835. T. 1, p. 73

solicitando que promovesse a colonização, visto sofrerem as hostilidades praticadas pelos indígenas e franceses. Além disso, Felisbello Freire construiu uma hipótese, baseado em informações de uma carta de sesmaria, que considerou como imperativo importante para uma ação militar autorizada pela coroa. Segundo a carta, datada de 15 de maio de 1623, era de conhecimento na época um plano de invasão e tomada de Salvador pelos franceses pelo mar com a ajuda dos indígenas por terra.

Reunindo um exército em 1589 e com ordem de Felipe I de Portugal, Cristóvão de Barros empreende as ações militares para a conquista do território entre o Rio Real e Rio São Francisco. No comando da expedição o então governador interino, reconhecido pelos combates empreendidos no Rio de Janeiro contra índio e franceses, estabelece artilharia.

Divide seu exército e delega aos irmãos Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins o assalto ao sertão. Estes avançaram com cento e cinquenta homens e mil índios, engrossando seu exército com os índios tapuias que encontravam e se somavam no caminho, reunindo quase três mil índios flecheiros que iam devastando aldeias inimigas. Os índios em fuga se reúnem e formam um cerco. Os irmãos comunicam a Cristóvão de Barros e pedem socorro. Em 23 de dezembro de 1589, com a ajuda empreendem o combate, conseguindo avançar e vencer os cercos inimigos. Na soma dos mortos seiscentos índios e seis portugueses.

Reunindo o exército para os combates, Cristóvão de Barros dirige-se as aldeias dos grupos indígenas junto ao litoral na várzea do rio Vaza Barris, cujo Principal era *Baepeba*. Os índios se fortificaram em três cercas que se protegiam mutualmente e que tinham aproximadamente vinte mil índios flecheiros.

Diante da fragilidade portuguesa frente aos cercos, Cristóvão ordena a interceptação dos caminhos das fontes, privando os índios de água. Inicia-se uma série de combates. Em 1º de janeiro de 1590 o último deles é empreendido, dando vitória a Cristóvão de Barros. Os índios em fuga e os franceses foram perseguidos pelo exército que adentra mais o território. O saldo da guerra seria de dois mil e quatrocentos índios mortos e quatro mil prisioneiros.

Na foz do rio Sergipe, barra do rio Poxim, em um istmo, fundou um forte e próximo dele um arraial que deu o nome de cidade de São Cristóvão, a qual assumiria o papel de sede da nova capitania real fundada com o nome de Sergipe del Rei. Esta

seria uma nova circunscrição político-administrativa criada na colônia, com Capitão-Mor, cujo Cristóvão de Barros foi o primeiro.

Entre as suas prerrogativas de capitão estava a de poder repartir as terras conquistadas, conceder sesmarias e montar a máquina administrativa de governo para a colonização e povoamento. Opera-se, portanto, um deslocamento do rei, simbólico é claro, mas não menos significativo, pois delimita o seu território e vem seguida por uma política do espaço.

A colonização desenvolveu-se no sentido norte-sul, partindo do Rio Real, onde as primeiras sesmarias foram doadas até o rio São Francisco. A maioria delas estava destinada à cultura de subsistência: mandioca, milho, arroz, feijão, legumes e aves. Contudo, a criação de gado marcou as práticas colonizadoras nos primeiros anos, adentrando e se expandindo pelo território. Das 220 doações de sesmarias registradas por Felisbello Freire entre os anos de 1594 e 1625, 145 delas foram requisitadas para a exploração pecuária. Essas atividades exigiam poucos investimentos e a sociedade que se formava em seu entorno possuía, no princípio, menor grau de hierarquização social com o desenvolvimento de uma população livre, mestiça ou negra.⁹² O processo de colonização continuou pelo século seguinte, sendo interrompido apenas quando se iniciaram as invasões holandesas ao nordeste açucareiro, em 1624. No entanto, foi reiniciado em 1655, após a restauração portuguesa⁹³, estendendo-se por quase toda a capitania.

Acompanharam Cristóvão de Barros na campanha, pessoas representativas da vida baiana, explica Maria Thehis Nunes⁹⁴, dentre os quais podemos destacar o Alcaide-Mor Duarte Muniz Barreto e João de Ávila da Casa da Torre. Esta serviu como base da expedição que contou com a ajuda de quatrocentos índios flecheiros, fornecida pelas aldeias jesuítas da Bahia, e com o subsídio de muitos colonos de Pernambuco e da Bahia que, interessados na escravização indígena, empregaram recursos na guerra. Cristóvão garantiu uma extensa sesmaria ao seu filho, Antonio Cardoso de Barros, e àqueles que, tendo lutado, as requereram.

⁹² NUNES, Op. Cit. 1989. FREIRE, Op. Cit, 1891.

⁹³ FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; IHGB, 1998. (Edição Fac-similar). p. 294.

⁹⁴ NUNES, Op. Cit. 1989, p. 26

Embora o sucesso da expedição tenha marcado a história do território compreendido entre o rio Real e o rio São Francisco, a expulsão dos franceses não foi imediata. O historiador Carvalho Lima Júnior⁹⁵, identificou ainda em 1596, durante o governo do terceiro Capitão-Mor Diogo de Quadros (1595 -1601), ações conflituosas no rio Real. Contudo, as bases da vida administrativa de Sergipe foram lançadas, incorporando o território ao império atlântico português.

A insegurança causada pela continuidade dos ataques franceses revelou a fragilidade e as adversidades topográficas do sítio escolhido para a fundação da cidade. A solução encontrada foi a sua mudança para um outeiro junto a barra do rio Poxim, ainda durante o governo do capitão-mor Diogo Quadros.

Barleu⁹⁶ não deixou de descrever esses primeiros anos da vida na “Capitania do Cirii”, como a denominava, destacando o interesse de muitos baianos em se estabelecerem em suas terras. De acordo com os números apresentados pelo escritor holandês, Sergipe possuiria quatro engenhos de pouco custo e quarenta currais de gado, e sua cidade teria um número aproximado de cem fogos.

Além de um ponto de colonização, a criação da cidade de Sergipe atuou como um elemento centralizador no território, sobretudo através da instalação da Câmara Municipal e dos cargos necessários para seu funcionamento. As Câmaras Municipais eram instituições fundamentais que possibilitavam a grande uniformidade institucional na organização municipal portuguesa, bem como a construção e manutenção do seu Império Ultramarino⁹⁷. Garantiam, por sua vez, um intercâmbio contratual implícito entre rei e reino dos quais a capitania de Sergipe e sua cidade integrariam. Para isso também contribuíam a criação de uma força policial, das normas e procedimentos para a vida administrativa, representada pelas Ordenações Filipinas e pela legislação

⁹⁵ LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe: 1590 a 1820**. Aracaju: Segrase, 1985. p.13 (Coleção José Augusto Garcez).

⁹⁶ BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-Geral de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange. Trad. Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 358 (Edições do Senado Federal; v. 43).

⁹⁷ BICALHO, M^a Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVÊA, M^a de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa séc. XV-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.191

complementar. São partes de um todo que caracteriza o modelo português de organização local, adotado em todo território de seu domínio.

O termo Sergipe del Rei serviu para designar duas realidades geográficas diferentes. A primeira, o de sua cidade, base geográfica do poder e ponto de partida de uma centralização política e administrativa estável, caracterizada por sua dimensão política como *locus* da “soberania pública”.

A segunda, a de sua Capitania, entendida a partir de diferenciação e demarcação político-administrativa como território onde se funda uma sociedade. Sociedade civil⁹⁸, conforme conceito tradicional, entendida como o que se opõe ao estado de natureza, cujo conteúdo inclui a noção de sociedade civilizada e de sociedade política, ou seja, regida por normas as quais todos devem se submeter e para as quais existem instituições encarregadas de velar pelo seu cumprimento. Onde existe uma base do exercício do poder, o território. Bem como, uma comunidade de consciência, um grupo, “que assume como suas as finalidades sociais de satisfação das necessidades coletivas, autodefesa, sobrevivência e a adaptação ao constante meio”⁹⁹.

A diversidade cultural do Império Ultramarino Português, possibilitou a existência de matrizes diferentes da colonização portuguesa e da administração das câmaras. Felisbello Freire, por exemplo, destacou na montagem da estrutura administrativa da capitania, o início do processo de dependência da Bahia que marca o desenvolvimento de Sergipe e o tom das narrativas do XIX.

Assim, inicia-se em Sergipe a colonização sob um conjunto de circunstâncias bem desfavoráveis. (...)

⁹⁸ TONET, Ivo. Do conceito de Sociedade Civil. Disponível em <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf> Acesso em 20 nov. 2011.

⁹⁹ Na assertiva de Reinaldo Dias, povo não pode ser confundido com população. Esta representa o total de habitantes de um território, não se distinguindo entre àqueles que são regidos por normas jurídicas e possui direitos, os cidadãos, daqueles que necessariamente não possui. In: DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo; Atlas, 2008. p. 96-100 Por outro lado, existem divergências nestes conceitos entre cientistas político quanto às noções de povo, população, nação, sobretudo quando o fim da análise corresponde a ideias de pertencimento, identidade. Para melhor análise, confira: AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008. P. 56-63; BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 72-83

A administração compunha-se de um capitão-mor, ouvidor, provedor-mor da fazenda, escrivães, almoxarifes, um Conselho, que era o órgão do município e um presídio.

O capitão-mor era o delegado do governador da Bahia, em quem abdicava grande parte de suas atribuições, sendo os ofícios de justiça e os empregos de fazenda por ele propostos.

Por aí pode-se apreciar a grande interferência que representava a Bahia, desde então, nos negócios públicos de Sergipe¹⁰⁰.

Entre os anos de 1607 e 1611 a cidade sofreu outra mudança em sua localização, passando a se estabelecer as margens do rio Paramopama, um dos afluentes do rio Vaza Barris, a quatro léguas de sua enseada. Esta seria a terceira São Cristóvão, distante da região do Aracaju, onde ocupou o primeiro sítio. Na avaliação do Sargento-mor Domingos de Campos Moreno¹⁰¹, foi a pior escolha, diante da natureza de sua barra, onde em época de maré baixa, nem mesmo embarcações de pequeno porte conseguiriam adentrar.

Também foi essa a São Cristóvão que os holandeses encontraram quando iniciaram em 1637 a perseguição aos remanescentes vencidos do exército português, na guerra que ocasionou a conquista de Pernambuco. São Cristóvão serviu de quartel-general para o exército que o Conde Bagnuolo comandava, em fuga, contra os holandeses. A estrutura e condições da vida urbana se desenvolviam e havia, no território, uma pequena prosperidade, segundo relata Francisco de Brito Freyre em sua “Nova Lusitânia” de 1675.

Consta de coatro-centos visinhos de plaino, mas piqueno acento. Tem igreja matriz; Casa de Misericórdia, dous Conventos; & jurisdição de Capitania, por ser huã das que formão a Nova Lusitania. [...] Há em seu districto oito Engenhos de assucar, muitas lavouras dos melhores tabácos; & manadas grandes de vacas¹⁰².

¹⁰⁰ Cf.: FREIRE, 1973

¹⁰¹ Cf.: MORENO, 1944

¹⁰² Cf.: BRITO, Francisco Freyre. **Nova Lusitania**: historia da guerra brasílica. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. p. 408

Durante o conflito, Sergipe exerceu função abastecedora, fornecendo para as tropas da restauração portuguesa, gado para alimentação e montaria. A pouca prosperidade foi destruída no conflito interrompendo a colonização iniciada em 1590, destruindo os canaviais, sacrificando e espalhando o gado e destruindo e queimando a cidade de São Cristóvão. Barléu descreve o episódio nestes termos:

Schkoppe, desalojando a Bagnuolo de suas primeiras posições, arrasou a própria cidadezinha de Sergipe, os engenhos dos adversários e os seus pomares. Feita esta devastação, reconduziu a soldadesca, com incrível velocidade, para as margens do São Francisco. Acampando aí, por ordem do Conde, na margem meridional do rio fez alto algum tempo, para que, apoderando-se do gado, oprimisse os contrários com os incômodos de fome certíssima, o que, segundo a praxe militar, foi ardorosamente executado pelos nossos. Encontrando três mil cabeças de gado, voltou cada um para as suas guarnições. O fato seguinte mostra a abundância de gado que tem essa região: demorando-se ali Bagnuolo, abateram-se 5.000 reses e tangeram-se 8.000 para o consumo futuro da soldadesca; por nós foram mortas 3.000, além das que se transportaram para as margens do sul¹⁰³.

Nem o holandês e tão pouco o português se preocuparam com o desenvolvimento do território sergipano após as lutas e restauração portuguesa de seu território em 1645. Os reflexos desse período marcaram a historiografia sergipana sobre as origens da autonomia. Seria no século XVII que, durante o processo de reconstrução da vida na capitania, iniciou-se uma tomada de posição dos proprietários sergipanos em relação à política metropolitana e a influência da política baiana sobre seu território, bem como na segunda metade desse século que novas formas de territorialização foram desenvolvidas, com a alteração na estrutura administrativa: criação de distritos militares, em 1668; criação do cargo de ouvidor letrado e ouvidoria, tornando, em 1696 uma comarca; criação de novas vilas com o aparato político-

¹⁰³ BARLÉU, Op Cit., p. 86 .

administrativo que as caracterizam, operando uma redistribuição do poder no território (1698).

Os conflitos com a Holanda e a desorganização do território possibilitou a formação de quilombos que se organizavam e começavam a preocupar o governo. Em 1668 o governo resolve dividir o território em distritos militares, criando corpos de infantaria e ordenanças, na tentativa de zelar pela ordem pública. Até final do século XVII, existiam cinco distritos militares nas regiões do rio Real, Lagarto, Itabaiana, Cotinguiba e Japaratuba. Além da criação de companhias, criadas pelo capital privado, para atuar diretamente contra esses quilombos¹⁰⁴.

No comando das companhias de ordenanças estavam os proprietários rurais aos quais eram concedidas patentes de capitão, alferes, coronel, sargento-mor, ajudante, autorizando-os a manter as tropas auxiliares da ordem pública. Diversos pedidos de patente se encontram entre os documentos existentes no Arquivo Ultramarino. O desenvolvimento de distritos militares e a ausência de câmaras municipais, a exceção de São Cristóvão, tornavam os cargos militares elementos de maior influência, prestígio, distinção e reconhecimento na sociedade.

Com o sentido de garantir a ordem pública e aplicação correta da justiça, a Câmara de São Cristóvão se manifestou. Reconhecendo a inexistência de pessoas com qualificação para conduzir corretamente os assuntos da justiça na capitania, os oficiais da Câmara da Capitania de Sergipe del Rey elaborou uma representação ao Rei D. Pedro II, solicitando a Criação do Cargo de Ouvidor letrado na Capitania:

Os oficiais da Câmara da Capitania de Sergipe de El-Rei, em carta de 2 de julho deste ano, representam À Vossa Magestade, a necessidade que tem de ouvidor letrado trienal, provido por Vossa Majestade, porque assim se evitará o grande prejuízo que aquele povo padece que como juízes eram homens de capa e espada, e os ouvidores sem ciência, nem experiência ignoravam as leis, e eram notáveis os erros que se cometiam, no judicial, no que também conduzia não terem os ouvidores emolumento algum de que se manter e como ordinariamente eram homens sem bens se valiam do cargo indevidamente, com vexações que se faziam aos moradores, donde nascia haverem continuas inquietações

¹⁰⁴ Termo utilizado por FREIRE é Mocambo. FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; IHGB, 1998. (Edição Fac-similar). p. 298

naquele povo que encontravam o serviço de Deus e de vossa Magestade.¹⁰⁵

Em 20 de novembro de 1694 o Conselho Ultramarino foi favorável ao pedido¹⁰⁶, sendo criado o cargo por Carta Régia em fevereiro de 1696. Para Felisbello Freire, esse ato que dividiu as responsabilidades do ouvidor de Sergipe do ouvidor da Bahia é o início das questões dos limites territoriais entre a Bahia e Sergipe.

Em 1696, também, a metrópole iniciou uma ação mais centralizadora sobre as câmaras, instituindo a figura do Juiz de fora, juiz indicado, não eleito e sem relações diretas com o território para atuar contra os crimes no termo de sua jurisdição e com alçada sobre os bens de raiz e bens móveis com limites estabelecidos¹⁰⁷. No caso específico de Sergipe, a preocupação do governo era criar novas vilas na capitania, no intuito de interiorizar os mecanismos administrativos da Coroa, além de dividir o poder da câmara de São Cristóvão sobre a jurisdição de todo o território.

Em carta ao Ouvidor-geral Diogo Pacheco de Carvalho, o Governador-Geral D. João de Lencastro ordena-o que, ao assumir a ouvidoria, o que ocorreu em 05 de junho de 1696, imediatamente fizesse “povoações ondem se vivam no temor de Deus e da justiça”, orientando-o da seguinte forma:

Tanto que Vmce. Receber esta, vá logo ao lugar de Itabaiana, e Lagarto a formar duas vilas, escolhendo para isto os sítios mais acomodados e fazendo com que os moradores desta Capitania queiram fazer as casas da câmara e cadeia a sua custa. E porque me dizem, que no porto da Cotinguiba se pode fazer uma Vila, Vmce. Mandará chamar à casa da câmara desta cidade, os oficiais dela com as principais pessoas desse povo, para que com toda ponderação vejam se o dito porto é capaz de formar-se nele a dita vila, ou se há mais lugares no distrito dessa Capitania em que se formem outras.

E de tudo me informará Vmce. Com a clareza e brevidade possível, e porque cada Vila das que se fizerem, há de ter um

¹⁰⁵ Representação dos oficiais da Câmara da Capitania de Sergipe del Rey de 02 de jul. 1694 ao Rei[D. Pedro II], pedindo um Ouvidor Letrado para a Capitania. AHU - Invent. Nº. 060 Caixa: 01 Doc. nº :62

¹⁰⁶ Confirmação do Conselho ultramarino dando parecer favorável, à margem do referido documento.

¹⁰⁷ SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Publicações históricas, 86). p. 261

Escrivão da Câmara que sirva também de Escrivão de Almotaceria, um Escrivão dos órfãos, um Tabelião do Judicial e Notas, um Inquiridor, Distribuidor e Contador, um Alcaide e um Escrivão de Vara, V. Mce. Me mandará um Rol com os nomes das pessoas, que nessa capitania houver mais capazes, e suficientes para servirem os ditos ofícios.¹⁰⁸.

Em 1696 essas localidades eram tanto distritos militares quanto freguesias. No decorrer dos anos, o crescimento econômico e a ocupação do território da capitania, possibilitou o aparecimento de novos núcleos populacionais em regiões mais distantes dos centros administrativos interiorizando a vida no sertão. O interesse em garantir mecanismos de controle e administração do território manifestava-se através do interesse do governo em garantir, pelo menos a criação de freguesias. Na *Relação e Notícias das Freguesias de Sergipe*¹⁰⁹, de 1707, são apresentadas 7 freguesias distribuídas entre o rio São Francisco e o Rio Real.

Seguindo as ações orientadas por D. João de Lencastro ao Ouvidor de Sergipe, foram criadas em 1698 a vilas de Itabaiana, Lagarto e Vila Nova (Rio São Francisco). Logo em seguida, no mesmo ano a Vila de Santa Luzia do Itanhy (Rio Real), no século seguinte, em 1720 a Vila de Santo Amaro das Brotas na região da Cotinguiba, maior centro de produção de açúcar. Por determinação real, a aldeia do Geru, administrada pelos padres jesuítas, foi transformada em Vila em 1758 depois da expulsão da companhia de Jesus do Brasil no governo do Marques de Pombal. Havia, portanto, uma demografia favorável que permitia a criação das Câmaras nessas localidades, já conhecidas e controladas pela coroa portuguesa.

No século XVIII, com a transferência da sede da colônia para o Rio de Janeiro, a Bahia teve como compensação a anexação do seu território as capitanias de Ilheus, Porto Seguro e Sergipe d'El Rey, antes subordinadas ao Governo Geral. Diante disso, a Bahia passava a nomear os governantes e a designar autoridades para administrar a capitania sergipana exigindo mais contribuições em homens, fumo, gado e impostos.

¹⁰⁸ Carta para o Ouvidor-Geral da capitania de Sergipe d'El rei Diogo Pacheco de Carvalho. Livros de Cartas de Governo de D. João de Lencastro (1686/1704), folhas 196/verso. Arquivo Público do Estado da Bahia. In. : NUNES, Op. Cit., 1989, p. 253

¹⁰⁹ *RELAÇÃO e Notícias das Freguesias de Sergipe*. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 31, p. 179, 1909.

Os conflitos com as autoridades metropolitanas eram recorrentes, seja por questões de limites, seja por impostos ou medidas que favoreciam a câmara de Salvador.

Constantes intervenções na vida sergipana cooperaram para que somassem os protestos nas câmaras municipais contra a dependência da Bahia. Existiam problemas com jurisdição, com cobrança de impostos e aplicação da justiça, com a ação dos poderes civil, militar e eclesiásticos e com os limites territoriais na parte meridional e setentrional. Além de que a retomada do processo de colonização no século XVII e XVIII foi acompanhada de conflitos com a Bahia referentes ao desenvolvimento da economia açucareira.

Se até 1637 os registros falam na existência de apenas 08 engenhos no território sergipano, a partir de 1724 os números se mantiveram crescentes até o século XIX. Em 1724 existiam 24 engenhos, 1759 com 39 engenhos encerrando o século com 140 engenhos em 1798.

Nos anos das disputas pela Emancipação Política do Brasil e de Sergipe, particularmente entre 1820 e 1824 existiam, respectivamente, 226 e 232 engenhos em Sergipe.¹¹⁰ Assim, a capitania se integrou na segunda fase da expansão açucareira no nordeste, iniciando-se timidamente no século XVIII. No século XIX, surgiram os maiores engenhos e escravidão. Se antes as principais sesmarias eram ocupadas pela criação de gado e culturas de subsistência, a expansão açucareira fez recuar os espaços destinados para essas criações.

No dia 08 de Julho de 1820, um Decreto de Dom João VI elevou Sergipe à categoria de Capitania independente da Bahia, com o brigadeiro Carlos César Burlamaque nomeado seu primeiro governador. Em 1821, logo depois de chegar a Sergipe, Burlamaque foi preso por ordem da Junta Governamental da Bahia e conduzido para Salvador por não querer aderir ao movimento constitucionalista. Somente 5 de dezembro de 1822, Dom Pedro I confirmou o decreto de 1820 que dava independência a Sergipe Del Rey, sendo nomeado Presidente, no ano seguinte, o brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira ¹¹¹.

¹¹⁰ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

¹¹¹ Cf. OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **O governo de Manoel Fernandes da Silveira e as dificuldades para a consolidação da autonomia sergipana (1824)**. 2004. 104 f. Monografia

No documento que confirma a autonomia de Sergipe não se definiu os limites territoriais, demandas que acompanharão as querelas políticas e intelectuais até o século XXI¹¹². A questão da exportação do açúcar pelo porto de Salvador, por exemplo, continuou durante o século XIX e foi uma das principais argumentos para a fundação de Aracaju, em 1855.

Contudo, mesmo com esses esforços, a dependência¹¹³ se revelou um problema a enfrentar, mas que se parecia distante de acontecer. As formas de territorialização no Brasil, específica para Sergipe, demorou a resolver questões importantes, referentes aos demais poderes que atuavam em seu território. Tomando como exemplo o judiciário, o Tribunal das Relações de Sergipe somente foi criado em 1891, já na vigência da república. Antes disso era a Bahia a resolver as questões judiciais, como também as questões do poder eclesiástico somente se modificaram em 1911, com a criação da primeira diocese de Sergipe, em Aracaju.

No século XIX, particularmente em sua segunda metade ampliaram-se as perspectivas de investimento e orientação política para a execução de algumas demandas de infraestrutura e modernização. Desenvolveu-se, nos anos iniciais da regência e nos anos da política de conciliação, um consenso, sobretudo entre Senhores do Açúcar, traduzido na compreensão de que o desenvolvimento de Sergipe estaria condicionado a desenlace da dependência econômica que ainda mantinham com a Bahia, bem como na certeza de que os investimentos em infraestrutura básica

(Licenciatura em Historia) - Departamento de Historia, Centro de Educacao e Ciencias Humanas, Universidade Federal de Sergipe

¹¹² Na constituinte de 1988 ocorreu uma das últimas grandes disputas sobre as questões dos limites entre Sergipe e Bahia, defendida pelo senador constituinte Francisco Rollemberg, que apresentou projeto tentando retomar para Sergipe aproximadamente 3.000 km², mas sem grandes sucessos. Recentemente (setembro de 2011), o deputado federal Marcio Macedo (PT) reacendeu a querela dos limites, ao anunciar um pré-projeto de emenda constitucional de sua autoria, para que os municípios baianos de Rio Real e Jandaíra (Mangue Seco), limítrofes de Sergipe, passem a pertencer a Sergipe. A justificativa seria que “a vida destes dois municípios está diretamente ligado a Sergipe, seja nos serviços de saúde, educação, e até no avanço econômico.” Cf.: Disponível em < <http://senoticias.com.br/se/?p=13109>> Acesso em 15 jul. 2012.

¹¹³ A retórica da dependência permaneceu bastante viva na historiografia sergipana durante anos, tornando-se um dos temas mais tratados por historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, bem como as publicações dos anos iniciais da Revista do Instituto, a partir de 1913, quando foi criada. Uma característica dessa agência produtora de história nos anos iniciais, além dos artigos, foi a publicação de documentos inéditos sobre Sergipe, explorando sua origem ou a de muitos municípios, até então existentes.

para a economia, comunicação entre as cidades e vilas e transporte permitiriam progressivamente essa maior autonomia e seria a base para a modernização e desenvolvimento da província¹¹⁴. Bem como que caberia a essa elite política sergipana a missão de, juntamente com a construção do Estado Imperial Brasileiro, recém-independente, construir-se enquanto província autônoma e enquanto território.

1.3. REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS E AS AMARRAS DA MODERNIZAÇÃO.

As questões do desenvolvimento de Sergipe, bastante marcada pela retórica da dependência, amarra a compreensão de seu processo de modernização e a condiciona, de certo modo, a uma visão essencialista, com base na busca da explicação pela origem. Esse modo de ver, não deixa de compor algumas das representações territoriais que tem direcionado e orientado a forma isolada como as cidades e vilas são estudadas em Sergipe.

As repetidas vezes que Thethis Nunes e Felisbello Freire trataram da ausência de vida urbana em Sergipe, como razão de sua pouca organização e independência, compreendidas em sua dimensão histórica (devir), eles de certo modo entenderam o “urbano” como território de maior autonomia política e liberdade. Sem teorizar, abordaram também o urbano como uma dimensão do comportamento civilizado. Modelo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, cuja realização mais clara é a vida nas cidades.

Por outro lado, Milton Santos¹¹⁵ já tinha escrito advertindo que não se deve confundir a cidade e o urbano, nem mesmo a história de um com a do outro. A história das duas formaria, entre múltiplas possibilidades, uma “teoria da urbanização”, “história das ideologias urbanas”. O urbano estaria ligado “as histórias das atividades que nas cidades se realizam”, enquanto a história das cidades estaria ligada ao particular, ao concreto, ao interno como a história dos transportes, da habitação, etc. Com essa

¹¹⁵ SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. **Anais do I Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Salvador: Ufba; Anpur, 1992.

simplificação, o urbano retoma também seu sentido, mais amplo, de comportamento, da socialização dos espaços.

Manuell Castells, ao tratar de uma tendência culturalista da análise processo de urbanização, ele aprendeu uma perspectiva conceitual bastante significativa para o que nos propomos, que a premissa da urbanização define-se pela “correspondência entre um certo tipo técnico de produção (essencialmente definido por uma atividade industrial), um sistema de valores (o ‘modernismo’) e uma forma específica de organização do espaço, a cidade, cujos traços distintivos são uma certa forma e uma certa densidade.”¹¹⁶. Desse modo, técnica de produção, sistema de valores, e a cidade, entendida tanto como forma como aglomeração densa, corresponde a elementos organizadores dos conceitos em questão.

Até o início do século XIX em Sergipe, não existia mais que uma cidade: São Cristóvão, além de sete municípios, as vilas: Lagarto, Itabaiana, Vila Nova, Santo Amaro da Brotas, Santa Luzia do Itanhy, Thomar do Geru e Propriá. Além das missões indígenas de Água Azeda, Pacatuba, Japaratuba e São Pedro. Com excessão da Vila de Propriá, criada no início do XIX, quatro delas surgiram no século XVII e as outras duas no XVIII.

Por outro lado, essas câmaras, criadas a partir do século XVII reduziram a hegemonia de São Cristóvão. O elevado crescimento demográfico da província, nos séculos seguintes, condicionou a formação de novos núcleos populacionais alimentados pelo fluxo de capital e trabalho registrado nas regiões de maior desenvolvimento econômico, sobretudo canavieiro. Poucas câmaras, assim, controlavam as muitas povoações que surgiram. Isso implica diretamente sobre o controle político dos maiores senhores de engenho sobre as atividades das vilas, elaboração de leis, polícia.

Ainda no século XVIII, por exemplo, um levantamento realizado sobre a Comarca de Sergipe, em 1775, revelou que das sete paróquias, cabeça de freguesias existentes, São Cristóvão não figurava como a mais populosa. A freguesia de N. Sra. da Vitória da Cidade de São Cristóvão possuía 312 fogos, enquanto a de N. Sra do Socorro da Cotinguiba possui 486 e a de N. Sra. da Piedade de Lagarto, cuja principal

¹¹⁶ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4. Ed. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e terra, 2011. P.39- 40.

atividade econômica não era a canavieira, mas a pecuária, respondia como a segunda mais populosa, revelando o movimento econômico da província para o interior.¹¹⁷

Se somarmos a paróquia de N. Sra do Socorro da Cotinguiaba com a de Santo Amaro das Brotas, que possuía 122 fogos, ambas na Zona Canavieira do Cotinguiaba, formaríamos um total de 608 fogos.

Esses números, por sua vez, não refletem o crescimento urbano, mas o crescimento demográfico. Eles nos permitem pensar o nível de controle social que essas poucas Câmaras exerciam sobre as populações do seu termo. Razão pela qual, não podemos dissociar o tema da formação territorial brasileira do tema da influência das oligarquias na definição e construção do território nacional.

No espaço político das câmaras, eram elaboradas as leis que tentavam condicionar e direcionar o agir da sociedade organizava em torno das cidades e vilas brasileiras. Códigos de posturas, lançamento de impostos, poder de “polícia” (vigilância), estratégias de controle sobre os indivíduos, sobre os recursos públicos, sobre os recursos naturais, disciplinamento dos corpos sociais através da definição dos usos desses espaços foram muitas vezes definido no interior das câmaras. A existência de poucas vilas e cidades e o crescimento demográfico sergipano, deixavam entregues o controle da vida cotidiana de muitas de indivíduos nas mãos de poucas pessoas, a partir da lei de 1º de outubro de 1828, por nove vereadores nas cidades e sete nas vilas.

Para uma parcela dos historiadores que se dedicaram a formação de uma rede urbana no Brasil, esses dados tem coerência, uma vez que entendem que no Brasil a criação desses núcleos ficou na vontade dos senhores potentados.

Pierre Deffontaines¹¹⁸, por exemplo, chegou a dizer que as grandes propriedades consagraram a vitória dos engenhos na configuração e dispersão das vilas e cidades pelo território brasileiro. Eles seriam “plantadores de cidades”, conforme escreve . A vila não foi, pelo menos durante a colônia, uma unidade de povoamento, na medida em que a população vivia dispersa no campo.

¹¹⁷ ALMEIDA, Eduardo de Castro e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no arquivo da Marinha e Ultramar para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Bahia 1763-1768.; ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Sergipe: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: vozes, 1984. P. 218

¹¹⁸ DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**. N. 15, junho de 1944

Desse entendimento, partilham alguns historiadores¹¹⁹ sergipanos, recorrendo como argumento, a caracterização feita por D. Fernando de Portugal, em Ofício de 9 de Setembro de 1800 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, quando diz que as vilas sergipanas “são um agregado de casas feixadas sem gente: sobre o que ocorre ponderar a Vossa Excelência que a maior parte dos habitantes daquela Comarca vivem nos seus Engenhos e Fazendas”¹²⁰

Embora esse entendimento seja questionado, por Fania Fridman¹²¹, sobretudo quando se trata dos estudos coloniais, - é importante registrar antes de tudo, que ele compõe uma das representações hegemônicas sobre a formação da rede de cidades no Brasil, da qual participa historiadores consagrados, além de Deffontaines, Sérgio Buarque de Holanda¹²², Gilberto Freyre¹²³, Caio Prado Junior¹²⁴ e Nestor Goulart Reis Filho¹²⁵.

As povoações existentes, em meio a poucas vilas e cidades, estavam suplantando em importância e serviços, aquelas já consagradas. É o caso de Laranjeiras, na região da Cotinguiba, bem como Estância, no sul fronteiro com a Bahia. Disso decorre que, qualquer explicação que se tente uma teoria geral das cidades, não consegue dar conta da múltipla realidade brasileira.

Por essas questões de crescimento, a vida urbana começa a interessar os observadores do XIX, retirando de São Cristóvão a primazia dos interesses descritivos¹²⁶. São documentos que estabelecem uma relação de apropriação com o

¹¹⁹ Cf: NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. v.2
ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: vozes, 1984

¹²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Ofício de D. Fernando de Portugal pelo Exmº Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Bahia, 9 de Setembro de 1800. PDPH/UFS

¹²¹ FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In Pinheiro e Gomes (orgs.). **A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: Ed.Ufba, 2005; _____. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur; Ippur, 2001;

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. [1936].

¹²³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 14ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003, [1936]

¹²⁴ PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. [1953]

¹²⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1968.

¹²⁶ São registros do XIX até o marco desta pesquisa: “**Descrição Geográfica da Capitania de Sergipe D’El Rey**”, 1802. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos II, 33, 16 3; SOUZA, D. Marcos Antônio. **Memória Histórica da Capitania de Serzipe**: sua fundação, população,

território. Formam, por sua vez, as representações territoriais mais expressivas sobre as vilas e cidades sergipanas no oitocentos. Eles possibilitam compreender, em fragmentos descritivos, parte da organização e estrutura da vida urbana em Sergipe.

Na “*Descrição Geográfica da Capitania de Sergipe D’El Rey*” de 1802, existente na Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, o território sergipano se revela em potência. A ênfase na caracterização de seu território, recai sobre a necessidade de uma exposição de sua produção econômica, seu crescimento demográfico e sua dimensão física.

Ao se dedicar as sete vilas citadas e a cidade de São Cristóvão, contudo, não apresentou uma descrição minuciosa das povoações, fixando-se na apresentação das necessidades para seu melhor desenvolvimento. Daí sua tentativa de tratar da organização administrativa e os recursos econômicos e financeiros da capitania, fitando um tema caro pra Sergipe: a importância de suas barras para a comunicação e sobrevivência econômica.

São poucas as publicações que tratam do território sergipano no século XIX, isso implica dizer que a atividade de descrever é também de produzir o território. Marca não somente uma forma do controle, mas antes de tudo uma imagem ou uma percepção do social que, de modo algum isenta de intenções.

Uma dessas representações, marcantes, foi produzida em 1808, por D. Marcos Antônio de Souza, vigário da Freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, em Sergipe e primeiro bispo do Maranhão (1826). Ele escreveu a “*Memória Histórica da Capitania de Serzipe: sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz.*” O título é expressivo, pois faz considerações que estarão na atualidade dos interesses dos senhores de engenho, como a abertura de canais, a necessidade de

produção e melhoramentos de que é capaz. In: **Revista de Aracaju**, ano 1, n. 1, 1943; CASAL, Aires. **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976; AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; BACELAR, José Teixeira da Mata. Freguesias e suas denominações pertencentes a mesma cidade, e sua Comarca, 1817. **IHGB**. In: NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996. p. 200; FERNANDES, José Antônio. **Informação sobre a província de Sergipe em 1821**; DORMUNDO, Inácio Antônio. **Notícia topográfica da Província de Sergipe, redigida no ano de 1826**; GALVÃO, Miguel Arcanjo. **Notícias geográficas e históricas desta Província**.

sistema de irrigação, de maquinários novos para a produção, da necessidade de professores para instrução e do cuidado com as barras e o sistema de comunicação.

Além de descrever a situação das barras e sua relação com os núcleos urbanos, sete vilas e uma cidade, as mesmas já citadas, D. Marcos propõe novas configurações territoriais, entendendo a necessidade de desmembramento de freguesias diante do crescimento de alguns núcleos, particularmente a povoação de Laranjeiras e a freguesia de N. Sra do Socorro da Cotinguiba.

As longas descrições do padre sobre a cidade de São Cristóvão e as demais vilas, bem como as barras, os rios e a características dos recursos naturais fazem desse documento, um dos mais importantes textos sobre Sergipe, que antecede sua emancipação Política, em 1820. Até essa data, dois outros documentos apareceram em 1817. São eles a *“Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil”*, de 1817, escrito pelo padre Ayres do Casal, bem como, *“Freguesias e suas denominações pertencentes a mesma cidade, e sua Comarca, 1817”* escrito por José Teixeira da Mata Bacelar, senador por Sergipe, na primeira legislatura.

Ambos não acrescentaram novas informações sobre a situação das vilas e cidades. O primeiro, porém, expôs a disparidade, compreendida entre as vilas e os centros de comercio das quais elas são tributárias.

Ao abordarem a província, nos anos que antecedem a sua emancipação, esses textos partilhavam do entendimento de que ao Estado necessitava o melhor controle da rede administrativa no tocante a Sergipe. Expõem assim a dependência que o poder local possuía da Bahia e do centro político do Brasil para desenvolver-se.

A mudança desse quadro viria uma década depois da emancipação de Sergipe, o que lhe possibilitou a ampliação do número de município. As reformas liberais da década de 1830, consagradas com o ato adicional de 1834 não somente garantiram o sucesso da unidade nacional, como também, conseguiram a acomodação das elites provinciais em um arranjo poderoso e eficiente garantindo maior autonomia política para gerir o território.¹²⁷

Até então, não se vislumbrava em Sergipe a formação da chamada rede urbana complexa, sobretudo integrada aos interesses do Estado do Brasil. Isso demandaria um melhoramento da rede administrativa do império sobre suas províncias.

¹²⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

A criação das Câmaras Municipais e dos cargos inerentes ao município instituiria uma rede mais centralizada e regular de informações, ao tempo que se deparava com um saber estatístico subequipado pela inexistência de corpo técnico preparado, uma vez que esses instrumentos de conhecimento causavam a desconfiança e eram frequentemente alvo da recusa ou de táticas de evasão que limitavam o alcance do Estado¹²⁸.

A população crescia, embora a contagem apresentasse problemas de precisão. Em 1834 a população total de Sergipe chegou a 160.452 habitantes e em 1850, atingiu um total de 219.620 habitantes, sendo 163.696 livres e 55.924 escravos¹²⁹.

O conhecimento do território seja através do controle do fluxo de recursos naturais ou do controle do fluxo de pessoas, desde cedo, foi se tornando inseparável do exercício de soberania. Demandava do poder Real um melhor domínio do território, para organizar e uniformizar a administração territorial. Contudo, faltava um corpo técnico especializado tanto para o exercício do senso, quanto para as obras de engenharia e produção de cartografias capazes de um conhecimento mais apurado da província. Bem como para as funções básicas de Estado.

Até a década de 1830 era na Câmara da Vila de Santo Amaro das Brotas que os interesses dos poderosos e muitos senhores de engenho da região do Cotinguiba estavam representados. A câmara ao mesmo tempo em que era um espaço aglutinador da região, refletia também as divergências políticas existentes entre as elites, sobretudo no século XIX. Nesse século, o crescimento populacional e o interesse e poder político de alguns senhores, contribuíram para que existissem diversos movimentos emancipatórios, que exigiam a criação de novos municípios. Esse fato favoreceu para que, ainda no século XIX, o município de Santo Amaro da Brotas fosse perdendo seu poder aglutinador e sua importância para outros municípios a exemplo de Capela, Maruim, Rosário do Catete e Laranjeiras, importantes centros produtores de açúcar e mão de obra escrava. Diante disso, é importante perceber que a Câmara de São Amaro, em importância, sobrepunha a da própria Câmara de São Cristóvão que era a capital da província.

¹²⁸ No fundo CM1 do APES, diversas vilas entre os anos de 1824 e 1835 são notificadas pelo Governo por não conseguirem realizar o preenchimento do instrumento de coleta de informações enviado por ele. Outras das reclamações era o envio de formulários sem preenchimento correto, por não preenchimento, por atraso etc.

¹²⁹ MOTT, Op Cit. p. 86

Por muitos séculos ella foi a ante-camara da capital que era então em São Cristóvão. Nella morava a elite da aristocracia Sergipana, toda ella composta de Senhores de engenho de asucar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maroim, Laranjeiras, Japaratuba e Riachuelo. Nella reuniam-se as mais eminentes figuras da política sergipana e deliberavam o seu programma em face dos administradores, delegados do governo geral¹³⁰.

Durante a fase da Regência, nos anos de 1833 e 1836, alguns conflitos armados e revoltas surgiram em Santo Amaro. O saldo de um desses conflitos, em 1836, denominado por Revolução de Santos Amaro, dividiu politicamente Sergipe, em dois partidos.

A eleição para a primeira Assembleia Legislativa Provincial, em 1835, transcorreu em clima de conciliação, mas já em 1836, a eleição para a Assembleia Geral trouxe de volta os conflitos, rompendo a situação de acordo. Disputaram as eleições s dois partidos, passando a denominar-se o Partido Corcunda de “Partido Legal”. Derrotados e inconformados com a derrota os corcundas falsificaram as atas da eleição de Lagarto, alterando os resultados, para o que contaram com o apoio do então Presidente, o Barão do Cotinguiba. Diante dos protestos do Partido Liberal, o Chefe Corcunda, Sebastião Gaspar de Almeida Boto, cercou a vila de Santo Amaro, um dos redutos de resistência dos Liberais, fazendo fugir a população que abandonou a vila. [...] O partido Liberal passou a ser chamado de “Camundongo”, enquanto os camundongos chamaram o Partido adversário de “Rapina”¹³¹.

Os conflitos políticos se estenderam por anos e se mostraram intensos em Sergipe. Marcados por violência dificultavam a ação do Governo Imperial no processo de centralização e diálogo com a província.

Zacaria de Goes e Vasconcelos, presidente da Província de Sergipe indicado pelo Ministério para resolver os seus conflitos, deixou claro, em 1849 sua impressão

¹³⁰ FREIRE, 1914, p. 187

¹³¹ OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. DINIZ, Diana Maria (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991. p. 135

das questões políticas locais que dificultavam sua organização administrativa e territorial. Em carta ao Ministro dos Negócios do Império, de 12 de fevereiro desse ano, ele escreve:

visto que he tão pouca a civilização da província e tão rancorosos os partidaristas, que tomão parte na lucta eleitoral, que he quasi impossível que hum Camondongo esteja perto de um rapina ou vice versa, sem ir à vias de fato se os não contiver o respeito da força pública¹³².

A aproximação do Governo Imperial com as elites regionais, tentadas em Sergipe como parte de um projeto conservador mais integrador e modernizador após 1840, esbarraria nos conflitos políticos e nos problemas que enfrentava a produção econômica da província em período de maior crescimento.

De acordo com Maria da Glória Almeida o desenvolvimento contínuo da produção de açúcar marcaria, nos embates político, o peso dos territórios sergipanos de produção. Durante o seu auge, na segunda metade do oitocentos, ela nos revela o crescimento das regiões, conforme tabela:

**Tabela 1 - Evolução do Número de Engenhos
1856 – 1881**

AREAS	1856	1875	1881
Cinturão Litorâneo e Sublitorâneo Meridional	235	224	312
Vale do Vaza-barris	38	38	31
Vale do Cotinguiba e do Sergipe	402	349	462
Sanfranciscana	75	26	36
TOTAL	750	637	841

Fonte: Almeida, 1993, p. 163.

¹³² Correspondência de Zacarias_de_Goes_e_Vasconcelos para o ministro do Império. **Arquivo Nacional** Cx. 5 vol.29 PDPH/UFS

Os índices de crescimento do número de engenhos sergipano no século XIX seguiu uma orientação comum aos demais produtores do nordeste. Disso resultou o aumento de capital, o crescimento demográfico e as pressões diretas sobre a província para resolver os problemas de infraestrutura, comunicação transportes, arrecadação concomitantes com o problema da progressiva redução da mão de obra escrava.¹³³

Esse crescimento ocorreu justamente no momento em que o Brasil perde sua posição de liderança no comércio internacional do açúcar da cana para Cuba, quando não consegue acompanhar durante o século XIX os índices de produção que este obtinha.

Basicamente, o problema da infraestrutura figurava na maioria das atas de reunião do Conselho Geral da Província na década de 1820 e nas da Assembleia Provincial a partir de 1835. Uma das primeiras medidas aprovadas quando se instalou a Assembleia Provincial em 1835, foi a autorização da abertura de canais para comunicação que ligariam o Rio Japarutuba ao rio Pomonga e o Rio Santa Maria ao Poxim¹³⁴. A ideia seria criar uma comunicação entre as regiões produtoras, integrando o norte ao sul da província.

No ano de 1836, por exemplo, uma das medidas aprovadas pelo Vice-presidente da província de Sergipe, Manuel Joaquim Fernandes Barros, na ocasião em que assumiu o governo, foi lançar um regulamento, pela lei de 08 de fevereiro desse ano. Por ela se tentava entender e estudar o território, compreendendo que seria necessário estabelecer um projeto provincial autônomo, no sentido de priorizar suas particularidades. Seria o início de uma estratégia, real, de integração sócio-espacial da província, se tivesse sido efetivado.

A aprovação da Assembleia Legislativa remete a demandas antigas. Ainda enquanto Sergipe era uma Capitania, Manoel Ignácio de Moraes de Mesquita Pimentel – seu Capitão-Mor entre 1806 e 1814, foi o que primeiramente propôs a canalização dos rios navegáveis, com o intuito de ligar interiormente, as bacias dos rios Cotinguiba e Vaza Barris, permitindo assim por meio de canais artificiais ligar a cidade de São Cristóvão a região de maior produção da Capitania. Para convencer o Governo da

¹³³ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro**: desafios num processo de vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS, 1993.

¹³⁴ SERGIPE: Lei Municipal de 2 de Março de 1835. **Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Sergipe 1835**. São Cristóvão: Typographia Provincial de Sergipe, 1839. p. 52.

Bahia, encomendou os estudos para propondo essa ligação pelos rios Santa Maria e Poxim, para que então se fizesse o projeto¹³⁵.

Ao propor a criação de mapas e cartas diversas, o projeto de integração de todo território, ligando Pernambuco a Bahia, em 1836, contemplava os interesses dos senhores de terra dos diversos pontos da província. Foi nessa década que surgiram duas propostas de mudança da capital da cidade de São Cristóvão. Uma possivelmente para vila de Estância, no sul da província, transformada em município em 1831, e a outra para Laranjeiras, principal vila, situada na Zona da Cotinguiba, transformada em município em 1832. O que compreendia que a criação e montagem do aparelho administrativo da província deveria passar por uma reforma territorial, demarcando a capital como cabeça do território.

Mas em que parte desse corpo territorial deveria se localizar a cabeça? A necessidade de modernização implicava em uma aparente demanda por um imediato consenso político, bem como na definição dos custos reais da iniciativa para província diante das condições políticas e financeiras dos cofres públicos. Esse último ponto, esbarrava na real dependência financeira do governo imperial, para sua execução.

¹³⁵ Cf. LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe: 1590-1820**. Aracaju: SEGRASE, 1985. p. 78-79. (Col. José Augusto Garcez)

CAPÍTULO II

MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA: REDE URBANA E IDENTIDADE PROVINCIAL EM CONSTRUÇÃO

...e a mudança da capital a que jamais quis subscrever, não só pela injustiça da inovação como por conhecer que esse seria o sinal de uma revolução em toda província.¹³⁶

Esse trecho de 1835, escrito Presidente da Província de Sergipe, Manoel da Silva Lisboa, expõe de um modo temeroso aquilo que já se cogitava entre os grupos políticos provinciais, a pouco menos de quatro anos: que a construção e organização da província deveriam ser efetivadas mediante uma organização territorial, cuja mudança da capital representaria seu ponto mais nevrálgico.

Ao encarar como uma inovação injusta, “sinal de uma revolução em toda província”, Lisboa entendia o preço político e os conflitos que tamanho projeto representaria, se fosse empreendido naquele momento. Ele mesmo sentia diretamente o peso dessas agitações quando se via na necessidade de responder ao ministro do Império e deputado Joaquim Vieira da Silva e Souza, as acusações de dois deputados gerais, pela província de Sergipe - o Padre Antônio Fernandes da Silveira e Joaquim Martins Fontes, - quando questionado sobre sua administração, na qual na pauta se registrava o pedido para favorecimentos pessoais, ampliação dos patrimônios pessoais dos deputados, influência do presidente para garantir a reeleição e, não menos importante, a transferência da capital¹³⁷.

¹³⁶ “RESPOSTA a carta escrita ao Ministro do Império Joaquim Vieira da Silva e Souza, pelos deputados Antônio Fernandes da Silveira e Joaquim Martins Fontes, contar a administração da província de Sergipe na presidência do doutor Manoel da Silva Lisboa; e seguida do RELATÓRIO de todos os Atos do Governo da Mesma Província, n’aquela presidência. Bahia: Togo. Do Correio Mercantil da Proecotur e Ca., nº 24, 1835.” (Grifo nosso). PDPH/UFS.

¹³⁷ “a subtração da cobrança dos dinheiros da fazenda nacional confiado a particulares, parentes dos deputados, a posse do engenho dos Carmelitas, hoje próprio da província de Sergipe, pretendida por um dos dous; a acomodação dos filhos e parentela de ambos nos empregos, a que me prestei; a influência

Outra proposta anterior de transferência da Capital tinha sido apresentada em Janeiro de 1832¹³⁸, ao Conselho Geral da Província, por Sebastião Gaspar de Almeida Bôto¹³⁹ - um dos senhores de engenho mais influentes da Cotinguiba - na qual indicava a povoação de Laranjeiras, núcleo em constante crescimento no período, como ideal para comportar a sede da Província, uma vez que estava próxima a região de maior produção canavieira.

Mesmo situando-se na Cotinguiba, Laranjeiras pertencia ao termo de São Cristóvão, cuja Câmara era responsável por seus negócios. Nisso se observa um conflito entre as localidades, na medida em que a Capital vinha apresentando uma série de problemas econômicos e sociais, que incluía desde a ausência de estruturas para as atividades de governança até a falta de alimentos, - era um problema de toda a província, - mas que, *“especialmente a Capital padecia graves faltas de viveres, e quase tudo”*, como descreve o Presidente Manoel Fernandes da Silveira, em conferência ao Conselho de Província, de 9 de agosto de 1824¹⁴⁰, a povoação de Laranjeiras estava em expressivo crescimento econômico.

Em razão disso, a câmara de São Cristóvão não tinha interesse na emancipação política dessa povoação e isso se tornou um dos argumentos dos moradores ao governo, quando solicitou sua elevação para vila: a de que a Câmara da Capital, estava *“com mira só nos renditos que lhe provem da referida Povoação, e por isso não a quer separada”* e, ainda completa, acusando a Câmara de São Cristóvão de não legislar em favor dos seus melhoramentos:

Embora clame o bem comum, de nenhuma forma cura de seu progresso, salubridade, e embelezamento, por isso mesmo que lhe fica à grande distância, e secundariam-me porque rivalizando

nas próximas futuras eleições de deputados para serem ambos reeleitos. E a mudança da capital a que jamais quis subscrever, não só pela injustiça da inovação como por conhecer que esse seria o sinal de uma revolução em toda província”. In. Ref. ver nota 1.

¹³⁸ LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. Memória Sobre o Poder legislativo em Sergipe: 1824-1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 7, p. 22, 1919.

¹³⁹ Comendador. Senhor de Engenho. Foi deputado provincial e geral, vice-presidente e Presidente da Província de Sergipe nasceu em 17 de setembro de 1802 no engenho Maruim de Cima, então pertencente à vila de Santo Amaro, e faleceu a 31 de maio de 1884 no engenho Poxim, município da cidade de S. Cristóvão,

¹⁴⁰ ATA da Sessão do Conselho de Governo da Província de 09 de agosto de 1824. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 161, 1914.

com a Capital, e muito excedendo em localidade, riqueza, população, agricultura, e comércio para um infundado prejuízo, e prevenção mal entendida temem que pela ordinária vicissitude das coisas humanas no curso dos tempos venha a Povoação a ser Capital.¹⁴¹

Alguns meses depois, já tendo sido aprovada a emancipação pelo Conselho Geral da Província de Sergipe, a decisão foi encaminhada para a Assembleia Geral Legislativa que publicou o decreto de 7 de agosto de 1832, erigindo em vila a povoação de Laranjeiras. Além de desmembrá-la da Câmara da Capital, criou os cargos de governança e definiu seus limites¹⁴².

Anos antes, em 1822, sob o comando de político de Sergipe após a dissolução da Junta Governativa, José de Barros Pimentel, senhor de engenho da Cotinguiba, removeu para até então povoação de Laranjeiras, a sede do governo¹⁴³.

Assim, com ou sem o apoio dos moradores, não seria a primeira tentativa dos donos do poder, de tentar expandir seus domínios, atraindo o poder político de Sergipe para próximo de sua zona de domínio territorial e/ou estabelecimentos estratégicos para seus negócios. A mudança de localização dos portos, das Mesas de Rendas e Alfândega por interesses políticos, econômicos e pessoais, fez parte das disputas ocorridas no século XIX. Até o período Regencial, a Província de Sergipe não possuía e nem tinha conseguido, ainda, estabelecer um órgão local de coleta e controle de impostos. Eles continuaram sendo realizados na província da Bahia, ficando a cargo de Sergipe pequenos registros realizados nas Mesas de Rendas, existentes em cada Barra, sendo a do Cotinguiba a maior delas¹⁴⁴.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. **Registros dos fatos históricos de Laranjeiras**. 2. Ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005. P. 66-67 (grifo nosso)

¹⁴² O conselheiro Francisco Felix Barreto apresentou uma indicação para elevar em Vila a povoação de Laranjeiras, parte do termo de São Cristóvão, ainda na sessão de 22 de julho de 1824, do Conselho Geral da província de Sergipe. A indicação foi aprovada e encaminhada, juntamente com a aprovação do pedido de igual teor, da Freguesia de N. Senhora de Campos do Rio Real, ao Imperador. Cf.: In. ATA da Sessão do Conselho de Governo da Província de 22 de julho de 1824. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 92, 1914.

¹⁴³ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. P. 73

¹⁴⁴ Cf.: sobre essas questões, ligadas à retórica da dependência, o trabalho de melhor consistência teórico-empírica encontra-se em ALMEIDA, Maria da Glória. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.; _____. **A Barra do Cotinguiba e o açúcar: 1840-1850**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1973.

O conteúdo das atas do Conselho Geral da Província de 1827, demonstra uma preocupação com o problema da arrecadação da província. As propostas de melhoria que constam¹⁴⁵, revelam que era necessário um novo método de arrecadação e controle dos direitos provinciais. Nos anos seguinte, particularmente em 1836, a recém instalada Assembleia Provincial ao retomar o problema, aprovou a criação de uma recebedoria de Rendas Provinciais na Bahia, capaz de administrar e fiscalizar os direitos provenientes de Sergipe, levados ao mercado daquela província¹⁴⁶. Somente nesse ano foi criado um órgão local fiscalizador.

Seja por condições políticas ou técnicas, falta de infraestrutura ou condições de navegação, a alfândega migrou para vários locais da região da continguiba, antes de se estabelecer. Funcionou em Laranjeiras, se manteve no Porto das Redes em Santo Amaro das Brotas, foi deslocada para a povoação da Barra dos Coqueiros, na no rio Sergipe em frente à futura cidade de Aracaju, retornou ao Porto das Redes na qual não ficou por muito tempo, até que retornou para a Barra dos Coqueiros onde permaneceu até o ano da transferência da capital e fundação de Aracaju, em 1855. A partir de então, Aracaju absorveu o Porto e a Alfândega da Barra da Cotinguiba, iniciando um processo de centralização importante na constituição do território provincial.

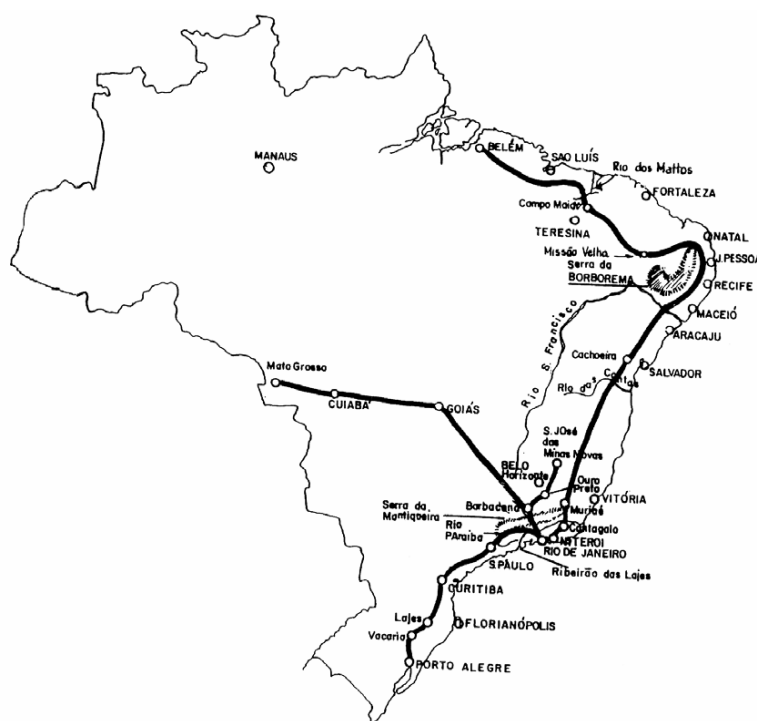
¹⁴⁵ Em 11 de maio d 1827 o Conselho de Governo da Província de Sergipe havia debatido o tema da arrecadação dos direitos, bem como, sob sugestão do Governo Central, apresentado um método mais eficaz para resolver o problema. O Vice-presidente da província Sargento Mor Manoel de Deos Machado então esse Excelentíssimo Conselho para melhora a sorte da província nas finanças, afim de que se adoptasse hum méthodo melhor de se haverem os rendimentos dos Direitos que lhe pertencem, e são arrecadados na Bahia, em lugar do méthodo até agora praticado, de letras pagáveis naquela Província pelo Negociante Joaquim José Teixeira, que como Procuradôr da província recebia ali da Junta da Fazenda; por sofrerem taes Letras hum escandaloso rebate de vinte, e mais por cento; o que só servia de desacreditar a fazenda Provincial, e de locupletar poucos indivíduos, que tirvão todo o artigo deste trafico, com prejuizo insanável dos Empregados públicos de todas as Classes, e de todos os mais, que as recebem em pagamento de seos Ordenados, Soldos e Congruas; pelo que requisitava aos Ilustríssimos Conselheiros, houvessem de ponderar sobre negócios tão importantes.". In. ATA da Sessão do Conselho de Governo da Província de 11 de maio de 1827. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 5, p. 369, 1916.

¹⁴⁶ Em 1836 uma série de orientações para arrecadação foram criadas, através de Decreto Lei de 22 de março desse ano. Nele estava especificado os papeis dos agentes e a criação de cargos e responsabilidades para a arrecadação da província. No artigo 3º das Disposições Gerais, a recém criada Assembleia Provincial, autoria o Governo "a crear uma Administração, ou recebedoria de Rendas Provinciais na Província da Bahia, que se encarregue da arrecadação, e fiscalização dos direitos provenientes dos gêneros desta Província, levados ao mercado daquela" In. SERGIPE. Carta de Lei de 22 de março de 1836. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe**. 1839. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, p. 55. Fonte: Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED.

Nesse interim, a disputa ocorria entre senhores de engenho, no âmbito da Assembleia Provincial e entre as representações municipais. A questão que precisamos demonstrar é que, embora em escala menor, os projetos, a administração pública, os planos e projetos de comunicação incluindo a composição de uma rede viária e uma rede urbana, são possíveis nesse momento da história de Sergipe, porque, como já salientou Maria Chrysostomo, constituem parte das modalidades de Planejamento do Estado Imperial.¹⁴⁷

Foram muitos os projetos para a integração do território brasileiro. Em 1838, o conselheiro José Silvestre Rebelo, apresentou uma proposta de “estradas reais”, como forma ligar todas as províncias do País por vias interiores, partindo do Rio de Janeiro, a então capital do Brasil. Esse projeto teve por base uma proposta anterior, de 1835, dos deputados das províncias da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Plano Rebelo 1838



Fonte: Chrysostomo, 2006

¹⁴⁷ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (tese de doutorado)

Em 1869, foi apresentado ao governo o Plano Moraes, que tinha como intuito, ligar o país pelas principais bacias hidrográficas, viabilizando por vias fluviais, abertura de canais e a construção de estradas de ferro se deslocando pelo litoral. Esses planos traziam um forte pensamento geográfico, gerido dentro do Estado imperial brasileiro, por seus intelectuais inseridos nos ciclos de poder. Neles, a Província de Sergipe aparece¹⁴⁸, em alguns planos formulados durante o século XIX.

Figura 2 - Plano Moraes 1869



Fonte: Chrysostomo, 2006; Sousa Neto, 2004.

¹⁴⁸ Além do plano Moraes (1869) existiram: plano Queiroz (1874, 1882), plano Rebouças (1874), plano Bicalho (1881) e plano Bulhões (1882). Sobre os planos de viação para o Império do Brasil, ver: SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos Para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Geografia/USP, 2004. 192p.

A solidificação da autonomia sergipana, enquanto província, e sua estruturação identitária, ocorreram simultaneamente com a nacional (1840-1850). A participação e inserção política dos deputados sergipanos no centro de decisão nacional, permitiu um jogo de poder tático, que possibilitou a ampliação e consolidação política em sua atuação no plano regional (a província) e local (os municípios).

Diferentes arranjos espaciais no território de Sergipe – cidades e vilas - foram resultados das articulações das elites políticas regionais com atores locais, geralmente representados nas Câmaras municipais, o que possibilitou a consagração de territórios de maior poder que outros.

Por outro lado, entendemos também que, a luta política e a afirmação dos diferentes grupos sociais e econômicos resultaram na expansão da rede urbana, sobretudo a partir da década de 1830, quando se estabeleceram as condições nacionais propícias de descentralização política e as condições nas diversas regiões, sobretudo na província de Sergipe, de crescimento demográfico e de expansão econômica. Rede urbana, nesse sentido, pode ser entendida, minimamente, como “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”¹⁴⁹.

Essa rede materializou a complexa vida social e política sergipana. Isso implicou nas condições difíceis da transformação da composição da propriedade fundiária, sobretudo, após a década de 1850 com a aplicação da lei de terras e a delimitação das terras devolutas, além da definição e luta dos limites e fronteiras municipais. Além disso, o Estado imperial ampliou sua cadeia de poderes com a ampliação do seu aparato administrativo nas províncias, seja com a criação de escolas e sua distribuição sobre o território, incluindo a contratação de professores, com a adoção de métodos mais modernos de ensino, com a criação de novas comarcas e freguesias, e com a extensão da rede de fiscalização econômica, judicial e administrativa, a exemplo do ordenamento jurídico das cidades, através das posturas municipais, bem como da polícia, do estabelecimento de mesas de rendas e alfândegas e, não menos

¹⁴⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana. Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia** (2), p. 107 - 123. abr-jun 1988.

importante, da contagem da população e sua classificação, por meio das tentativas de estabelecer um censo. Tudo isso, pensados como uma unidade no território provincial.

Assim, a busca e produção de um espaço de comando centralizado na “Cidade”, em razão do papel que a elite econômica e política vinha assumindo, fez com que o tema da mudança da capital figurasse, anos antes, na pauta dos interesses políticos debatidos no Conselho Geral da província, entre as décadas de 1820 e 1830, bem como, na Assembleia Provincial, a partir de 1835.

Do ponto de vista nacional as diversas regiões do país, no século XIX, foram se estruturando, em parte, sob a forma de complexos econômicos. A expansão do complexo cafeeiro capitalista, na segunda metade desse século, patrocinou seu dinamismo interno levando-o a padrões diversificados de investimento do seu capital, isso porque a demanda externa favoreceu a expansão das exportações do café, definindo o peso econômico-político da região sudeste em detrimento de outras regiões.

Produtos característicos do nordeste e que, antes do século XIX, possuíam uma alta demanda internacional como o açúcar e o algodão, não tiveram nesse século suas exportações expandidas como as da região cafeeira. Além disso, nessa região a produção se caracterizava por um baixo grau de diversificação e custos elevados, dificuldades de transportes etc.

Por outro lado, enquanto o restante do nordeste experimentava a crise que implicava na procura do produto, na segunda metade do século XIX, Sergipe estruturava sua economia em razão de sua melhor integração ao comércio internacional do açúcar. A tese de Josué Modesto do Passo Subrinho¹⁵⁰ é a de que em meados do XIX, a economia sergipana estruturou-se sob a forma de um complexo econômico mercantil escravista, definido pela expansão de sua cultura canavieira iniciada na segunda metade do século XVIII. Com isso, ela tenta definir as relações com suas diversas regiões. A expansão acelerada da produção, contudo, ocorreu nas décadas de 1840 e 1850, em razão da elevação internacional dos preços do açúcar.

Passos Subrinho ressalta, ainda, que o rápido desenvolvimento do açúcar, tornou-se a base da riqueza pública e particular. Desse modo, era importante,

¹⁵⁰ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. Aracaju: UFS, 1987.

estruturar os investimentos públicos na tentativa de ampliar as formas de acumulação e enriquecimento. Contudo, quando esse complexo mercantil escravista se formou em Sergipe, o nordeste brasileiro já tinha se tornado fornecedor secundário do mercado internacional, já havia diminuído a demanda em consequência da entrada de novos produtos e novos concorrentes. Para garantir a expansão dos lucros sergipanos, as elites sergipanas sentiam o peso da intermediação de Salvador no Comércio internacional e interprovincial sobre sua arrecadação e já a muito tentava romper com essa dependência. Por isso mesmo, um tema como o da mudança da capital para o Cotinguiaba despertou o interesse de muitos senhores de engenho na década de 1850.

Ocorre, por outro lado, outro tipo de dependência verificada na formação do complexo econômico mercantil escravista sergipano. O baixo grau de mercantilização da economia sergipana, não era capaz de concentrar quantias suficientes para a construção de engenhos, visto que a montagem de um engenho tinha um alto custo, no qual incluía mão de obra escrava e equipamentos. A explicação apresentada e bem fundamentada por Passos Subrinho, exprime um nível diferente de dependência: “a expansão açucareira foi possível, graças aos financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos”¹⁵¹, disso explica os conflitos, destacados nos relatórios dos presidentes da Província, referentes a cobrança de juros abusivos, pelas casas comerciais baianas. A criação em Sergipe, da casa Comercial Schramm e Cia, em 1836, localizada na vila de Maruim com filial em Hamburgo, não conseguiu alterar o predomínio da Praça de Salvador¹⁵² nos adiantamentos e empréstimos aos senhores de engenho sergipanos.

Nos argumentos utilizados tanto para a fundação de Aracaju, em 1855, quanto para sua justificação, o governo provincial apostou na capacidade que esse empreendimento teria de minimizar a dependência da Bahia. Ela não foi, portanto, um ato isolado no tempo. Respondeu, antes de tudo, as demandas históricas da construção do espaço provincial sergipano e, tentou sintetizar, ao concentrar os fluxos

¹⁵¹ Ver Passos Subrinho, 1889, p. 23.

¹⁵² Cf.: NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820 a 1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. Aracaju: UFS, 1987; ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: vozes, 1984.

(econômicos, políticos, administrativos e culturais), a etapa da modernização da rede urbana articulada em torno de uma centralização territorial.

A necessidade de explicar a opinião pública os seus atos, levou o governo a publicar um longo comunicado no **Jornal Correio Sergipense** de 23 de Maio de 1855, no qual argumentava sobre a importância desse empreendimento, do ponto de vista da centralidade esperada de Aracaju. Segundo ele:

a posição topográfica do Aracaju o constitue naturalmente o entreposto comercial da província: ele será para a província de Sergipe o que a Capital da Bahia para suas grande Cidade da Caxoeira, Nazareth, Santo Amaro, Valença &c., o que á a Capital de Pernambuco para seo recôncavo¹⁵³.

Algo novo pode ser esboçado desse processo, no século XIX sergipano. Primeiramente porque expõe uma concepção de rede e centralidade na cadeia de seu território, permitindo também uma compreensão da constituição de uma hierarquia territorial; segundo, porque revela uma racionalidade política e econômica de uso e controle dos espaços, empreendida pelo Estado Imperial no Brasil, como parte de um projeto modernizador; terceiro, porque dissemina novas concepções de cidade, pontuadas nos valores iluministas que orienta as matrizes de pensamento geográfico presente nos discursos de alguns intelectuais que compunham o Estado brasileiro.¹⁵⁴ Essas matrizes influenciaram os debates existente sobre a modernidade no Brasil cujo processo compunha as orientações para a construção do Estado em seus aspectos territoriais e político-administrativo.

Os fluxos dessa rede, comandados pelos grupos sociais localizados principalmente na região da Cotinguiba e representados na Assembleia Provincial, foram se consolidando na medida em que os vínculos com as demais vilas e cidades se estreitavam. Além disso, a materialização dessas redes parecia garantir uma melhor integração do território, o contato e intercâmbio de mercadorias, pessoas, informações, controle dos recursos, policiamento e controle da população, sobretudo dos grupos subalternos, a difusão de ideias e do aparelho administrativo do Estado,

¹⁵³ CORREIO DE SERGIPE, 23 de dez. 1855, p. 4

¹⁵⁴ Destaque aqui para o estudo de Manoel Fernandes de Sousa Neto: **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1997. 130p.

além de favorecer uma melhor comunicação entre as diversas regiões e o escoamento e transporte da produção.

Desde muito tempo, essa temática das vias de comunicação e transporte figurou na literatura histórica produzida no século XIX. compromisso de melhoria, firmado pela Assembleia Provincial remete a demandas antigas. O Capitão-Mor Manoel Ignácio de Moraes de Mesquita Pimentel (1806-1814), foi o que primeiramente propôs a canalização dos rios navegáveis, com o intuito de ligar as bacias dos rios Cotinguiba e Vaza Barris, interiormente, na então capitania, por meio de canais artificiais.¹⁵⁵ Essas necessidades de investimentos também foram apresentadas pelo Padre Marcos Antônio de Souza em sua “*Memória....*”, em 1808¹⁵⁶. Reconhecidamente, a inexistência de um sistema de transporte rápido, seguro e de baixo custo foi tido, repetidamente como uma dos motivos principais do atraso econômico da província de Sergipe, tanto nos debates do conselho geral da província, quanto nos da Assembleia Provincial¹⁵⁷.

2.1. INTERESSES PROVINCIAIS E CONFLITOS POLÍTICOS.

As “memórias” produzidas sobre Sergipe durante o século XIX, em sua grande parte, costumam destacar as potencialidades naturais do seu território e os problemas advindos da natureza de suas barras e rios. Parecia transparente a necessidade de cuidados e investimentos para tornar essa unidade territorial parte dos projetos de gerenciamento e crescimento do império português e do Estado brasileiro, posteriormente¹⁵⁸. Com um território pequeno, em relação as outras províncias

¹⁵⁵ Cf. LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe: 1590-1820**. Aracaju: SEGRASE, 1985. p. 78-79. (Col. José Augusto Garcez)

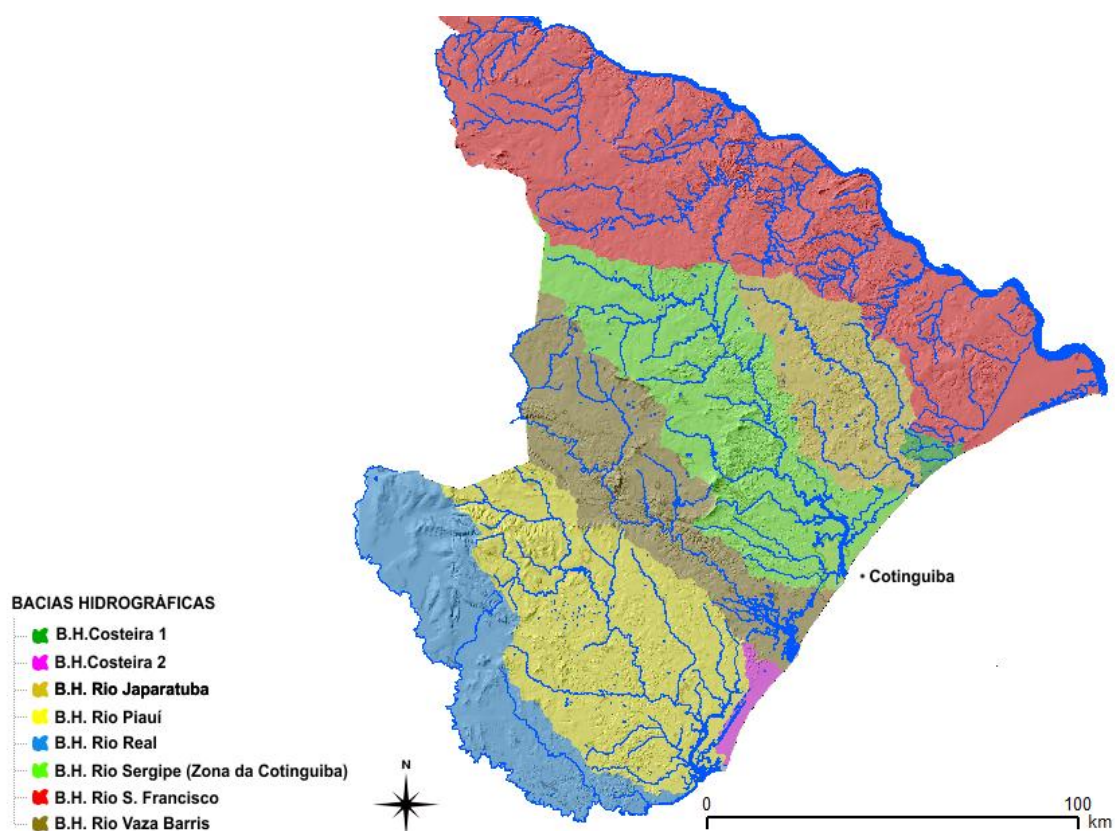
¹⁵⁶ SOUZA, D. Marcos Antônio. Memória Histórica da Capitania de Serzipe: sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. In. **Revista de Aracaju**, ano 1, n. 1, p. 11-46, 1943

¹⁵⁷ Tema presente nos relatórios de presidente de província, desde o surgimento desse órgão em 1835, em Sergipe.

¹⁵⁸ Cf. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos Para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Geografia/USP, 2004. 192p.

brasileiras, Sergipe possuía uma considerável rede fluvial. Seis bacias hidrográficas fizeram do pequeno território, um espaço para se pensar investimentos na construção de pontes, estradas, canais de navegação e escoamento dos produtos de sua lavoura, como havia sugerido em 1808, Marco Antônio de Souza.

**Figura 3 – Bacias hidrográficas e os principais rios
Sergipe 2011**



Fonte: SEMARH/SRH/ Sergipe – Atlas Digital sobre recursos Hídricos, 2011.1

A elite política sergipana compreendia bem a necessidade de investimentos para ampliação de seus negócios. Contudo, as disputas existentes entre ela, muitas vezes, tentaram aproximar os interesses públicos dos seus negócios privados, ampliando seus territórios de poder.

Alguns dos seus membros ocuparam, no plano nacional, um espaço importante de negociação, além de conseguirem participar de comissões estratégicas, garantiam força junto aos gabinetes ministeriais contra alguns de seus inimigos locais, ou mesmo contra as intenções dos presidentes de província, cujas ações não comungassem com seus interesses. Nisso implicou, por exemplo, a disputa entre Manoel da Silva Lisboa, presidente da província em 1835, e os representantes de Sergipe na esfera política nacional, já retratados anteriormente: o deputado e padre Antônio Fernandes da Silveira e Joaquim Martins Fontes.

A aproximação do governo central com as províncias, nos anos iniciais após a independência do Brasil, trouxe uma temática bastante significativa para a interpretação política brasileira, especialmente, no trato do papel das elites políticas na definição da distribuição do poder entre o governo central e as províncias, o que desde cedo despertou os debates sobre a ordem federativa no Brasil¹⁵⁹. As disputas em torno de maior centralização e controle político esbarrava na perspectiva liberal descentralizadora, o que significava para as províncias a necessidade de maior participação política e maior margem de controle político-administrativo dessas elites sobre o seu governo.

No primeiro anos, após a independência, essa disputa foi levada para os debates constitucionais, de 1823, quando enfim, venceu a proposta centralizadora, através da outorga da Carta Constitucional de 1824, com o fechamento da Assembleia Constituinte. Conforme observa Hamilton Monteiro:

O projeto de Constituição que, até então, estivera em pauta previa um forte controle do parlamento sobre o soberano e um forte grau de autonomia da província. O imperador que já se insurgira contra

¹⁵⁹ Para conferir melhor a dinâmica da política provincial no império brasileiro ao longo do século XIX, especialmente o Rio de Janeiro, ver: GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

a Corte Constitucionais de Portugal repetia o mesmo feito contra a Constituinte do Império¹⁶⁰

Daí em diante, percebe-se um aumento violento dos embates entre a Câmara dos Deputados e o monarca. A imprensa nacional, liberal, atacava o governo e a interferência centralizadora sobre os negócios provinciais.

No centro da questão estavam os interesses províncias e neles residia à pretensa ordem nacional que se construía ao redor das negociações entre centro de controle, a Corte, e as elites provinciais, muitas vezes divididas entre si. Taticamente, elas se estruturavam nas comissões da Câmara, participavam dos embates, votavam projetos importantes e, cooptava apoio político para suas questões pessoais e políticas, no interior das províncias.

A ideia de interesse provincial, tão bem discutido por Ivo Coser, impõe um imperativo para pensar o federalismo no Brasil. É em torno desses interesses que se formulou o pacto fundamental para a montagem do Estado e distribuição do poder, o que implica em uma distribuição tensa, em que se misturam elementos de centralização e descentralização, não necessariamente equilibrados. O Estado, explica Coser, “é mais bem administrado quando os interesses provinciais estão em primeiro plano”¹⁶¹, pelo menos esse era o pensamento descentralizador, da corrente federalista. Para ela:

as províncias deveriam dispor do controle sobre a segurança, administração e a prosperidade material. A dimensão privada se projeta sobre a esfera pública em sua dimensão patrimonial, mas como precedência do interesse provincial como mola fundamental na montagem do Estado.

Os projetos de nação caminhavam durante a primeira década da independência do Brasil, sobretudo após a Constituição de 1824, envolvidos na orientação centralizadora do poder. Existia, contudo, uma diversidade de projetos, a exemplo daqueles que não compactuavam com a federação, dentre outras coisas, por entendê-

¹⁶⁰ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In. LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. ver. Amp. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2000. P. 137

¹⁶¹ COSER, Ivo. O conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do século XIX. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008. P. 948

la como sinônimo de república, mas que também acreditavam que não poderia ser, o governo centralizado a “imposição da vontade de um único homem e sua corte”¹⁶², como pensava José de Bonifácio Andrada.

No jogo de construção nacional o envolvimento dos deputados sergipanos na configuração política do império, na participação dos debates e comissões, possibilitava sua projeção no âmbito nacional, mas demonstrava muitas vezes a fragilidade ou contradições quando no exercício do poder provincial. As táticas encontradas possibilitaram, de modo particular que em razão do jogo de poder provincial, as vagas para Câmara dos Deputados fossem razão de disputas violentas. A província de Sergipe possuía apenas duas cadeiras na Câmara dos Deputados. O controle do acesso a essas duas vagas na representação nacional girou, na década de 1820, em torno de um grupo político forte em Sergipe, fortalecido depois da participação que tiveram nos eventos da independência do Brasil.

Na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, 15 deputados de 9 províncias deixaram de tomar assento na Câmara, por receio da natureza absolutista do Imperador Pedro I nos eventos que dissolveram a Assembleia Constituinte de 1823¹⁶³. Dos dois representantes por Sergipe, José Nunes Barboza Madureira tomou posse somente no segundo ano de sessões, enquanto o Capitão-Mor das Ordenanças da Vila de Itabaiana, José Mateus Leite Sampaio, diante de questões de saúde não tomou assento, ficando vaga sua cadeira na primeira legislatura.

José Mateus Leite Sampaio tinha liderado na vila de Itabaiana um movimento pela garantia da autonomia de Sergipe, concedida em 1820 por D. João VI e negada pela Bahia, em razão da adesão dessa província a Constituição do Porto, no mesmo ano. Assim as lutas em Sergipe, pela independência do Brasil ocorreram concomitantes a suas pretensões quanto à Bahia. O que não representou uma causa comum, entre as elites provinciais. Enquanto alguns senhores de engenho defendiam, em razão de seus compromissos com as casas comerciais de Salvador, de predominância portuguesa, a unidade com a Bahia juntamente com alguns senhores

¹⁶² DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005. P. 59.

¹⁶³ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Representação de Sergipe del re no parlamento nacional: 1823-1889**, Aracaju, v.15, n. 20, p. 13, 1951.

de terras, a maioria ligados à pecuária, formavam parte de um grupo a favor da dupla emancipação em questão.

A eles se somaram, também, a maioria dos membros da Câmara de São Cristóvão e o padre Antônio Fernandes da Silveira, a quem os adversários da emancipação política, sobretudo o padre da Freguesia do Socorro, denunciou-o como emissário secreto de D. Pedro. Silveira foi então preso e enviado para a cidade de Salvador, sendo libertado após a proclamação independência do Brasil, em 1822.¹⁶⁴

A integração de Sergipe como província autônoma ao Estado Nacional Brasileiro que se estruturava, portanto, conduziu a formação dos primeiros partidos políticos. O partido Corcunda, formado por senhores de engenho, apoiados pelos representantes dos financiadores da agroindústria açucareira sergipana e por portugueses residentes em Sergipe, como explicitado anteriormente, e o Partido Liberal representado pelas forças políticas internas, interessadas, inicialmente, no controle local do poder, apoiados por alguns senhores de terra e gado, bem como por camadas médias urbanas, incluindo mestiços, portadores de um sentimento antilusitano.

Ao retornar para Sergipe Antônio Fernandes da Silveira conseguiu, portanto, a cadeira de deputado para a segunda legislatura nacional (1830-1834), por Sergipe e pela Província do Piauí, onde exercia o cargo de secretário do governo. Contudo, escolheu a representação sergipana. O biógrafo Armindo Guaraná¹⁶⁵ destaca sua influência durante os anos de predomínio dos Andradas na política nacional, onde desenvolveu fortes relações políticas. Ao retornar pra Sergipe, por outro lado, compôs com o partido Corcunda, que por muito tempo conduziu os Almeida Bôto, senhor de engenho e seu primo.

Bôto iniciou sua vida política com 19 anos, quando com sua fortuna manteve uma companhia de guardas milicianos, comandados por ele, durante a guerra de independência Brasil. Tenente elogiado pelo general Pedro Labatut, comandante em chefe do Exército libertador, manteve desde então antenado as questões provinciais, exercendo cargos políticos e de administração.

Completada a idade mínima ingressou como membro do Conselho da Província em 1834, depois como deputado da Assembleia Provincial até 1842. Assumiu a vice-

¹⁶⁴ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820 a 1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

¹⁶⁵ GUARANA, Armindo. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro: s.n., 1925. P.21

presidência da província entre 1835 e 1836; 1838 e 1839. Assumiu o governo da província em 1841 e a cadeira na Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1834-1841 e em 1843-1844.

A legislação produzida nos anos de predomínio do governo das Regências, que possibilitou ao país uma maior descentralização política nas províncias, razão de muitos conflitos territoriais, foi favorável a ampliação do domínio político de Bôto. Aos interesses provinciais, por esse tempo, se juntaram uma série de demandas pessoais, no que inclui uma maior territorialização do poder no espaço provincial. Os diversos territórios apresentavam-se marcados pela atuação política dos senhores de terra, seja ligada a produção açucareira, seja a agropecuária, independente de que fosse Corcunda ou Liberal.

Em ofício dirigido em 14 de fevereiro de 1825, ao ministro Estêvão Ribeiro de Rezende, o então Presidente da Província de Sergipe Manuel Fernandes da Silveira¹⁶⁶ relatou a natureza complicada das relações de poder existentes. Não havia um interesse provincial distinguível, diante da fragmentação política existente. Desse

¹⁶⁶ Manuel Fernandes da Silveira, Brigadeiro – 1º Presidente da Província de Sergipe. Nasceu na Povoação de Estância, pelo ano de 1757 e faleceu em Salvador/BA em 26 de novembro de 1829. Era tio do padre Antônio Fernandes da Silveira. Manuel Fernandes assumiu o governo no ano que se instalou a Confederação do Equador. Tinha como secretário Antônio Pereira Rebouças, um advogado baiano mestiço.

A província de Sergipe nunca tinha tido um presidente. As dificuldades de lidar com os potentados, sobretudo, quando tentou reformas no sentido de modernizar a província e adequá-la as condições fiscais, controlando os gastos e as receitas desagradou parte dos senhores no poder. As medidas administrativas contrariaram um grupo reacionário denominado de Corcundas. Para atacar o presidente, seus opositores investiram contra o seu secretário. Dizia ser ele membro da Gregoriana, uma sociedade revolucionária baiana que tinha a finalidade de eliminar os brancos e instituir uma república de pretos e mestiços, a exemplo do que ocorreu no Haiti. Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, ainda recente na política, divulgou um documento no qual o secretário Rebouças aparecia como líder da Gregoriana em Sergipe. Desse modo, ele tentou que se abrisse uma devassa em Santo Amaro. O presidente então fez vir ao seu juízo o processo e mandou prender o Juiz Ordinário e o Escrivão, parceiros de Boto. Isso desagradou os Corcundas que mobilizam as tropas, com salários atrasados. Desenvolveram um plano para depor o presidente. Sobre isso, ver. NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820 a 1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília, DF: INL, 1978; OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **O governo de Manoel Fernandes da Silveira e as dificuldades para a consolidação da autonomia sergipana** (1824). 2004. 104 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

modo, ele relata: “Quando cheguei à província de Sergipe se achavam suas povoações como aparceradas em diversas Naçãozinhas, cada qual mais rival uma da outra”¹⁶⁷

Desse modo, qualquer tentativa de reforma administrativa consistia em uma ação territorial direta. A partir de 1824, por exemplo, o governo provincial, através do Conselho de Província recebeu uma série de reclamações decorrentes de conflitos com os índios da aldeia de Pacatuba, diretamente ligada ao termo de Vila Nova. Tanto os índios recorriam ao Conselho quanto os moradores da região. As inúmeras reivindicações contrárias ao aldeamento e ao seu diretor, tentavam minimizar a importância do aldeamento em razão da insegurança provincial que os índios causavam. Em 05 de julho¹⁶⁸ foi encaminhada ao Conselho de Província uma representação da Câmara de Vila Nova, contra os abusos dos índios da aldeia de São Félix da Pacatuba e contra a falta de capacidade do diretor e missionário.

Em 04 de dezembro de 1826¹⁶⁹, o debate continuou, na tentativa de enfraquecimento do aldeamento. A solução, perante o Conselho, seria substituir a direção da aldeia por um diretor secular, retirando assim o padre italiano capuchinho que então a servia e dirigia. A mudança visava, segundo a ata, apenas obedecer à lei que proibia terem a religiosa ingerência no regime temporal índios, e não por queixa contra o religioso. Algo contraditório, se acompanhado a desqualificação do religioso em atas anteriores.

Em 20 de fevereiro de 1827¹⁷⁰ um requerimento ao Conselho revelara o temor que apreendia os índios de Pacatuba. Esta disputa era exposta nos termos de uma questão de terras. O documento, em nome dos índios de Pacatuba contava com a defesa do Capitão-Mor dos mesmos, José Maria Vieira da Silva, e do Sargento mor Serafim José Vieira do Sacramento, que também o assinava. Eles pediam que se conservasse como diretor, o missionário capuchinho Italiano, Frei de Fontana, alegando se tratar da ação de um parente do sargento-mor, inimigos seus por brigas envolvendo posse de terras.

¹⁶⁷ OFÍCIO do Presidente Manuel Fernandes da Silveira para o Ministro Estêvão Ribeiro de Rezende, em 14 de fevereiro de 1825. NA – Seção dos Ministérios. PDPH/UFS Cx. 04 (grifo nosso)

¹⁶⁸ In. ATA da Sessão do Conselho de Governo da Província de 05 de julho de 1824. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 369, 1914.

¹⁶⁹ In. ATA da Sessão do Conselho de Governo da Província de 04 de dezembro de 1826. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 5, p. 342, 1916.

¹⁷⁰ Ibid. idem p. 357

Mesmo diante do pedido de permanência, o diretor foi removido com base em um dispositivo legal. Foi nomeado diretor o Capitão Mor Bento de Melo Pereira, que anos mais tarde seria o Barão da Cotinguiba. Tanto o Capitão Mor dos Índios, quanto os índios recusaram-se a aceitar a nomeação. O Conselho convocou José Maria Vieira da Silva para que esclarecesse porque não cumpriu as ordens de dar posse ao novo diretor.

Disse o Capitão-mor ao conselho que não desobedeceu as ordens, afirmando que os índios não reconheciam o enviado do Governo, Bento de Melo Pereira,¹⁷¹ como diretor, por ser sogro do Sargento-Mor José Guilherme da Silva Martins, inimigo declarado dos índios por contendas de posse de terra e outras particulares. Tomando novamente a defesa dos índios, respondeu ao Conselho que os indígenas não reconheceriam ninguém da parentela dele, mas aceitara qualquer outro. Mas, o Conselho deliberou ratificando o novo diretor indicado, e solicitou ao Capitão mor dos índios que dissesse o nome dos líderes da desobediência para puni-los, no que o Capitão-Mor respondeu “evasivamente”.¹⁷²

A questão tinha se definido em favor dos senhores de terra. A consolidação do domínio de Bento de Melo Pereira em Vila Nova, na bacia do rio São Francisco, revelava uma composição de poder mais ampla no território. Seu prestígio vinha desde os combates aos movimentos de apoio à Revolução Pernambucana de 1817, nas povoações sergipanas à margem do rio São Francisco.

Casado em segundas núpcias com Francisca de Aguiar Caldeira Bôto, tia de Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, assumiu um papel importante na consolidação do grupo político que este comandava. Suas alianças possibilitaram a ocupação de

¹⁷¹ De acordo o Dicionário Bio-bibliográfico de Sergipano: “**Bento de Melo Pereira, Barão de Cotinguiba** – Nasceu em Vila Nova no ano de 1780, sendo filho de Felipe de Melo Pereira e D. Rosa Maria do Espírito Santo, e faleceu a 23 de setembro de 1866. Capitão-mor de ordenanças de Vila Nova, foi depois Barão do Cotinguiba por Decreto de 25 de março de 1849. Prestou muito bons serviços à legalidade, quando, o movimento revolucionário em 1817 em Pernambuco, repercutiu nas margens do rio S. Francisco. Foi comandante das armas de Sergipe de 1827 a 1829; membro do Governo da Província em 1830; residente de Sergipe por carta imperial de 27 de agosto de 1837 e comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Vila Nova, exonerado a 17 de outubro de 1843. Esteve no Governo em um período de grande agitação, tendo sido Vice- Presidente em 1834-1837-1839-1842. Entrou na lista tríplice para senador do Império na eleição procedida a 5 de janeiro de 1859 e era comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem da Rosa” In.: GUARANÁ, Armindo. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro: s.n., 1925. P.101

¹⁷² DOCUMENTOS inéditos In. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 5, p. 369, 1916.

posições estratégicas no poder em anos de confronto político, como os de 1836, com a Revolução de Santo Amaro, no qual assumia a Presidência da Província. Em 1849 se tornou por decreto imperial de 25 de março de 1849, o Barão da Cotinguiba.

Verifica-se nos primeiros anos da província a formação de uma elite política sergipana que tentava se organizar em razão dos interesses de seu grupo. Nisso consistia a unificação de famílias mediante o casamento, o controle de cargos públicos estratégicos, e as disputas em torno do legislativo nacional e regional.

O Partido Corcunda por muito tempo tentou dominar os espaços estratégicos de poder político, mediante a fraude eleitoral, assassinatos e confrontos diretos com seus inimigos, sobretudo liberais. Desse modo, conseguiram, sob o comando de Bôto, a manutenção da representação política, principalmente durante a fase regencial.

A rede de poder constituída por esse grupo implicava diretamente na configuração territorial da província. Dominou a maior parte das vagas para o legislativo federal na primeira metade do século XIX, bem como o executivo provincial e a representação no legislativo sergipano. Isso favoreceu, por exemplo, que nos anos da revolta de Santo Amaro, quando diante da violência imposta aos adversários, o partido contasse com a defesa, no plano nacional, dos deputados Antônio Fernandes da e Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, líder da revolta; como Presidente da Província, Bento de Melo Pereira, e no legislativo provincial José Pinto de Carvalho, um português radicado no Brasil e que casado com Ana de Aguiar Pinto, filha de Bôto. Foi membro do Conselho de Província, Presidente da Província de Sergipe em 1833. Durante os Conflitos da Revolta de Santo Amaro, exercia o mandato de deputado provincial. Esse português tinha sido um dos responsáveis pelas disputas em torno da transferência da sede de Santo Amaro para a região de Maruim, onde possuía um trapiche, o que gerou uma disputa judicial que se concluiu favorável a ele.

Na disputa para a Assembleia geral em 1836, o partido Corcunda passou a ser chamado de “Partido Legal”. Com a derrota desse grupo, iniciou-se a revolta de Santo Amaro, nesse ano, o que ocasionou a mudança dos nomes dos partidos. O partido Liberal passou a se chamar de Camodongo, apelido de um de seus líderes, enquanto os Liberais, após os saques e mortes provocados pelos adversários, batizou-os de Rapinas. O longo domínio político de Bôto a frente do partido consolidou seu nome entre os potentados sergipanos. Contudo, em 1842, quando esteve à frente do

Governo o chefe Rapina conseguiu provocar a insatisfação dentro do próprio grupo, diante de uma política de esvaziamento dos cofres públicos, paralização de obras e os funcionários públicos sem salários.

Articulou-se dentro do partido um movimento de deposição, planejado por alguns dissidentes Rapinas que para isso se aliaram aos Camondongos. Em 1845, durante o quinquênio de governo do Gabinete Liberal, no plano nacional, os Camodongos assumiram o governo da Província, logo substituídos pelos Rapinas, que no plano nacional seguiam os Conservadores (saquaremas). Porém, com a ascensão do Gabinete Liberal, aderiram aos liberais (Luzias). Diante disso, empreenderam uma vingança, no que fez emigrar políticos liberais importantes como João Gomes de Melo, mais tarde Barão de Maruim e José da Trindade Prado, futuramente o Barão de Propriá.

Quando estes retornaram para Sergipe, em 1847 fundaram uma dissidência dentro do Partido Camondongo, denominada de Bagaceira, que se tornara Rapina durante os anos de retorno do Gabinete Conservador.

A força de Bôto na condução disciplinada do partido fazia dele uma referência importante no mundo político. Em 1849, nas eleições para Assembleia Geral, impossibilitado de apresentar a candidatura do seu sobrinho Barros Pimentel, em razão da reprovação do Governo Central, conduziu a eleição apoiando o nome do monsenhor Antônio Fernandes da Silveira e o Presidente da Província, Zacarias de Goes Vasconcelos. Nome que em seguida se projetou no cenário político nacional como senador e ministro.

Na década de 1850 o recuo do partido Conservador favoreceu outra configuração partidária na Província de Sergipe. O Partido Rapina foi deixando de existir, enquanto, em 1856, o Camodongo dividiu-se em dois. Parte dos Camodongos acompanharam o Barão de Maruim que criou o Partido Saquarema (conservador) e os demais criaram o Partido Liberal. Assim, durante os anos do Gabinete de Conciliação (1853-1857) produziu-se uma diminuição dos conflitos políticos, ao tempo que os grupos ajustavam-se as tendências nacionais na política.¹⁷³

¹⁷³ Sobre os partidos sergipanos e a organização partidária ver: OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. DINIZ, Diana Maria (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

As disputas políticas existentes na província afetaram diretamente os projetos de desenvolvimento provincial. Por outro lado, desde a década de 1820, com a consolidação de sua autonomia, os espaços públicos e administração não possuíam pessoas capacitadas para o exercício dos cargos que demandavam maior instrução. As dificuldades de pessoas treinadas para o serviço de Estado afetava, sobretudo as Câmaras Municipais. Os ajustes nacionais de ampliação das escolas, de adoção de métodos modernos de ensino, como o método Lancaster, inseriam-se na compreensão de que o alcance da modernidade e civilização deveria de algum modo, se encontrar no aparelho de Estado. Era necessário treinar e disciplinar a elite branca do interior para ocupar os espaços públicos.

Mesmo que a centralização política empreendida nos anos de permanência de Pedro I, tenha condicionado os conflitos sobre a descentralização, o Estado não conseguia, por si, responder as demandas de uma centralização excessiva. Como esclarece Miriam Dolhnikoff:

O Estado que então se construía carecia de um aparelho burocrático e administrativo capaz de impor sua hegemonia sobre todo o território da América Portuguesa. As dificuldades de comunicação e de transporte aliadas à escassez de funcionários, tornavam impossível uma centralização excessiva. A criação de governos autônomos provinciais significava como braço do estado na região, uma condição *sine qua non* para a construção de um Estado nacional viável.¹⁷⁴

A própria constituição da elite sergipana, durante o império, apresentava um diferencial, bastante significativo para compreendermos as dificuldades do aparelho administrativo adentrar o interior da província uma *Intelligentsia*, capaz de exercer uma consciência crítica, passaria antes de tudo pelo treinamento e educação.

Em um estudo envolvendo 400 biografados constantes no dicionário de 1919 de Armindo Guaraná, referentes aos intelectuais atuantes no século XIX sergipano, Eugênia Andrade Vieira Silva¹⁷⁵ destacou que 35 % deles não possuíam formação

¹⁷⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In. JANCÓS, ISTVÁN, Jancsó. Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003. P. 433

¹⁷⁵ SILVA, Eugênia Andrade Vieira. A Formação Intelectual da Elite Sergipana. São Cristóvão, SE: 2004 (dissertação de mestrado)

superior, em detrimento a 65%, sendo que desses, 129 eram formados pelas faculdades de medicina enquanto os outros 90 pelas de direito.

Com esses dados, Eugênia evita a perspectiva de José Murilo de Carvalho¹⁷⁶, quanto a uma possível generalização para Sergipe, da predominância de uma elite bacharelesca na composição brasileira.

Ao tentar identificar a origem desses 400 intelectuais, ela revelou que aproximadamente 160 deles saíram da região da Cotinguiba, cujo município de maior formação foi Laranjeiras, com 57.

A existência de 35 % dos intelectuais, sem formação superior, permite perceber, entre outras coisas, o papel das escolas provinciais na formação dos quadros administrativos do império, em Sergipe. Assim, a oferta de escola, o controle dos métodos de ensino, e o controle da seleção de professores, verificados em Sergipe, desde a década de 1820, representou um dos caminhos para garantir que a modernidade e a civilização de tivessem sua concentração no aparelho de Estado.

Mesmo diante de problemas políticos, a preocupação em aparelhar os Estado e administração provincial fizera parte dos “donos do poder”. Assim, eles se inseriam no projeto nacional modernizador. Por outro lado, a necessidade do controle dos postos de trabalho abria uma disputa política.

As constantes solicitações de emprego eram mediadas pela influência política e, no que diz respeito aos empregos provinciais e municipais, os deputados dispunham de ampla margem de ação para favorecer apadrinhados. Maior até mesmo que o próprio presidente de Província.

O surgimento de novas vilas, a ampliação das ações do Governo Imperial sobre as províncias gerou uma necessidade de mão de obra qualificada. Nos documentos referentes ao fundo Câmara, do arquivo público do Estado de Sergipe, diversas manifestações afirmavam que os pedidos do governo esbarravam na inexistência de condições de execução por não existir pessoa hábil, entenda-se muitas vezes que não sabia ler e escrever¹⁷⁷.

¹⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem/ Teatro das sombras**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

¹⁷⁷ CM1, CM19 E CM22 – Fundo Câmara/ APES

2.2. FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO E REDE URBANA

Afirmamos aqui que a construção da rede urbana em Sergipe, se estruturou na década de 1830, com alguns elementos legais que possibilitaram sua expansão e integração. Ao iniciar o século XIX, Sergipe possuía apenas uma cidade, que era sua capital São Cristóvão. A maior parte dos demais municípios foi criada no século XVII, quando após a expulsão holandesa, o Estado Português iniciou uma ação territorial mais centralizadora, no sentido de ligar as povoações ao reino, mediante o aparelhamento real e o treinamento para as funções burocráticas de Estado.

Isso permitiu que a coroa estendesse seu domínio, mediante o controle das cidades, com a organização das atividades básicas do reino, que incluía as leis e a justiça., conforme foi tratado no Capítulo I.

Além da Capital, os sete municípios eram as vilas: Lagarto, Itabaiana, Vila Nova, Santo Amaro da Brotas, Santa Luzia do Itanhy, Thomar do Geru e Propriá. Além das missões indígenas de Água Azeda, Pacatuba, Japaratuba e São Pedro. Além disso, somente existia a Comarca de São Cristóvão, que respondia por todo o território sergipano.

O desenvolvimento econômico da capitania, no século XVIII tornou Santo Amaro das Brotas à vila de maior destaque. Sua extensão territorial ampliada e a quantidade de engenhos produtores fizeram com que a vila se transformasse em um importante centro de decisões políticas. Em sua Câmara, os interesses de muitos territórios eram debatidos, concentrados nas decisões de sete representantes vereadores.

Recebia por seus portos, a produção açucareira das povoações vizinhas, de onde encaminhava pela Bacia do Cotinguiba. Em uma representação elaborada por seus habitantes, em 1833, contra a mudança de sua sede para a localidade de Maruim, eles descreveram esse movimento:

“diariamente frequentados de embarques, e desembarques, que vem a ser, Porto de Pedras, Porto dos Cavallos, Porto das Redes, onde ancorão todas as embarcações de cabotagem, em distância cada um quase meia legoa, Porto do Furado, e Tiririca, além do porto do Engenho Caieira, pouco acima do da Tiririca com um

Trapiche de recebimento e exportação de caixas de assucar, e o Porto da Conceição, que também dista meia légua.¹⁷⁸

Dentro do seu termo, outros centros importantes foram se desenvolvendo, núcleos que superavam em população, concentravam riquezas e serviços. O crescimento populacional em Sergipe, sobretudo, marcou o predomínio de uma população que preocupava a autoridades:

Tabela 2
Divisão da população de Sergipe segundo a cor (1834)

Cor	População	%
Branços	30.011	18,8
Pardos	70.717	44,0
Pretos	58.208	36,3
Índios	1.516	0,9
Total	160.452	100,0

Fonte: Mott, 1986. p. 49

A predominância de negros e mestiços tornava a vilas e a cidades futuras um ambiente vigiado. As poucas posturas publicadas nas décadas de 1830 incluíam, entre seus artigos a regulação de venda de objetos perfurantes e a precaução contra envenenamento de fontes.

O crescimento da indústria açucareira e a constante necessidade de mão de obra demarcaram a característica da população que compunha as vilas e cidades sergipanas, de modo a marcar o predomínio da população mestiça e negra na

¹⁷⁸ FREIRE, Felisbelo. Antiga Vila de Santo Amaro das Brotas: seu passado. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 5, p. 187, 1916.

composição dos espaços. Embora os quadros estatísticos sergipanos não conseguissem cobrir com precisão durante todo o século XIX.

O crescimento e interiorização da produção açucareira inibiu a expansão de outras atividades, como a criação de gado que foi um dos mais importantes negócios de Sergipe, durante a colônia, sobretudo, abastecendo a Bahia e Pernambuco. Viu-se reduzida em razão da expansão dos negócios açucareiros. No século XIX, será a razão de disputas entre criadores e lavradores, ocupando, em alguns momentos, o legislativo e o judiciário da província, sobretudo na vila de Itabaiana.

No período colonial, as vilas e cidades recebiam mais atribuições. As câmaras funcionavam como espaços importantes na execução da justiça, dadas pelas Ordenações Filipinas, eram os braços do rei, na extensão do império português, nisso consiste o controle sobre os comportamentos, as posturas, os disciplinamentos corporais serem mais fortes e visíveis nesses espaços.

A questão colocada é que a organização desses sete núcleos urbanos se enquadra sob a forma mais simples de rede urbana sugerida por Correa. São as redes dendríticas, que apresentam baixo grau de complexidade:

Em sua forma mais simples a rede dendrítica é orientada pela rede fluvial: os centros urbanos localizam-se junto ao rio principal, preferencialmente junto à foz de seus afluentes mais importantes. Este tipo de rede tem uma história colonial e resulta da manutenção de um simples e monotônico processo de criação de atividades, cujos principais produtos destinam-se aos mercados externos à região. Em outras palavras, a rede urbana dendrítica está vinculada a uma pouco diversificada participação na divisão territorial do trabalho, a qual se associa a produção de matérias-primas.¹⁷⁹

Todavia, a superação desse quadro urbano ocorreu, logo após a emancipação política de Sergipe, ainda na década de 1820, juntamente com construção do Estado brasileiro. O conhecimento do território e sua divisão consistiam, não somente, em uma demanda regional, mas ela envolvia a definição de elementos altamente conflituosos,

¹⁷⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana. Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia** (2), p. 107 - 123. abr-jun 1988.

como a delimitação da fiscalidade (ponto nevrálgico de muitos conflitos entre colonos e colonizadores), que interessava diretamente o Estado Imperial.¹⁸⁰

Figura 4 – Evolução urbana de Sergipe - 1698

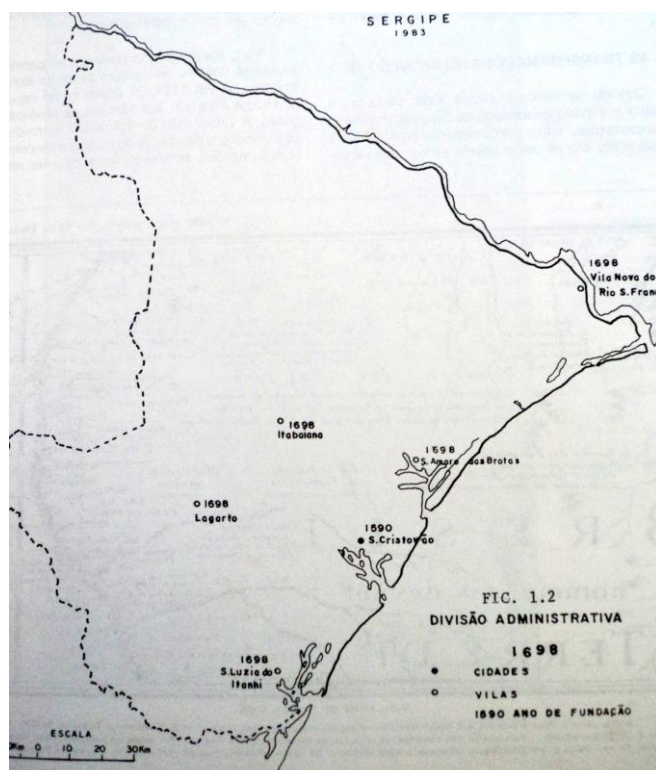
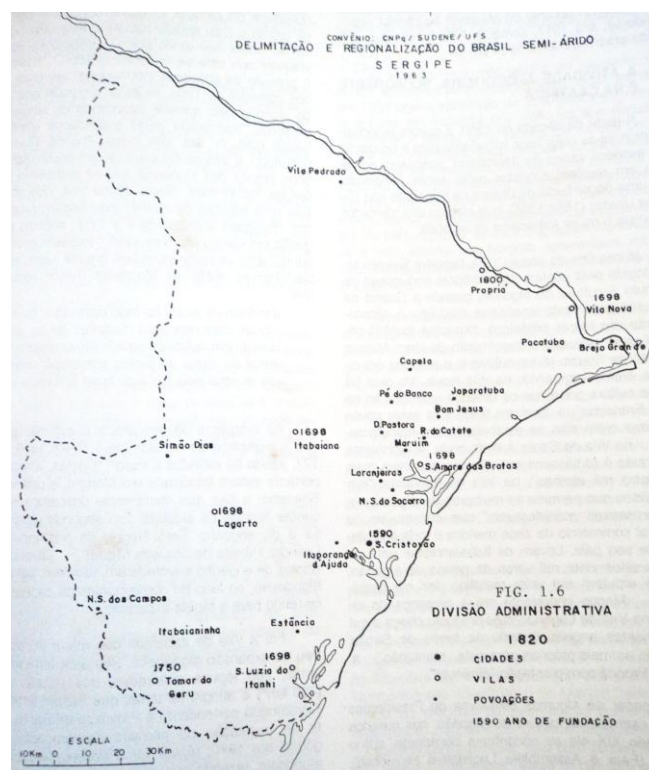


Figura 5 – Evolução urbana de Sergipe - 1820



Fonte: Santos; Andrade 1992, p. 37

Das regiões de maior desenvolvimento econômico no período, a região da Cotinguiba se tornara centro das disputas mais violentas. Elas consolidaram o poder dos senhores de terra e a briga pelos postos de controle do território Sergipano. Um desequilíbrio econômico, evidenciado nos movimentos dos portos durante esse período:

¹⁸⁰ COSTA, Wilma Peres. Do Domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. Jancsó, István (Org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. P.143-193

Tabela 3 - Província de Sergipe

Movimento Portuário na década de 1820					
Portos	Anos				
	1823	1824	1825	1826	1828
Cotinguiba	151	190	149	153	138
Vaza barris	7	12	18	--	--
São Francisco	7	13	24	15	--
Real	--	38	21	--	--
Total de Navios	165	253	212	168	138

Fonte: APES, Padrões de Barra, Pac. 472; Almeida, 1984, p. 276

Formou-se, então, como já vimos, dois grupos “políticos” rivais, bastante territorializados. A busca por consolidar sua hegemonia regional passava pelo apoio das elites municipais. Desse modo, no plano político, consolidou-se o partido Corcunda, coordenado por Sebastião Gaspar de Almeida Boto e o partido Liberal, cuja figura mais central foi o Comendador Antônio José da Silva Travassos.

As poucas condições econômicas, no entanto, e a permanência de uma legislação centralizadora estabeleciam pouca margem de ação para os grupos. As disputas violentas e a busca pelos postos de evidência, junto ao Governo Imperial, dificultava o diálogo entre eles.

Nas vilas e cidades, por sua vez, as reais modificações no processo de territorialização foram possíveis após a independência. A Constituição Imperial de 1824 dividiu o Brasil em províncias administradas por um Presidente nomeado pelo Imperador, cuja área corresponderia à das antigas capitanias. Foi mantida a existência de Câmaras em todos os municípios às quais competia o governo econômico e municipal.

O coletivo de políticos que se afirmou no poder representando os interesses dos grandes proprietários rurais propôs diversas medidas, entre as quais, se destacam a lei de 1º de outubro de 1828, o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834).

Na ausência de uma produção literária própria que se ocupasse de pensar-se enquanto território ou sociedade, as poucas clivagens imagéticas existentes nos põem a pensar Sergipe no século XVII por meio da deformidade e do isolamento, sem

prosperidade da vida colonial, ou mesmo sem nenhuma vida urbana¹⁸¹, como neste fragmento que retiramos de Gregório de Matos:

A Deus, Tetê, que eu me vou
para Sergipe d'El-Rei,
a viver de me ausentar,
e a morrer de vos não ver. (...)

Até o momento o termo território tem sido utilizado a partir de uma noção jurídico-política. Como “a base geográfica do poder¹⁸²”, elemento essencial “à existência do Estado” que limita sua jurisdição e que representa a parte do globo que ele ocupa¹⁸³. Isso porque as referências que fazemos ao passado foram construídas a partir da sua definição atual no território brasileiro.

Território é um espaço delimitado pelo poder, mesmo que em forma de representação. Não se caracteriza somente por uma existência física e não pode ser conceituado genericamente como espaço, ele é posterior a esse e se forma por sua apropriação e pelo fluxo de informações e energia nele projetado.

O território se forma pelo espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço.¹⁸⁴

Existem distintas formas de apropriação dos espaços nos quais as disputas representacionais (territoriais, societárias) se inscrevem. Podem marcar o sentido que o espaço assume, também, na produção do conhecimento histórico, cujos elementos

¹⁸¹ Nunes (1989); Freire (1977) e Mott (1986) comparam Sergipe a Pernambuco e Bahia em números populacionais para concluir que a ausência de vida urbana é motivo do seu pouco desenvolvimento.

¹⁸² BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.. p. 94

¹⁸³ AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 64

¹⁸⁴ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143

iniciais demarcam a experiência de domínio da natureza e de controle e gestão dos fluxos migratórios e naturais.

A ausência de estudos sobre os modos de vida dos grupos urbanos que se formaram em Sergipe e sua imagem de civilização depõe contra o modo como se tem representado o papel das cidades e vilas no contexto de uma historiografia, preocupada apenas com esses espaços como *locus* abstrato dos eventos históricos.

Além disso, uma farta produção historiográfica se ocupou de pensar o território sergipano inicialmente a partir do viés da dependência da Bahia e da perda de territórios que se processou ao longo da história colonial e imperial de Sergipe. Parecia, antes da república, não existir uma ideologia que contemplasse os estudos urbanos. Salvo, é claro, quando atrelada a outras questões de ordem econômica as cidades e vilas foram pouco citadas. A exceção é para a cidade de Aracaju, que compreende a maioria dos estudos. Um diagnóstico da história dos municípios sergipanos foi realizado em 2002, no qual extraímos uma observação importante sobre o assunto:

São melhor conhecidas as informações sobre a zona econômica e politicamente mais importante dos séculos XVIII e XIX, o vale do Cotinguiba – zona açucareira por excelência – enquanto o Baixo São Francisco, a região do rio Real, a região central e a fronteira Oeste com a Bahia são assinaladas por grandes lacunas ou pela falta absoluta de dados históricos¹⁸⁵.

Por outro lado, em consulta a documentação existente sobre as cidades e vilas sergipanas, no império, conseguimos identificar 236 códigos de posturas municipais aprovados pela Assembleia Provincial para 31 municípios existentes, entre cidades e vilas, nos anos compreendidos entre 1835 e 1888. Desse total, 06 municípios, localizados nos extremos da Província de Sergipe, e que faziam fronteira com as províncias da Bahia e Alagoas são responsáveis por 22,5% da legislação urbana encontrada sobre o período, o que contraria a informação sobre a ausência de dados históricos.

¹⁸⁵ OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Pércles; SANTOS, Elissandra Silva. Historiografia das cidades sergipanas. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 6. 2000, Natal. **Trabalhos publicados**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. **CD-ROM**.

Essa evidência nos alerta sobre a necessidade de não subestimar os níveis de ordenamento urbano desses municípios, que antecedem ao período republicano, nem tão pouco o dinamismo existente e/ou o processo de interiorização da metrópole no território.

As poucas informações existentes sobre os municípios pareceu reproduzirem o par antitético sertão-civilização, dedicando-se ao litoral, economicamente representativo, e abdicando de uma leitura dos modos de vida urbana ou mesmo de interiorização de modos de vida e padrões de comportamentos regulados que se pode esperar de uma cidade ou vila. Isso implica, nas perspectivas teóricas e no quadro ideológico dos historiadores que reproduzem.

Três perspectivas bastante significativas podem ser extraídas dessa leitura: 1) a de que não se entende como processo de civilização as formas que assumiram o ordenamento dos pequenos núcleos populacionais, que se estabeleceram como comunidade política através da criação do município. Nisso pesa a imagem da civilização fortemente moldada em modelos externos e na concepção de sertão como ausência; 2) uma visão que toma como base o materialismo histórico, em que contempla as cidades e vilas a partir somente do lugar ocupado por elas no processo produtivo; 3) ou mesmo de uma historiografia que afirma que sendo o modelo português de colonização, essencialmente rural, em detrimento ao holandês e outras nações, partilham da visão predominante de uma corrente historiográfica do final do século XIX e que na década de 1930 interpretara o Brasil a partir da identificação dos obstáculos que dificultam o seu desenvolvimento, identificando “seus males de origem” relacionados, de certo modo, a influência da tradição ibérica na colonização e no império¹⁸⁶. %\$#%&`\$%\$`%\$#`%\$&`%&\$\$#%#

Os processos não precisariam mais passar pela aprovação da Assembleia Geral, depois de aprovado pelas recém criadas Assembleias Provinciais como previa o Código de Processo. Com isso, as propostas de mudança da Capital de São Cristóvão encontraram base legal, nessa legislação nacional, seja em 1835, seja em 1855 quando de fato conseguiu realizar-se para as terras de Aracaju.

¹⁸⁶ Cf.: VERGARA, Moema R. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes Historiográficas da ciência no século XX, **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.22731, 2004. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/49.pdf>

No plano nacional, também foi essa a legislação que a província de Alagoas utilizou para garantir seu projeto de capital em 1839, e mesmo o Piauí em 1852. As assembleias assumiram um papel decisivo na organização do território.

Assim que se instaurou a Assembleia Legislativa, diversos arranjos territoriais foram consolidados. A estruturação das comarcas, a divisão dos termos das vilas, as freguesias, a transferência das sedes de vilas e a extinção de outras, a administração dos serviços públicos, a aprovação de posturas e a cobrança de impostos.

Em razão da dimensão que essas medidas descentralizadoras assumiram no período regencial, com conflitos intensos no país, fizeram os liberais recuarem. A necessidade de uma restrição maior dos limites do Ato Adicional levou o governo, expressar em lei esse recuo, o que ocasionou, no início da década de 1840, a promulgação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado. A primeira concretizou uma articulação de políticos saquaremas que, através de medidas centralizadoras colocaram em prática seu programa de defesa da produção agrícola de exportação limitando os poderes das Assembleias Provinciais.

A segunda medida deu origem à Polícia do Império e submeteu os juízes de paz e promotores à autoridade policial, retirando seu vínculo com as Câmaras Municipais no que tange às atribuições policiais, administrativas e judiciais.

Embora tenha existido, na década de 1840 em diante, um enfraquecimento da legislação descentralizadora, em Sergipe o quadro de cidades e vilas se modificou significadamente, como podemos observar:

modo que criou freguesia, desmembrou algumas que existiam, criou vilas desmembrou seus territórios e definiu limites; aprovou posturas municipais, contratou serviços gráficos, fez desapropriações por utilidade pública, Criou cadeiras de primeiras letras para meninos e meninas em todas a vilas e estabeleceu a formação dos professores e mestres,¹⁸⁷ .

Instituiu contratos importantes, mas não menos direcionados para o funcionamento burocrático: Em 1836, durante a presidência de Bento de Melo Pereira, o governo contratou com monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, conhecido líder político, os serviços gráficos necessários para província. Na vila de Estância ele tinha fundado o jornal Recompilador sergipano em 1832, foi o primeiro periódico a circular.

Ainda nesse ano, também com o padre, estabeleceu a província de Sergipe, um contrato dando-lhe privilégios de navegação por barco a vapor, ou melhor veículo, por vinte anos, por todos os rio que desaguarem na oceano, pelas barras de Sergipe e de Estância. Também definiu que pelos barcos de vapor deveriam ser transportados os documentos do governo, papeis, cargas e correios, podendo ainda cobrar taxas sobre pontes, estradas, canais e qualquer outra obra que fosse realizada com seu capital.¹⁸⁸

Com José Pinto de Carvalho, no mesmo ano, o governo da província concedeu privilégios exclusivos para construir moinhos de ventos aplicáveis a todos os maquinismos em que fosse necessária uma força motriz¹⁸⁹.

A questão da integração do território demanda antiga entre as elites econômicas, foi logo colocada em pauta. A necessidade de ligação dos rios Japaratuba ao rio Pomonga, bem como o rio Santa Maria ao Poxim seria a condição para a comunicação entre a zona da Cotinguiba e a capital São Cristóvão. Desenhava-se, entre os administradores, a possibilidade de uma comunicação interprovincial pelos rios sergipanos. A ideia sugerida e aprovada entre os deputados provinciais seria, através de canais artificiais, ligar a Bahia a Pernambuco por dentro do território sergipano.

¹⁸⁷ SERGIPE. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe de 1835**. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1839. p. 55. Fonte: Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED.

¹⁸⁸ SERGIPE. Decreto de 14 de mar de 1836. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe**.. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1839, Fonte: Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED

¹⁸⁹ SERGIPE. Decreto de 21 de mar.1836. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe**. 1839. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, Fonte: Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED

As tentativas de responder aos problemas internos e aos entraves para o desenvolvimento provincial levou a Assembleia Provincial a aprovar, pela carta de lei de 08 de fevereiro de 1836, a contratação de um engenheiro de dentro ou fora do império capaz de acompanhar e fiscalizar todos os trabalhos realizados na província. A perspectiva ampla do que tinha que se realizar foi definida por regulamento aprovado no mesmo dia.

A necessidade de integração passou antes pela produção do território. O regulamento previa a criação de uma comissão de engenheiros que fosse capaz de fazer plantas, levantamentos, planos para abertura de canais, ampliação da rede viária, condução de água para os povoados, medição dos rios, além de um quadro amplo estatístico, que incluía, dentre muitas coisas a estatística eclesiástica, militar, judiciária, populacional, agrícola.

No parágrafo 7 do artigo 10º do regulamento, o governo ainda exigiu um cuidado maior com os municípios. Era fundamental o conhecimento completo da província, assim determinou: “fazer Cartas Topográficas dos diferentes Municípios, e a Geographia geral da Província, com a maior individuação, que for possível, determinando nelas o grão de longitude, e latitude de todos os Pontos principais”¹⁹⁰

Por outro lado, muitos dos planos estabelecidos nesse ano de 1836 não foram possíveis de executar. As questões políticas e dificuldades financeiras adiaram muitos projetos de infraestrutura importantes, o que fizeram da maioria delas demandas históricas, efetivadas no segundo momento da ampliação da rede urbana, na década de 1850.

¹⁹⁰ SERGIPE. Regulamento de 08 de fevereiro de 1836. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe**. 1839. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, p. 05. Fonte: Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED

2.3. “CABEÇA DE ANÃO EM CORPO DE GIGANTE”: MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA

Entendemos que esses dois momentos distintos da estruturação das vilas e cidades sergipanas, são dimensões de um mesmo processo, geridos por atores diferentes: um processo de modernização, que inclui uma parcela de interesse nacional, aliada as condições e demandas locais.

Modernização, portanto, é antes de tudo uma ação transformadora conduzida. Raymundo Faoro ao tratar do tema a diferenciou claramente do que entendemos por modernidade. Para ele a modernidade é a dimensão espiritual e integradora da transformação, é um processo que independe de comandos externos, redefine papéis sociais e engloba amplos setores.

Na modernização a transformação chega à sociedade por meio de um grupo, ela possui uma forte dimensão política, intelectual e ideológica, pois “procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política da mudança. Traduz um esquema político para uma ação fundamentalmente política, mas economicamente orientada.” (p 8) Ela não seria capaz, sendo a ação de um grupo, de alterar os valores sociais dominantes, por isso mesmo, conserva estruturas, exclui direitos e mantém privilégios.

Para Faoro esse foi o modelo de desenvolvimento adotado no mundo. Para vencer o atraso algumas sociedades empreenderam o vôo rápido da modernização a todo custo. Essa perspectiva gerencial da ação transformadora encontra respaldo no que Moore Júnior estabeleceu como modernização conservadora.

Ao analisar as condições históricas, sociais e estruturais da Alemanha e Japão após a Segunda Guerra Mundial, esse autor observou como o pacto político conservador, costurado entre a burguesia nacional e as elites no interior do Estado, foi capaz de determinar os ritmos de crescimento econômico, de desenvolvimento capitalista da sociedade nacional, sem alterar o arcaísmo das estruturas socioeconômicas do passado.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, condições econômicas favoráveis decorrentes da expansão do café e dos produtos tropicais no mercado internacional,

permitiram a melhoria das condições materiais de muitas cidades brasileiras. O interesse do Brasil em inserir-se na dinâmica do capitalismo global, bem como entre as nações modernas, levou a um pacto político nacional que favoreceu a manutenção do regime de terras e a escravidão.

Em Sergipe, na segunda metade do século XIX, o cultivo da cana de açúcar se espalhou por quase todo seu território, repercutindo na arrecadação da Província, ao tempo que na década de 1850 o Brasil entra em uma etapa de crescimento econômico e de modificação da sua estrutura econômica, com o impulso favorecido pela expansão do café.

O crescimento e a ampliação do cultivo sergipano esbarravam nas dificuldades encontradas: crise na oferta de escravos, dificuldades de importação, problemas de infraestrutura e transportes. Desde as décadas anteriores essas demandas ocuparam o cenário político sergipano. A questão deteve-se na inexistência de capital para infraestrutura e nos conflitos políticos decorrentes da divisão dos senhores de terras.

A população também havia se expandido, em razão do surgimento de novas vilas e de novas povoações. A estimativa, com base nos mapas populacionais, apresenta uma população crescente na década de 1850:

Tabela 4
Variação da população livre e escrava de Sergipe
1834, 1851, 1872, 1873

	Pop. Livre	%	Pop. Escrava	%	Pop. Total
1834	112.667	70.2	47.812	28.8	160.479
1851	166.426	74.6	56.564	25.4	222.990
1872	153.620	87.2	22.623	12.8	176.243
1873	224.653	87.2	32.974	12.8	257.609

Fonte: mapas estatísticos de 1834 e 1851. Censo de 1872

As condições de desenvolvimento econômico, a distribuição das atividades produtivas por quase toda a província e o crescimento das cidades expunha, em 1850 as necessidades de uma reforma territorial. Era preciso resolver a posição da alfândega, estabelecer um porto e melhorar os transportes.

No entanto, no plano nacional, os Saquaremas teciam sua “teia”, para nos aproximarmos de uma expressão de Ilmar Mattos. Eles apostavam em ampliar as maneiras de expansão da capacidade do Estado regular a vida nacional, vencer o isolacionismo das províncias e recônditos brasileiros, para melhor vigiar e dirigir, através da constituição de uma rede administrativa. Em seu entender:

Os sempre vigilantes olhos do Imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a Conservação¹⁹¹.

Se o poeta quando se referiu no soneto as transgressões optou por apresenta-las na cidade de São Cristóvão, sua ação iniciou uma observação, particular, não somente sobre o tipo de sociedade que se formou no território da Capitania de Sergipe, do ponto de vista dos comportamentos e atitudes civilizadas, como conseguiu criar por oposição uma imagem civilizada e subjetiva de uma cidade ideal.

Bluteau define que a cidade, é “uma multidão de casas, distribuídas em ruas, & praças, cercadas de muros, & habitadas de homens que vivem em sociedade & subordinação”¹⁹², isso implica sobre modos específicos de habitar, ordenar os espaços, territorializar os sentidos, como também definir que quem vive nela é um sujeito diferente, que possui urbanidade, ou seja “*o mesmo que o comedimento, & bom modo dos que vivem na Cidade, em diferença da rusticidade, & grosseria dos que vivem nas Aldeas, & no campo.*”¹⁹³

Apresenta-se, portanto uma conceituação por oposição, através de uma formulação binária: *Campo-cidade, rural-urbano, desenvolvimento- atraso*. Oposição

¹⁹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.216. (Estudos Históricos ; 10)

¹⁹² Cidade (verbetes) Cf.: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v.2, p. 309

¹⁹³ Urbanidade (verbetes) In.: BLUTEAU, Op. Cit. 1728 p. 587

que se percebe desde o dicionário do século XVIII a Gilberto Freire, no século XX, por exemplo, em seus *Sobrados e Mocambos* a definir o roteiro de sua pesquisa¹⁹⁴.

Essa relação urbano-rural serviu de tônica para análise do desenvolvimento da civilização, elaborada por interpretes da formação sergipana quando tentaram aproximar questão urbana colonial ao ritmo e forma do desenvolvimento territorial. Thétis Nunes, Felisbello Freire e Luiz Mot chegaram a afirmar, em ocasiões distintas, que a ausência de vida urbana entre o processo de colonização portuguesa, essencialmente rural, e a holandesa de natureza urbana definiu “o progresso que desfrutou Recife” durante a ocupação holandesa. Tudo isso para interpretar as razões do pouco desenvolvimento da capitania de Sergipe del Rei, “onde, praticamente, a vida urbana não funcionava”¹⁹⁵.

“Praticamente”, pontua a Thétis, porque desde 1590 já existia a cidade de São Cristóvão, sede dos interesses coloniais no território da capitania. Desenvolveu durante os seus primeiros cem anos uma extensão funcional para além de suas fronteiras físicas, servindo como ponto de partida de uma concentração e de uma centralização política e administrativa, caracterizando um dos seus traços principais, sobretudo, após a invasão holandesa quando da retomada portuguesa do território.

Thétis para tratar do desenvolvimento do espaço urbano de São Cristóvão em seus primórdios, fez inevitavelmente, referências ao soneto atribuído a Gregório de Matos e/ou Gonçalo Soares, posto constituir uma das poucas alusões sobre o passado colonial de uma cidade sergipana. As alegorias da degenerescência tão exploradas no século XVII são enfim, retomadas. Em 1695, em um parecer do Conselho Ultramarino de 06 de fevereiro a descrição cidade concorre para essa representação:

A cidade da invocação de São Cristóvão que é cabeça daquela Capitania terá duzentos vizinhos cujas casas são de taipa em que se conta a Igreja Matriz que se arruinou e por este respeito mudaram o Santíssimo para a Igreja da Misericórdia que é de pedra e cal, porém de telha vã como são as mais das casas, e quase todas térreas, muito cobertas de palha; que tem dois

¹⁹⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

¹⁹⁵ Nunes, 1989, p. 78

conventos, um do Carmo e outro de São Francisco que é de taipa e pau a pique, com dez ou doze Religiosos¹⁹⁶.

Não é estranho que no soneto seiscentista apresentado, as transgressões sejam as matérias para composição do poeta. Pela sátira, os modelos civilizatórios representados pelos modos de vida urbanos são expressos por colisões com a realidade social. Isso é possível porque a sátira é um gênero do cômico, e a matéria do cômico, é o torpe ou o feio, seja de ordem física ou feiura moral, simbólica.

Trata-se de uma definição propriamente aristotélica, verificável nas retóricas satíricas do século XVII, onde se destaca a figura de Gregório de Matos. João Hansen¹⁹⁷ lembra que a sátira versa, enquanto gênero, “das convenções abstrativas e seletivas da fantasia poética, aplicadas a composição de tipos e caracteres referidos a destinatários empíricos.” Desta maneira, fantasia e realidade podem se confundir, embora alguns estudos enxerguem nas imagens e informações poéticas, elementos realistas que possibilitam produzir um (con)texto.

Nessa linha de pensamento, duas perspectivas de entendimento da sátira são usuais: 1) aquela que explora a biografia do autor satírico, que poderia se fazer presente no poema; 2) aquela que a compreende apenas como uma crítica dos costumes. Uma espécie de crônica da corrupção e decadência moral e social de grupos e indivíduos, como crítica das condições sociais, políticas e econômicas de uma determinada formação histórica, ou mesmo como uma relação de especularidade verista - realista sobre as temáticas do poeta¹⁹⁸. Desse último entendimento, partilhou o antropólogo Luiz Mott em republicação recente sobre os poemas em questão, seguido por alguns historiadores locais¹⁹⁹. Limitou-se a definir termos, situar o autor e comparar os números de conventos, de casas, os funcionários do Estado e números de religiosos com as descrições usuais da cidade existentes em outras fontes. Um exercício válido e

¹⁹⁶ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1996. p. 172

¹⁹⁷ HANSEN, João Adolfo. Anatomia da Sátira. In.: VIEIRA, Bruno V. G.; THOMAS, Márcio. **Permanência Clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana**. São Paulo: Escrituras, 2011 (Ensaio Transversais, 39)

¹⁹⁸ HANSEN, Op. Cit.

¹⁹⁹ Ver: NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. v.2, FRAGATA, Tiago. Barroco em Sergipe: soneto de Gregório de Matos Disponível em < <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/07/barroco-em-sergipe-soneto-de-gregorio-de.html>>

usual, porém que cria um lugar comum para se pensar a cidade, sem levar em consideração a natureza da construção do soneto enquanto sátira.

Essa perspectiva reducionista do poema a fonte histórica, em si, revela o ponto importante da retórica do antropólogo. Ao criar um lugar comum para pensar a história de Sergipe e de sua cidade ele não observou a natureza das relações sociais que perpassam o Antigo Regime, nem analisou a natureza e escolha da sátira para expressão da descrição da cidade pelo poeta, além de fazer conclusões de autoria sem conhecer a obra de Gonçalo Soares, figura aparentemente desconhecida, garantindo assim que Sergipe apareça na escrita de Gregório de Matos, um dos mais reconhecidos e expressivos poeta da tradição literária barroca brasileira.

Na sátira, a maledicência e obscenidade, podem conviver com a seriedade, moralidade e gravidade. Isso é possível, se entendida a natureza do gênero como misto (estilisticamente), e de certo modo livre em relação a sua unidade. Por outro lado, a fantasia poética não possibilita muita liberdade, por se encontrar pautada, principalmente, por preceitos retóricos, e esquemas modelizadores de constituição do discurso.

É que a sátira encontra a realidade social não como cópia verista ou realista da empiria, mas nas convenções discursivas partilhadas pela recepção, pautadas todas pela concordância acerca da imagem caricatural que o discurso efetua, mantendo em circulação o estereótipo de grupos, tipos, vícios e situações criticáveis. A caricatura é aceita pelo destinatário como conveniente, não importa a extrema inconveniência da sua deformação.²⁰⁰

A circulação de estereótipos ou mesmo a sua criação e recepção parte da concordância dos elementos envolvidos nessa ação comunicativa. No caso específico de Sergipe do século XVII, é a imagem de um agente externo cuja ação retórica configura certa percepção do que seria, não somente São Cristóvão, mas, o próprio território da então capitania de Sergipe Del Rey. Nesse contexto, a palavra caricatura, apresentada por Hansen, encontraria correspondência no conceito de representação

²⁰⁰ HANSEN, Op. Cit. p. 156

de Chartier²⁰¹ (1990). A imagem satírica da cidade de São Cristóvão configuraria, assim, uma representação territorial importante ajustada no século XVII.

Outras imagens no século XVII também contribuíram para reforçar uma determinada representação das estruturas da sociedade sergipana e da importância de sua comunidade política, assentada sobre a representação da Câmara de São Cristóvão durante a segunda metade do século em questão. Barléu, por exemplo, dedicou um aparte na introdução de sua obra: *“Tu, Sergipe, pões em face de tuas moradas as flamas de Febo, e sozinho queres ser chamado de el-Rei.”*²⁰²

É nessa obra que se encontra exposto a primeira representação gráfica, conhecida do território de Sergipe del Rei: O mapa de Joan Blaeu (1596-1673). Luis da Câmara Cascudo o comparou aos outros mapas existentes na obra, bem como o real conhecimento que os holandeses possuíam de Sergipe. Para Cascudo enquanto nas outras capitanias os mapas eram bastante adornados e mais completos de informação, para esta apenas consta a representação de “uma grinalda de folhas e frutos decorativos, indicando a simples colheita como processo normal de trabalho. Um cactus rasteiro, três animais, o porco-do-mato, um maracajá, e uma anta dão a ideia da fauna sergipana”²⁰³. Não é a imagem da civilização que predomina ali, mas a do sertão.

Essa imagem do sertão em oposição a civilização forma uma compreensão não menos binária, forte e persistente entre as que vêm descrevendo o mosaico cultural brasileiro. Muitas vezes o sertão se apresenta como imagem fronteira que se dilata em territórios sem ordem e disciplina, servindo como antídoto da civilização. No que pondera Oliveira:

O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida,

²⁰¹ A relação que Hansen promove entre a sátira e a realidade social, na produção da “caricatura” satírica, lembra a importância que Roger Chartier (1990, p.17) concebe ao estudo das representações sociais. Segundo Chartier: “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados por interesses de grupo que as forjam.

²⁰² BARLÉU, Op Cit., p. 86 (grifo nosso)

²⁰³ CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia de Sergipe no domínio colonial holandês**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 16, v. 11, p. 06, 1942.

longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos²⁰⁴.

Longe das representações holandesas, mas contemporâneo delas, o padre Antônio Vieira já havia se pronunciado sobre o peso dessa Capitania para o domínio atlântico português. Sergipe, Maranhão e Ceará estavam entre os territórios que deveriam ser entregues a Holanda. Pontuando as razões para um acordo, Vieira escreveu: *“porque damos Sergipe, tão célebre n’este tratado, hoje é nada e nunca foi tão grande couza como se imagina (...) bem se pode resgatar facilmente, dando-lhes algum dinheiro ou açúcar, que cessa toda questão.”*²⁰⁵

Em contrapartida, alguns anos mais tarde (1728) Rocha Pitta pintou a cidade de São Cristóvão com cores mais alegres, fazendo referência aos seus habitantes. Segundo ele

A cidade de São Cristóvão com sua Suntuosa Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Misericórdia, formosos conventos de N. Sra. Do Carmo e S. Francisco e uma devota capela de Nossa Senhora do Rosário. É magnífica a casa do Conselho e a Cadeia; nobres a dos moradores que havendo sido em outros tempos muitos hoje não excedem a quinhentos vizinhos²⁰⁶

As armadilhas de uma imagem degenerescente estiveram, de certo modo, reforçadas pela historiografia sergipana ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Sergipano. A tentativa incidiu sobre a construção da imagem de superação, de uma civilização heroica. A busca por encontrar no passado os elementos fundadores e primeiros da sociedade sergipana e do seu território traduz a tentativa de identificar as continuidades históricas (essencialistas) e os obstáculos que dificultam o desenvolvimento sergipano.

²⁰⁴ OLIVEIRA, L. LIPPI. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 5 (suplemento), 196-197, julho 1998.

²⁰⁵ VIEIRA, Pe. Antônio. Discurso do Padre Antônio Vieira em que persuade a entrega de Pernambuco aos Olandeses. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 56, v.1 p. 18;19. 1893 (grifo nosso)

²⁰⁶ PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1976. P. 32

Um lugar comum, deste modo, foi construído. O Século XVII é assim, de tal maneira, o período da destruição de Sergipe (sua cidade, seu aparelho administrativo, suas atividades econômicas e seu processo de colonização), e o momento em que uma comunidade política, organizada, representada pela câmara de São Cristóvão se impõe defendendo os interesses dos proprietários de sergipanos. Essa é a tese que se encontra em um clássico estudo de Silvério Leite Fontes intitulado a “Formação do Povo Sergipano”, na qual a ideia de povo tem no conceito de nação seu correspondente e surge nesse contexto histórico de organização política pós retirada holandesa do território sergipano.

As edificações e infraestrutura urbanas sofreram alterações significativas na Cidade de São Cristóvão, bem como as condições de vida após a destruição resultante dos conflitos. Em carta de 1657, o Capitão Mor de Sergipe del Rey Jerônimo de Albuquerque ao Rei comunica ao rei D. Afonso VI, a situação da capitania e as dificuldades financeiras de sua população para arcar com a reconstrução. Ao pedir auxílio para edificação da cadeia, necessária para o cumprimento da justiça ele apresenta um entendimento sobre as condições econômicas da população de São Cristóvão:

E a cidade estava ainda muito em seus princípios em sua reedificação depois q’ os Holandeses ao cuparam, ficou muy desamparada. E eu meacho co’ menos vesinhos nella do que havia, Esses osdemenos cabedal, Eos que menos podem ajudar a conçervalla²⁰⁷.

A ausência de recursos para a reedificação da cidade é exposta através das representações dos Oficiais da Câmara de São Cristóvão ao Rei, existentes na documentação do Conselho Histórico Ultramarino. Ao tempo que pediam auxílio, expunham as condições da vida econômica e as dificuldades diante dos impostos que

²⁰⁷ AHU, Cx. 01, Doc. 09 - Carta de 1657 do Capitão Mor de Sergipe del Rey Jerônimo de Albuquerque ao Rei [D. Afonso VI] sobre a situação da Capitania de Sergipe del Rey e as providências necessárias. Pede a construção de um presídio para defesa da capitania.

pagavam e do pouco que arrecadavam, incluindo a paz com a Holanda²⁰⁸, cobrança que se estenderá pelo século seguinte²⁰⁹.

Os conflitos mais significativos ocorreram entre os proprietários e criadores sergipanos e as autoridades metropolitanas de Salvador. Depois do conflito com os holandeses, o território da capitania Sergipe estava devastado, sua cidade destruída. Os holandeses não se apropriaram dela e não desenvolveram a colonização. Por outro lado, com a restauração dos domínios portugueses, a Bahia exigia a cobrança de imposto sobre os produtos produzidos em Sergipe, sobre o gado comercializado e lançava medidas para regular o abastecimento de gêneros alimentícios, afim de garantir o abastecimento do território baiano, dentre outras exigências.

Essa ligação política e social que aproximam a Bahia de Sergipe seria “indiscutível”, na perspectiva de interpretes brasileiros como Sergio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos: “*Na evolução histórica brasileira, Sergipe mais se entrosa com os episódios transcorridos na terra baiana e com as transformações* Desse modo, a cidade e o urbano não se enquadraria, somente, como expressão de um modo de produção específico (Marx), nem mesmo apenas como base da associação humana (Weber), ou como *lócus* da divisão do trabalho (Durkheim).²¹⁰ Ela tentaria concentrar em si, os diversos fluxos da atividade humana. A perspectiva que ela instaura no território sergipano é inovadora.

A expressão publicada no Correio Sergipense dois meses após a transferência em 1855 sintetiza a experiência de uma cidade-capital: “*A cidade de São Cristóvão já não era para a província, mais do que uma cabeça de anão em corpo de gigante*”.

Essa ideia de centralidade que a cidade capital assume em diversas fontes, reflete sua condição diferenciada no território. Para Giulio Carlo Argan, ela significa

²⁰⁸ Cf.: Representação dos Oficiais da Câmara de São Cristóvão, da Capitania de Sergipe del Rey, datada de 01 de junho de 1686, pedindo auxílio ao Rei [D. Pedro II], para concluir a Igreja Paroquial. AHU: Nº 046, Caixa: 01, Doc. Nº 48.

²⁰⁹ “Aos oficiais da Câmara dessa cidade ordeno, cobrem prontamente, sete contos, oitocentos quarenta e um mil duzentos e sessenta réis que essa capitania esta devendo das fintas pertencentes ao Donativo de Dote de Inglaterra e paz de Holanda, que dentro de dous meses mandam a esta cidade a pessoa que é estilo, ajustar as ditas fintas(...)”. Carta para o Capitão-mor da Capitania de Sergipe de El-Rey sobre a cobrança das fintas que se devem naquela Capitania. In. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. V. 51 p. 136

²¹⁰ MENEZES, Lupino T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Eliana Anote. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.

uma forma urbana tipicamente moderna e se expressa, dentro dessa condição, como alegoria do poder, onde se projeta uma espécie de acumulação de valores, assumindo uma dimensão de monumento.

Ela representa, em sua estrutura, a nova função política do Estado. “ *Em la ciudad-capital el hombre moderno no tiene, alrededor suyo, um ambiente familiar y constante: esta implicado em uma red de relaciones, em um juego de movimientos.*”²¹¹

Parece que essa percepção temporal da mudança, era entendida pelo articulista do Correio Sergipense, como a característica de uma cidade moderna. Na nota que expõe as razões da mudança, ele escreve: “*o que torna importante uma cidade é a maior affluencia nela de estrangeiros, e de suas relações diretas com os paizes mais felizes em desenvolvimento comercial e industrial*”²¹²

Assim, Argan explica que “é a centralização do poder que faz necessária a criação de uma Cidade-capital. O reforço do poder da capital política vem acompanhado pela perda de poder e iniciativa de outros centros.”²¹³

As questões se impõem aqui como um exercício de reflexão. A perspectiva que orienta a cidade moderna também é produtora de um modo particular de entrelaçamento social, como de certo modo analisou Nobeit Elias. A civilização se apresenta como um processo que permite a reelaboração de sentidos, a organização e autoconsciência que operando sobre os comportamentos, transforma-os.

Essa natureza moderna dos eventos que fundam Aracaju, do ponto de vista urbano, age sobre o passado, por um processo de negação. A cidade agora deveria ser pensada a partir da sua composição material, como uma obra de arte técnica.

A alegoria do poder que ela institui tenta percebê-la dentro de um devir, uma teleologia do progresso que encontra no discurso do seu presente as razões de sua modernidade e futuro. Em Aracaju, tudo está por fazer, diz o articulista do jornal, em 1855:

“mas é isso justamente o que ele tem de melhor, por que assim não veremos na nova capital estas ruas estreitas tortuosas, estas

²¹¹ ARGAN, G. Carlo. **La Europa de las Capitales: 1600-1700**. Traducido do italiano por Luis Arana. Barcelona: Skira Carrogio, 1964 P. 37 (grifo nosso)

²¹² MUDANÇA da Capital In. **Correio Sergipense**, 26 de maio de 1855. P.3

²¹³ ARGAN, G. Carlo. **La Europa de las Capitales: 1600-1700**. Traducido do italiano por Luis Arana. Barcelona: Skira Carrogio, 1964 (Tradução livre)

alforjas e viellas de nossas velhas cidades que parecem mais uns antros habitados pela raça humana do que habitação de homens civilizados. Sem a certeza de que este povoado seria a capital da província, qual seria o homem assas louco para enterrar neste logar os seus capitães em edificações”²¹⁴

Neste trecho, a cidade expressa sua modernidade por meio de seu patrimônio. A regulação da moradia e a falta delas, bem como a luta contra natureza e a expressão da civilização pela arquitetura e “urbanismo” representam algumas das tensões constantes dos primeiros anos de Aracaju.²¹⁵

As habitações, de acordo com Nobert Elias²¹⁶, são indicadores de estruturas sociais que exige de nós um ato de reflexão sociológica, para revelar as tensões, coesões sociais e lutas que se desenrolam em torno delas.

Entre os anos de 1830 e 1850, o controle exercido sobre as populações das vilas e cidades sergipanas foram modificando a temática de suas posturas. Passaram do medo das classes subalternas para o medo das doenças. Inseriu-se sobre o território um controle diferenciado, seja sobre a higiene, seja sobre a composição do seu patrimônio, garantindo uma preocupação estética e um dinâmico controle de sua forma espacial e dos usos.

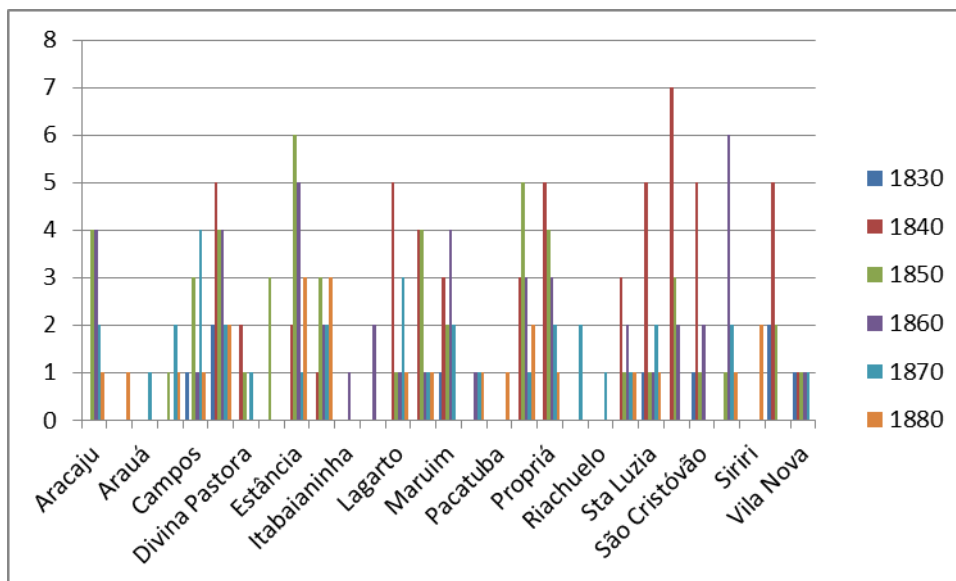
Determinadas vilas, distantes da capital, seja São Cristóvão ou Aracaju, receberam da Assembleia Provincial uma atenção ampliada aos problemas de composição urbana, verificando assim, uma forte interiorização das ações modernizadora, em razão das novas concepções de cidade, sobretudo depois de 1855. Verificamos no gráfico abaixo uma forte tendência de crescimento de posturas, reguladora da vida dessas populações, nas regiões distantes da capital:

²¹⁴ CORREIO Sergipense, 23 de maio de 1855. P quatro

²¹⁵ As diversas posturas regulatórias da vida na cidade, desde os anos iniciais, tentou antes de tudo disciplinar o espaço público, controlando o patrimônio.

²¹⁶ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Figura 7 – Aprovação de posturas para os municípios sergipanos (1835-1889)



Fonte: Compilação das leis provinciais: 1835 - 1889

Verificamos que os anos de 1840, iniciou-se um processo de ampliação do controle exercido pela Assembleia Provincial sobre os municípios, o que resultou na aprovação significativa de posturas. Contudo, é importante salientar que as próprias vilas encaminhavam para assembleia suas propostas de lei para aprovação. Assim, a legislação, antes de representar a real natureza das cidades, evidencia um processo de idealização dos espaços, que vão se enquadrando no que Marília Odila Dias denominou de processo de interiorização da metrópole, cuja consolidação se efetivou com o gabinete de Conciliação do Marques de Paraná²¹⁷.

Não se tratava apenas de uma modernização, mas de um processo de transformação dos comportamentos urbanos em razão de um pensamento civilizador. Assim, a diversificação de artigos existentes nas posturas, sobre a forma das cidades e vilas, valores estéticos como o modo de construir, e mesmo a absorção de estilos europeus para as residências, insere-se na dinâmica dos novos valores da

²¹⁷ DIAS, Maria Odila leite da Silva Dias. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. P. 19

modernidade para as os novos centros urbanos, cuja a cidade de Aracaju representava sua síntese.

A ideia de centralidade assumiu para a cidade de Aracaju várias perspectivas, que se intensificaram nas décadas de 1860 e na década de 1870. Na década de 1860, o governo construiu com base em Aracaju, o mapa de distância entre as vilas e cidades sergipanas em relação a sua capital, o que foi publicado em 9 de maio de 1860 pelo periódico conservador, Correio Sergipense:

Figura 8 - Mapas de distancias entre a cidade de Aracaju e as demais vilas e cidades, 1860

Mapa demonstrativo da distancia de caminho da cidade do Aracaju ás cidades e villas dos diferentes municipios da Provincia de Sergipe, e de cada uma dellas a todas as outras, organizado pelo capitão de engenheiros Francisco Pereira da Silva, por ordem do Presidente Manoel da Cunha Galvão.

Pacatuba.	Villa-Nova.	Porto da Folha.	Propriá.	Campo do Brito.	Simão Dias.	S. Christovão.	Itaporanga.	Itabaiana.	Lagôa Vermelha.	Gerú.	Riachão.	Itabaianinha.	Campos.	Espirito Santo.	Santa Luzia.	Lagarto.	Estancia.	N. S. das Dores.	Missão.	Capella.	Divina Pastora.	Pé do Banco.	Rozario.	Santo Amaro.	Marcim.	Laranjeiras.	
18	22	35	24	13	21	4	6	14	16	18	16	24	24	23	17	14	16	10	8	10	6	8	8	3	3	3 1/2	Aracaju.
19	22	33	24	10	18	5	6	7	14	18	16	20	22	21	15	12	14	8	8	7	3	5	5	3	3	—	Laranjeiras.
16	18	30	19	13	21	8	9	9	16	23	19	23	25	23	18	15	17	6	5	5	2	3	2	1	—	Maroim.	
15	19	30	19	12	20	7	8	10	16	24	18	22	24	22	17	14	16	4	6	7	3	3 1/2	2	—	—	Santo Amaro.	
14	16	27	17	14	22	9	10	11	18	26	20	24	26	23	20	15	18	5 1/2	4	4	3	2 1/2	2	—	—	Rozario.	
16	14	26	14	11	19	10	11	10	22	28	22	26	26	23	20	15	19	3	6	3	2	—	—	—	—	Pé do Banco.	
14	14	18	17	16	17	8	9	8	18	26	18	22	24	23	18	14	17	5	7	5	—	—	—	—	—	Divina Pastora.	
13	12	24	12	12	20	13	12	10	22	30	24	28	30	28	23	19	22	3	3	—	—	—	—	—	—	Capella.	
10	12	29	15	24	22	13	14	12	22	30	24	28	29	28	23	20	22	9	—	—	—	—	—	—	—	Missão do Japarutuba.	
17	17	24	12	9	17	12	13	7	20	27	21	25	27	27	22	17	21	—	—	—	—	—	—	—	—	Nossa Senhora das Dores (Enforcados).	
32	36	44	34	16	15	10	8	18	5	10	8	8	12	7	2	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Estancia.
30	34	40	32	8	5	12	10	10	5	10	4	8	10	16	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Lagarto.
33	37	43	35	17	16	11	9	19	5	10	8	8	12	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Santa Luzia.
38	42	50	40	22	21	16	14	24	11	7	14	8	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Espirito Santo.
40	44	50	42	18	8	22	20	20	11	4	8	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Campos.
38	42	48	40	16	10	18	16	18	7	2	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Itabaianinha.
34	38	44	36	12	9	12	12	14	3	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Riachão.
40	44	50	42	18	12	26	18	20	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Gerú.
33	38	42	34	10	9	9	9	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Lagôa-Vermelha.
22	24	28	22	2	10	12	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Itabaiana.
24	28	35	27	10	15	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Itaporanga.
23	27	33	25	10	17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	S. Christovão.
30	34	35	32	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Simão Dias.
22	26	30	24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Campo do Brito.
10	7	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Propriá.
24	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Porto da Folha.
4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Villa-Nova.
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Pacatuba.

6666
6666

206
800
164800

32
33

24
31
6666
31

6666
33998
666646

Fonte: Correio Sergipense, 9 de maio de 1860

Em 1872, a câmara da capital nomeia todas as ruas centrais da cidade de Aracaju com os nomes de cidades e vilas do interior da província, encerrando no plano simbólico a natureza irradiadora do projeto de modernização que ela deveria representar²¹⁸.

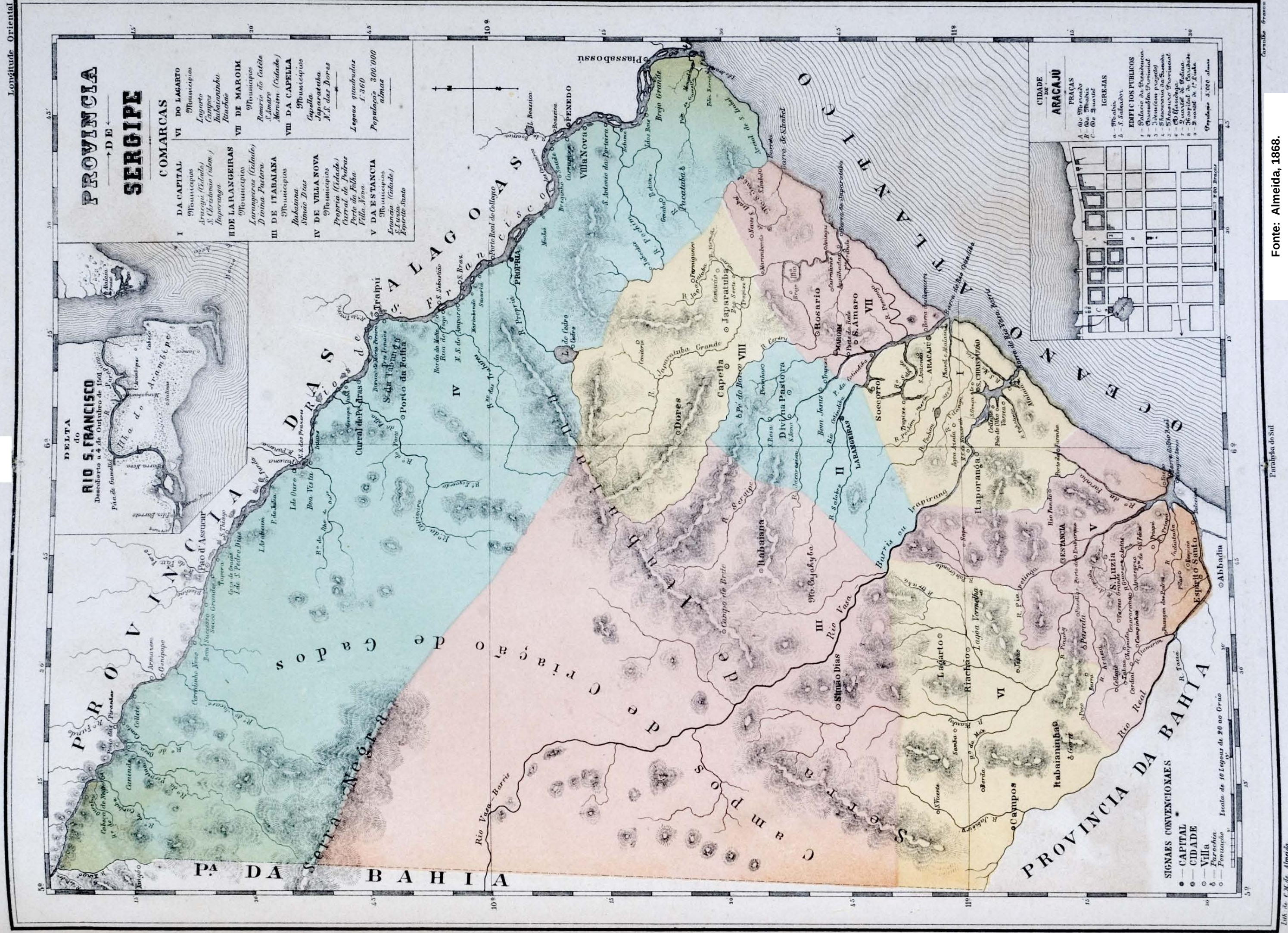
As vilas fronteiriças as províncias de Alagoas (Porto da Folha, Propriá, Vila Nova) e Bahia (Santa Luzia, Simão Dias, Campos, Espírito Santo), o sertão, receberam uma regulamentação mais intensa, bem como o município de Capela, na Cotinguiba, onde estava concentrado o maior número de engenhos. Sobre essa última, a dificuldade dos censos em registrar a população do império, em Sergipe, recaiu sobre o problema de leitura do seu crescimento demográfico. O censo geral do Império, de 1872, exclui, por exemplo, essa vila dos dados sobre Sergipe.

Em 1848 as vilas de Estância e Laranjeiras foram transformadas em cidades, em 1854 foi a vez da vila de Maruim, em 1866 da vila de Propriá, na Região do rio São Francisco, e em 1888 da Vila de Itabaiana. Não existia uma diferença clara entre ambas (cidades e vilas), mas havia uma diferença hierárquica. A cidade consolida uma espécie de cabeça da região e do crescimento. Isso implica relembrar Castells, quando simplificou afirmando que ela é uma “forma específica de organização do espaço (...)”, cujos traços distintivos são uma certa forma e uma certa densidade.”²¹⁹.

²¹⁸ Jornal do Aracaju, 25 de março de 1872.

²¹⁹ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4. Ed. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e terra, 2011. P.39- 40.

Figura 9 - Mapa de Sergipe no Atlas do Império do Brasil 1868



O controle sobre a forma que assumiam esses espaços implicava também sobre outras questões, incluindo o aparelhamento urbano. Em resolução n. 241 de 25 de março de 1849, a Assembleia aprovou uma postura da Câmara de Porto da Folha, na região da bacia do São Francisco, que regulamentou com um de seus artigos a maneira como deveria a vila lidar com as habitações “velhas.”

D’ora em diante não será permitido levantar casa alguma na Villa, nem reedificar ou concertar qualquer outra velha fora do aliamento, que fôr dado pelo alinhador nomeado pela câmara, ou pelo fiscal da mesma: os infractores pagarão multa de 10 U rs. E o dobro nas reincidências, além de ser demolida a obra a sua custa”²²⁰

Essa orientação expandiu-se por outras vilas, mas, sobretudo sobre as novas cidades. Atrelada às edificações, estava o tema da iluminação das cidades que repercutiu nos Relatório de Presidente de Província, nos anos de 1850 em diante. A modernização das cidades implicou no prolongamento das horas úteis do dia, tanto para o trabalho quanto para o desenvolvimento de outras formas de uso e apropriação dos espaços.

Contudo, a questão do controle sobre as edificações ainda permaneceu como um dos artigos das leis municipais mais recorrentes, sobretudo após os anos de 1855. Atrelado a ela, inseria-se a compreensão de que as terras urbanas foram se transformando em um capital ativo bastante explorado, com isso o mercado de alugueis e os problemas sociais deles decorrentes encontraram nas cidades, e fortemente em Aracaju, um espaço de conflitos.

Em 1855, logo após a criação da nova capital, por exemplo, os conflitos de terras na cidade foram se tornando mais intensos. O preço e dos alugueis na regiões centrais da formação da cidade, foram crescendo, o que levou a população com menos condições sociais a procurarem as regiões de menor infraestrutura e mais distantes da cidade construída. Isso revela o quanto a ocupação de espaços periféricos e a moradia se tornaram um tema muito recorrente na legislação e, após a década de 1870, nos tribunais sergipanos. Algo que observaremos melhor no capítulo seguinte.

²²⁰ SERGIPE. Resolução n. 241 de 25 de março de 1849. Proíbe pescar, lavar-se roupa, gente, animais, e fatos na lagôa de beber da villa do Porto da Folha. **Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe**, 1849. Aracaju: Typ. Provincial. 1849. P. 8

CAPÍTULO III

MODERNIZAÇÃO CENTRALIZADORA: CIDADE-CAPITAL: MODERNIDADE EM CONFLITO

A França ocupou durante o século XIX um papel de destaque para o pensamento urbano mundial. Além de significar um importante centro cultural para o mundo ocidental do período, sob a tutela do governo de Napoleão III, o prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), conduziu uma ampla reforma urbana com a colaboração de variados arquitetos e engenheiros. A idéia era modernizar a cidade, para isso, demoliu as ruas sujas e superlotadas da cidade medieval e criou uma capital ordenada sobre a geometria de avenidas e bulevares: 12 avenidas amplas em volta do Arco do Triunfo.

A cidade de Paris não só se transformou em uma referência para o urbanismo moderno, para a ideia da cidade moderna, como também passou a servir de indicador, termômetro da modernidade para construção e reconstrução de múltiplas cidades que importaram e se apropriaram de seus fundamentos. "Paris representou, pois, o papel de modelo de capital cosmopolita a partir de meados do século XIX, após um longo processo de maturação da ideia de centralidade na hierarquia de aglomerações em cadeia no território francês".²²¹

Sua experiência, de alguma forma, representou a necessidade do Estado-Nação, francês, de reorganizar o território. Também consolidou uma ideia muito recorrente no pensamento econômico urbano do período: o da capital. Acreditavam que a eficácia econômica de uma capital era decisiva para o Estado. A cidade capital adquiriu um sentido mais amplo e estratégico. Dessa maneira, ela deveria possuir uma geometria favorável e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições.²²² Ao mesmo tempo, sede do poder político, do poder econômico e do

²²¹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: da Temática, dos autores e de suas idéias. IN. _____ (Org.) **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2001a. p 19-40

²²² LEPETIT, Bernard. Das Capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos**. São Paulo: Ed. da USP, 2001. p. 41- 63

saber. De acordo com o que escreveu Ulpiano Bezerra Menezes²²³ os utopistas e o Estado acreditavam que as mudanças na arquitetura e no urbanismo eram instrumentos de reforma social. Criam que “planejar a cidade (especialmente a cidade capital), [era] tanto planejar o território, quanto planejar a sociedade.”²²⁴

O modelo de Haussmann possuiu elementos que o tornou de absorção imediata para além da Europa, a exemplo das condições de sua flexibilidade estética. Sua existência marca o surgimento da concepção utilitária da cidade. Contudo, o modelo de Haussmann também trouxe outras questões para a composição das cidades.

Haussmann destruiu a cidade medieval, arrasando os densos e miseráveis quarteirões da região central, na Île de la Cité, e implantando a rede dos grandes bulevares, com suas perspectivas infinitas. *A tríade de artérias radiais, obras de saneamento e parques e edifícios públicos produziu um padrão de segregação espacial de tipo centro-periferia.* A reconstrução urbana representou a invenção simultânea das "rives de la Seine", o domínio das classes abastadas, e das "banlieues", os subúrbios populares.²²⁵

Contudo, não podemos partir da idéia de que, no longo percurso que marca a reforma de Haussmann e o atual desenvolvimento urbano das cidades e das práticas sobre elas, as cidades tenham caminhado pela mesma direção, dentro da linha contínua e evolutiva do progresso e da história. Rupturas consideráveis marcam os atuais modelos urbanos que possuímos. Como salienta Menezes não há dúvidas de que a cidade deste milênio “e a de século e meio atrás constituem objetos históricos distintos, que hoje não podem ser lidos com os mesmos parâmetros”. Desse modo as principais categorias utilizadas para conceituar as cidades já não conseguem apreendê-las, seja na Sociologia Urbana, Antropologia Urbana ou mesmo na História Urbana.

²²³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.

²²⁴ MENEZES, Op. Cit. P 23

²²⁵ MAGNOLI, Demétrio. Contra Haussmann. **Folha de São Paulo**, 10 nov. 2005. Disponível em < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=232931> > Acesso em 20 jul. 2006.

Três dificuldades podem ser apontadas para se ler contemporaneamente o modelo exportado e aplicá-lo no entendimento da cidade hoje. O primeiro diz respeito ao próprio conceito de cidade: polissêmico, universal e difícil de conceituar historicamente. O segundo diz respeito às diferenças geopolíticas: existe uma porosidade das fronteiras e mobilidade do capital financeiro. Cada vez mais fragmentado e descentralizado, o modelo de cidade capital perde seu peso no território²²⁶. Existe uma impossibilidade de uma teoria universal da cidade capital. O terceiro trata das diferenças culturais, sobretudo nos países em desenvolvimento. Hoje as representações sobre a cidade não compreendem a cidade inteira, a metrópole só é possível ser vivida na fragmentação. Não existe uma ligação cultural entre a Paris de Haussmann e as metrópoles contemporâneas.

Em que pesem as críticas esboçadas sobre as perspectivas históricas para se entender as cidades, Ulpiano Bezerra de Menezes faz algumas ressalvas quando se trata das experiências de construção das cidades em que o modelo haussmaniano foi determinante, as perspectivas históricas e a necessidade de cruzamento de experiências entre passado e presente se tornam relevantes. Segundo ele, a história urbana brasileira possui casos significativos, ao citar como exemplo a construção da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

[...] propostas haussmannianas tiveram eco em outros casos relevantes de renovação urbana e “modernização” de cidades no começo do século XX. Mais que tudo, [estudá-los] fornece alimentação substancial para um exame dos erros e equívocos ainda hoje renovados, e problemas reiteradamente mal resolvidos, de falsas premissas, a que recorremos.²²⁷

²²⁶ Na atualidade existe uma mobilidade do capital financeiro que não permite apreendê-lo mais dentro dos modelos da cidade capital. Ela já não pode ser lida, a priori, como elemento geopolítico estratégico. Na contemporaneidade existe uma fragmentação geopolítica que permite que a cidade capital ao competir com outros territórios, não figure como elemento centralizador exclusivo. Existe uma complexidade epistêmica muito maior hoje em dia nas questões que envolvem território e geopolítica, sobretudo quando se insere conceitos como desterritorialização e os cruzam com os debates em torno das novas tecnologias. Uma análise mais elaborada sobre essas questões pode ser encontrada em Anthony Giddens (1991).

²²⁷ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 12.

Nosso interesse, contudo, não é apresentar a experiência de Belo Horizonte. O saber técnico-científico se fez presente alterando a realidade de outras localidades no Brasil. Dedicaremos-nos aqui a uma experiência anterior a mineira e que vai marcar a realidade sergipana: a construção da cidade de Aracaju. Nosso enfoque passa pela inserção da problemática das formas de apropriação exercidas para situá-la no contexto de uma cidade “moderna”.

Elaboraremos algumas considerações sobre o seu desenvolvimento urbano a partir das apropriações feitas por alguns historiadores ao construí-la teoricamente. Pretende-se, com isso, visualizar as bases contemporâneas de que partem muitos dos entendimentos existentes sobre o desenvolvimento da cidade e alguns conflitos decorrentes dele.

No plano nacional, desde a segunda metade do século XIX, várias cidades brasileiras tinham passado por profundas transformações. A difusão das idéias do liberalismo econômico e o pensamento progressista do Barão de Mauá influenciaram muitas atitudes no país e é contemporânea ao pensamento que funda a cidade de Aracaju. Partia do entendimento de que o desenvolvimento econômico da província seria condição primordial para sua melhoria material, para a modernização das cidades e para transformações sociais, - mesmo que essas últimas se restringissem às elites, favorecendo sua distinção em meio aos vários grupos sociais.

Inácio Barbosa era um homem evoluído para seu tempo. Da estirpe dos Mauás, estava anos adiantado à mentalidade da grande maioria. Ele sabia que o progresso de uma região estava diretamente subordinado ao escoamento de sua produção e seu aumento dependendo, em grande parte, das possibilidades e facilidades da distribuição.²²⁸

O primeiro a inserir a discussão da fundação da cidade de Aracaju na dimensão dos acontecimentos nacionais, especialmente ligados a figura do Barão de Mauá, ainda na década de 1940, foi J. Calazans B. Silva (1992), logo seguido por outros como

²²⁸ FORTES NETO, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.

Bonifácio Fortes Neto (1955). Outras mudanças no período também foram destacadas, ainda no plano nacional, como a (1) tranqüilidade política iniciada com o segundo Reinado, o que favoreceu um maior diálogo entre as elites políticas locais se comparado com o período anterior (regência); e (2) a nova concepção de cidade que substitui o modelo medieval de cidade-fortaleza pela de porto-comercial, o que altera a maneira de projetar o espaço das cidades que agora se insere na lógica do capital.

O segundo sentido da fundação de Aracaju se inscreve exatamente nessa última assertiva apresentada: a nova concepção de cidade. Ela deveria obedecer a um novo projeto de desenvolvimento econômico e de modernidade. Para os que defendiam a fundação de Aracaju, não bastava a construção de uma cidade, ela deveria ser capital. Assim, o pensamento urbano que legitima o sentido da cidade soma-se com aquele que dominou o pensamento econômico urbano, sobretudo francês, desde o antigo regime: o ideário da cidade-capital: espaço de fluxos, circulação, acessibilidade, fluidez e centralidade²²⁹.

Ao contrário de muitas cidades brasileiras, Aracaju surgiu – enquanto cidade e capital - por força de uma única resolução provincial de nº. 413, de 17 de março de 1855, em terras com predominância de manguezais, alagadiços e dunas, cuja infraestrutura mínima para comportá-la não existia. Em outras palavras, a cidade, enquanto espaço construído historicamente pelas relações travadas entre os homens, não foi uma realidade para Aracaju. Nas afirmações de Nascimento, representou “em seu conjunto, a mais importante obra de Engenharia que Sergipe conheceu em toda a sua história” e o início de “um processo permanente de desequilíbrio ambiental que marca a história de Aracaju”.²³⁰

²²⁹ De uma outra maneira, J. Calazans também escreve sobre a importância econômica de uma capital. De acordo com ele, para o pensamento do século XIX, a situação das metrópoles provinciais deveria ser estratégica. “A capital deveria exercer um forte controle sobre as diversas regiões econômicas da província. Assim aconteceu em Alagoas e no Piauí. O porto de Maceió venceu, em 1839, a velha cidade de Alagoas, e Teresina, localizada à margem direita do rio Parnaíba, o grande rio da região derrotou, em 1852, Oeiras, situada em um pequeno vale à margem do riacho Mocha”. (Silva, 1992, p. 64). Essas mesmas observações a respeito de Maceió e Teresina são apresentadas pelo Jornal Correio Sergipense de 23 de Maio de 1855 em matéria elogiando e justificando o ato do presidente Inácio Barbosa de transferir de fundar a cidade-capital Aracaju

²³⁰ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Construindo Aracaju. Jornal Cinform. Aracaju, n. 1207, 29 de maio a 04 de junho de 2006a, p. 03. (Caderno de Cultura e Variedades)

Seu modelo, sua configuração espacial não pode ser encontrado em nenhuma cidade sergipana, corresponde aos ideais de uma racionalidade técnica e utópica, de uma nova maneira de entender as cidades e de operar sobre o espaço, herdada, sobretudo, do pensamento europeu. Por isso mesmo, uma inovação para a província. As duas propostas existentes na década de 1830 trouxeram, para o centro da mudança da capital, o interesse político dos senhores de terra, aproximando a capital de sua zona de influência e de suas terras, bem como o interesse econômico, em dotar de um porto capaz de superar os limites da dependência com a Bahia. Esta nova proposta de 1855 trouxe uma qualidade técnica e um projeto de modernidade, ao pensar a cidade a partir da ideia de uma capital, capaz de se transformar em metrópole.

Sua condução foi confiada inicialmente ao saber do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro e contou com os serviços do engenheiro Francisco Pereira da Silva. No projeto de Basílio Pirro, a cidade foi traçada em estrutura urbana ortogonal bem simplificada: 32 quadras simétricas de 110m x 110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13,20 metros (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188 metros (540 braças) iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso.²³¹

Embora existisse uma rigidez no traçado das quadras, não existiu uma definição do tamanho dos lotes nelas. Essa preocupação também não será encontrada no conjunto de leis que se seguiram a edificação da cidade (posturas). A rigorosidade do plano do engenheiro chefe do projeto da Capital, Sebastião José Basílio Pirro, em quadrados, tal como um tabuleiro de xadrez representou uma de suas várias apropriações do pensamento urbano moderno e significou uma das peculiaridades do desenvolvimento inicial de Aracaju.

A aplicação do plano Pirro ao espaço escolhido para a cidade, contudo, demandou um esforço muito grande. As condições do sítio para sua fundação marcaram profundamente sua história e a historiografia que a contempla. A natureza se tornou uma constante nos relatos sobre a Aracaju, seja nos relatos de época, ou mesmo nos que foram reescritos contemporaneamente. Bonifácio Fortes a resume:

²³¹ Ver: Nascimento, 2006a, p. 3; Nogueira, 2004, p. 158; Fortes Neto, 1955, p. 27; Porto, 1991, p. 30

A praia do Aracaju em 1855 era uma estreita faixa de terra muito baixa e alagável entre dunas, mangues e pântanos. Sua vegetação era de cajueiros, aroeiras, cambuís, cambucás, gobirabas e alguns coqueiros. A praia do Aracaju era a água. Da água parada e da água dos riachos, do mangue e do rio ninguém escapava²³².

A simplicidade do traçado formulado por Pirro dava-lhe ao mesmo facilidade de reprodução e continuidade, entretanto, ele não foi traçado a partir das condições topográficas de todo o sítio. Diante das características da sua natureza, demandou fortemente a necessidade de aterramentos para construção das edificações e ruas, o que exigiu constante mão de obra. De acordo com Adriana Nogueira²³³ havia parte considerável do terreno da cidade que poderia sofrer constantes inundações, dificultando o escoamento das águas das chuvas, visto que em muitas partes a cota de nível era baixa ou mesmo zero²³⁴.

Manuel dos Passos de Oliveira Teles²³⁵ revela que o antigo povoado Santo Antônio do Aracaju, para onde a capital estava sendo transferida, compreendia três zonas distintas: Santo Antônio, ao norte; Olaria, ao centro e Barra do Poxim, ao sul. O primeiro possuía uma pequena povoação e uma capela e se localizava no alto de uma colina, importante para os primeiros dias da capital. Mas não foi ao norte o local escolhido para a edificação da cidade, mas o centro, uma região de planície com características diferentes da anterior. (ver Figura 08).

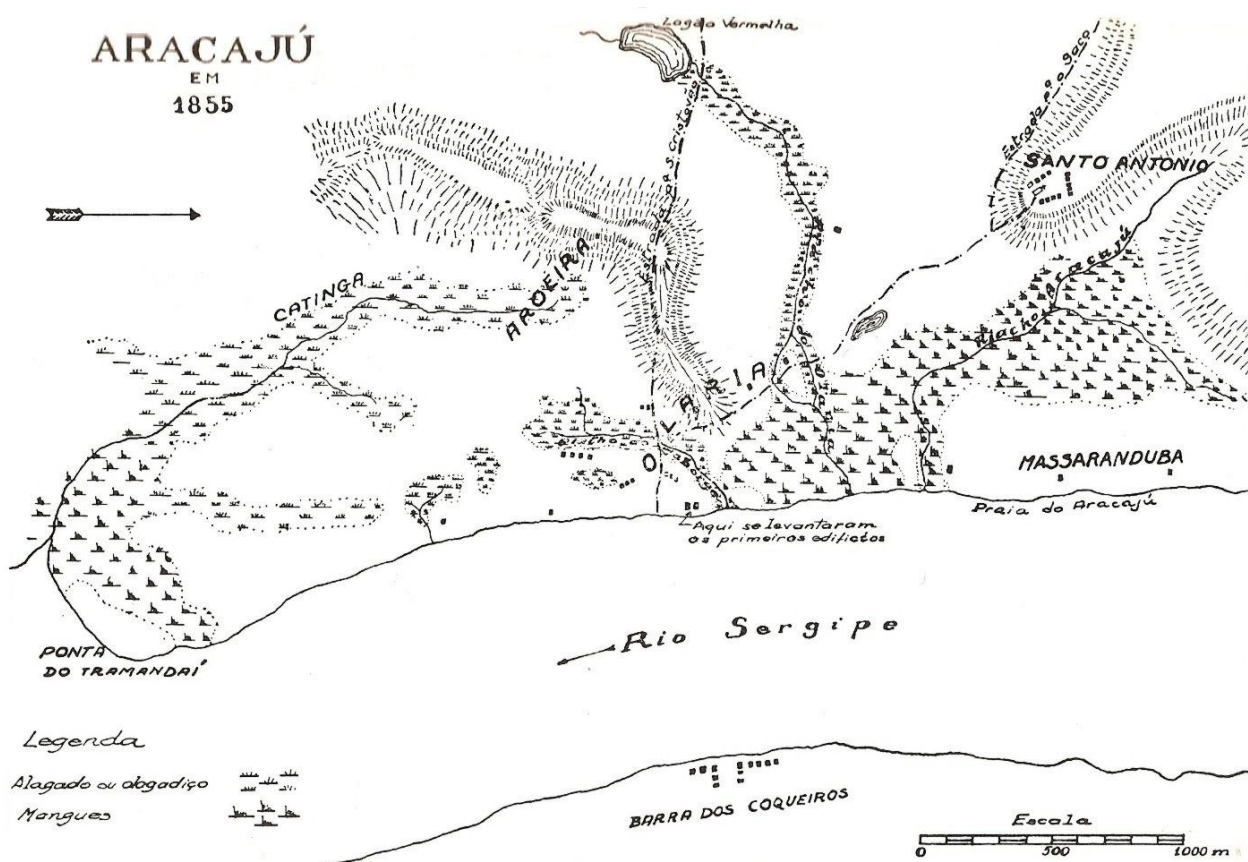
²³² FORTES NETO, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955. P. 23

²³³ NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003**. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

²³⁴ No “*Officio da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições hygienicas da capital do Aracaju*”, em 1856. (Arquivo Nacional) O tema das inundações por águas pluviais também era recorrente: “É o Aracaju como se sabe, assentado sobre uma planície de terreno pela mor parte arenoso e que apresenta muitos alagadiços e charcos já formados pelas águas pluviais, já pelas águas salgadas por ocasião das marés grandes” (p.8).

²³⁵ TELES, Manuel dos Passos de Oliveira. Aracaju. Suas origens. Seu provável futuro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, ano 1, n.2, p. 47-51

Fig. 10 – Planta do sítio do Aracaju em 1855.



Fonte: Porto, 1991, p. 18

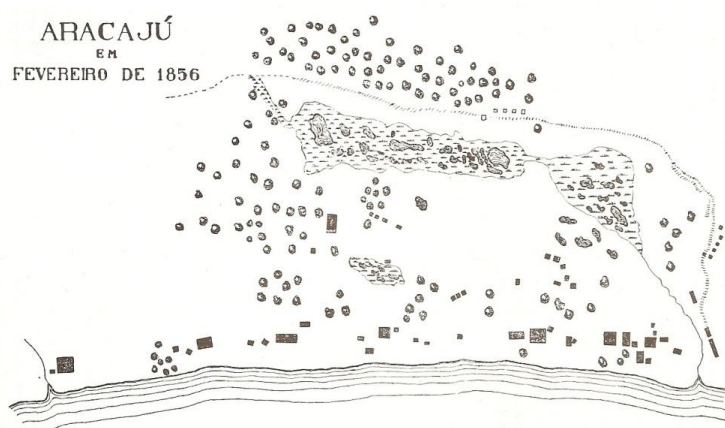
O Engenheiro Pirro lia com rigidez geométrica e, por vezes inflexível, o traçado da cidade. Pirro reclamava das dificuldades de se fazer cumprir o alinhamento da cidade dentro do plano estabelecido, visto que os proprietários se recusavam a obedecê-lo, alguns deles com bastante influência política. Um desses era Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel²³⁶, Senhor de engenho e deputado provincial em 1859, cuja casa na rua de Estância se encontrava em ângulo diferente daquele estabelecido pelas quadras da planta da cidade. Pedia que se alinhasse, mas intercedia ao presidente da Província, na época: Manoel da Cunha Galvão. Nos primeiros meses, após a resolução que funda Aracaju, começaram os trabalhos de roçagem, alinhamento das ruas e

²³⁶ Ver: ofício de 30 de abril de 1859. In.: Porto, 1992, p.47-49. Alguns dos ofícios expedidos pelo Engenheiro Pirro podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal de Aracaju (APA) e no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Silva (1992), Porto (1991) e Fortes Neto (1955) falam da rigidez do plano e o criticam.

colocação dos marcos, concomitante com os serviços de aterramento da nova capital²³⁷. Contudo, o plano teve que ser modificado em alguns de seus pontos.

A pedido do presidente Inácio Barbosa, a linha de praia deveria seguir o curso do rio e não ser retilínea como Pirro havia traçado. Existia o interesse em conceder aforamento da marinha. Outra modificação, que fugia a rigidez do quadrilátero, foi o traçado da estrada que ligaria a cidade a colina de Santo Antônio, o antigo povoado ao norte do plano (Estrada Nova, atual Av. João Ribeiro), onde o próprio Pirro se encarregou de traçar retilínea.²³⁸ Foi levado em consideração ao escolher o local para criação da cidade, além de sua capacidade de conexão com outros municípios, suas possibilidades de expansão²³⁹, entretanto o plano Pirro limitava-se a reger, inicialmente, os projetados quarteirões, bem como sua área de expansão inicial (1.188 metros que partiam da atual praça Fausto Cardoso), tornando-se estas terras as mais valorizadas e caras do período.

Fig. 11 – Cópia da Planta do Engº Francisco Pereira da Silva



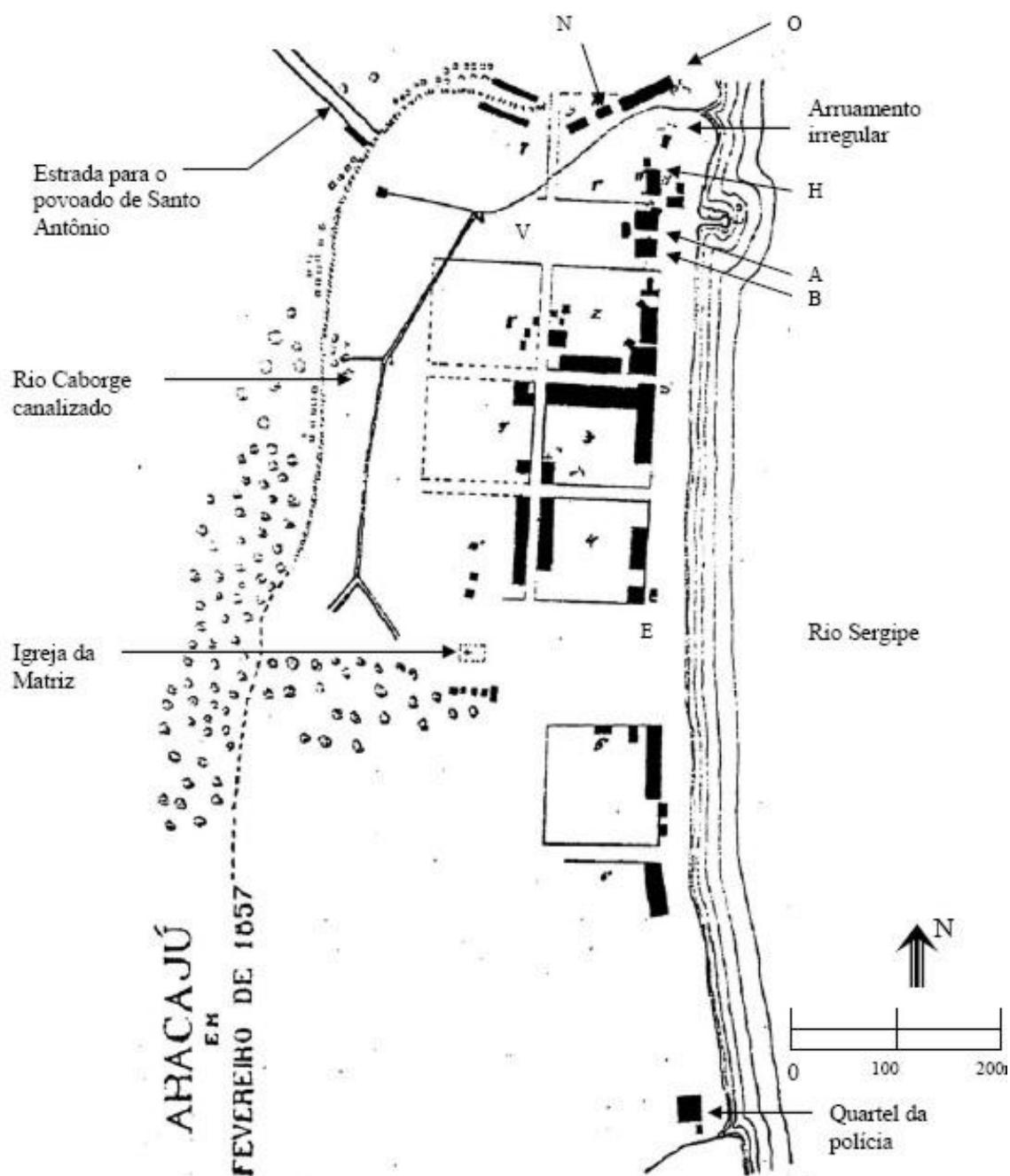
Fonte: Porto, 1991, p. 40

²³⁷ De acordo com o que comunica o jornal Correio Sergipense de 13 de junho de 1855, referindo-se ao expediente de 16 de maio do mesmo ano (CD-ROOM, PDPH/UFS). O Correio Sergipense foi um jornal importante do período, pois funcionava como uma espécie de diário oficial da província de Sergipe. Algumas medidas tomadas pelo presidente da província, bem como algumas resoluções são apresentadas pelo referido periódico. Encontra-se nele o pagamento dos serviços de alinhamento, aterro e demarcação de ruas tanto do engenheiro da província Basílio Pirro, quanto dos funcionários que trabalharam nos aterramentos e aberturas de ruas.

²³⁸ FORTES NETO, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955; SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDEC, 1992.

²³⁹ Correio Sergipense de 23 de maio de 1855 (CD-ROOM, PDPH/UFS)

Fig. 10 – Planta do Plano de Pirro pelo Eng^o Francisco Pereira da Silva.



LEGENDA: A- Alfândega; B- Mesa de Rendas; E- Palacete da Presidência; H- Tesouraria da Fazenda; O- Barracão da Tropa de Linha; N- Enfermaria Militar; V- "Vala da Cidade".

Fonte: Porto, 1991, p. 41. In: A. D. Nogueira, 2004, p. 157.

A mão de obra utilizada para dar forma à cidade a partir do ano de 1855 veio de variados locais da província, dentre eles muitos trabalhadores rurais, agricultores que deixaram suas funções para trabalhar nos serviços urbanos exigidos pela montagem da nova capital. A historiadora Maria da Glória Santana de Almeida²⁴⁰, revela que só no ano de 1855 Aracaju recebeu mais de 200 homens vindos do interior, o que prejudicou na província o abastecimento de alimentos.

A estatística da população da província extraída do recenseamento realizado em todas as freguesias pelos delegados e subdelegados de polícia no final do ano de 1854 e oferecida ao público em 23 de maio de 1855 apresenta a população sergipana com um total de 132.640 habitantes, sendo 66.561 do sexo masculino e 66.079 do sexo feminino. Desses 100.192 eram livres e 32.448 escravos. Dos livres 70.488 eram adultos e destes 30.630 casados e 29.704 menores. A população livre encontrou-se assim dividida²⁴¹:

Tabela 5 Ocupações dos habitantes de Sergipe em 1854

Agricultores	19623
Negociantes	940
Carpinas	836
Pescadores	744
Vaqueiros	570
Alfaiates	452
Sapateiros	363
Empregados públicos	217
Criadores	206
Ferreiros	167
Náuticos	161
Caixeiros	157
Pedreiros	107
Ourives	99
Mestres de açúcar	85
Serradores	77
Oleiros	69
Curtidores	66
Purgadores de açúcar	52
Músicos	45
Fogueteiros	26
Barqueiros	25
Funileiros	13
Pintores	10
Ocupações diversas	464

Fonte: Correio Sergipense de 23 de junho de

²⁴⁰ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Estrutura de produção: a crise de alimentos da província de Sergipe (1855-1856). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 27, 1965-1978, p. 15-39.

²⁴¹ Informação construída a partir dos dados apresentados pela estatística provincial de 1855, publicada no Correio Sergipense de 23 de junho de 1855. (CD- ROOM/ IHGS).

No caso específico de Aracaju, o mapa apresentado pela delegacia da capital não revela com precisão o número total de pessoas na cidade, visto que ao apresentar os dados por quarteirão ressalta que o inspetor do primeiro quarteirão não incluiu muitos dos trabalhadores que se achavam presentes, por esses declararem que ao final do contrato retornariam para suas residências. Esse mapa²⁴² traz uma classificação importante para entendermos as características dos primeiros habitantes de Aracaju. Ao total, entre livres, escravos e estrangeiros temos 1.484 habitantes na cidade. Loureiro (1983) afirma que quatro anos mais tarde (1860) a população de Aracaju chegou a cinco mil habitantes.

Fig.13 - Fac-simile do Mapa Estatístico de Aracaju em 1856

MAPPA ESTATISTICO													N. 2.
da população livre e escrava do districto da subdelegacia da capital do Aracajú.													
SUBDELEGACIA	QUARTIÕES	SEXOS		CONDIÇÕES		LIVRES							OBSERVAÇÕES
		HOMEIS	MULHERES	LIVRES	ESCRAVOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	ADULTOS	MEIORES	CASADOS	SOLTEIROS	TOTAL	
CAPITAL DO ARACAJÚ	1.	307	314	543	78	540	3	312	191	201	342	621	Nesta subdelegacia existem 165 Agricultores 45 Nauticos 28 Carapinas 8 Pescadores 16 Negociantes 47 Empregados publicos 2 Sacerdotes 4 Medico 2 Sapateiros 7 Alfaiates 10 Pedreiros 2 Ferreiros 2 Oleiros 1 Boticario 1 Advogado 1 Proprietario d'engenho 1 Purgador 1 Encadernador N. B.—O inspetor do 1.º quarteirão não incluiu na relação que deu muitos dos operarios que de presente trabalham nesta cidade, por declararem os mesmos que findos seus contractos tinham de regressar ás suas residencias.
	2.	89	81	95	75	95	—	63	32	40	55	170	
	3.	65	52	110	7	110	—	90	20	43	67	117	
	4.	63	78	120	21	120	—	63	57	18	102	141	
	5.	65	56	106	15	106	—	66	40	15	91	121	
	6.	95	113	118	90	117	1	73	45	40	78	208	
	7.	46	60	99	7	99	—	69	30	27	72	106	
SOMMA		730	754	1191	293	1187	4	736	415	384	807	1484	
Subdelegacia da capital do Aracajú 14 de Junho de 1856.													O subdelegado
													Antonio Pedro Machado de Araujo.

Fonte: Relatório da Assembléia Provincial de Sergipe de 2 de julho de 1856.

²⁴² "Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentissimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides". Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. (Biblioteca Nacional.)

No mapa (Fig. 11) verificamos um número elevado de agricultores. É bem possível que muitos dos trabalhadores que vieram para construir a cidade não tenham retornado para seus municípios. Sem muitas opções de moradias, surgiram fora dos quadrados projetados por Pirro arruamentos irregulares e uma periferia composta por uma população diversificada²⁴³. (ver arruamento irregular nas Figuras 4 e 7).

As terras do Aracaju já tinham valorizado bastante com a criação da cidade. No arquivo do Judiciário de Sergipe, vários dos processos encontrados sobre disputa de terras ou sobre exploração das mesmas durante as primeiras décadas da nova capital referem-se às terras do Olaria²⁴⁴. Desse modo, entendemos que

Foi nas cidades, e nesse período, que se verificou também uma outra faceta do enraizamento acelerado do capitalismo moderno. Trata-se da emergência de um mercado urbano de terras [...]. Transações com terras e moradias tiveram lugar no Brasil desde o século XVI. O que ocorreu de novo, no final do século XIX – e nas grandes cidades – foi que ambas se transformaram rapidamente em ativo financeiro.²⁴⁵

²⁴³ Sobre essa população diversificada escreveu Robert Avé-Lalleman quando esteve em Aracaju em 1859. Em seu registro o viajante Alemão se impressiona com o ritmo das obras da nova capital e com a presença da população escrava nas ruas. (Avé-Lalleman, 1980).

²⁴⁴ Nos anos de 1870, quando já contava com repartições públicas e uma mínima estrutura administrativa se estabelecia, as disputas judiciais sobre as terras do Olaria, na qual a cidade foi edificada, intensificaram-se. Arquivo do Judiciário de Sergipe (AGJ): **AJU/C. 1º Cx 01/2198** - refere-se ao sítio olaria onde foi edificada a cidade de Aracaju (28/10/1879); **AJU/C. 1º Cx 01/2228** - Posse de um sítio de terras do lado esquerdo da estrada que vai do centro ao povoado Santo Antônio (05/10/1892); **AJU/C. 1º Cx 01/2139** – Posse de terra em Aracaju, medição realizada em 11/02/1859; **AJU/C. 1º Cx 01/2139** – Posse de terras no olaria do Aracaju em 15/06/1878; **AJU/ 1ª V.CR Cx. 2556** Processo crime: Homicídio e Tentativa de Homicídio envolve destruição de marcas de divisão de terras na praia do Maçaranduba (Bairro Industrial), em 17/10/1877; **AJU/2º OF. Cx. 01-2228**: Ação Possessória - requerem pagamento pela ocupação dos indivíduos listados como réus em suas terras, que correspondem a Olaria do Aracaju (28-10-1879); **AJU/2º OF. Cx. 01-2228 - Ação Possessória** – Os autores requerem restituição da posse de terras suas (11-10-1892); **AJU/2º OF. Ação Possessória – Cx. 01-2228** – demarcação não amistosa de terreno comprado (19-10-1893); **AJU/C. 1º Cx. 01/2228** – Ação de possessória - invasão para construção de casas. Posse de um sítio ao lado as rua ainda em formação de Nossa Senhora das Dores

²⁴⁵ ABREU, Maurício de Almeida. Cidade Brasileira: 1870-1930. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 35-44.

Também podemos observar na figura 6 que o segundo maior contingente de trabalhadores em Aracaju eram funcionários públicos²⁴⁶, isso se explica pelos estímulos que o governo provincial vinha dando para a aceleração das construções na cidade, conforme nos deixa entender a resolução nº. 444 de 26 de agosto de 1856:

Art. 1º Fica aprovado o acto, pelo qual o presidente da província [Salvador Correia de Sá e Benevides] adiantou à alguns Empregados Públicos provinciaes um anno de seus ordenados para a edificação de casas para habitarem nesta capital.

Art. 2º. O mesmo presidente fica autorizado a conceder sob as mesmas clausulas e cautellas igual benefício à todos aqueles Empregados Provinciaes que d'elle se quiserem utilizar²⁴⁷.

Um mês antes o mesmo presidente da província isentou do pagamento da Décima Urbana²⁴⁸, por um espaço de dez anos, os prédios compreendidos na cidade do Aracaju, cuja edificação fosse concluída até o ano de 1861²⁴⁹. O governo justifica essa medida no relatório do mesmo ano (1856), tal atitude aponta algumas dificuldades encontradas no período:

²⁴⁶ Os dados visualizados na figura 5 que trata do número de funcionários públicos contraria aqueles apresentados por Alexandre Diniz (1987, p. 72). Diniz mostra uma quantia de 25 funcionários públicos em São Cristóvão e apenas dois em Aracaju no ano de 1872 (uma tentativa de lê uma possível resistência contra a mudança da capital pelos são-cristovenses). Contudo, embora o mapa da figura 05 seja do ano de 1856, e apresente os Empregados Públicos como a segunda maior categoria profissional em Aracaju (47 trabalhadores), entendemos que as medidas tomadas pelo governo para incentivar as edificações e moradias na cidade, bem como o funcionamento de alguns serviços públicos, adaptação de funcionamento e edificação de outros tantos não tenham sido capazes de reduzir consideravelmente o número de funcionários públicos no ano de 1872 em relação ao de 1856, conforme apresentado por aquele autor.

²⁴⁷ SERGIPE. Resolução n. 444, de 26 de agosto de 1856. Aprovando o acto pelo qual o Presidente da Província adiantou a alguns Empregados Públicos provinciaes, um anno de seus ordenados para edificarem casas nesta capital. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, p. 34. (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED).

²⁴⁸ Imposto criado no Brasil em 1808 também denominado por “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”. Seria uma espécie de antecessor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

²⁴⁹ SERGIPE. Resolução nº 430 de 31 de Julho de 1856. Isenção de décima urbana paor espaço de dez anos. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED). Resolução nº 430 de 31 de Julho de 1856

Tem cessado os embaraços de todo o gênero que tem atropelado o serviço das repartições, já pela mudança da Capital, e falta dos necessários commodos na repartição, já *pelas enfermidades de que constantemente estão accommettidos* os empregados, &c., [...]. Acho justa a idea apresentada no relatório do digno inspector de dispensar do imposto da décima por alguns annos aquelles que na Capital *edificarem, segundo o plano municipal*, sendo extensivo este benefício somente aquelles que apresentarem os edifícios promptos até o último de Dezembro de 1857²⁵⁰.

Foram difíceis os primeiros dias da capital. O Cólera-Morbus que tinha se espelhado pelo mundo chegou a Aracaju justamente no ano de sua fundação, o que contribuiu para diminuição do ritmo da obras, e para um acentuado número de mortes.²⁵¹ Além do cólera-morbus, as muitas e indefinidas febres também representaram um elemento negativo ao trabalho na nova capital²⁵². A política de incentivo à edificação em Aracaju, cuja isenção do Imposto da Décima Urbana fazia parte, foi construída levando-se em consideração essas questões.

De acordo com o relatório de 1856, a isenção da Décima Urbana estava submetida à obediência ao plano municipal no momento de se construir, o que em outras palavras resumia-se em respeitar as orientações municipais quanto ao alinhamento das edificações e ao seu perfil construtivo dentro das quadras projetadas por Pirro. A política de estímulos às edificações não possuiu resultados capazes de modificar a fisionomia urbana da cidade, mesmo quando - segundo dados encontrados em Nogueira²⁵³ - em 1890 Aracaju já contava com 16. 336 habitantes.²⁵⁴

²⁵⁰ Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides". Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. (Arquivo Nacional – Grifo Nosso)

²⁵¹ SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. Sob o Signo da Peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856). 2001, 235p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2001.

²⁵² SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju; [s.n.], 2001.

²⁵³ NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003**. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. P. 164

Contudo, ao longo que se edificavam os prédios para as atividades administrativa, política e religiosa, ao tempo que se intensificaram as áreas aterradas e se abriam ruas, levantaram-se residências e casas comerciais, de modo que a cidade começou a tornar-se um espaço inteligível. De Certeau²⁵⁵, afirma que o caminhar cria mapas urbanos, “é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre”.

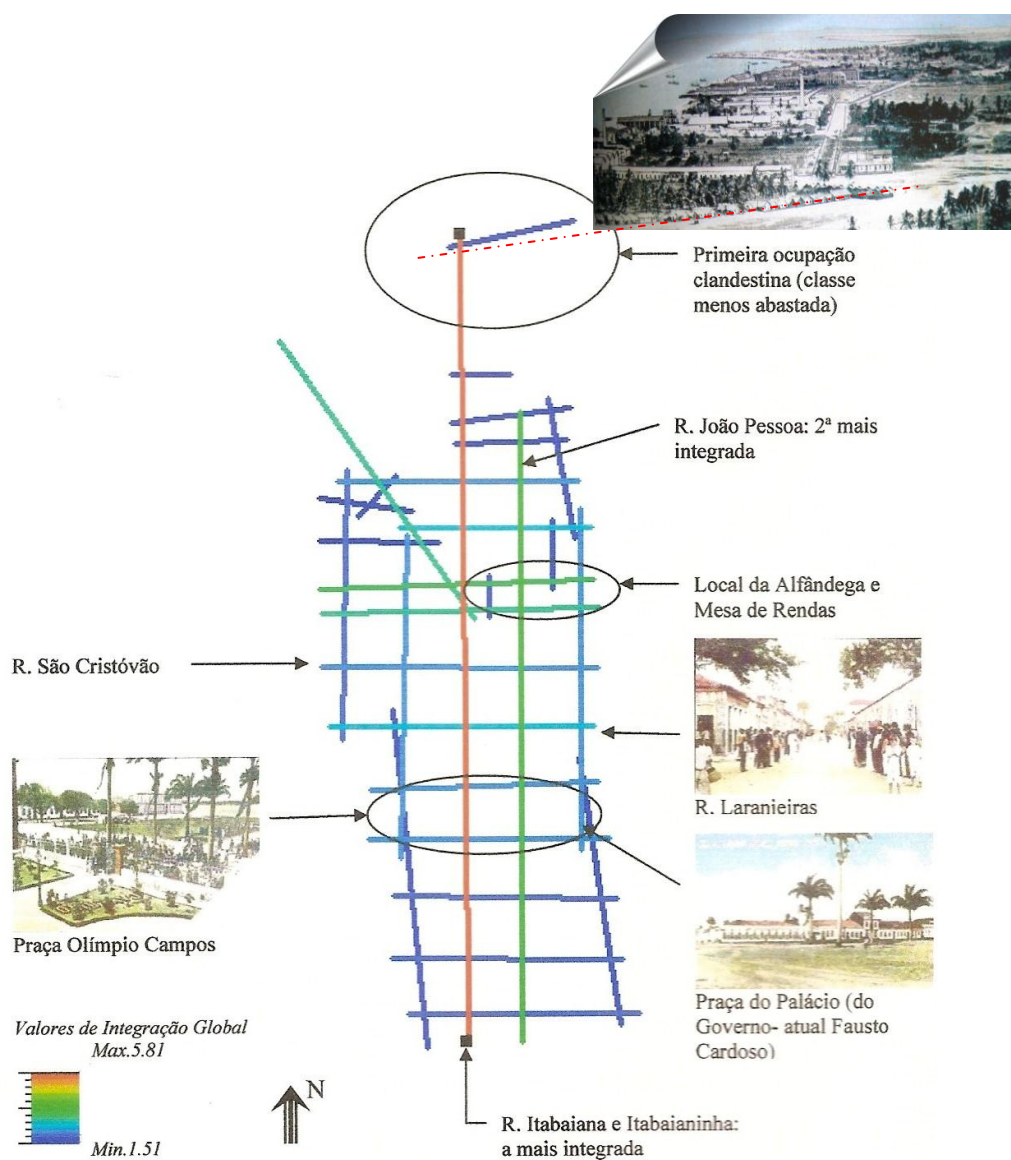
De acordo com Adriana Nogueira²⁵⁶, nesse contexto foi se definindo zonas de integração global na cidade, capazes de concentrar as maiores movimentações de atividades e uma maior conectividade entre elas e seus usuários, seja entre aqueles que habitam o espaço da cidade ordenada, quanto os que se estabeleceram em sua periferia, cujo processo ordenador do início de Aracaju não conseguiu modificar.

²⁵⁴ Anos mais tarde, em 1910, para estimular as edificações e diminuir o número de terrenos baldios na área projetada da cidade, o governo do Estado tomou algumas medidas semelhantes às adotadas pelo governo provincial em 1856, ou seja, concedeu isenção do pagamento de Imposto Predial, durante seis anos, as casas construídas em terreno baldio dentro do período de 1910 e 1912 na cidade de Aracaju desde que as plantas fossem aprovadas pelo governo²⁵⁴, o que entendemos como uma continuidade do problema dos terrenos baldios na cidade.

²⁵⁵ CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

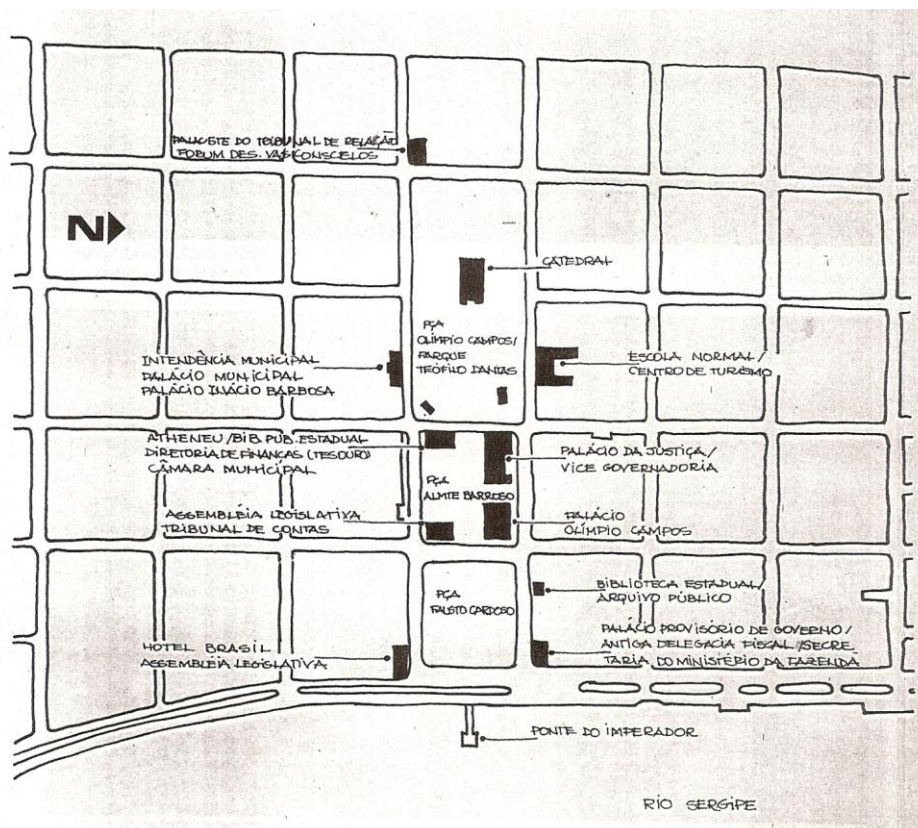
²⁵⁶ NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003**. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Fig. 14. Vista do Morro do Urubu /Integração Global de Aracaju em 1890



Fonte: Chaves (2002) / Nogueira (2004, p, 168)

Fig. 15 - O quadrado Pirro e Alguns edifícios do poder político-administrativo- religioso. (Alguns nomes estão atualizados)



Fonte: Barboza, 1992, p. 38.

As dificuldades encontradas para se edificar a cidade foram uma constante nos relatos e documentos da época e possibilitaram a elaboração de uma representação negativa da natureza. Importante considerarmos essas questões para entendermos algumas das possíveis formas que as noções de desenvolvimento exerceram sobre as perspectivas de futuro traçadas no percurso histórico de Aracaju.

No pensamento que se formou, o desenvolvimento da cidade deveria acontecer negando o passado e negando a natureza. Nas duas negativas, encontramos uma afirmação: a cidade moderna como um constante devir cuja arquitetura foi delegado o

poder de substituir a natureza. De alguma forma, as apropriações realizadas sobre a natureza da cidade pelos diversos saberes que nela operam acabaram por naturalizar essas questões e por entendê-las como parte do processo evolutivo da cidade.

3.1. TRANSPOSIÇÃO DE MODELOS URBANOS: PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO COMO ARGUMENTO.

Foi mesmo uma verdadeira subversão política econômica e social: deslocou para o norte o centro da gravidade da política local; aterrou o intercâmbio das mercadorias e fez declinar núcleos até então florescentes; criou a primeira “cidade livre” de Sergipe. De fato a civilização que se desenvolveu no Aracaju não tinha, como as demais, compromissos com a terra e seus senhores. Os que aí se estabeleceram pisaram terreno neutro, não alimentaram preconceitos, todos se igualaram na luta contra o meio hostil.²⁵⁷

De acordo com Michel de Certeau²⁵⁸, a cidade enquanto conceito operatório, instaurada pelo discurso urbanístico, estabelece como uma de suas tríplices operações “um *não tempo* ou um sistema sincrônico para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados”, encontrando significado somente na própria idéia que a criou.

No século XIX, em particular, o pensamento sobre as grandes cidades discutiu com bastante recorrência as possibilidades de múltiplas intervenções sobre o espaço construído e sobre o papel do Estado nesse contexto. Sua operacionalização se

²⁵⁷ PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju: 1855-1865!**: ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

²⁵⁸ CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

deparou com dois tipos de pensamentos, que inicialmente disputaram à primazia do conhecimento sobre as cidades: o saber médico e o saber da engenharia.

No caso aracajuano, as intervenções ocorridas comportaram os dois pensamentos. No entanto, a forma como se processou sua composição espacial, e o processo normatizador elaborado para seu controle e manutenção, definiu-se década a década por uma ação constante de autodestruição construtora, negando qualquer sombra de decrepitude que as marcas do tempo pudessem imprimir.

A afirmação de que Aracaju não possuiu os vícios de uma cidade histórica, apontadas pelas palavras de Fernando Porto acima referenciadas, possui sintonia com as apresentadas pelo governo provincial de Sergipe, no Correio Sergipense de 23 de maio de 1855, ao rebater as críticas feitas pelos que foram contrários a mudança:

O exm. Presidente da província de accordo com os Escolhidos da Província fizerão transferir a Capital da Província para o Aracaju sem lamentarem a perda da Casa de mercado de São Cristóvão em que não havia que vender, sem lamentarem a perda da Cadêa, únicos edifícios públicos, que possuía esta velha Cidade, que já vergava o dorso sob o peso de seus duzentos e tantos annos com todo o aspecto da decrepitude sem ter tido jamais a gloria de ter sido cortejada como jovem e bella.

Essa amnésia histórica proposta para a cidade moderna atua como um elemento disciplinador poderoso e como um discurso perigoso que permeia as palavras e as práticas dos diversos saberes que atuam sobre o ambiente complexo das cidades, além de prefixar outros conceitos operatórios: (1) criação de um *sujeito universal* e anônimo: a cidade (2) “a produção de um espaço *próprio*: [...] Racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”.²⁵⁹

²⁵⁹ CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

Além da ausência de um pensamento culturalista (que mal emergia nos países europeus), todo o processo de fundação é contrário à idéia de continuidade histórica. Numa região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, “pensar o sítio” consiste, sobretudo, em fazer desaparecer seus traços”. Assim, a planta da cidade moderna deve implicar a tábula rasa da aglomeração existente, a antítese com a imagem da cidade antiga que ela substitui.²⁶⁰

No caso de Aracaju, especialmente, não são as regiões montanhosas que a caracterizam, mas os manguezais, dunas e as águas estagnadas. A cidade-capital construída em planície se edifica como antítese da antiga capital sergipana São Cristóvão.

O historiador Felisbello Freire, em 1891, na crítica mais forte desenvolvida contra a edificação de Aracaju, reconhece nos atos do presidente que a concretizou o propósito de negação da história. A medida da fundação da cidade e sua elevação a capital são apontadas como medidas negativas e “atentatórias” para a história de Sergipe. Representa, não obstante, o primeiro e quase isolado historiador a se posicionar contrariamente a existência de Aracaju²⁶¹.

²⁶⁰ SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In._____.(Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001b. p. 151

²⁶¹ De acordo com Felisbello Freire (1973) na medida de criação de Aracaju não se tratava apenas de se construir um porto, este poderia ter sido construído sem grandes prejuízos aos cofres públicos, uma vez que seria menos oneroso construí-lo em cidade já existente e com aparato urbano edificado, que construir uma cidade inteira para servi-lo. Interesses individuais falaram mais alto. A negação da história, da qual São Cristóvão era portadora, é um dos temas de suas críticas a origem de Aracaju. Felisbello fez uma leitura republicana do II Reinado no Brasil. Existe uma crítica ao regime monárquico ao qual ele adjetiva de anticívico e degenerescente. Este último atribui ao ato de negação de São Cristóvão e a fundação de Aracaju. Em suas palavras: “É incontestável que essa degeneração partia da instituição, da forma de governo. [...] E esse estado de decadência da sociedade, essa falta de patriotismo e de civismo de que se ressentia a população de Sergipe de então, revela-se claramente no fato de 1855, altamente atentatório à riqueza particular dos habitantes de S. Cristóvão e seu município, - a mudança da Capital para o Aracaju que então era uma praia inóspita e inabitada”. (Freire, 1977, p. 303). Manuel dos Passos de Oliveira Teles também seguiu as críticas de Felisbello Freire (Teles, 1913; Silva, 1992). Posteriormente, os escritores que se seguiram concentraram-se no debate do mérito da mudança de Aracaju: se um ato do presidente Inácio Barbosa ou do Barão de Maruim (Sebrão Sobrinho, 1955; Fortes Neto, 1955, dentre outros), mudando o foco para um viés positivo do empreendimento.

Uma outra questão importante é que além da história, a cidade surge contra a natureza. Ela se afirma na ideia de progresso e na supremacia da técnica sobre o ambiente. Nesse sentido, a arquitetura possuiu um papel preponderante para o pensamento que guia as práticas urbanas: ela se estabelece como “a imagem urbana” capaz de corrigir as “imperfeições naturais”.

Em Aracaju, os relatos sobre a cidade nos documentos do século XIX deixam transparecer a metáfora da “luta” como recurso lingüístico importante para caracterizar a situação na qual se pensava sua formação.

Uma das imagens que por excelência prefigura o discurso modernizador de Aracaju é a do seu traçado em forma de “tabuleiro de xadrez”. Embora não represente uma novidade em termos de urbanismo, correspondeu a uma maneira de pensar os espaços que ganhou projeção, sobretudo, na segunda metade do século XIX no Brasil e no mundo. A influência das transformações em Paris e a difusão de uma nova lógica de projeção das cidades foram apropriadas por diversos engenheiros e arquitetos na sua compreensão de modernidade urbana. Contudo, suas leituras quando transportadas para realidades como Aracaju ganharam contornos próprios. Ao sítio escolhido para a cidade e a seu quadro natural, os engenheiros e administradores públicos impuseram sua compreensão da cidade moderna em suas correlações com as apropriações exercidas em torno de uma elaboração teórica e ideal.

Heliana Salgueiro, por exemplo, ao tratar do plano estabelecido para Belo Horizonte do século XIX, ressaltou as dificuldades que encontraram os engenheiros para manter uma planta rígida. As condições do terreno, ondulado e cheio de acidentes naturais convergiam para que se não pensasse em uma visão planificada. Nesse caso, sem prejuízo do projeto, a arquitetura de Belo Horizonte foi pensada no sentido de aproveitar os acidentes naturais para garantir “efeitos artísticos”.

Todavia, a cidade de Aracaju não foi pensada no sentido de compor com o seu quadro natural. A leitura do Plano Pirro, seja pelo próprio engenheiro, seja pelos administradores que o interpretaram, aconteceu mantendo a horizontalidade do traçado, derrubando os areais e planificando as áreas para que se pudessem estender os traçados idealizados.

Os materiais provenientes dos primeiros desmontes dos morros e dunas da cidade foram utilizadas para os aterramentos das áreas alagadiças²⁶². Muitas das regiões elevadas da cidade cederam lugar para as ruas que se abriram ou que se estenderam, a exemplo do Alto de São Cristóvão e do Alto de Propriá. Dois dos morros mais referenciados pelos escritores da cidade compunham a oeste do centro da cidade o que o aracajuano das primeiras décadas do século XX conhecia como “rosário de dunas”. Eram eles: Alto da Areia (parte das dunas que ia de Rua de São Cristóvão até a rua Divina Pastora em um sentido, e em outro da Rua Santo Amaro até a Lagarto), também chamado Alto da Borborema.

Fig. 16 – Região do Bomfim em 1923.



Fonte: Chaves, 2002

A historiografia aracajuana tem reforçado a idéia de que o maior desafio nos primeiros anos da cidade foi vencer os obstáculos do terreno, das suas características

²⁶² Grande parte das obras de aterro foram realizadas pelo Engº Francisco Pereira da Silva. Cf.: “Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856. Arquivo Nacional – Grifo Nosso).

ambientais, geográficas; e implementar o modelo de composição espacial planejado pelos cálculos da engenharia de Sebastião Pirro.

Grande parte dessas ideias decorre da aceitação das leituras das fontes históricas do período. Dentre elas, algumas resoluções contra a localização da nova capital apontavam, na época da transferência, a cidade de Aracaju como uma "praia deserta e inabitável por suas contínuas epidemias [...] o estéril, insalubre e arenoso Aracaju". Correspondem as visões dos são cristovenses contra a mudança da capital para a cidade de Aracaju.

São resoluções apresentadas ao presidente da província e ao imperador pela câmara de São Cristóvão em 28 de fevereiro de 1855²⁶³. Existiram diversas narrativas com esse teor, sobre a natureza do espaço indicado para nova capital o que levou a entender a fundação de Aracaju como um ato de heroísmo, ou como uma missão quase impossível.

O historiador José Calazans Brandão da Silva chegou a expressar-se nesses termos:

[...] começava o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. Foi uma luta heróica do homem contra o meio físico, esta que se travou nas praias do Aracaju. Houve quem dissesse - e com toda a razão - que o habitante da cidade de Inácio Barbosa repetiu a façanha do holandês: conquistou sua terra, tomando-a como a dos filhos da Holanda; mas combatendo, dia a dia, palmo a palmo, contra a água parada, estagnada, traiçoeira. Água ruim, cujo descrédito os sancristovenses proclamavam.²⁶⁴

²⁶³ ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: SERCORE, 2002, v.2

²⁶⁴ SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDEC, 1992.p. 81

Um outro historiador da cidade utilizou a expressão "Sultana das Águas" e "Arenópolis" para denominar a cidade de Aracaju em seus primeiros anos, por conta das quantidades de águas e dunas que possuía no período.²⁶⁵

De fato, tais descrições sobre a natureza do espaço aracajuano em 1855 se fundamentam nos documentos da época da fundação que sobreviveram ao tempo. Não obstante, o historiador Aurélio de Vasconcelos Almeida faz uma crítica a essas visões generalizantes. Segundo ele "alguns historiadores as interpretaram no sentido absoluto do termo e entenderam que em 1855, na realidade, as praias do Aracaju era um deserto onde ninguém ousara jamais residir" (Almeida, 2002, p 181). De acordo com o autor, a própria Câmara de São Cristóvão mandou logo para o referido terreno o Arquivo Provincial, o que se pode deduzir que existiu exagero na imagem que se criou da nova capital. Essas contradições não foram percebidas por muitos historiadores.

O engenheiro Pirro, ao tratar do sítio onde se estabeleceu a capital no ofício expedido para o presidente da província Manoel da Cunha Galvão, em 1860, define Aracaju nestes termos:

E verdade Exmo. Sr. Que no ato repentino d'uma mudança de Capital, para um local *onde somente havia mato, róças e pequenas casinhas irregularmente disseminadas*; onde unnicamente se tratava de construir a todo transe, mas da maneira a mais comoda e econômica para os poucos edificadores que se apresentavão, e com os quaes era preciso que a prezidencia tranzigisse d'aguma maneira, porque poucos acreditavão na estabilidade da Capital no Aracajú, para nelle depositarem suas fortunas.²⁶⁶

Juntamente com os temas sobre as águas, pântanos, areais e mangues representou uma recorrência comum tratar do cólera, das febres e da insalubridade, da higiene e das condições de moradia. Todavia, para se construir a cidade e para que

²⁶⁵ SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955.

²⁶⁶ PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju: 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991. P. 41 (grifo nosso)

seu modelo conseguisse se sustentar, diante das muitas visões que se tinha da nova capital, o governo provincial elaborou estratégias para conseguir atrair novas construções para cidade, bem como para acelerar o ritmo dos aterramentos. Dentre as já citadas, figuram o adiantamento de salário e a isenção do Imposto Predial por dez anos. Outras medidas também foram adotadas, como a concessão para alguns investidores da iniciativa privada de vantagens e monopólio de exploração sobre os terrenos que conseguissem planificar e aterrar com materiais extraídos dos areais da cidade, cujos limites eram definidos pelos contratos.

Na busca pelo desenvolvimento, os gestores de aracajuana elaboraram uma série de instrumentos legais que tentaram dar condições para que ela se sustentasse enquanto cidade e capital. Contudo, as questões da moradia se estabeleceram de forma conflituosa. Se por um lado, o governo incentivava a moradia, a edificação nos limites estabelecidos e controlados pela Câmara Municipal, e tentava controlar as formas de habitação irregulares, por outro lado, a concentração de terras nas áreas da cidade projetada, em mãos de alguns poucos, fazia com que não somente as terras adquirissem um valor muito alto, como também que a exploração de alugueis se tornasse uma medida muito ineficiente em épocas de crise, como a que se processava em 1860.

3.2. CONFLITOS DE MORADIA E USOS DA CIDADE

Há muito que uma grave compressão pesava sobre os habitantes desta cidade, mormente sobre os empregados públicos. Essa compressão achava-se no elevadíssimo preço do aluguel das cazas que absorveo todos os lucros do individuo, expondo-os a innumeras privações. Um dos primeiros proprietários do lugar o exm Barão de Maroim foi o primeiro que mandou reduzir o aluguel de suas cazas; agora outros o tem imitado, baixando 5 \$ reis e 10\$000 por mez; entre esses proprietário [...] é o Sr. capitão José Teixeira da Cunha, que acaba de ter essa indulgencia, com algumas excepções porém, talvez devidas a causas que ignoramos. Com effeito na crize atual em que o

empregado publico está em atrazo de mezes de seos ordenados, a lavoura em decrescimento, o comercio em estagnação, os mais trabalhos da vida quase paralisados, seria uma barbaridade conservar as cazas por um preço tão alto. Elles ahi já tão ficando feixadas, e reproduzindo-se as palhoças para um abrigos daqueles que não possão comportar tão altos preços. É melhor ter uma alluguel ainda que menor effetivo do que os edificios feixados sem rendimentos arruinando-se. Deos queira que a verdade e a conveniência dos senhores proprietários vão sendo sentidas²⁶⁷.

O Correio Sergipense chega ao final do mês de março tratando de um assunto recorrente na cidade de Aracaju: moradia. Passado cinco anos da fundação da cidade, a valorização de terras e sua concentração nas mãos de poucos proprietários repercutiram na imprensa sergipana sob a forma do problema da habitação. Por mais que o governo tenha esboçados incentivos para a edificação de novas casas na cidade para o funcionalismo público, a especulação imobiliária garantiu uma elevação dos preços para aquelas já edificadas.

Nesse caso em particular, o jornal atribuiu o surgimento de “palhoças” na região da cidade como uma reação aos elevados preços dos aluguéis, agravados pelos atrasos nos pagamentos dos salários do funcionalismo público, e pela situação financeira da província. Se observarmos os números da população aracajuana apresentados no capítulo anterior, nos primeiros anos da cidade, veremos que ela cresceu consideravelmente, embora ainda não tivesse conseguido impor um ritmo de construções que transformasse sua fisionomia.

Assim, em 1856, Aracaju contava com 1.484 habitantes; em 1860, com 5.000 e, em 1890, com 16.336 habitantes. Desse modo, elevou-se também a demanda por habitação, o que repercutiu nas formas que essas assumiriam sobre a cidade. Um número considerável de edificações de barro com cobertura de palha se desenvolveu sobre Aracaju, incluindo edifícios públicos, conforme demonstra o relatório do presidente da província de 1858:

²⁶⁷ Correio Sergipense, 23 de março de 1860

O governo Imperial, senhores, tão disvellado em prover de remédio às necessidades publicas com a autorisação da obra, de que tracto, sanou uma necessidade, necessidade extrema. Não era possível deixar por muito tempo a força de linha aquartellada n'um tosco barracão de palha, que sobre ser immundo, é ainda mais indigno de conservar no centro d'uma Cidade, sede do Governo²⁶⁸.

Ampliou-se a população, aumentou o problema da moradia e se consolidou nos primeiros anos da cidade uma forma de habitá-la, capaz, em alguns momentos, de fugir as especulações da terra (crescendo nas zonas limites do plano Pirro) e dos preços dos imóveis. Em que pesem as afirmações sobre os primeiros anos da cidade de Aracaju, esses problemas apresentados nos fazem pensar que as edificações, embora não representassem a intenção do governo, responderam a uma falta de planejamento urbano.

A cidade fundada sob a égide de um discurso modernizador, ratificado pelo desenho urbano de Sebastião Pirro, não foi planejada. Não é de se estranhar diante das dificuldades financeiras que enfrentou a província em seus primeiros anos, que a habitação em barro e palha fosse uma prática comum dentro da cidade projetada, não sendo exclusividade apenas das regiões fora dos tabuleiros de Pirro. Anos mais tarde, o governo de Sergipe criou leis rigorosas para extinguir essas habitações nos limites da cidade, bem como para anular a possibilidade de seu retorno.

Preocupações com as edificações, com a escassez e com a poluição das águas potáveis (controle relativo ao recurso), assim como com a destinação do lixo, figuraram desde os primeiros anos da cidade como preocupações dos administradores. Problemas esses que de forma semelhante, ainda que observadas as especificidades de um contexto diferente, estão presentes nas discussões atuais sobre Aracaju.

As primeiras leis com o intuito de organizar os usos da cidade vieram pela resolução nº. 458, de 3 de setembro de 1856. Depois dessas, várias outras surgiram, de acordo com as demandas da cidade, na medida em que ela crescia. Podemos perceber o teor dessas leis ao lermos o artigo 7º da resolução nº 458 acima, que diz: “o

²⁶⁸ SERGIPE. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Excellentissimo Presidente Doutor João Dabney D'Avellar Brotero. Bahia: Typ. O. França Guerra, 1858. p.38.

indivíduo que deitar nas cacimbas, ou fontes, imundícies, ou quaisquer objetos que infeccionem, ou corrompam a água, será multado em 10\$ réis e o dobro nas reincidências, e não pagando a multa, sofrerá oito dias de prisão". Elementos penais permearam todos os artigos dos códigos. Eles tentavam solucionar, inicialmente, problemas imediatos da cidade e, posteriormente, tentavam garantir seu desenvolvimento.

O modelo aracajuano, tal como modelos mais novos de cidades, a exemplo de Belo Horizonte e Brasília, situa-se em uma dimensão mais ampla, ou seja, na da projeção baseada no ideário de uma cidade capital, forjado no discurso urbano monumental, cujo modelo parisiense figura como maior expoente. Suas artérias, obras de saneamento, parques e edifícios públicos produziram um padrão de segregação espacial de tipo centro-periferia.

A periferia tem se revelado como área importante de estudo no pensamento sobre as cidades. A valorização de determinados espaços urbanos, seja pela setor público como pelo privado, sua vigilância e a quantidade de serviços que eles oferecem atrelados a sua valorização econômica, possibilitam a segregação espacial e o surgimento de periferias desestruturadas, com problemas socioambientais que se repetem. Tais práticas se afirmam com um laço forte entre o passado e o presente de Aracaju. Nela:

A diversidade paisagística, o uso diferenciado do território e a apropriação desigual do espaço dão o tom da cidade. Espaços antagônicos e ambivalentes acompanham toda a história urbana de Aracaju: uma cidade onde o centro está em contraposição com a periferia. Na verdade, a construção de Aracaju é um processo de apropriação dos ambientes mais aprazíveis das topografias mais suaves pelos mais abastados e, em contrapartida, cabe aos mais desfavorecidos os sítios mais problemáticos. Aqui a máxima da degradação ambiental como sinônimo de espaço empobrecido socialmente parece ter grande sentido²⁶⁹.

²⁶⁹ VILAR, José Wellington Carvalho. Problemas Socioambientais da periferia de Aracaju. In.: ARAÚJO, Hélio Mário. (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, 2006. p. 105

Nesse sentido, podemos perceber a existência de duas cidades em uma. A Cidade da Ordem, ideal, estruturada, dotadas de vários serviços, vigiada; e a Cidade da Desordem²⁷⁰, periférica, desestruturada, carente de serviços e dependente de políticas que as integrem com o restante da cidade.

Na Aracaju do passado, a valorização das áreas dos quadrados de Pirro, no centro, possibilitou uma supervalorização de suas terras e dos aluguéis. Entendida como a Cidade da Ordem, representou a porção de terra mais policiada, no sentido de sua arquitetura e do comportamento de seus usuários. Recebeu infra-estrutura e serviços urbanos regulados e regulares.

Por outro lado, sua periferia desestruturada projetou-se fora do quadrado de Pirro, com habitações mais populares e menos luxuosas na forma e no emprego de materiais, e em regiões sem infra-estrutura, com crescimento espontâneo e irregular de ocupação do espaço. No caso de Aracaju, essa periferização foi marcante também no processo de segregação residencial, que a acompanha até os dias atuais.

Construiu-se assim um elemento no mínimo perturbador: a responsabilidade do Estado em gerenciar a organização da cidade ideal, abstrata, e pautada em modelos de civilização universais (o que já é uma leitura particular da cidade ideal) sem o entendimento da natureza das diferenças sociais, em favor de suas adequações ao processo de homogeneização dos espaços. Os códigos de postura e outras leis elaboradas para as práticas sobre a cidade foram instrumentos importantes nesse gerenciamento.

Flávio Villaça construiu uma periodização que insere o pensamento ou a ação do Estado na formulação de estratégias de desenvolvimento urbano que prefigura o discurso dos planos de desenvolvimento urbano no Brasil (ênfase em Rio de Janeiro e São Paulo), não necessariamente planejamento urbano:

²⁷⁰ Referimos-nos aqui ao projeto de cidade e aos limites definidos para ela pelos gestores públicos, como a Cidade da Ordem. As preocupações públicas com embelezamento, serviços públicos e infra-estrutura são pensados para garanti-la. Ela nasce antes pela idéia, pelo projeto e pela norma. A Cidade da Desordem é o seu oposto.

O primeiro período [1875-1930] é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O Segundo, que se inicia em 1930 [até 1990], é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação ao segundo²⁷¹.

Nosso objeto, a priori, insere-se no primeiro período apontado por Villaça, marcado por planos de embelezamento da cidade²⁷², o que nos faz concordar com a afirmação que diz ser a cidade moderna uma experiência basicamente visual (Santos; Souza, 2006), pelo menos nos anseios dos seus projetistas. Dentro de uma possível concepção utilitária da cidade, estabelece-se um conflito entre a função e a visualidade.

A ênfase dada à visualidade e, de certa forma, sua vinculação à legislação traçada para a Aracaju, no período de sua fundação, intensificou os conflitos entre os grupos sociais, levando muitos a fugirem do modelo ideal e a comporem uma outra alternativa de consumo dos espaços. Nesse sentido, as tentativas de infração de postura, os desvios de conduta e as práticas definidas como ilegais passaram antes por formas de apropriação de um mundo ideal e uma reorganização ao seu modo. As transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade. Como também, nenhuma cidade excessivamente planejada e controlada segue invariavelmente o modelo que a gerou. Os sujeitos ao reelaborarem seus usos pela apropriação dos espaços, reelabora também a própria cidade.

Ao tratarmos das leis no Brasil, abre-se um problema: o que está escrito, ou seja, formalizado, materializado na documentação oficial não corresponde efetivamente às práticas. Não obstante,

²⁷¹ VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In. DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.182

²⁷² No caso de Aracaju o ano de 1875 não representa nenhum marco. Ele o é apenas para realidade paulista. 1855 é o que marca a história sergipana. A cidade de Aracaju, embora sem condições suficientes, nasce de um discurso de melhoramento, modernidade e monumentalidade.

da mesma forma, as representações constituídas sobre o urbano podem, também, corresponder ou não aos códigos iniciais e às intenções dos seus construtores [...]. Por exemplo, as construções e espaços do poder público podem obedecer a uma intencionalidade enquanto projeto e concepção, distante das referências simbólicas que o seu uso e consumo elaborar. Ou seja, enquanto formuladores de propostas para a cidade, os urbanistas e arquitetos atribuem uma função e sentido a seus projetos, que poderão se distanciar em muito das construções simbólicas feitas pelos usuários daquele espaço transformado.²⁷³

Por sua vez, os conteúdos das leis são importantes para entendermos quais os debates principais que envolveram a cidade e quais as estratégias construídas para se gerenciar alguns dos seus problemas urbanos. Quando confrontadas com outros documentos, essa legislação nos possibilita enxergar além das determinações legais, o que nos permite entender os conflitos de representação decorrentes das variadas apropriações e práticas desenvolvidas pelos diferentes grupos de interesses envolvidos na construção do urbano na cidade de Aracaju, como também nos autoriza a compreender a evolução dessa legislação.

Desse modo, tentaremos articular a questão urbana com o desenvolvimento de Aracaju ao compreendermos a evolução das leis traçadas para a cidade em seus primeiros anos. Nesse caminho, reforçaremos a tese apresentada por Adriana Nogueira²⁷⁴ que afirma ser Aracaju, desde a sua fundação, uma cidade não planejada. Neste sentido, apresentaremos algumas formas de usos que existiram e sua vinculação com premissas que se repetem na atualidade.

²⁷³ Cf.: PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 286. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf> Acesso em: 11/09/2005.

²⁷⁴ Cf.: NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003*. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.; NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Patrimônio arquitetônico e história urbana*. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006

3.3. DO CONCEITO ÀS PRÁTICAS

Em ofício remetido ao Presidente da Província, Dr. Manoel da Cunha Galvão, no ano de 1860, o engenheiro Basílio Pirro afirmou que as primeiras edificações em Aracaju “se fizeram a esmo pela pressa que demandavam²⁷⁵”. Em outras palavras, não receberam a vigilância devida, nem mesmo os cuidados com sua estética. Nesses primeiros anos, a preocupação com o alinhamento das casas chegou a substituir a vigilância sobre a sua forma arquitetônica em muitos pontos da cidade. No entanto, se cruzarmos os inúmeros elogios à modernidade do traçado da cidade durante as décadas que se seguiram a sua fundação com as leis que se encarregaram de garantir seu uso e sua realização como cidade moderna, a leitura que vagamente permite ser feita contraria a própria perspectiva do engenheiro. A cidade surgida a esmo, referida por Pirro, é uma negação da ordem. A Cidade Ideal, cujas leis e normas tentaram garantir, cruza-se com a Cidade Real na efetivação de seu conceito, nas práticas de seus usuários.

De tal modo, o artigo 2º da Resolução nº 458, de 3 de Setembro de 1856²⁷⁶, que estabelecia as dimensões de um edifício, bem como seus elementos estéticos (a exemplo da determinação do uso de cornija, ou platibanda²⁷⁷, junto do telhado, em toda a extensão do edifício), correspondeu inicialmente muito mais a uma projeção ideal que uma realidade. Mesmo que essa resolução tenha atrelado as edificações na capital a uma prévia licença da Câmara Municipal, demonstrando uma preocupação com o seu policiamento.

²⁷⁵ Cf. Ofício anexo em Porto (1991, p.48). Nele encontramos alguns elementos que nos remete a idéia do não planejamento da cidade.

²⁷⁶ Primeira Postura de Aracaju. Cf..SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléa provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial, p. 80. (Biblioteca Pública Epifâneo Dórea/ BPED).

²⁷⁷ Cornija, de acordo com o dicionário de Belas Artes corresponde a uma “série de molduras salientes que coroam uma superfície, como as de pedestal, balaustrada, fachada, porta, janela, etc. Na parte superior dos edificios têm por finalidade, conduzir as águas pluviais que descem dos telhados”. (Real, 1962. p. 161. Ver figura 10). Existe uma variedade de estilos decorativos de cornijas. Já a platibanda “moldura chata e unida, mais larga saliente que contorna o telhado” (Real, 1962. p. 403- ver figura 11).

Ao analisar as notas dos jornais aracajuanos nos anos iniciais da capital sergipana, Cardoso²⁷⁸ apontou a existência de diversos anúncios de casas a venda e estabelecimentos comerciais na extensão da cidade, cujas características contrariavam a norma estabelecida. Na sua maioria, casas de palhas servindo para várias atividades dentro do perímetro urbano.

Desse modo, uma das questões importante que surge de uma leitura mais atenta do Plano Pirro é a que se refere a sua limitação e falta de previsibilidade sobre questões urbanas suscitadas quando seu projeto saiu dos conceitos do engenheiro e se fragmentou nas práticas urbanas.

Em outras palavras, o plano Pirro, conforme supôs Fernando Porto²⁷⁹, não previu a localização dos primeiros edifícios públicos e de uso público na cidade, bem como a localização das casas residenciais e sua separação dos serviços que, de acordo com o artigo 14 da resolução nº 458 de 1856, podiam “corromper a atmosfera, e prejudicar a salubridade pública”, a exemplo de trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, conforme é referido pelo próprio documento.

Essas constatações nos levam a pensar que as ações de Pirro se limitaram a garantir o desenho da cidade, mas não abrangeram um programa integrado de uso do espaço, não foi fruto de um planejamento urbano. A normatização ainda que figure como uma etapa do processo do planejamento, não foi capaz por si só de compreendê-lo. Uma confusão, nesse aspecto, tem-se repetido nas leituras existentes sobre a cidade: o entendimento entre projetar (desenhar, pensar a formar) e planejar. Neste ponto, concordamos com a tese apresentada por Adriana Nogueira. Segundo ela:

Não se pode falar de uma cidade planejada, pois o planejamento, de modo abrangente e sem definições complexas, requer além de um traçado urbano definido, uma projeção de onde estariam localizadas as principais atividades, de acordo com a importância econômica e social local, uma previsão de possíveis correntes migratórias, de diferentes classes sociais, reflexos de um contexto

²⁷⁸ CARDOSO, Amâncio. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003

²⁷⁹ PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju: 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991, p. 32

regional No caso de Aracaju, a cidade recém-construída deveria ser pensada em função de suas cidades próximas e de um raio de abrangência econômica, chegando a Salvador e Maceió (semelhante ao que hoje se denomina de polarização) o que não aconteceu²⁸⁰

O planejamento urbano do Município deve ser capaz de pensar a cidade estrategicamente. Em síntese, deve operacionalizar mecanismos e instrumentos que impulsionem o seu desenvolvimento urbano. No decorrer dos anos, sobre a forma de postura ou Código de Postura, alguns desses instrumentos foram instituídos na tentativa de organizar a cidade e criar condições para que seu desenvolvimento acontecesse. Necessariamente eles não corresponderam a um planejamento urbano.

A ordenação do espaço, dentre seus múltiplos interesses, apresenta um forte aspecto político de cunho pedagógico, tem como propósito ensinar ao homem a se comportar na “nova sociedade”. Ensiná-lo quais as posturas que deveria assumir na cidade, como e quando transitar pela cidade, como morar e o comportamento que deveria adotar em suas casas (lixo, limpeza, pintura, etc.) e outros estabelecimentos (matadouros, açougues, feiras), como praticar a cidade.

Os expedientes legais (leis, resoluções e decretos) que se dedicaram a ordenar as práticas dos usuários na cidade receberam o nome de Postura, na expressão de Murilo Marx: “criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar delas ou contra elas”²⁸¹.

Em Aracaju, esses expedientes foram utilizados constantemente e, ao longo que os serviços da cidade e a população foram aumentando, essas leis ampliaram seu poder de alcance. Fundamentavam-se no anseio de integrar a questão urbana com as perspectivas de seu desenvolvimento. Observaremos aqui as primeiras posturas aracajuanas, entre as décadas de 1850 e a de 1930, na tentativa de entender como a

²⁸⁰ NOGUEIRA, Op Cit., 2006,, p. 146).

²⁸¹ MARX, Murilo. Postura. _____. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.42. (Coleção cidade aberta)

compreensão existente de desenvolvimento foi favorável na construção de um padrão de segregação habitacional que marca a história da cidade.

3.4. DA NORMA A FORMA

As posturas aracajuanas formam um material rico em informações sobre as apropriações e representações que se criaram sobre a cidade. Importa destacá-las uma vez que representam medidas de gerenciamento assumidas pelo Estado, mesmo que grande parte não tenha se efetivado. As ações que convergiram para uma valorização dos espaços pelo seu embelezamento e infra-estrutura assumidas pelo governo, ou facilitada por ele, foram acompanhadas de um conjunto de instrumentos jurídicos que garantiram seu policiamento contra as “poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”.²⁸² Por outro lado, foram favoráveis para ações especulativas dos agentes financeiros da terra, e, por conseguinte, para definição de uma periferia desestruturada e segregada sócio-ambientalmente.

Algumas dessas normas que trabalharemos estão divididas em posturas e códigos de posturas²⁸³. Coincidentemente e, respectivamente, encontram-se distribuídas entre o século XIX e XX. A cada postura, novas orientações foram editadas para o uso da cidade. O maior êxito que possuíram foi garantir a continuação do traçado da cidade por várias décadas através da vigilância do seu alinhamento. Também impetraram um policiamento maior dos tipos arquitetônicos dentro da área urbana, garantido a partir do afrouxamento da fiscalização quanto aos tipos arquitetônicos nas áreas de sua periferia.

A postura de 1856 atuou como um elemento regulador inicial no processo de inserção da cidade em um artifício disciplinador maior. Edificar na área compreendida

²⁸² CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1

²⁸³ As posturas de 1856, 1858 e 1872 e 1881 se encontram na Biblioteca Pública Epifâneo Dórea In. SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do Estado de Sergipe. CM1 -06 .

pelo plano Pirro só era permitido diante de licença da câmara municipal. Pirro deixa claro, como afirmamos anteriormente, o medo que tinha de que a falta de profissionais para edificar em Aracaju e as construções sem fiscalização prejudicassem o alinhamento da cidade, comprometendo o seu traçado como havia acontecido na “rua do Commercio” (atual rua João Pessoa)²⁸⁴.

Se essas posturas não chegaram a se efetivar em todos os seus artigos, elas nos revelam algumas preocupações existentes na construção de Aracaju. Em seu artigo 6º, ao especificar que “ninguém poderá fazer escavações dentro dos limites da capital, ou villas do município, e nem nos lugares de trânsito público”, a postura tenta evitar uma prática que se repetia constantemente: o número de escavações para retirada de barro destinado ao uso em edificações. Pois, se por um lado se procurava evitar as acumulações de águas estagnadas através da sua drenagem ou aterramento, por outro, com essas práticas novos focos apareciam com as escavações. As preocupações com a estética da cidade e as determinações para edificar dominaram o teor das primeiras posturas, mas também se fizeram presentes aquelas sobre comportamentos dos usuários da cidade no espaço público (proibição de gritos nas ruas, proferir palavras ou gestos obscenos, lavar-se de dia em rios, praias ou qualquer lugar público do município se não estiver “vestido de maneira que não offenda a moral pública”).

No perímetro urbano, era a lei quem determinava o espaço limpo e ordenado, qual a área que seria urbanizada. Tinha consigo um papel de marco delimitador do poder. A postura demarca, classifica e determina um trecho do território e o elege como valioso, urbano e limpo, seja em seus aspectos físicos e sociais. Quanto ao último aspecto, recaía sobre alguns grupos sociais uma vigilância maior:

Art. 10 he prohibido fazer vozerias, alarido, e dar gritos sem ser para objetos de necessidade, assim como he proibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas, sob pena de quarenta e oito horas de prisão, ou multa de 4\$reis. ²⁸⁵.

²⁸⁴ Cf. Ofício anexo em Porto (1991, p.48). Nele encontramos alguns elementos que nos remete a idéia do não planejamento da cidade

²⁸⁵ Resolução n. 458 de 1856, p. 78

Na postura de 1856, os temas se encontram assim divididos:

Tabela 6
Estrutura da Postura Municipal de Aracaju de 1856

POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU		
RESOLUÇÃO Nº. 458 DE 3 DE SETEMBRO DE 1856		
TOTAL DE ARTIGOS: 17		
Presidente da Província: Salvador Correia de Sá e Benevides		
NATUREZA	ARTIGO	TOTAL
Edificação	1º (licença, alinhamento); 3º	2
Estética	8º	1
Edificação e Estética das construções	2º; 4º	2
Poluição	7º (água); 14º (atmosfera, salubridade).	2
Terrenos	5º (cercamento e alinhamento)	1
Escavações	6º	1
Moral	11º; 12º; 16º;	3
Revogação de disposição contrária	17º	1
Outros	9º; 10º; 15º,	3

Fonte: Extraída da Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856/ APES

Nesse primeiro momento da cidade, a diferenciação entre urbano e rural se estabeleceu na configuração de sua geografia, no traçado delimitado como região para moradia. Embora não possamos negar que o tipo de edificação, a arquitetura, foi

também aos poucos se definindo como um elemento de diferenciação entre o rural e o urbano na medida em que a cidade ampliava suas edificações. Quem se estabeleceu no perímetro urbano recebeu uma orientação mais precisa quanto às características da moradia, seja em altura, em embelezamento, em alinhamento:

Art. 2º Toda a casa que se edificar, ou reedificar, terá 20 palmos de vivo pé direito no primeiro, dezenove no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro, e assim por diante, diminuindo sempre um palmo a cada andar, e na frente junto do telhado terá uma cornija, ou platibanda em toda a extensão do edifício. As portas, bem como as janellas de sacadas, terão treze palmos de vivo em alturas, e cinco de vivo em larguras. As janellas de peitoril terão oito palmos de vivo em altura, e cinco de vivo em largura. As portas de colcheira, e armazéns, terão dez palmos de vivo em largura, e quatorze palmos de vivo em altura até a bandeira, e dezaseis palmos e meio até o vivo da verga. Os contraventores, donos, ou administradores da obra serão multados em 30\$reis, e comdenado a demolirem à mesma obra.

286

As orientações sobre como edificar e as regulamentações quanto ao tamanho e extensão do edifício permaneceram inalteradas durante a década seguinte. Outras posturas foram elaboradas, em especial, para demarcação do local para feira e as formas de seu uso. A Resolução nº 537, de 12 de Julho de 1858, teve esse objetivo. Contudo, em meio aos temas das feiras, duas posturas se sobressaíram - em relação às outras temáticas -, como formas mais dura no combate às habitações em palha e de promover o embelezamento da cidade. Corresponderam ao início dos combates mais fortes as formas das habitações populares.

Dessa maneira, os artigos 7º e 9º apresentam uma orientação, respectivamente, sobre embelezamento e edificação em palha, que foi seguida pelas décadas

²⁸⁶ SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. **Collecção de leis, e resoluções da Assembleia provincial de Sergipe**. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do Estado de Sergipe

posteriores no trabalho de erradicação dos tipos de habitação populares edificadas, e no processo de diferenciação sócio-territorial pela arquitetura.

Art. 7º Fica marcado o prazo de seis meses, à contar da data da publicação da presente postura, para que os proprietários das casas, que estão edificadas antes da Lei de 3 de setembro de 1856, substituam o encachorramento²⁸⁷, e beira subeira das casas pelas cornijas ou platibanda, ordenadas no art. 2º da mesma lei. O contraventor sofrerá à multa de 30\$000 réis, e ficar-lhe-há marcado o prazo de 60 dias para fazer a referida substituição: na reincidência sofrerá a multa no duplo²⁸⁸.

Não conseguindo evitar totalmente a presença das habitações em palha no perímetro da cidade, o artigo 9º abre um precedente segregador forte, pois a casa de palha passa a não ser um elemento totalmente proibido, ele o é apenas em uma área da cidade.

Art. 9º Fica Proibido fazerem-se casas de palha desde a casa, que se acha edificando José Carlos do Nascimento, até a várzea, e d'ahi pra cima até a valla que corta esta Cidade: as existentes não serão reedificadas ou concertadas. O infrator sofrerá a multa de 10\$000 réis.²⁸⁹

Área de abrangência que se tornou mais ampla com as posturas de 1864, inclusive com algumas ponderações:

²⁸⁷ Encachorramento é o ato de por cachorros: “peça saliente que sustenta uma cornija, cimalha, etc. e que tem como fundamento de sua resistência a parte posterior encravada na parede”. . (Real, 1962. p. 106).

²⁸⁸ Resolução nº. 537, 1858

²⁸⁹ Resolução nº. 537, 1858

Art. 2º Fica igualmente proibida a edificação de casas de palha, ou de telha, que não estejam de conformidade com a lei provincial nº. 458 de 3 de setembro de 1856 dentro do espaço compreendido pela seguinte linha, que partindo da esquina da casa do Dr. Guilherme Pereira Rabelo na rua da praça de palácio à esquina da parte do oeste que fica fronteira a Matriz, que se está construindo, compreendendo a praça desta, della segue pela vala que serve de esgoto as águas da mesma praça até a sua foz, e d'ahi pela frente da rua d'Aurora até o quartel de Polícia.²⁹⁰

A principal temática das posturas de 1864 publicadas com a Resolução nº. 698 de 7 de julho do mesmo ano, composta por apenas três artigos, é estritamente dedicada ao problema dos alinhamentos e das casas em palha. Quase sempre as informações sobre as habitações desse tipo vêm acompanhadas de observações quanto ao alinhamento. Como as licenças para edificações que não obedecessem às regulamentações determinadas pela Câmara Municipal, publicadas desde 1856, eram negadas pela câmara, sobretudo quando se referiam as edificações com telhado ou casa em palha, elas foram, em muitos casos, edificadas sem orientação do alinhamento correto pelo fiscal²⁹¹.

Art.3º Os donos de casas, que tiverem de reedificá-las serão obrigados a chamá-las ao alinhamento com assistência do fiscal. Os contraventores dos presentes artigos pagarão de multa 30\$000 réis, e demolirão a custa a obra feita.²⁹²

²⁹⁰ Resolução nº698, 1864

²⁹¹ Os temas das edificações reapareceram nos códigos de posturas de 1903, 1912, 1926, agora período republicano. Esse período reinaugurou uma preocupação sobre as cidades brasileiras decorrente em muitos aspectos de seu aumento demográfico favorecidos pelos acontecimentos da abolição da escravidão (1888). Ex-escravos, homens brancos pobres, imigrantes foram os novos personagens a compor o espaço urbano das cidades, especialmente das grandes cidades, e enfrentaram as dificuldades de trabalho, os altos preços das terras urbanas e dos aluguéis.

²⁹² Resolução nº698, 1864)

periódicos da época²⁹⁴. A segunda questão se referia ao *estatus* da edificação. Nesse caso, as edificações em palha tinham uma natureza depreciativa, denotavam uma inferioridade social, principalmente quando remetia a lembrança das habitações de índios, “mocambos de escravos fugitivos ou mesmo de livres desvalidos”, grupos socialmente marginalizados.²⁹⁵

Os saberes que operaram sobre as cidades tentaram, ao seu modo, reduzir tanto a presença desses grupos quanto as suas habitações no espaço público. Sevcenko chama a atenção para a atuação marcante que o saber técnico-científico ganhou no período republicano sobre as cidades:

A consagração da ciência positiva como apanágio do progresso no século XIX pôs em cena uma nova elite de personagens envolvidos na sua gestão: cientistas, médicos, engenheiros, arquitetos, urbanistas, administradores e técnicos. As decisões com maiores consequências sobre a vida das pessoas passavam ao controle dessa nova burocracia científico tecnológica.²⁹⁶

De alguma forma, o discurso médico conseguiu esboçar uma integração entre os elementos sociais e fatores naturais, no mínimo de uma “ecologia” perturbadora. Fatores naturais e causas sociais somaram-se para que os médicos interpretassem como um mau casamento. A partir disso, o pensamento médico passou a elaborar suas geografias e topografias médicas. Os espaços naturais e as geografias médicas e topografias se uniram na elaboração do espaço citadino. Assim, delineou-se uma relação de causa e efeito entre o meio físico e social e o estado de saúde da população, passando a integrar as políticas de gerenciamento e racionalização da

²⁹⁴ Jornal do Aracaju de 1875 e “O Raio” de 1876. Compilação feita por Cardoso (2003)

²⁹⁵ CARDOSO, Amâncio. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003.

²⁹⁶ SEVCENKO, Nikolau. Introdução: prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (Org). **República: da Belle Époque a era do rádio**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 07-48. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

sociedade, e a justificarem as práticas de “controle e coação, mesclando, portanto, saber médico com o poder de polícia” ²⁹⁷

No espaço urbano da cidade, segundo regulamentação, não poderia existir atividades que comprometessem a salubridade pública, mas também não poderiam existir habitações com o uso de palha. Nesse aspecto, o espaço fora da cidade parecia comportar todas as suas atividades “ilícitas”. Assim, eram proibidos trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão e caldeireiros, gritos de trabalhadores e suas residências em palha. Fora do perímetro demarcado pelo código a salubridade e a moradia pareciam poder conviver juntas.

Michel de Certeau²⁹⁸ afirmou, ao analisar as práticas urbanas, que esse tipo de cidade (a “cidade-conceito”), degrada-se. Apesar disso, não podemos acreditar que essa enfermidade da mente de quem a projetou se estenda às populações urbanas, aos seus praticantes. Estes invertem seu conteúdo, transformam a norma em novas formas, refabricam retirando-a dos conceitos e inserindo-as nas práticas. Assim sendo, nos códigos que se seguiram a partir das posturas de 1864 o combate as formas de habitação em palha cederam lugar a sua regulamentação. Nessas posturas, as habitações em palha não foram mais proibidas, apenas deveriam ser controladas e atreladas, - como em qualquer construção da cidade – a partir da licença e do alinhamento emitidos pela fiscalização municipal.

Sua licença, ao contrário de outras edificações como os sobrados, era concedida gratuitamente. Entretanto, permanecia não sendo permitida nos perímetros urbanos da cidade. Com essa medida, os gestores tinham o interesse de garantir que o alinhamento urbano fosse mantido e continuado em todos os sentidos que a cidade expandisse (norte, sul, leste e oeste). Outro ponto de interesse dos gestores foi garantir uma melhor ventilação, luminosidade e segurança desses edifícios, ao definir sua altura e ao estabelecer uma distância de três metros entre uma e outra casa de palha que se edificasse.

²⁹⁷ ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões atuais da organização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.145-184.

²⁹⁸ CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.p. 174

Existia portanto uma clara separação dos espaços da cidade que continuou concentrada na dinâmica centro-periferia, tornando-as regiões polarizadas. Essa divisão não foi fruto de um planejamento urbano, mas do fluxo natural da expansão da cidade na forma inicial esboçada nos anos de 1855.

A ênfase na cidade moderna, visualmente significativa permeou de sentido várias das temáticas da legislação urbana da cidade. Fossem somente as determinações dos códigos que garantissem o embelezamento da cidade, mas a população do perímetro urbano também se posicionava na imprensa ou através de reclamações sobre a ausência de condições de habitabilidade.

Contudo, serviços importantes para a cidade só vieram a se concretizar no século XX.²⁹⁹ Dessa maneira, se no perímetro urbano os serviços de água encanada e esgoto foram alguns dos maiores problemas enfrentados no início da cidade, eles também o foram para a periferia que permaneceu sentindo-os. As primeiras políticas urbanas desenvolvidas para Aracaju foram formuladas a partir de uma hierarquia de privilégios territoriais favoráveis as áreas e empreendimentos centrais da cidade.

Além disso, uma maior tentativa de controle sobre a cidade pode ser visualizada no gráfico anterior. A quantidade de artigos nos códigos, referentes a licença para edificar, denota a complexificação da burocracia governamental. Entendemos também como uma tentativa de ampliar o controle da Câmara Municipal, sobre a “qualidade” das edificações. Estas não seguiram isoladas em uma ordem crescente em quantidade de artigos. A higiene nas edificações também foi um fator bastante presente que possibilitou uma intervenção na cidade acompanhada por um discurso técnico-científico.

Por sua vez, a união dos dois procedimentos, no que diz respeito às edificações, encontra sentido naquilo que Heliana Salgueiro³⁰⁰ considerou como o pensamento que se forma sobre as cidades nesse período. Segundo essa autora: “o processo de

²⁹⁹ Antes disso, a cidade não acompanhou no mesmo ritmo o crescimento demográfico operado em seu espaço e tentou resolvê-los pelas posturas. Somente em 1908 chegaram à cidade os serviços de água encanada, antes disso alguns contratos sem sucesso foram tentados desde 1858²⁹⁹. Também são de 1908 os primeiros bondes de tração animal, em 1913 os serviços de energia elétrica foram trazidos para Aracaju e somente em 1914 os serviços de esgoto. (Ribeiro, 1989).

³⁰⁰ A aplicação de Salgueiro ao entendimento da cidade está fortemente ligada a experiência de Belo Horizonte. Neste caso, nos apropriamos de sua palavras para dar-mos sentido a um comportamento aracajuano.

formação de uma cidade com ‘valores modernos’ pressupõe a eliminação de ‘elementos constrangedores’: à ‘toalete topográfica’ segue-se a ‘toalete social’.[...]. Acreditava-se que a cidade e mesmo a arquitetura transformariam o mundo social”³⁰¹.

Outros pontos a serem explorados são os que se referem à salubridade e ao lixo. Se a salubridade representou uma preocupação para os habitantes de Aracaju e para seus gestores, nesse período, ela não aparece assim na evolução das posturas.³⁰² A regulamentação do serviço na cidade influenciou para a formação desse quadro, no entanto, com o processo intenso de periferização, o lixo representou um problema para as regiões de acesso mais difíceis como morros, mangues e alagadiço, fora dos limites territoriais da cidade, administrativamente definidos pelos códigos desses períodos.

Desse modo, as “gestão públicas” sobre a cidade se concentrou na regulamentação e valorização de áreas específicas em detrimento de outras. Assim, também entendemos que não existiu nesse período em Aracaju uma política pública habitacional voltada as classes menos abastadas. No entanto, o governo atuou como o principal promotor das áreas mais segregadas de Aracaju, onde residiram as classes populares. A legislação urbana da cidade foi criando condições legais para que na história do desenvolvimento de Aracaju as questões sociais de moradias se revelassem como graves problemas socioambientais.

3.5. USOS OU CONTRA-USOS DA CIDADE?

Os instrumentos legais criados para garantir um desenvolvimento da cidade foram os mecanismos mais utilizados para seu gerenciamento e para definição de seus usos. Todavia, a definição de uso como prática dentro do que foi legalmente

³⁰¹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In._____.(Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001b. p. 135-181.

³⁰² No início do século XX, no entanto, no código de 1903 existe um capítulo dedicado somente a essa questão, mas ao longo que os anos se passaram essa ênfase diminuiu consideravelmente. Entre 1903 e 1926, percebe-se um decréscimo significativo no número de artigos que visam sua regulamentação. Em contrapartida, nesses anos, observou-se um crescimento populacional muito representativo.

estabelecido, do que se encontra juridicamente normatizado, apresenta um contraponto conceitual: aquilo que não se encaixa no que se define como uso é uma forma contrária do próprio uso, um contra-uso.

O *uso* define o fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato: remete a uma norma. O estilo e o uso visam, ambos, “uma maneira de fazer” (falar, caminhar, etc.), mas um como tratamento singular do simbólico, o outro como elemento de um código. Eles se cruzam para formar um estilo de uso.³⁰³

Sobre os praticantes da cidade os estilos de uso, ou os “modos de fazer” definem-se pela leitura trabalhada do espaço. Para De Certeau, os usuários da cidade antes de serem agentes passivos das políticas segregacionistas, eles são possuidores de “criatividade sub-reptícias”, reapropriando-se de seus conteúdos. Nesse sentido, se a ordem define ir por um lado e não por outro, ele a segue criando atalhos, desvios, estratégias e formas diferenciadas do uso.

Deste Modo, é pelo contra-uso³⁰⁴, pela “criatividade sub-reptícia” da qual fala De Certeau que o urbano também se constrói. O contra-uso, acima de tudo, é um uso que se fundamenta “no repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias”, operações essas que criam lugares, que refabrica a cidade e a reorganiza ao seu modo, modos de fazer, de se inserir, de usar e consumir.

Assim, as possíveis infrações de posturas que aparentemente poderiam revelar a fragilidade dos praticantes da cidade diante do processo normatizador significam estratégias seguras no redesenho da cidade. Estratégias minúsculas, táticas estáveis, reincidências constantes, astuciosas, resistentes, teimosias. É assim que, no caso aracajuano, aparecem as infrações de posturas referentes às habitações populares. Pouco a pouco, vão flexibilizando a norma, vão ganhando seu espaço no processo de expansão da cidade, sua definição na própria norma da qual ela ressignifica.

Tomemos, um dos variados autos de infração de postura, realizado no período: numa manhã ao passar pela rua Laranjeiras, o fiscal municipal, Januário José de Góis,

³⁰³ Cf.: Certeau, Op Cit., p. 180

³⁰⁴ De Certeau (1994) não utiliza a palavra contra-uso, ele a insere na própria conceituação do uso. Nós a utilizamos aqui para diferenciá-la do uso normatizado (que significa a idealização do uso).

deparou-se com uma edificação que amanheceu coberta com telhado de palha. Ele tomou nota, chamou duas testemunhas, invocou o artigo 4º da postura municipais de 20 de abril de 1874 que “Prohíbe que se edifique, reedifique, ou se faça qualquer reparo em casas de palha na área desta cidade” e multou o proprietário, sr. Gomes Dias Olava em vinte mil réis ou oitos dias de prisão. Sendo que reincidência equivaleria ao dobro da pena. Das duzentas infrações de posturas constantes no livro de Registro da Prefeitura entre os anos de 1877 e 1892, mais da metade delas correspondiam a reincidências³⁰⁵.

A maioria das posturas violadas referia-se a animais soltos pastando nas praças da cidade ou em terrenos alheios destruindo plantações, abate irregular de carne, venda irregular de produtos na feira e a presença das coberturas de palha nas edificações. Quanto a esta última, entre os anos de 1877 e 1892, a rua Divina Pastora representou a área de maior quantidade de infração de postura e com maior número de reincidências deste tipo.

Por outro lado, aqueles que resolviam seguir as determinações legais, nem sempre foram impedidos. De acordo com as informações do jornal O Município de 1893 vários requerimentos foram direcionados ao poder público pedindo licença para edificar casas de palha nas atuais ruas do Barão de Maruim, Itabaiana e Divina Pastora. A todas foram concedidas as licenças, desde que fosse respeitado o alinhamento da cidade indicado por um fiscal municipal.³⁰⁶

3.6. REGISTRO DE PRÁTICAS

Usaremos um processo do início da república para ilustrar uma relação de uso. Em 01 de abril de 1891, nos Tribunais de Sergipe, o Engenheiro Civil Bernardino Salomé de Queiroga moveu uma ação de embargo contra o negociante José de Santana Cardoso. Por uma edificação que este construía nesse momento nos terrenos

³⁰⁵ Livro de Registro de Infração de Posturas , 1877-1892. - CM6 - 01 (APES)

³⁰⁶ Cf. CARDOSO Op. Cit, 2003, p. 114.

alagadiços localizados entre “o extremo norte da capital e a região denominada Chica-Chaves” (Bairro Industrial) ³⁰⁷.

O dito engenheiro civil tinha um contrato com o governo do Estado para arrasar os morros de areias ao oeste da Capital e efetuar o aterramento dos alagadiços que ficam ao norte desta cidade, com direito a desapropriação dos terrenos, bem como de destruir qualquer obra nova que se tentasse construir dentro da área, ou seja, tinha o direito de embargar as edificações nos alagadiços, na qual edificava o referido negociante.

O engenheiro deveria, de acordo com o contrato, entregar no prazo de três meses um plano completo indicando as novas ruas e praças que haveriam de existir, respeitando o plano geral da cidade e as condições de higiene. As obras teriam o prazo de um ano para começar os trabalhos, tempo este determinado para que os habitantes do morro providenciassem novas casas.

Como pagamento, o governo garantia a companhia organizada pelo Engº Civil Bernardino Salomé de Queiroga, no prazo de quinze anos, aforamento gratuito dos terrenos da marinha e alagadiços compreendidos entre os limites acima descritos bem como a desapropriação das terras de particulares (terras, prédios e benfeitorias) ali realizadas. “Isenção de décima para cada edificação” que se fizesse nos terrenos obtidos pelo aterro dos alagadiços e desaterro do morro, isenção de direitos de importação para materiais a empregar nas referidas obras, autorização para sustar toda e qualquer obra nova que se tentasse construir dentro da citada área, “com exceção para as obras da estrada de ferro de Sergipe”.

O embargado alega que sua obra já tinha começado antes da assinatura do contrato, portanto deveria receber indenização. E também que ela se encontrava em lugar onde este contrato não alcançaria: rua Japarutuba. (atual João Pessoa próximo aos mercados). A ação de embargo, acima referida, foi julgada improcedente em 03 de julho de 1891. Contudo, ela é rica em informações sobre problemas sociais como moradia e problemas ambientais ligados à destruição de dunas e ao aterramento de mangues e alagadiços. Do mesmo modo, a ação abre uma discussão fundamental para entender a participação do Estado nesse contexto.

³⁰⁷ O documento é uma ação de embargo de 31 de março de 1891 que se encontra no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe/AGJ, Série: Cível; Fundo AJU/C.1ºOf. ; Caixa: 01, nº. Geral: 2066.

As primeiras obras de aterramento dos alagadiços da cidade começaram no ano de 1855, com o emprego de recursos públicos. Porém, essa atuação do Estado foi logo partilhada com a iniciativa privada, através de contratos firmados que davam garantias para o setor privado de exploração do espaço. Setor público e setor privado caminharam juntos no processo de construção da cidade de Aracaju, seja promovendo a expansão de algumas áreas ou na valorização de outras, seja possibilitando a integração de regiões ou mesmo contribuindo para segregação sócio-espacial.

Se a ação de embargo exemplificada corresponde ao período republicano, não podemos nos precipitar em afirmar que durante o período imperial brasileiro (1822-1889) tenha sido diferente, pelo menos durante no Segundo Reinado (1840-1889) no qual a história da Cidade de Aracaju inicia. Os recursos públicos foram empregados na consolidação do projeto da cidade, mas ele contou com o privado desde o início. Assim, em 1856, o Presidente da província Salvador Correia de Sá e Benevides em seu relatório fez um balanço da atuação dos dois setores nestes termos³⁰⁸

A crítica à irregularidade das atividades do setor privado, visto que muitos contratos não chegavam a ser concluídos, foi ratificada pelo presidente da província Evaristo Ferreira da Veiga no ano de 1869³⁰⁹. Em suas palavras: “É um erro firmar-se contractos que visão ao bem publico sem a certeza de serem cumpridos; e as vezes até preterindo-se as seguranças de prompta realização, e comprometendo os melhoramentos e interessas da província”. A parceria com o setor privado era difícil, mas a ampla maioria dos serviços da cidade foi estabelecida nessa parceria: abastecimento de água, esgoto, luz elétrica, transportes (fluvial, terrestre, urbano). Estado e setor privado tiraram mútuas vantagens dos acordos firmados entre si. O primeiro, quando não atuou diretamente sobre alguns setores, deu condições para que o segundo o fizesse.

³⁰⁸ “Relatório com que foi aberta a sessão da undécima legislatura da Assembléia provincial de Sergipe no dia 02 de julho de 1856 pelo excellentíssimo presidente Doutor Salvador Correia de Sá e Benevides”. Bahia: Tipografia de Carlos Poggetti, 1856, p. 26. (Arquivo Nacional.)

³⁰⁹ SERGIPE. Relatório apresentado a Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1969 pelo sr. Presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Aracaju: Typ. de “O Jornal de Sergipe”, 1869. p. 83. (PDPH/ CD-ROOM, n. 3).

Figura 18 – Fac- Simili da Pág., 26 do relatório do Presidente da Província de Sergipe em 1856.

26

ESGOTO E ATERRO DOS PANTANOS DA CAPITAL.

Esta obra, tão importante, não só para o aceio e limpeza da cidade, como para livrar os habitantes dos funestos miasmas exhalados pelas aguas estagnadas e putridas, que rodeiavão quasi todas as casas, foi começada, parte por contracto, e parte por administração.

Receiando que fosse necessario despendere avultada somma com este trabalho, quiz ensaiar um e outro meio a ver qual d'elles era mais util, e menos dispendioso. O trabalho feito por contracto foi orçado em 1:294⁰899 réis. O trabalho que se tem feito por administração, sendo d'elle encarregado o capitão d'engenheiros Francisco Pereira da Silva, tem custado aos cofres provinciaes até hoje a quantia de 348⁰000 réis. Comparando o serviço feito por contracto, com aquelle que se está fazendo por administração, verifica-se á favor deste muito mais economia e regularidade; o que é sem duvida devido em grande parte ao zelo e restricta vigilancia do habil e honrado engenheiro que está na direcção dessa obra.

Uma dupla ação foi se desenvolvendo: a destruição de morros e dunas (as ações antrópicas sobre as encostas) e a destruição dos ecossistemas de manguezais. Ambas sobre justificativas variadas como moradia, abertura de praças, de ruas para integração da cidade, em suma, “progresso”. Podemos identificar, dessa maneira, nos primeiros anos da cidade o início de uma tradição que se mantém.

As ações de aterramento e desmonte de morros foram medidas de expansão da cidade. A população com melhor poder aquisitivo residia nas áreas com melhores condições para construir, áreas não alagadas e aterradas cujas terras agora possuíam um alto valor de mercado. Para a população mais pobre, as terras mais baratas e menos policiadas sobre o ponto de vista da legislação urbana não contavam com as mesmas vantagens estruturais. Alagadiços, mangues e dunas foram locais habitados por população com baixo poder aquisitivo, cujo processo de expansão da cidade e de valorização de novos espaços promovido entre a parceria público-privado ia afastando pouco a pouco, ou expulsando bruscamente, conforme exemplificou a ação de embargo acima exposta.

De acordo com Araújo³¹⁰, as encostas são compreendidas, em sua maioria, como elementos que afetam diretamente as atividades humanas, entre elas a agricultura, a construção de rodovias, ferrovias, a expansão urbana, a mineração, as atividades de lazer, dentre tantas outras. Seu mau uso pode provocar riscos aos seres humanos e às suas atividades econômicas.

Os morros e encostas aracajuano quando não foram demolidos passaram por processos modeladores que reduziram sua declividade e regularizaram seu perfil para que se pudessem desenvolver atividades humanas³¹¹. Aracajuzinho, Alto da Areia, Morro do Bomfim são alguns dos mais famosos citados por Fernando Porto³¹². Desse modo, a partir dos primeiros anos da cidade, a ação estatal na política de desenvolvimento urbano foi fundamental na caracterização topográfica da cidade. Aos poucos, suas areias foram utilizadas para aterramentos em outros pontos da cidade. Em contrapartida, o governo promovia eliminação de velhas artérias, bem como a criação de novas outras no sentido de garantir acessibilidade a outros pontos da cidade. Mantinha também a continuação dos quadrados de Pirro. A “rua do Araçá” é um exemplo significativo:

A rua do Araçá sumiu do mapa aracajuano quando as obras de aterro e organização dos mangues entre a rua Santa Rosa e a estrada de ferro, no início da administração de Pereira Lobo (1918-1922), à custa das areias do início do morro do Bomfim, donde desapareceu o labirinto de ruas de traçado irregular, nascido nos primeiros anos da capital.³¹³

Na definição e ordenamento da cidade de Aracaju, as políticas urbanas se comportaram no sentido de traçar as coordenadas legais que possibilitaram a reconfiguração da cidade, sua integração e segregação sócio-espacial. Contratos como

³¹⁰ ARAÚJO, Hélio Mário de. Encostas no Ambiente Urbano de Aracaju. In. _____. (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, 2006.

³¹¹ Nos relatórios provinciais dos primeiros anos de Aracaju já se fazia referência a diminuição da declividade da Colina de Santo Antônio.

³¹² PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003

³¹³ Cf.: PORTO, Op. Cit, 2003, p.59

aquele firmado com o Engº Bernardino Salomé de Queiroga, em 1891, favoreceram a privatização de áreas desocupadas na cidade, a especulação imobiliária e a conseguinte alta valorização dos preços dos terrenos.

As periferias da cidade foram regiões onde as práticas não policiadas puderam acontecer. Em muitos pontos da cidade elas cresceram de forma desordenada e com alta densidade em regiões frágeis como morros e mangues.

Encostas, morros, mangues e alagadiços foram espaço ocupados para habitação. Nesse sentido, a falta de organização da periferia levou a um acelerado processo de desgaste. A urbanização de algumas áreas de maior fragilidade levou a taxas aceleradas de erosão, significando maior quantidade de sedimentos nos cursos d'água.

Nos anos iniciais da cidade as áreas com melhores infraestruturas sofreram problemas como lixo, falta de água tratada, disposição inadequada de águas servidas, esgotamento sanitário, nas regiões periféricas da cidade o problema era maior. A legislação urbana não compreendia a sua periferia, na qual se concentrava um contingente populacional muito amplo. A ênfase na legislação urbana sobre as áreas periféricas era vista quanto ao respeito e manutenção ao alinhamento da cidade.

Inúmeras dificuldades que operaram sobre o processo de modernização urbana iniciado em 1855. De alguma forma os esforços para consolidar o projeto de modernidade incluiu uma concepção de espaço bastante novo para a realidade as diversas regiões do Brasil. Elas consolidam a tentativa de integração nas províncias de uma ideia maior de modernidade e de centralização, pensadas em escala nacional.

Para Aracaju, as questões mais problemáticas iniciadas durante o império foram, de certo modo, melhor resolvidas com o advento da república. Por outro lado, os surtos de modernização sobre a capital, como expressou Raimundo Faoro, continuaram e implicou na renovação do projeto de modernidade urbana sem alterar, na primeira década do século XX, a estrutura do traçado realizado cem anos antes, implicando em problemas recorrentes na formação social sergipana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na definição clara de modernização, Raimundo Faoro, explicitou que ela chega a sociedade mediante a ação de um grupo condutor. Ele não segue uma “lei natural”. Antes de tudo, modernização é um ato impositivo que se molda, sobre o país, pela ideologia ou pela coação.

Esse modo de pensar as transformações ocorridas no Brasil, levou-o a conclusão de que, “em vez de buscar a modernidade, o Brasil padece’ de ímpetos de modernização. A separação das duas instancias: modernidade e modernização, leva-o a perspectiva de que é possível que determinadas transformações na estrutura nacional ocorram, sem contudo envolver os demais setores e atores sociais.

A dimensão espiritual da mudança recai, por sua vez, sobre a modernidade. Ela revitaliza e altera, de forma dinâmica os papéis sociais em amplos setores da sociedade. Na modernização essa dimensão é restrita aos interesses dos que coordenam o projeto de mudança, não sendo ela capaz de alterar as estruturas e valores dominantes. A perspectiva da transformação sem alteração ou reformas profundas na sociedade recai na aproximação com o pensamento de Moore Júnior de que o pacto estabelecido entre a burguesia nacional e os terratenentes para a transformação das atividades produtivas no século XIX, aliou no Brasil um projeto modernizante do ponto de vista econômico a um ambiente político de forte conservadorismo. Assim, as mudanças operadas no interior da sociedade não alteraram, com isso, o sistema da escravidão, a questão fundiária, nem a estrutura produtiva do país.

Por outro lado, outras mudanças advêm dessas transformações, em níveis e temporalidades diferentes. Elas atuam através de mecanismos sobre a estrutura da personalidade do indivíduo. É o que Nobert Elias³¹⁴ denominou de processo civilizador, entendido como uma característica da formação dos Estados modernos ocidentais e centralizados, em que se fundam a forças de coesão ou forças de distinção as quais ele denominou de forças centrífugas. Nesse sentido, muitas vezes a perspectiva

³¹⁴ ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1

transformadora da modernização, necessita diretamente, de uma transformação do comportamento, a que se perceber nas formas de morar, nos modos de vestir etc.

As reformas urbanas empreendidas pelo estado brasileiro, ou mesmo os investimentos na construção de redes de cidades, capazes de operar no território um fluxo mais regular de comunicação e economia no século XIX inseriu-se na lógica das modernizações em curso no Brasil. A criação de cidades nas regiões produtoras de riquezas agrícolas, a exemplo do açúcar, integradas a uma rede de circulação, obedeceu ao processo de penetração e controle do uso da terra nos diferentes espaços brasileiros, sobretudo as capitais receberam uma importância maior com a política de ordenamento territorial empreendida pelo governo imperial.

Contudo a rede urbana sergipana se constituiu e tentou se consolidar em dois momentos distintos. O primeiro deles, ainda na década de 1830, com a regência. Algumas manobras legais possibilitaram a ampliação do número de municípios, fragmentando e distribuindo o poder entre as elites terratenentes.

Nessa década duas propostas de mudança da capital foram lançadas para aprovação pelo Conselho de Província (1832) e Assembleia Provincial (1835), em períodos distintos, na tentativa de centralizar os interesses provinciais e garantir a modernização e controle do sistema de arrecadação, mediante a criação de uma alfândega, aproximação do centro de decisões da região de maior produção e resolver o problema do porto para entrada e saída de produtos.

Esse modo de pensar o papel estratégico das cidades se coadunou com a ideia de metrópole no século XIX. Como bem ressaltou Ricardo de Azevedo, “Na terceira década deste século, certas vanguardas positivas projetam formações urbanas que, coadunando-se com os modos de sociabilidade metropolitanos, sustentem, com planos urbanísticos, o alegado desamparo”³¹⁵.

A segunda ocasião em que se ampliou a rede urbana foi na década de 1850, em torno de uma nova proposta de mudança da capital. As demandas provinciais, formuladas em décadas anteriores, foram respondidas pela Política de Conciliação do

³¹⁵ AZEVEDO, Ricardo Marques de. A ideia de metrópole no século XIX. **Rev. bras. Hist.** v. 18 n. 35 São Paulo 1998. p. 5

Gabinete ministerial de 1853 e 1857 e a cidade de Aracaju foi fundada, transferindo a capital da província para ela.

Os esforços do Partido Conservador (Saquarema) em Sergipe para que as mudanças fossem efetivadas, definiu no plano nacional, de certo modo, as linhas condutoras da modernização, no primeiro momento da cidade. Nisso se entende não somente os esforços do presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, enviado pelo gabinete de Conciliação para implementar o plano da Conciliação, mas também no tácito apoio de um chefe local político experiente, o Barão de Maruim, cujas relações com o Governo Central, garantiu o sucesso do empreendimento.

Como, de algum modo lembrou Ilmar R. Mattos, as ações saquaremas tentavam impor uma derrota aos seus, mas sobretudo imprimir no Mundo do Governo o predomínio de sua direção. A manutenção da ordem e a difusão de uma civilização eram objetivos nacionais dos Saquaremas, trazia consigo o alimento identitário, uma vez que “difundir a civilização era, por seu turno, assegurar o primado da Razão, o triunfo do progresso, a difusão do espírito de associação, a formação do povo”³¹⁶.

Nobert Elias permitiu esclarecer que, na lógica do processor civilizador, essas transformações acontecem por uma mudança no comportamento, por um processo psíquico. As formas de habitar, os modos de estruturação das cidades e a modernização dos espaços, regulados e disciplinados, constroem e orientam o sentido do viver em cidade.

O Estado, sob essa direção, assumiu um papel significativo na transformação da província de Sergipe, entre as décadas de 1850 e 1860. Ela criou condições para um processo de civilização que atuou diretamente na economia psíquica dos seus habitantes. Para seus idealizadores, a fundação de Aracaju não se tratou apenas de uma ação centralizadora da província na organização de seu território, mas de uma orientação política para um projeto de “modernidade” e civilização. Os esforços em vencer os obstáculos representados pela natureza e pelas doenças, a necessidade de controle dos espaços, das habitações e dos comportamentos a inseriram no rol das ideias que, no século XIX se construíram em torno de uma metrópole.

³¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do estado imperial**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 311 p. (Estudos Históricos ; 10)

A partir dela, a maneira de pensar uma cidade modificou-se no esquema territorial sergipano. A influência da reforma de Paris, na mesma década, e a posição que a cidade deveria assumir, em tese, na cadeia de seu território alterou a dinâmica esperada de uma cidade, enquanto *locus* apenas dos interesses econômicos.

Os primeiros cinco anos de Aracaju, em meio ao surto de crescimento e obras apresentaram dificuldades para consolidação do projeto. As particularidades econômicas da Província, aliada a crise de alimentos e as doenças dificultaram a sua consolidação como capital. Por outro lado, mesmo diante dos problemas, sua criação integrou a rede urbana em outra dinâmica. Para a Cotinguiaba foi pensado todo o projeto de centralização, antes mesmo de uma mudança efetiva da capital. Essa alteração se tornou possível, no século XIX, por causa do pensamento que organiza a Cidade-capital. Sua estrutura foi definida, antes de tudo, pela nova função política do Estado³¹⁷. Bem como, porque durante o segundo reinado, as matrizes de um pensamento geográfico iluministas, entre os intelectuais que pensavam e atuavam no Estado, contribuíram para que essas reformas complementassem um projeto de modernidade nacional, na tentativa de integrar os centros provinciais.

Com o desenvolvimento das funções urbanas, a cidade de Aracaju passou a representar não só o poder do Estado, da Igreja e dos grupos econômicos, mas também de outras camadas sociais, como médicos, advogados, engenheiros, dentre outros, ou seja, a diversificação das camadas sociais possibilitou a transformação das relações de poder, o que teve impactos diretos na organização espaço interno e externo dessa cidade.

Por outro lado, no século XIX vários núcleos urbanos tinham um incipiente grau de urbanização. As cidades e vilas sergipanas em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, apresentaram fisionomia urbana restrita e, na maior parte ligado ao movimento do capital da economia açucareira, constituíram regiões que estavam polarizadas nos núcleos mais dinâmicos. Este foi o caso da cidade de Estância que comandou a produção e a circulação da região sul da Província durante todo o século XIX.

³¹⁷ ARGAN, G. Carlo. **La Europa de las Capitales: 1600-1700**. Traducido do italiano por Luis Arana. Barcelona: Skira Carrogio, 1964. p. 57

A interiorização do processo de controle urbano pelo Estado e o reflexo na nova capital, impactou sobre a geografia da província de Sergipe, seja pela criação de novas formas para atender as novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Tais mudanças expressas nas cidades e vilas não atingiram de forma igualitária todos os lugares, muito embora toda e qualquer transformação tenha redefinido o uso dos seus espaços em função do impacto das novas variáveis que passaram a se impor. Surgiram daí diversas modalidades de organização espacial, como resultantes dos serviços instalados nos mais diferentes cantos da Província. Eles estiveram diretamente relacionados ao movimento de afirmação do Estado em seus diferentes níveis e demandas do sistema cultural, social e econômico vigente.

FONTES HISTÓRICAS (POSTURAS MUNICIPAIS)

1835

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei Municipal de 2 de março de 1835	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1835-1837. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1839.
Maroim	Lei Municipal de 3 de março de 1835	
N. Sra. Socorro	Lei Municipal de 3 de março de 1835	

1836

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Decreto de 21 de março de 1836	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1835-1837. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1839.
Vila Nova	Decreto de 21 de março de 1836 (sem vigor)	

1837

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Carta de Lei de 14 de março de 1837	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1835-1837. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1839.
Sta. Luzia do Itanhy	Decreto de 2 de março de 1837	
S. Cristóvão	Decreto de 15 de fevereiro 1837	
N. Sra. Socorro	Decreto de 13 de fevereiro de 1837	

1840

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Resolução Nº 35 de 19 de fevereiro de 1840	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1840. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Lagarto	Resolução Nº 36 de 19 de fevereiro de 1840	
Laranjeiras	Resolução Nº 44 de 20 de março de 1840	
Porto da Folha	Resolução Nº 32 de 8 de fevereiro de 1840	
Propriá	Resolução Nº 37 de 19 de fevereiro de 1840	
Sto Amaro das Brotas	Resolução Nº 41 de 9 de março de 1840	

1841

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Divina Pastora	Resolução Nº 62 de 26 de fevereiro de 1841	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1841.
Estância	Resolução Nº 77 de 27 de março	

Itabaianinha	de 1841 Resolução Nº 61 de 25 de fevereiro de 1841	Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe
Lagarto	Lei nº 58 de 17 de fevereiro de 1841	
Maroim	Resolução Nº 63 de 26 de fevereiro de 1841	
Rosário	Resolução Nº 70 de 9 de março de 1841	
St. Amaro das Brotas	Lei nº 57 de 17 de fevereiro de 1841	
N. Sra Socorro	Resolução Nº 69 de 9 de março de 1841	

1842

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Itabaiana	Resolução Nº 87 de 16 de fevereiro de 1842	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1842. Aracaju: Typ. Provincial, 1843
Sta. Luzia do Itanhy	✓ Resolução Nº 85 de 15 de fevereiro de 1842; ✓ Resolução Nº 94 de 11 de março de 1842	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 86 de 15 de fevereiro de 1842	
S. Cristóvão	Resolução Nº 90 de 10 de março de 1842	

1843

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Resolução Nº 102 de 12 de maio de 1843	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1843. Aracaju: Typ. Provincial, 1844
Estância	Resolução Nº 100 de 4 de maio de 1843	
Laranjeiras	Resolução Nº 98 de 27 de abril de 1843	
Propriá	Resolução Nº 99 de 4 de maio de 1843	
N. Sra. Rosário	✓ Resolução Nº 107 de 22 de maio de 1843 ✓ Resolução Nº 112 de 29 de maio de 1843	
Sta. Luzia do Itanhy	Resolução Nº 101 de 8 de maio de 1843	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 113 de 31 de maio de 1843	
S. Cristóvão	Resolução Nº 117 de 14 de junho de 1843	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 116 de 10 de junho	

de 1843

1844

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Laranjeiras	Resolução Nº 133 de 28 de março de 1844	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1844. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1847
Propriá	✓ Resolução Nº 131 de 27 de março de 1844 ✓ Resolução Nº 132 de 28 de março de 1844	

1845

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Porto da Folha	Resolução Nº 141 de 18 de fevereiro de 1845	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1845. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1847
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 147 de 1 de abril de 1845	

1846

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	✓ Resolução Nº 148 de 12 de fevereiro 1846 ✓ Resolução Nº 153 de 17 de fevereiro de 1846	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1846. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1847
Itabaianinha	Resolução Nº 150 de 12 de fevereiro de 1846	
S. Cristóvão	Resolução Nº 172 de 02 de março de 1846	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 168 de 20 de março de 1846	

1847

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Resolução Nº 181 de 14 de junho de 1847	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1847. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1846
Lagarto	✓ Resolução Nº 196 de 29 de julho de 1847 ✓ Resolução Nº 199 de 30 de julho de 1847	
Laranjeiras	Resolução Nº 179 de 10 de junho de 1847	
Propriá	Resolução Nº 178 de 10 de junho de 1847	
Sta. Luzia do Itanhy	✓ Resolução Nº 173 de 17 de maio de 1847 ✓ Resolução Nº 182 de 14 de junho de 1847	
Sto. Amaro das	Resolução Nº 174 de 26 de maio de	

Brotas	1847
S. Cristóvão	Resolução Nº 177 de 5 de junho de 1847
Vila Nova	Resolução Nº 183 de 15 de junho de 1847

1848

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Lagarto	Resolução Nº 210 de 4 de maio de 1848	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1848. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1846
Maroim	Resolução Nº 214 de 8 de maio de 1848	
Sto. Amaro	Resolução Nº 211 de 5 de maio de 1848	

1849

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Maroim	Resolução Nº 239 de 15 de março de 1849	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1849. Aracaju: Typ. Do Jornal do Aracaju RCA de S. Cristovão-n, 1846
Porto da Folha	Resolução Nº 241 de 24 de março de 1849	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 244 de 30 de março de 1849	
S. Cristóvão	Resolução Nº 242 de 28 de março de 1849	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 245 de 4 de abril de 1849	

1850

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Resolução Nº 286 de 22 de abril de 1850	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1850.
Capela	Resolução Nº 279 de 13 de abril de 1850	
Espírito Santo	Resolução Nº 287 de 22 de março de 1850	
Laranjeiras	✓ Resolução Nº 274 de 27 de março de 1850 ✓ Resolução Nº 297 de 4 de maio de 1850	
Maroim	Resolução Nº 288 de 22 de abril de 1850	
Porto da Folha	Resolução Nº 277 de 13 de abril de 1850	
Propriá	Resolução Nº 275 de 27 de março de 1850	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 276 de 27 de março de 1850	

1851

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Resolução Nº 330 de 20 de março de 1851	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Espírito Santo	Resolução Nº 320 de 14 de março de 1851	
Estância	Resolução Nº 322 de 14 de março de 1851	
Itabaiana	Resolução Nº 321 de 14 de março de 1851	
Porto da Folha	✓ Resolução Nº 316 de 7 de março de 1851 ✓ Resolução Nº 323 de 14 de março de 1851	
Sta. Luzia do Itanhy	Resolução Nº 331 de 20 de março de 1851	

1852

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Resolução Nº 345 de 6 de maio de 1852	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Capela	✓ Resolução Nº 339 de 22 de abril de 1852 ✓ Resolução Nº 348 de 8 de maio de 1852	
Estância	✓ Resolução Nº 336 de 22 de abril de 1852 ✓ Resolução Nº 342 de 6 de maio de 1852	
Itabaiana	Resolução Nº 340 de 30 de abril de 1852	
Itabaianinha	Resolução Nº 344 de 6 de maio de 1852	
Laranjeiras	Resolução Nº 341 de 30 de abril de 1852	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Maroim	Resolução Nº 337 de 22 de abril de 1852	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 335 de 22 de abril de 1852	
São Cristóvão	Resolução Nº 346 de 7 de maio de 1852	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 347 de 7 de maio de 1852	
Vila Nova	Resolução Nº 338 de 22 de abril de 1852	

1853

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Espírito Santo	Resolução Nº 369 de 27 de	SERGIPE. Collecção de Leis

Estância	setembro de 1853 Resolução Nº 358 de 16 de agosto de 1853	Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Laranjeiras	Resolução Nº 372 de 29 de setembro de 1853	
Sto. Amaro das Brotas	Resolução Nº 368 de 27 de setembro de 1853	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 365 de 26 de setembro de 1853	

1854

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Resolução Nº 408 de 21 de junho de 1854	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Porto da Folha	Resolução Nº 390 de 3 de junho de 1854	
Propriá	Resolução Nº 401 de 21 de junho de 1854	

1856

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Resolução Nº 458 de 3 de setembro de 1856	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Itabaiana	Resolução Nº 459 de 3 de setembro de 1856	
Itabaianinha	Resolução Nº 448 de 30 de agosto de 1856	

1857

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Resolução Nº 470 de 24 de março de 1857	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Estância	Resolução Nº 486 de 4 de abril de 1857	
Propriá	Resolução Nº 471 de 24 de março de 1857	
N. Sra. Socorro	Resolução Nº 487 de 4 de abril de 1857	

1858

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Resolução Nº 537 de 12 de julho de 1858	
Boquim	Resolução Nº 536 de 12 de julho de 1858	

1859

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Resolução Nº 544 de 15 de maio de 1859	SERGIPE. Collecção de Leis Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1850-1859.
Divina Pastora	Lei nº 549 de 23 de maio de 1859	

Estância	Resolução Nº 557 de 11 de junho de 1859	Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Lagarto	Lei nº 551 de 28 de maio de 1859	
Porto da Folha	Resolução Nº 552 de 28 de maio de 1859	
Propriá	Resolução Nº 556 de 11 de junho de 1859	
Simão Dias	Lei nº 553 de 3 de junho de 1859	
1860		
Aracaju	Lei Nº 591 de 4 de maio de 1860	
Capela	Lei nº 592 de 4 de maio de 1860	SERGIPE. Collecção de Leis
Simão Dias	✓ Lei nº 586 de 26 de abril de 1860	Decretos e Resoluções da Provinci de Sergipe. 1860.
	✓ Resoluções da presidência Leis de 1860 (10 de maio de 1860)	Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe

1861

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Resolução Nº 623 de 13 de maio de 1861	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1861.
Capela	Resolução Nº 609 de 5 de abril de 1861	Aracaju: Typ. Provincial, 1868
Estância	Resolução Nº 613 de 23 de abril de 1861	
Maroim	Resolução Nº 619 de 29 de abril de 1861	
Porto Folha	Resolução Nº 624 de 13 de maio de 1861	
São Cristóvão	Resolução Nº 621 de 13 de maio de 1861	

1862

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei nº 635 de 8 de abril de 1862	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-1869.
Itabaiana	Lei nº de 8 de abril de 1862	Aracaju: Typ. Provincial, 1868
Lagarto	Resolução Nº 641 de 26 de abril de 1862	
Laranjeiras	Lei nº 633 de 5 de abril de 1862	
Propriá	Resolução Nº 630 de 28 de março de 1862	
N. Sra. Rosário	Resolução Nº 644 de 29 de abril de 1862	

1863

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Sta. Luzia do Itanhhy	Lei nº 652 de 13 de junho de 1863	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-
Sto. Amaro das	Resolução Nº 653 de 13 de junho	

Brotas	de 1863	1869. Aracaju: Typ. Provincial,
Simão Dias	Resolução Nº 657 de 26 de junho de 1863	1868

1864

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	✓ Resolução Nº 698 de 7 de junho de 1864	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-1869. Aracaju: Typ. Provincial, 1868
	✓ Resolução Nº 700 de 7 de julho de 1864	
Estância	Lei nº 702 de 13 de julho de 1864	
Itabaianinha	Lei nº 709 de 18 de julho de 1864	
S. Cristóvão	Lei nº 712 de 18 de julho de 1864	
Simão Dias	Resolução Nº 710 de 18 de julho de 1864	

1865

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei nº 743 de 17 de maio de 1865	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-1869. Aracaju: Typ. Provincial, 1868
Estância	Lei nº 728 de 15 de maio de 1865	
Maroim	Resolução Nº 732 de 15 de maio de 1865	
Porto da Folha	Resolução Nº 726 de 1 de maio de 1865	
Propriá	Resolução Nº 722 de 29 de abril de 1865	
Sto Amaro das Brotas	Resolução Nº 715 de 20 de março de 1865	
Vila Nova	Resolução Nº 740 de 16 de maio de 1865	

1866

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Estância	Lei nº 765 de 20 de março de 1866	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-1869. Aracaju: Typ. Provincial, 1868
Itaporanga	Resolução Nº 762 de 9 de março de 1866	
d'Ajuda	Resolução Nº 759 de 8 de março de 1866	
Japaratuba	Resolução Nº 761 de 9 de março de 1866	
N. Sra. das Dores	Lei nº 1322 de 28 de abril de 1886	
Pacatuba	Lei nº 750 de 13 de fevereiro de 1866	
Propriá	Lei nº 750 de 13 de fevereiro de 1866	
N. Sra. Rosário	Resolução Nº 774 de 22 de março de 1866	
Simão Dias	Resolução Nº 760 de 8 de março de 1866	

1867

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
-----------	----------------------	---------------------

Maroim	Resolução Nº 780 de 3 de dezembro de 1867	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1862-1869. Aracaju: Typ. Provincial, 1868
Simão Dias	Resolução Nº 782 de 3 de dezembro de 1867	

1868

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Lei nº 820 de 1 de maio de 1868	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1867-1868. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe. 1868.
Estância	Lei nº 808 de 27 de abril de 1868	
Itabaiana	Lei nº 824 de 2 de maio de 1868	
Japaratuba	Resolução Nº 812 de 28 de abril de 1868	
Maroim	Resolução Nº 816 de 30 de abril de 1868	
Porto da Folha	Resolução Nº 825 de 2 de maio de 1868	

1870

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Vila Nova	Resolução Nº 887 de 9 de maio de 1870	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1870-1871. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.

1871

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei nº 909 de 3 de maio de 1871	SERGIPE. Collecção de leis, decretos e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1870-1871. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Lagarto	Lei nº 905 de 24 de abril de 1871	
Propriá	Resolução Nº 918 de 5 de maio de 1871. (art.56)	
Sta. Luzia do Itanhy	Lei nº 924 de 22 de março de 1871	

1872

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Lei nº 926 de 6 de abril de 1872	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Boquim	Lei nº 939 de 30 de abril de 1872	
Campos	✓ Lei nº 948 de 6 de maio de 1872 ✓ Lei nº 949 de 6 de maio de 1872	
Itabaiana	Lei nº 933 de 24 de abril de 1872	
Riachão do Dantas	Lei nº 934 de 24 de abril de 1872	
N. Sra. Do Rosário	Resolução Nº 942 de 30 de abril de 1872	

1874

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
------------------	-----------------------------	----------------------------

Aracaju	Resolução Nº 968 de 20 de abril de 1874	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Araúá	Resolução Nº 972 de 22 de abril de 1874	
Itabaianinha	Resolução Nº 985 de 6 de maio de 1874	
Lagarto	Lei nº 988 de 7 de maio de 1874	

1875

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Divina Pastora	Lei nº 1021 de 1 de maio de 1875	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
N. Sra. Das Dores	Lei nº 1019 de 01 maio 1875	
Sta. Luzia do Itanhy	Lei nº 1027 de 8 de maio de 1875	
Simão Dias	Resolução Nº 1020 de 1 de maio de 1875	

1876

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Itabaianinha	Resolução Nº 1039 de 27 de abril de 1876	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Riachuelo	Resolução Nº 1040 de 2 de maio de 1876	

1877

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Boquim	Lei nº 1074 de 4 de maio de 1877	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Itabaiana	Lei nº 1069 de 1 de maio de 1877	
Maroim	Resolução Nº 1067 de 28 de abril de 1877	
Porto da Folha	Resolução Nº 1075 de 4 de maio de 1877	
Riachão do Dantas	Lei nº 1065 de 25 de abril de 1877	

1878

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos Maroim	Lei nº 1097 de 15 de abril de 1878 Lei nº 1098 de 16 de abril de 1878	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.

1879

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Campos	Lei nº 1114 de 22 de abril de 1879	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-
Capela	Lei nº 1116 de 25 de abril de 1879	
Estância	Lei nº 1113 de 22 de abril de 1879	

Itabaianinha	✓ Lei nº 1108 de 27 de março de 1879 ✓ Resolução Nº 1118 de 28 de abril de 1879	1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Lagarto	Lei nº 1126 de 5 de maio de 1879	
Laranjeiras	Lei nº 1122 de 1 de maio de 1879	
Propriá	Resolução Nº 1121 de 29 de abril de 1879	
Simão Dias	Lei nº 1124 de 3 de maio de 1879	

1880

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei nº 1163 de 4 de maio de 1880	SERGIPE. Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe.
Estância	Resolução Nº 1157 de 30 de abril de 1880	
Itabaiana	Lei nº 1154 de 28 de abril de 1880	
Sta Luzia do Itanhy	Lei nº 1150 de 27 de abril de 1880	

1881

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aracaju	Lei nº 1196 de 11 de maio de 1881	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1881. Aracaju: Typ. Provincial, 1882
Estância	Lei nº 1190 de 06 de maio de 1881	
Itabaiana	Lei nº 1191 de 06 de maio de 1881	
Lagarto	Lei nº 1198 de 12 de maio de 1881	

1882

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Boquim	Resolução nº 1222 de 25 de abril de 1882	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1883. Aracaju: Typ. Provincial, 1884
Campos	Lei nº 1250 de 10 de maio de 1882	
Porto da Folha	Lei nº 1245 de 08 de maio de 1882	
Siriri	Lei nº 247 de 08 de maio de 1882	

1883

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Aquidabã	Lei nº 1266 de 02 de maio de 1883	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1883. Aracaju: Typ. Provincial, 1888
Estância	Lei nº 1261 de 3 de abril de 1883	
Itabaiana	Lei nº 1275 de 10 de maio de 1883	
Itabaianinha	Lei nº 1276 de 14 de maio de 1883	
N. Sra. Das Dores	Lei nº 1267 de 02 maio 1883	

1886

MUNICÍPIO	ORDENAMENTO JURÍDICO	REFERÊNCIA DA FONTE
Capela	Lei nº 1306 de 07 de abril de 1886	SERGIPE. Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe. 1883. Aracaju: Typ. Provincial, 1888
Itabaianinha	Lei nº 1300 de 26 de março de 1886	
Laranjeiras	Lei nº 1321 de 28 de abril de 1886	
Porto da Folha	Lei nº 1312 de 15 de abril de 1886	
Propriá	Lei nº 1303 de 03 de abril de 1886	

N.	Sra	do	Lei nº 1310 de 08 de abril de 1886
Rosário			
Simão Dias			Lei nº 1309 de 08 de abril de 1886
Siriri			Lei nº 1311 de 13 de abril de 1886

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800**. Rio de Janeiro: M. Orosco e Cia, 1907.

ABREU, Maurício de Almeida. Cidade Brasileira: 1870-1930. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 35-44.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões atuais da organização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.145-184.

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Representação de Sergipe del re no parlamento nacional: 1823-1889**, Aracaju, v.15, n. 20, p. 13, 1951

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Lithografia do Instituto Philomático, 1868.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana . **A Barra do Cotinguiba e o açúcar: 1840-1850**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1973

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Estrutura de produção: a crise de alimentos da província de Sergipe (1855-1856). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 27, 1965-1978, p. 15-39.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro: desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS, 1993

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: vozes, 1984.

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju: SERCORE, 2002, v.2

ALVES, Francisco José. **A Rede dos Conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. Aracaju: Ed. UFS, 2010;

AMADO, James. **Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra: Crônica do viver baiano seiscentista**. Salvador: Janaína, 1969, v. 2, p.1088

ARAÚJO, Hélio Mário de. Encostas no Ambiente Urbano de Aracaju. In. _____. (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, 2006

ARAUJO, Ruy Magalhães de. Metalinguagem fescenina de Gregório de Mattos e Guerra. Disponível em < [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5\(14\)65-76.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(14)65-76.html)> Acesso em 20. Nov. 2011.

ARGAN, G. Carlo. **La Europa de las Capitales**: 1600-1700. Traducido do italiano por Luis Arana. Barcelona: Skira Carrogio, 1964 P. 37

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008. P. 56-63;

BACELAR, José Teixeira da Mata. Freguesias e suas denominações pertencentes a mesma cidade, e sua Comarca, 1817

BARBOZA, Naide. **Em busca de imagens perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940**. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-Geral de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange. Trad. Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 358 (Edições do Senado Federal; v. 43).

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. 2. Ed. Tradução de Edgar Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

BEVENISTE, Emile. Civilização: contribuição à história da palavra. In. _____. **Problemas de Linguística Geral**. 3. Ed. São Paulo: Pontes, 1991. p. 371 -381.

BICALHO, M^a Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa século XV-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 206

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. v.8

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRITO, Francisco Freyre. **Nova Lusitania**: historia da guerra brasílica. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675.

CARDOSO, Amâncio. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003

CARDOSO, Amâncio. Cidade de Palha: Aracaju 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003

CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da morte: roteiro do cólera por Sergipe: 1855-1856. **Revistado Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. *Aracaju*, n. 33, p. 209-236, Edição comemorativa dos 90 anos de sua fundação 2000-2002

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem/ Teatro das sombras**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.;

CASAL, Aires. **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 197

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia de Sergipe no domínio colonial holandês**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 16, v. 11, p. 06, 1942

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4. Ed. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e terra, 2011

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de janeiro: Zahar, 1990

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ordenamento, cidades em formação**: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (tese de doutorado)

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana. Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia** (2), p. 107 - 123. abr-jun 1988.

COSER, Ivo. O conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do século XIX. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008. P. 948

COSTA, Wilma Peres. Do Domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. Jancsó, István (Org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. P.143-193

DANTAS, Beatriz Goes. **Os índios em Sergipe**. In. DINIZ, Diana Maria de faro Leal (Coord.) Textos para a história de Sergipe. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Banese, 1991. P. 19-60

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**. N. 15, junho de 1944

DIAS, Maria Odila leite da Silva Dias. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In. JANCÓS, ISTVÁN, Jancsó. **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003

ELIAS, Nobert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.2

ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. [online]. 1992, vol.6, n.14, pp. 7-22

FORTES NETO, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955

FRAGATA, Tiago. Barroco em Sergipe: soneto de Gregório de Matos Disponível em <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/07/barroco-em-sergipe-soneto-de-gregorio-de.html>>

FRAGOSO, João; BICALHO, M^a Fernanda; GOUVÊA, M^a de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa séc. XV-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.191

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 2.ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. p. 33

FREIRE, Felisbello. Antiga Vila de Santo Amaro das Brotas: seu passado. **Revista do Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 5, p. 187, 1916.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Perserverança, 1891

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; IHGB, 1998. (Edição Fac-similar).

FREITAS, Itamar. **A escrita da história na 'Casa de Sergipe'**: 1912-1999. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2002 (Coleção Nordeste)

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968

FRIDMAN, Fania . De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur; Ippur, 2001

FRIDMAN, Fania e CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Projetos territoriais para o império brasileiro. O caso da província fluminense. **Revista Praia Vermelha** (20), jan-jun. 2010

FRIDMAN, Fania e CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Projetos territoriais para o império brasileiro. O caso da província fluminense. **Revista Praia Vermelha** (20), jan-jun. 2010

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In Pinheiro e Gomes (orgs.). **A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: Ed.Ufba, 2005

FUNDAÇÃO CALOSTE GULBENKIAN. **Ordenações Afonsinas**. 2. ed. Lisboa: Fundação Caloste Gulbenkian, 1998, l.1. p. 185, também possível de encontrar em HEITOR, Ivone Susana Cortesão et ali (Org.). **Ordenações Afonsinas**. Disponível em < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>> Acesso em 15 abr. 2012, L. 1, p. 185.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das províncias**: Rio de janeiro 1822-1889. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2008.

GUARANA, Armindo. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro: s.n., 1925.

HANSEN, João Adolfo. Anatomia da Sátira. In.: VIEIRA, Bruno V. G.; THOMAS, Márcio. **Permanência Clássica**: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana. São Paulo: Escrituras, 2011 (Ensaio Transversais, 39)

HEITOR, Ivone Susana Cortesão et ali (Org.). **Ordenações Afonsinas**. Disponível em < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>> Acesso em 15 abr. 2012, L. 1, p. 185.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Dir.). **O Brasil Monárquico**: dispersão e unidade. 5. ed. São Paulo: DIFEL, v.2, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2). p. 206-207.
 Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 24. (Coleção memória e sociedade)

LARA, Silvia Hunold. Diferentes e desiguais. In _____. **Fragmentos Setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p.79-125

LEPETIT, Bernard. Das Capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001. p. 41- 63

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe**: 1590-1820. Aracaju: SEGRASE, 1985. (Col. José Augusto Garcez)

LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. Memória Sobre o Poder legislativo em Sergipe: 1824-1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 7, p. 22, 1919.

MAGNOLI, Demétrio. Contra Haussmann. **Folha de São Paulo**, 10 nov. 2005.
 Disponível em < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=232931> >
 Acesso em 20 jul. 2006.

MARX, Murillo. Postura. _____. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.42. (Coleção cidade aberta)

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.216. (Estudos Históricos ; 10)

MATTOS, Gregório de. Matos da Bahia 4º Tomo. Disponível em<
http://www.filologia.org.br/pereira/textos/gregorio%20ccc/tomo_4.pdf> Acesso em 20. nov. 2011

MENEZES, Lupino T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Eliana Anote. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) **Cidades Capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001 p. 9-18.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In. LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. ver. Amp. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2000. P. 137

MOORE, Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 532 p

MORENO, Sargento-Mor Diogo de Campos. Livro que da razão do Estado do Brasil. In. **Revista de Aracaju**. Aracaju, v. 1, n. 2, p. 55-57, 1944

MOTT, Luiz. Três sonetos seiscentistas sobre São Cristóvão de Sergipe Del Rey. **Sergipe Colonial e Imperial** : religião, família, escravidão e sociedade: 1551 -1882. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 126.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Construindo Aracaju. Jornal Cinform. Aracaju, n. 1207, 29 de maio a 04 de junho de 2006a, p. 03. (Caderno de Cultura e Variedades)

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Construindo Aracaju. Jornal Cinform. Aracaju, n. 1207, 29 de maio a 04 de junho de 2006a, p. 03. (Caderno de Cultura e Variedades)

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003**. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio arquitetônico e história urbana**. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1989.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. v.2

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília, DF: INL, 1978

OLIVA, Terezinha A. de. Aracaju na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n.9, p.113-125, 2002

OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Péricles; SANTOS, Elissandra Silva. Historiografia das cidades sergipanas. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 6. 2000, Natal. **Trabalhos publicados**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. **CD-ROM**

OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. DINIZ, Diana Maria (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991. p. 135

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **O governo de Manoel Fernandes da Silveira e as dificuldades para a consolidação da autonomia sergipana (1824)**. 2004. 104 f. Monografia (Licenciatura em Historia) - Departamento de Historia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. Aracaju: UFS, 1987;

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. Aracaju: UFS, 1987.

PAUPÉRRIO, A. Machado. O governo Municipal na monarquia. **Revista do Serviço Público**. Rio de Janeiro. 1, abr. 1958.

PEIXOTO, Afrânio. **Gregório de Matos: Obras**. Rio de Janeiro: ABL, 1923 v.5;

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 286. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf> Acesso em: 11/09/2005.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1976. P. 32

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju: 1855-1865/**: ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957

PRAGMÁTICA, em que se regula a moderação dos adornos, e se proíbe o luxo e excesso dos trages, carruagens, moveis e lutos, o uso das espadas a pessoas de baixa condição, e outros diversos abusos, que necessitavam de reforma. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes Posteriores a Nova Compilação das Ordenações do Reino Publicadas em 1603**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, v. 5, t. 2, 1819. p. 538.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1968

RELAÇÃO e Notícias das Freguesias de Sergipe. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 31, p. 179, 1909

RUIZ, Roberto. **Pereira Passos: o reformador**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações, 1973;

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Publicações históricas, 86). p. 75

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: da Temática, dos autores e de suas idéias. IN. _____ (Org.) **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2001a. p 19-40

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In. _____.(Org.) **Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos**. São Paulo: Ed. da USP, 2001b. p. 151

SALOMÃO, Lilian da Fonseca. **As Sesmarias de Sergipe d' El Rey**. 1981. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro

SALVADOR, Frei Vicente do. **História de Brasil**. São Paulo: w e i s z f l o g irmãos, 1918

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju; [s.n.],2001.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. Sob o Signo da Peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856). 2001, 235p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2001.

SANTOS, Aldeci Figueiredo. ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e regionalização do Brasil semiárido: Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992. p. 21-37

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. **Anais do I Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Salvador: Ufba; Anpur, 1992.

SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955

SERGIPE. Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Aprova posturas da Câmara Municipal de Aracaju. *Collecção de leis, e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe*. 1853-1858. Aracaju: Typ. Provincial. A de 1864 no Arquivo Público do Estado de Sergipe. CM1 -06 .

SEVCENKO, Nikolau. Introdução: prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. _____ (Org). **República: da Belle Époque a era do rádio**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 07-48. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portuguesa**: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e

muito acrescentado, por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 1, 1813.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira. **A Formação Intelectual da Elite Sergipana**. São Cristóvão, SE: 2004 (dissertação de mestrado)

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memória Histórica, e Política da Província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt , 1835. T. 1, 1835.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memorias históricas, e politicas da província da Bahia**. Annotado por dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1919

SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDEC, 1992.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos Para o Império**: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Geografia/USP, 2004. 192p.

SOUZA, D. Marcos Antônio. **Memória Histórica da Capitania de Serzipe**: sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. In. **Revista de Aracaju**, ano 1, n. 1, 1943

SOUZA, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil**. Brasília: Departamento de Assuntos Culturais do MEC, 1974.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. Recife, 2002. 265 f. Tese (doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco.

STUART, Guilherme (Barão de Stuart). Antonio Cardoso de Barros. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**. t. 33, ano. 33, Fortaleza: Typ. Minerva, 1919. p. 294-299

TELES, Manuel dos Passos de Oliveira. Aracaju. Suas origens. Seu provável futuro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, ano 1, n.2, p. 47-51

TONET, Ivo. Do conceito de Sociedade Civil. Disponível em <
http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf> Acesso em 20 nov. 2011

TOPA, Francisco [José de Jesus]. **Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos**. Porto, 1999. 219f. vol. 2, t. 2, p. 160-161. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira), Universidade do Porto.

TOPA, Francisco [José de Jesus]. **Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos**. Porto, 1999. 219f. vol. 2, t. 2, p. 160-161. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira), Universidade do Porto.

TRABALHO dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 57, v. 1, 1894.

VERGARA, Moema R. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes Historiográficas da ciência no século XX, **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.22731, 2004. Disponível em:
<http://www.mast.br/arquivos_sbhc/49.pdf>

VIEIRA, Pe. Antônio. Discurso do Padre Antônio Vieira em que persuade a entrega de Pernambuco aos Olandeses. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 56, v.1 p. 18;19. 1893 (grifo nosso)

VILAR, José Wellington Carvalho. Problemas Socioambientais da periferia de Aracaju. In.: ARAÚJO, Hélio Mário. (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. Departamento de Geografia da UFS, 2006. p.89-113

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In. DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.182